



**INSTITUTO
FEDERAL**
Farroupilha

**INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO,
CIÊNCIA E TECNOLOGIA FARROUPILHA**

PROJETO PEDAGÓGICO DE CURSO – PPC

LICENCIATURA EM
PEDAGOGIA

Campus Santo Ângelo

PROJETO PEDAGÓGICO DO CURSO
SUPERIOR DE LICENCIATURA EM
PEDAGOGIA

Atos autorizativos

Resolução Consup n.º 120/2022 aprova a criação do Curso

Resolução Consup n.º 09/2024 aprova o Projeto Pedagógico do Curso e autoriza seu funcionamento.

Campus Santo Ângelo – RS
2024



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO
PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA

INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA
E TECNOLOGIA FARROUPILHA



Nídia Heringer

Reitora

**Patrícia Alessandra Meneguzzi Metz
Donicht**

Pró-Reitora de Ensino

Ângela Maria Andrade Marinho

Pró-Reitora de Extensão

Arthur Pereira Frantz

Pró-Reitor de Pesquisa, Pós-Graduação
e Inovação

Carlos Rodrigo Lehn

Pró-Reitor de Desenvolvimento
Institucional

Mirian Rosani Crivelaro Kovhau

Pró-Reitora de Administração

Adilson Ribeiro Paz Stamberg

Diretor Geral do *Campus*

Mariéli Terezinha Krampe Machado

Diretora de Ensino do *Campus*

Andressa Peripolli Rodrigues

Coord. Geral de Ensino do *Campus*

Eliane de Lourdes Felden

Coordenadora do Curso

Equipe de elaboração

Comissão de elaboração do PPC

Eliane de Lourdes Felden

Andressa Peripolli Rodrigues

Liliane Krebs Bessel Müller

Marcele Teixeira Homrich Ravasio

Maria Aparecida Lucca Paranhos

Mariéli Terezinha Krampe Machado

Silvestre Novak

Colaboração Técnica

Assessoria Pedagógica do *Campus*

Assessoria Pedagógica da PROEN

Revisor Textual

Adelino Jacó Seibt

SUMÁRIO

1.	DETALHAMENTO DO CURSO	6
2.	CONTEXTO EDUCACIONAL.....	7
2.1.	Histórico da Instituição	7
2.2.	Justificativa de oferta do curso.....	9
2.3.	Objetivos do Curso.....	14
2.3.1.	Objetivo Geral	14
2.3.2.	Objetivos Específicos.....	14
2.4.	Requisitos e formas de acesso.....	15
3.	POLÍTICAS INSTITUCIONAIS NO ÂMBITO DO CURSO.....	16
3.1.	Políticas de Ensino	16
3.2.	Políticas de Pesquisa e de Inovação.....	17
3.3.	Políticas de Extensão	18
3.4.	Políticas de Atendimento ao Discente.....	19
3.4.1.	Assistência Estudantil.....	19
3.4.2.	Atividades de Nivelamento	20
3.4.3.	Atendimento Pedagógico e Social.....	20
3.4.4.	Ações Inclusivas e Ações Afirmativas	21
3.4.4.1	Núcleo de Estudos Afro-Brasileiros e Indígenas (NEABI)	22
3.4.4.2	Núcleo de Gênero e Diversidade Sexual (NUGEDIS)	23
3.4.4.3	Núcleo de Apoio às Pessoas com Necessidades Educacionais Específicas (NAPNE).....	23
3.4.5.	Programa Permanência e Êxito (PPE).....	24
3.5.	Acompanhamento de Egressos	24
3.6.	Mobilidade Acadêmica	25
4.	ORGANIZAÇÃO DIDÁTICO-PEDAGÓGICA.....	25
4.1.	Perfil do Egresso	25
4.1.1.	Áreas de atuação do Egresso	27
4.2.	Metodologia.....	28
4.3.	Organização curricular	37
4.4.	Matriz Curricular	39
4.4.1.	Pré-Requisitos	42
4.4.2.	Representação gráfica do processo formativo.....	44
4.5.	Prática Profissional.....	45
4.5.1.	Prática enquanto Componente Curricular	45
4.5.2.	Estágio Curricular Supervisionado.....	46
4.6.	Curricularização da Extensão.....	47
4.7.	Trabalho de Conclusão de Curso	48

4.8.	Atividades Complementares de Curso.....	48
4.9.	Disciplinas Eletivas	50
4.10.	Avaliação	51
4.10.1.	Avaliação da Aprendizagem	51
4.10.2.	Autoavaliação Institucional	52
4.10.3.	Avaliação do Curso	53
4.11.	Critérios e procedimentos para aproveitamento de estudos anteriores	53
4.12.	Critérios e procedimentos de certificação de conhecimento e experiências anteriores ..	53
4.13.	Expedição de Diploma e Certificados	54
4.14.	Ementário	55
4.14.1.	Componentes curriculares obrigatórios.....	55
4.14.2.	Componentes curriculares eletivos.....	75
5.	CORPO DOCENTE E TÉCNICO ADMINISTRATIVO EM EDUCAÇÃO	89
5.1.	Corpo Docente atuante no curso.....	89
5.2.	Atribuições da Coordenação de Curso.....	90
5.3.	Atribuições do Colegiado de Curso.....	90
5.4.	Núcleo Docente Estruturante	91
5.5.	Corpo Técnico Administrativo em Educação	92
5.6.	Políticas de capacitação de Docentes e Técnicos Administrativos em Educação	92
6.	INSTALAÇÕES FÍSICAS	92
6.1.	Biblioteca	93
6.2.	Áreas de ensino específicas	93
6.3.	Laboratórios.....	94
6.4.	Áreas de esporte e convivência	94
6.5.	Áreas de atendimento ao discente	94
7.	REFERÊNCIAS	95
8.	ANEXOS.....	100
8.1.	Resoluções	100
8.2.	Regulamento do Estágio Curricular Supervisionado Obrigatório	102

1. DETALHAMENTO DO CURSO

Denominação do Curso: Curso Superior de Licenciatura em Pedagogia

Grau: Licenciatura

Forma de oferta: Presencial

Área de Conhecimento: Ciências Humanas

Ato de Criação do curso: Resolução Consup n.º 120/2022

Quantidade de Vagas: 40 anuais

Turno de oferta: Noturno

Regime Letivo: Semestral

Regime de Matrícula: por Componente Curricular

Carga horária total do curso: 3.304 horas

Carga horária de Atividade Complementar de Curso (ACC): 200 horas

Carga horária de Estágio Curricular Supervisionado Obrigatório: 400 horas

Carga Horária de PeCC (Prática enquanto Componente Curricular): 400 horas

Trabalho de Conclusão de Curso: não

Tempo de duração do Curso: 08 semestres

Tempo máximo para Integralização Curricular: 14 semestres

Periodicidade de oferta: Anual

Local de Funcionamento: Instituto Federal Farroupilha – *Campus* Santo Ângelo – RS 218, Km 05 - Indubras CEP 98806-700, Santo Ângelo, RS.

Coordenadora do Curso: Eliane de Lourdes Felden

Contato da Coordenação do curso: coordlicpedag.san@iffarroupilha.edu.br

2. CONTEXTO EDUCACIONAL

2.1. Histórico da Instituição

O Instituto Federal Farroupilha (IFFar) foi criado pela Lei n.º 11.892/2008, mediante a integração do Centro Federal de Educação Tecnológica de São Vicente do Sul com sua Unidade Descentralizada de Júlio de Castilhos e da Escola Agrotécnica Federal de Alegrete, além de uma Unidade Descentralizada de Ensino que pertencia ao Centro Federal de Educação Tecnológica de Bento Gonçalves, situada no município de Santo Augusto. Assim, o IFFar teve na sua origem quatro *campi*: *Campus* São Vicente do Sul, *Campus* Júlio de Castilhos, *Campus* Alegrete e *Campus* Santo Augusto.

Nos anos seguintes à sua criação, o IFFar passou por uma grande expansão com a criação de seis novos *campi*, um *campus* avançado, a incorporação de uma unidade de ensino federal à instituição, além da criação de Centros de Referência e atuação em Polos de Educação a Distância. No ano de 2010, foram criadas três novas unidades: *Campus* Panambi, *Campus* Santa Rosa e *Campus* São Borja; no ano de 2012, o Núcleo Avançado de Jaguari, ligado ao *Campus* São Vicente do Sul, foi transformado em *Campus*; em 2013, foi criado o *Campus* Santo Ângelo e implantado o *Campus* Avançado de Uruguaiana. Em 2014 foi incorporado ao IFFar o Colégio Agrícola de Frederico Westphalen, que passou a se chamar *Campus* Frederico Westphalen e também, foram criados oito Centros de Referência, dos quais encontram-se ainda em funcionamento dois deles, um situado em Santiago, que está vinculado ao *Campus* Jaguari, e outro em São Gabriel, vinculado ao *Campus* Alegrete. Assim, o IFFar é constituído por dez *campi* e um *Campus* Avançado, em que são ofertados cursos de formação inicial e continuada, cursos técnicos de nível médio, cursos superiores e cursos de pós-graduação, além de outros Programas Educacionais fomentados pela Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica (SETEC). Além desses *campi* e Centros de Referência, o IFFar atua em outras cidades do Estado, a partir de Polos de Educação que ofertam cursos técnicos na modalidade de Educação a Distância (EaD).

A sede do IFFar, a Reitoria, está localizada na cidade de Santa Maria, a fim de garantir condições adequadas para a gestão institucional, facilitando a comunicação e integração entre as unidades de ensino. Enquanto autarquia, o IFFar possui autonomia administrativa, patrimonial, financeira, didático-pedagógica e disciplinar, atuando na oferta de educação superior, básica e profissional, a partir de organização pluricurricular e multicampi, especializada na oferta de educação profissional e tecnológica nas diferentes modalidades de ensino. Os Institutos Federais, de acordo com sua Lei de criação, são equiparados às universidades, como instituições acreditadoras e certificadoras de competências profissionais, além de detentores de autonomia universitária.

O *Campus* Santo Ângelo teve, em novembro de 2010, os primeiros passos para sua implantação. Esse foi um momento de reuniões entre o Prefeito Municipal, Comissão local Pró-Implantação do IF Farroupilha, membros da Reitoria (Reitor e Pró-Reitores) do Instituto e o Secretário Nacional do Ensino Técnico Federal Prof. Eliezer Pacheco, a fim de incluir Santo Ângelo na 3ª fase da expansão. Assim, assinou-se um protocolo de intenções Pró-Implantação.

O resultado das sucessivas reuniões e audiências públicas culminou na decisão de contemplar Santo Ângelo com a implantação do Campus em uma área de 50 ha. Essa área, que foi doada pelo município de Santo Ângelo, está localizada às margens da RS 218.

Após a definição da implantação, iniciou-se a fase de decisão dos cursos a serem ofertados. Dessa forma, na busca de sintonia com as necessidades e potencialidades de desenvolvimento regional, os eixos tecnológicos de atuação do Campus foram definidos por meio de audiências públicas e da escuta às representações da comunidade. A opção foi pelos eixos tecnológicos: Recursos Naturais, Ambiente e Saúde e Informação e Comunicação.

Passadas essas fases, no dia dezenove de dezembro de 2012 foi realizado o ato de lançamento da Pedra Fundamental do IF Farroupilha – *Campus* Santo Ângelo, com a presença de autoridades locais e da Reitora do IFFar Professora Carla Comerlato Jardim.

Ressalta-se, ainda, que as comissões envolvidas verificaram a possibilidade de o Instituto iniciar suas atividades antes do término das obras dos prédios em construção na área doada. Para tanto, a prefeitura disponibilizaria um espaço. Por conseguinte, a prefeitura, via Secretaria Municipal de Educação (SMED), por meio de um termo de cooperação cedeu o prédio onde funciona o Centro do Conhecimento. Com isso posto em prática, o Instituto ofereceu, no ano de 2014, dois cursos subsequentes: Gerência de Saúde e Informática para Internet.

Em 2015, o *Campus* Santo Ângelo do Instituto Federal Farroupilha iniciou suas atividades em sede própria, próxima à RS 218 Km 5. Atualmente, oferece cursos nos eixos de Ambiente e Saúde, Informação e Comunicação, Recursos Naturais, Gestão e Negócios e área de Ciências Humanas.

No Eixo de Ambiente e Saúde: Técnico em Enfermagem e Técnico em Estética na modalidade PROEJA e em 2019 o Curso Superior de Tecnologia em Estética e Cosmética.

No Eixo de Informação e Comunicação: Técnico em Manutenção e Suporte em Informática Integrado (em suspensão), Curso Superior de Tecnologia em Sistemas para Internet e Licenciatura em Computação, em 2021 o curso Técnico em Informática Integrado e em 2022 o Curso de Especialização em Computação Aplicada ao Desenvolvimento de Sistemas - *Lato Sensu*.

No Eixo de Recursos Naturais: Técnico em Agricultura Integrado e, em 2018, o Curso Superior de Tecnologia em Gestão do Agronegócio.

No Eixo Gestão e Negócios: Técnico em Administração Integrado em 2019.

Na área de Ciências Humanas, em 2022, o *Campus* passou a oferecer o Curso de Formação Pedagógica de Professores para a Educação Profissional EAD, enquanto polo de funcionamento.

Em 2017, houve a constituição do Diretório Acadêmico do *Campus* Santo Ângelo, trabalho que visa atender aos interesses dos estudantes do Ensino Superior junto à instituição, com a finalidade de planejar atividades direcionadas para a melhoria da qualidade do ensino superior, com base em projetos de ensino, pesquisa e extensão. Neste ano, também houve consulta pública para eleição da denominação da biblioteca, a qual foi intitulada Biblioteca Érico Veríssimo.

O Instituto Federal Farroupilha *Campus* Santo Ângelo desenvolve ações de ensino, pesquisa e extensão sempre com o objetivo de atender aos anseios da comunidade. Conta, atualmente, com 99 servidores, além de uma equipe de colaboradores terceirizados.

O *Campus* Santo Ângelo está em fase de expansão e há investimento em infraestrutura, bem como na qualificação do seu quadro de servidores.

2.2. Justificativa de oferta do curso

Os Institutos Federais foram criados pela Lei n.º 11.892, de 29 de dezembro de 2008, e têm como objetivo ofertar educação profissional e tecnológica, em todos os seus níveis e modalidades, formando e qualificando cidadãos com vistas à atuação profissional nos diversos setores da economia, com ênfase no desenvolvimento socioeconômico local, regional e nacional. Dentre os cursos, que os Institutos Federais têm compromisso na oferta, estão os cursos de licenciatura, bem como programas especiais de formação pedagógica, com vistas à formação de professores para a educação básica, sobretudo nas áreas de ciências e matemática, e para a educação profissional. Para esse objetivo, estas instituições devem destinar, pelo menos, 20% de suas vagas para matrículas em cursos de licenciatura e/ou formação pedagógica.

A Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, foi instituída pela Lei nº 11.892, de dezembro de 2008, que criou os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia (IFFar). Esse aporte legal determina, em seu artigo 2º, que os Institutos Federais são instituições de educação superior, básica e profissional, pluricurriculares e multicampi, especializadas na oferta de educação profissional e tecnológica nas diferentes modalidades de ensino, com base na conjugação de conhecimentos técnicos e tecnológicos.

Os Institutos Federais foram criados pelo Governo Federal, articulados ao Plano de Desenvolvimento da Educação (PDE) e apresenta, como ideologia, uma nova concepção de educação profissional de nível técnico e tecnológico. Essas instituições estão autorizadas e instrumentalizadas para ofertar cursos de formação inicial, cursos técnicos, cursos superiores de tecnologia, licenciaturas, bacharelados e, igualmente, há um esforço crescente para viabilizar a oferta de cursos de especialização, mestrado e doutorado (BRASIL, 2008).

A Lei de criação dos Institutos Federais estabelece como obrigatoriedade, que cada instituição proporcione um mínimo de cinquenta por cento (50%) de vagas para a formação técnica de nível médio, preferencialmente na modalidade integrada. Também define que vinte por cento (20%) seja em cursos de Licenciaturas e de formação de professores. Já nos trinta por cento (30%) restantes, há a possibilidade de promover a oferta de cursos de Tecnologia, Bacharelados, Pós-Graduação, além de cursos de Formação Inicial e Continuada de Trabalhadores (FIC) (BRASIL, 2008).

Os Institutos Federais nasceram comprometidos com a oferta de escolarização pública, gratuita e de qualidade aos jovens e adultos que, por muitos anos, ficaram impossibilitados de escolarização. Há um importante indicativo na Lei 11.892 de 2008, que orienta que os eixos tecnológicos ofertados nos campi dos Institutos Federais precisam atender às necessidades das comunidades em que estão inseridos, em especial: quilombolas rurais, quilombolas urbanos, assentamentos urbanos, assentamentos rurais, pescadores, favelados, comunidades ribeirinhas, agricultores e agricultoras e possíveis movimentos sociais (BRASIL, 2008).

Nesse contexto, o Instituto Federal Farroupilha, possui uma década de história e reconhecidamente coopera de forma significativa com a formação humana e profissional em inúmeros cenários do Sul do Brasil, oportunizando a milhares de gaúchos educação pública, gratuita e de qualidade.

É relevante manifestar que a Lei nº 11.892, de dezembro de 2008, apresenta os objetivos dos Institutos Federais, quais sejam: ministrar educação profissional técnica de nível médio, prioritariamente na forma de cursos integrados; desenvolver pesquisas aplicadas, potencializando o desenvolvimento de soluções técnicas e tecnológicas, ampliando seus benefícios à comunidade; otimizar atividades de extensão de acordo com os princípios e finalidades da educação profissional e tecnológica, atentam para a necessária mediação com o mundo do trabalho e os segmentos sociais e efetivar, em nível de educação superior, cursos de licenciatura, bem como programas de formação pedagógica, com vistas à formação de profissionais habilitados para atuar com competência, na educação básica (BRASIL, 2008).

Nesse sentido, no IFFar, a política institucional traduz o compromisso com a formação de profissionais para atender às inúmeras necessidades da população, e, igualmente, com a formação de profissionais da educação. Esses, em especial, são preparados para contribuir com o desenvolvimento humano, colocando energia e esperança na construção de um processo de educação para o país, com mais qualidade.

No Brasil, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação 9394/96 (LDBEN) regulamenta a oferta de formação de professores. No artigo 62 apresenta:

[...] a formação de docentes para atuar na educação básica far-se-á em nível superior, em curso de licenciatura plena, admitida, como formação mínima para o exercício do magistério na educação infantil e nos cinco primeiros anos do ensino fundamental, a oferecida em nível médio, na modalidade normal (Redação dada pela lei nº 13.415, de 2017). (BRASIL, 1996).

Há também uma abordagem, nesse aporte legal, de que a União, o Distrito Federal, os Estados e os Municípios, têm a obrigatoriedade de, em regime de colaboração, unir esforços, para oportunizar a formação inicial, a continuada e a capacitação dos profissionais do magistério. Nesse processo, a referida lei, acrescenta que essa ação, poderá ser operacionalizada, com o apoio de recursos e tecnologias de educação a distância, caso seja necessário. No entanto, quanto à formação inicial dos docentes, a prioridade é para o ensino presencial, suplementado com o uso de recursos e tecnologias de educação a distância. É imprescindível registrar que no § 4º “A União, o Distrito Federal, os Estados e os Municípios adotarão mecanismos de acesso e permanência em cursos de formação de docentes em nível superior para atuar na educação básica pública.” (Incluído pela Lei nº 12.796, de 2013) (BRASIL, 1996).

A oferta do Curso Superior de Licenciatura em Pedagogia, pelo Instituto Federal Farroupilha, *Campus* Santo Ângelo, legitima-se, ao contemplar o que estabelece a LDBEN, isto é, o compromisso das instituições de educação superior com a formação de professores para atuar em todos os níveis e modalidades de ensino. De acordo com a referida Lei, os Níveis e as Modalidades de Educação e Ensino, no Brasil, estão assim definidos: “Artigo 21. A educação escolar compõe-se de: I - educação básica, formada pela educação infantil, ensino fundamental e ensino médio; II - educação superior” (BRASIL, 1996).

No Instituto Federal Farroupilha, *Campus* Santo Ângelo, a LDBEN tem sido um referencial que apoia e orienta a formação de professores, bem como outros aportes legais, como as diretrizes definidas pelo Ministério da Educação, que orientam as instituições de ensino superior, quanto às normas e especificidades para a formação de professores.

É relevante historicizar que a Constituição Federal do Brasil de 1988, assegura o direito à educação para todos os brasileiros, normativa expressa no artigo 208, que anuncia:

O dever do Estado com a educação será efetivado mediante a garantia de: I - educação básica obrigatória e gratuita dos 4 (quatro) aos 17 (dezessete) anos de idade, assegurada inclusive sua oferta gratuita para todos os que a ela não tiveram acesso na idade própria. (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 59, de 2009). Vide Emenda Constitucional nº 59, de 2009 (BRASIL, 1988).

É possível observar, que a emenda constitucional 59 de 2009, amplia o direito de todos/as os/as cidadãos/ à educação pública gratuita, e, assim o Brasil passa a assumir a condição de uma das nações com maior tempo de ensino obrigatório no mundo. A centralidade da Emenda é a universalização das matrículas entre a faixa etária de 4 a 17 anos, além das pessoas que não tiveram acesso à escola. Trata-se, na verdade, de um significativo avanço, quanto ao direito de acesso à educação e que se traduz mais uma vez, na necessidade de ampliar o número de profissionais da educação para atuar na educação básica.

A Lei N° 13.005/2014, que aprova o Plano Nacional de Educação - PNE e dá outras providências, apresenta como uma de suas importantes diretrizes a universalização do atendimento escolar. Para atender e contribuir a fim de realizar essa meta do Plano Nacional de Educação em vigor (2014-2024), é imprescindível que as Instituições de Ensino Superior ofereçam cada vez mais cursos de formação de professores.

Assim, evidencia-se que a oferta do Curso de Licenciatura em Pedagogia, é fundamental para a região das Missões, pois sua implantação atenderá uma demanda de formação de profissionais para atuar na educação básica (em especial, na educação infantil e anos iniciais do ensino fundamental) ofertada em instituição pública, gratuita e de qualidade. O Instituto Federal Farroupilha, será o pioneiro na região, considerando que há outras instituições que ofertam licenciatura, porém, todas são da rede privada.

Considerando esses aportes legais e o contexto educacional contemporâneo, é preciso reconhecer a política assumida pelos Institutos Federais, quanto à oferta de cursos em nível superior e suas relevantes contribuições para o desenvolvimento da qualidade do sistema de educação no Brasil. É nesse cenário, que o Instituto Federal Farroupilha, *Campus* Santo Ângelo, objetiva ampliar sua contribuição, ao oportunizar para a comunidade local e regional o acesso a mais um curso superior em instituição pública, gratuita e de qualidade. Portanto, a oferta de cursos de licenciatura atende a obrigatoriedade legal; por outro lado, diz respeito ao atendimento de demandas da sociedade local e regional, que sinaliza a necessidade de oferta desta e outras licenciaturas para o IFFar *Campus* Santo Ângelo.

O Instituto Federal Farroupilha, *Campus* Santo Ângelo/RS, foi instituído, no ano de 2013, com a missão de ofertar educação pública, gratuita e de qualidade para toda a população que integra a Microrregião Santo Ângelo 16 (dezesseis) municípios incluídos e demais interessados em usufruir dessa oportunidade de investir na sua formação cidadã e no desenvolvimento profissional.

Os primeiros cursos superiores implantados no IFFar, *Campus* Santo Ângelo/RS, foram: Curso Superior de Sistemas para Internet; Curso Superior de Licenciatura em Computação e Curso Superior de Tecnologia em Gestão do Agronegócio. Entre eles, o Curso de Licenciatura em Computação destina-se à formação de professores.

Diante disso, há um engajamento de gestores e servidores para efetivar essa formação docente com o objetivo de colaborar na qualificação do sistema nacional de educação nas esferas municipal, estadual, federal e privada.

Na verdade, a trajetória para implantar o Curso Superior de Licenciatura em Pedagogia, iniciou no ano de 2020, quando foi realizada uma pesquisa com a comunidade interna do IFFar, envolvendo também a comunidade externa e o resultado apontou para a necessidade da oferta do Curso de Licenciatura em Pedagogia. Foram centenas de participantes na pesquisa e, desses, um significativo percentual sinalizou o curso de Pedagogia, como o mais urgente para a região missioneira.

O Curso de Licenciatura em Pedagogia se traduz na possibilidade em atender a demanda de desenvolvimento profissional docente, para um contingente de escolas públicas e privadas no município de Santo Ângelo e região, com a formação de profissionais progressistas e inovadores habilitados para atuar na educação básica em todas suas etapas: educação infantil; ensino fundamental; ensino médio – e modalidades; educação de jovens e adultos; educação especial; educação profissional e técnica de nível médio; educação escolar indígena; educação do campo; educação escolar quilombola, educação prisional e educação a distância. É pertinente evidenciar, também, que o Curso Superior de Licenciatura em Pedagogia, oportuniza ao licenciado uma visão de globalidade do processo educativo, ao mesmo tempo em que habilita a ingressar em programas de pós-graduação, que têm a pesquisa como princípio formativo. É fundamental destacar, que há uma região abrangente para atender, quando se trata de formação de profissionais para atuar no contexto educacional.

Nesse sentido, apresentamos alguns dados do ano de 2022, enviados pela Secretaria Municipal de Educação, do Município de Santo Ângelo/RS.

ANO 2022			
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO - MUNICÍPIO DE SANTO ÂNGELO/RS			
Número de Escolas Educação Infantil	Número de alunos na Educação Infantil	Número de Professores	Número de servidores
21	2.683	560	300
Número de Escolas de Ensino Fundamental	Número de alunos no Ensino Fundamental		
20	2.957		
Total de Escolas	Total de Alunos		
41	5.640		

Fonte: Dados atualizados da 14ª CRE/RS (2022)

Na sequência, são divulgados dados importantes da rede pública estadual do estado do Rio Grande do Sul, no município de Santo Ângelo/RS.

ANO 2022			
14ª COORDENADORIA REGIONAL DE EDUCAÇÃO – SANTO ÂNGELO/RS			
Número de escolas	Número de alunos	Número de Professores	Número de servidores
37	11.300	1.753	700

Fonte: Dados atualizados da 14ª CRE/RS

Julgamos oportuno referenciar, também, os dados das Escolas de Educação Básica privadas de Santo Ângelo/RS. Para tanto, foi realizada uma entrevista com o Diretor do Sindicato dos Professores do Ensino Privado do SINPRO/ RS da região das Missões Sr. Cirilo José Dalla-Costa.

SINDICATO DAS ESCOLAS PRIVADAS	
SINPRO REGIONAL DE SANTO ÂNGELO/RS	
Número de Escolas	Número Aproximado de Professores
13	500

Fonte: SINPRO – Regional Santo Ângelo/RS

O contexto educacional do município de Santo Ângelo é constituído por um número significativo de escolas, que atende uma demanda expressiva de estudantes, hoje matriculados na Educação Básica. Da mesma forma, percebe-se um considerável quantitativo de profissionais de educação, atuando na educação básica, tendo o ensino como sua principal atividade profissional.

Diante disso, o Instituto Federal Farroupilha *Campus* Santo Ângelo, assume o compromisso com a formação de licenciados, com a construção e fortalecimento da identidade profissional docente, pois como afirma Libâneo (2008) a qualidade dos resultados de aprendizagem dos estudantes, é inseparável da qualificação e competência profissional dos educadores.

Esse propósito de toda a comunidade institucional do IFFar *Campus* Santo Ângelo, em presentear a comunidade local e regional, com um curso diferenciado de formação de professores, está muito alinhado aos pressupostos legais, que hoje definem as principais bases para a formação docente. Nesse sentido, recorda-se a Resolução do CNE/CP nº 1, de 15 de maio de 2006, que Institui Diretrizes Curriculares Nacionais para o Curso de Graduação em Pedagogia, licenciatura, e a Resolução nº 2, de 1º de julho de 2015, que define as Diretrizes Curriculares Nacionais para a formação inicial em nível superior (cursos de licenciatura). Esses documentos referenciam um conjunto de aportes teóricos que precisam balizar a proposta do referido curso. Assim, é oportuno manifestar a preocupação de todos os servidores do IFFar, com a definição de bases epistemológicas que constituem o projeto e estarão presentes em toda a arquitetura curricular do curso.

Há um sentimento e, ao mesmo tempo, a certeza de que o IFFar necessita trabalhar apoiado em bases epistemológicas, em prol de uma formação profissional do Pedagogo (educador, gestor, pesquisador) qualificado e capaz de compreender os processos fundamentais para efetivar inovações pedagógicas, participativo, e, ainda, que tenha clareza dos princípios definidos para a educação nacional, entre eles, a gestão democrática, presente na Constituição Federativa do Brasil (1988) e na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (2016). Nessa direção, um Pedagogo formado para atuar:

[...] na Educação Infantil e nos anos iniciais do Ensino Fundamental, prioritariamente; nas disciplinas pedagógicas dos cursos de Ensino Médio, na modalidade Normal; na Educação

Profissional na área de serviços e de apoio escolar; na Educação de Jovens e Adultos; na participação em atividades da gestão de processos educativos, no planejamento, implementação, coordenação, acompanhamento e avaliação de atividades e projetos educativos; em reuniões de formação pedagógica (BRASIL, 2016, s.p.).

Observa-se a importância da formação do Licenciado em Pedagogia, considerando os diferentes contextos de atuação, bem como, as inúmeras ações que irá empreender nas diferentes etapas e modalidades da educação básica (Educação Especial, Educação de Jovens e Adultos, Educação do Campo, Educação Escolar Indígena, Educação Escolar Quilombola, Educação a Distância).

Evidencia-se o significado social da profissão-pedagogo, um profissional que colabora de forma significativa com a formação integral de crianças, jovens e adultos. Sendo assim, o IFFar *Campus* Santo Ângelo, compromete-se em oferecer uma sólida formação teórica valorizando a unidade teoria-prática, bem como, o trabalho coletivo, com as instituições da rede pública do município de Santo Ângelo/RS.

Portanto, o Curso de Licenciatura em Pedagogia, traduz-se no primeiro curso dessa área, a ser ofertado em instituição pública, na região missioneira, ampliando sobremaneira o acesso à formação superior. Reforçamos o fato de que há uma responsabilidade social da própria instituição, com a formação de profissionais para a educação, preparados para atuar de forma ativa e interativa com a sua comunidade, em ambientes escolares e não escolares.

O impacto da formação deste profissional na comunidade interna e externa, será altamente reconhecido, pois, essencialmente o pedagogo, trabalhará com a educação, com a formação humana, elemento vital, como caminho para a construção de homens e mulheres mais politizados e comprometidos com a transformação social. "A educação há de ir para onde vai a vida: Se a educação precisa ir onde vai a vida ela deve, em primeiro lugar, ir onde estão as pessoas"(STRECK, 2007).

2.3. Objetivos do Curso

2.3.1. Objetivo Geral

Formar professores em nível superior para a docência da Educação Infantil e dos Anos Iniciais do Ensino Fundamental capacitados para atuar nas diferentes modalidades de ensino e/ou nas demais áreas nas quais sejam previstos conhecimentos pedagógicos, nos processos educativos formais e não formais, nas disciplinas pedagógicas dos cursos de Ensino Médio, na modalidade Normal, na área de serviços e de apoio escolar, na gestão educacional, orientando o exercício profissional por valores éticos, políticos e sociais.

2.3.2. Objetivos Específicos

Os objetivos específicos do curso compreendem:

- Desenvolver a responsabilidade profissional do pedagogo frente a sua área de atuação na Educação Básica e em espaços nos quais sejam necessários conhecimentos pedagógicos;
- Possibilitar o aprofundamento de conhecimentos da escola como organização complexa que tem a função de semear a educação para e na cidadania;

- Promover estudos a respeito dos saberes disciplinares básicos para a atuação profissional do pedagogo;
- Estimular a pesquisa para ampliar a compreensão de conhecimentos teórico-metodológicos como base para a atuação profissional;
- Desafiar e orientar o desenvolvimento de processos investigativos que conduzam à realização da pesquisa educacional;
- Enfatizar a compreensão das políticas de inclusão no contexto do trabalho educativo como reconhecimento e valorização da diversidade.
- Desenvolver conhecimentos teóricos e práticos sobre o processo educacional visando que a formação se encontre em interface com as transformações dos contextos sociais e educacionais.
- Formar profissionais capazes de desenvolver ações educativas nas mais diferentes modalidades de ensino na busca de soluções dos problemas complexos da realidade educacional de forma preventiva (evasão, repetência, analfabetismo, violência, entre outros), favorecendo a reflexão crítica acerca dos valores éticos que necessitam permear o pensar e o agir profissional;
- Ensinar apoiado nas concepções e bases teóricas de propostas de organização curricular integrada, comprometendo-se com a formação humana integral.
- Construir currículos globalizantes em que as relações disciplinares tenham como base princípios de interdisciplinaridade, transdisciplinaridade e multidisciplinaridade, atribuindo significados aos objetivos e definindo estratégias diversificadas como ferramentas para estimular o pensamento construtivo e autônomo do aluno.
- Promover a interação entre escola, família e comunidade, através de ações sociais e educativas;
- Trabalhar e lutar de forma permanente pela inclusão escolar e pelo respeito às diferenças de natureza ambiental-ecológica, étnico-racial, de gêneros, faixas geracionais, classes sociais, religiões, necessidades especiais, escolhas sexuais, entre outras;
- Cooperar na organização e gestão de sistemas e das instituições de ensino, contribuindo com o planejamento, execução, elaboração, implementação, coordenação, acompanhamento e avaliação de programas, projetos pedagógicos e/ou projetos inovadores a serem realizados em espaços escolares e não-escolares;
- Participar da produção e difusão do conhecimento científico-tecnológico do campo educacional, em contextos escolares e não-escolares;
- Contribuir para o desenvolvimento do pensamento crítico-reflexivo e da atualização profissional permanente em áreas emergentes do campo educacional e das inovações tecnológicas, pedagógicas e de novas tendências epistemológicas e metodológicas.
- Orientar a atuação profissional apoiada em valores éticos, comprometidos com a construção de uma sociedade justa e igualitária.

2.4. Requisitos e formas de acesso

Para ingresso no Curso Superior de Licenciatura em Pedagogia, é necessário que o candidato tenha concluído o Ensino Médio e submeta-se à seleção prevista pela Instituição. Os cursos de graduação do IFFar seguem regulamentação institucional própria quanto aos requisitos e formas de acesso, aprovada pelo Conselho Superior (Consup) por meio de Resolução.

Anualmente, é lançado um Edital para ingresso nos Cursos de Graduação, sob responsabilidade da Comissão de Processo Seletivo, o qual contempla de maneira específica cada curso, seus critérios seletivos, a distribuição de vagas de acordo com a Política de Ações Afirmativas, vagas de ampla concorrência e percentuais de reserva de vagas para pessoas com deficiência, conforme legislação em vigência. Essas informações são atualizadas de acordo com a Resolução do Consup que aprova o Processo Seletivo e, assim como o Edital do Processo Seletivo do ano vigente, pode ser encontrada no Portal Institucional do IFFar.

3. POLÍTICAS INSTITUCIONAIS NO ÂMBITO DO CURSO

As políticas institucionais de Ensino, Extensão, Pesquisa e Inovação desenvolvidas no âmbito do Curso estão em consonância com as políticas constantes no Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) do IFFar, as quais convergem e contemplam as necessidades do curso. Ao se falar sobre indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão, cabe ressaltar que cada uma dessas atividades, mesmo que possa ser realizada em tempos e espaços distintos, tem um eixo norteador fundamental: atingir a função social da instituição que é a de democratizar o saber e contribuir para a construção de uma sociedade ética e solidária.

3.1. Políticas de Ensino

O Ensino proporcionado pelo IFFar é ofertado por meio de cursos e programas de formação inicial e continuada, de educação profissional técnica de nível médio e de educação superior de graduação e de pós-graduação, desenvolvidos articuladamente à pesquisa e à extensão, sendo o currículo fundamentado em bases filosóficas, epistemológicas, metodológicas, socioculturais e legais, expressas no Projeto Pedagógico Institucional (PPI) e norteadas pelos princípios da estética, da sensibilidade, da política, da igualdade, da ética, da identidade, da interdisciplinaridade, da contextualização, da flexibilidade e da educação como processo de formação na vida e para a vida, a partir de uma concepção de sociedade, trabalho, cultura, ciência, tecnologia e ser humano.

A instituição oferece, além das atividades de ensino realizadas no âmbito do currículo, o financiamento a Projetos de Ensino por meio do Programa Institucional de Projetos de Ensino (PROJEN). Esse programa promove atividades de ensino extracurriculares, visando ao aprofundamento de temas relacionados à área formativa do curso, por meio de ações de ensino, projetos de ensino e projetos de monitoria, nos quais os estudantes participantes podem atuar como bolsistas, monitores ou público-alvo, de forma a aprofundar seus conhecimentos.

Ações de Ensino - constituem-se em ações pontuais de formação como palestras, encontros, oficinas, cursos, minicursos, jornadas, entre outros, com vistas a contemplar temáticas pertinentes à formação acadêmica.

Projetos de Ensino – constituem-se por conjuntos de atividades desenvolvidas externamente à sala de aula, não computadas entre as atividades previstas para cumprimento do Projeto Pedagógico de Curso. Os projetos

visam à melhoria do processo de ensino e de aprendizagem nos cursos técnicos e de graduação e destinam-se exclusivamente à comunidade interna, com o envolvimento obrigatório de discentes como público-alvo.

Projetos de Monitoria – a monitoria constitui-se como atividade auxiliar de ensino com vista à melhoria do processo de ensino e de aprendizagem nos componentes curriculares dos Projetos Pedagógicos de Cursos do IFFar. Tem como objetivos auxiliar na execução de programas e atividades voltadas à melhoria do processo de ensino e de aprendizagem, apoiar o corpo docente no desenvolvimento de práticas pedagógicas e na produção de material didático, bem como prestar apoio aos estudantes que apresentam dificuldade de aprendizagem em componentes curriculares.

3.2. Políticas de Pesquisa e de Inovação

A pesquisa pressupõe a interligação entre trabalho, ciência, tecnologia e cultura para a busca de soluções. A pesquisa deve vir ancorada em dois princípios: o científico, que se consolida na construção da ciência e o educativo, que diz respeito à atitude de questionamento diante da realidade. A organização das atividades de pesquisa no IFFar pode ser melhor definida a partir de três conceitos estruturantes, conforme segue:

- Projetos de pesquisa – As atividades de pesquisa são formalizadas e registradas na forma de projetos de pesquisa, com padrões institucionais seguindo as normas nacionais vigentes. Todo o projeto deve estar vinculado a um grupo de pesquisa.

- Grupos de pesquisa – As pessoas envolvidas diretamente nas atividades de pesquisa (pesquisadores) são organizadas na forma de grupos de pesquisa. Os grupos, por sua vez, são estruturados em linhas de pesquisa, que agregam pesquisadores experientes e iniciantes, bem como estudantes de iniciação científica e tecnológica. Todos os grupos de pesquisa são chancelados junto ao Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq).

- Financiamento – Um dos maiores desafios, o financiamento de projetos de pesquisa se dá de diferentes formas:

- a) recursos institucionais para custeio das atividades de pesquisa, bem como manutenção e ampliação da infraestrutura de pesquisa;

- b) bolsas institucionais de iniciação científica ou tecnológica para estudantes de ensino técnico e superior (graduação e pós-graduação);

- c) bolsas de iniciação científica ou tecnológica para estudantes, financiadas por instituições ou agências de fomento à pesquisa (ex.: FAPERGS, CNPq, CAPES, entre outras);

- d) recursos para custeio e apoio a projetos e bolsas de iniciação científica e tecnológica para estudantes, financiadas por entidades ou instituições parceiras, via fundação de apoio.

De maneira a contribuir diretamente no desenvolvimento econômico e social e na superação de desafios locais, o IFFar, junto de sua política de pesquisa, busca desenvolver ações voltadas ao empreendedorismo e à inovação articulados com os setores produtivos, sociais, culturais, educacionais, locais, etc.

O IFFar conta com os seguintes Programas de apoio ao empreendedorismo e inovação:

- Programa de incentivo à implantação de empresas juniores – Objetiva o apoio e financiamento de ações de implantação de empresas juniores nos *campi* do IFFar;
- Programa de apoio à implantação de unidades de incubação nos *campi* – Busca oferecer recursos para a implantação de unidades incubadoras nos *campi*, vinculados à seleção de empreendimentos para a incubação interna no IFFar;
- Programa de apoio a projetos de pesquisa aplicada e inovação – Fornece suporte a projetos de pesquisa científica e tecnológica aplicada ou de extensão tecnológica que contribuam significativamente para o desenvolvimento científico e tecnológico cooperados entre o IFFar e instituições parceiras demandantes, incentivando a aproximação do IFFar com o setor produtivo, gerando parcerias para o desenvolvimento de inovações em produtos ou processos além de inserir o estudante no âmbito da pesquisa aplicada e aproximá-lo ao setor gerador de demandas.

3.3. Políticas de Extensão

A extensão no IFFar é compreendida como um processo educativo, cultural, social, científico e tecnológico visando ao desenvolvimento socioeconômico, ambiental e cultural, em articulação permanente com o ensino e a pesquisa. Sendo assim, promove a interação transformadora entre a instituição, os segmentos sociais e o mundo do trabalho local e regional, com ênfase na produção, no desenvolvimento e na difusão de conhecimentos científicos e tecnológicos. Para isso, o IFFar assume uma política de extensão baseada nos princípios da inovação e do empreendedorismo, articulando o saber fazer à realidade socioeconômica, cultural e ambiental da região, comprometida com o desenvolvimento acadêmico dos estudantes e com a transformação social.

Os programas institucionais de Extensão visam viabilizar a consecução das Políticas de Extensão e encontram-se organizados da seguinte forma:

- Programa de Arte e Cultura – Visa a reconhecer e a valorizar a diversidade cultural, étnica e regional brasileira no âmbito das regiões de atuação do IFFar, bem como valorizar e difundir as criações artísticas e os bens culturais, promover o direito à memória, ao patrimônio histórico e artístico, material e imaterial, propiciando o acesso à arte e à cultura às comunidades. As linhas de extensão de artes cênicas, artes integradas, artes plásticas, artes visuais, mídias, música e patrimônio cultural, histórico e natural.
- Programa Institucional de Apoio ao Desenvolvimento e Integração da Faixa de Fronteira Farroupilha – PIADIFF – Almeja o desenvolvimento de ações de Extensão na faixa de fronteira que fomentem a constante geração de oportunidades para o exercício da cidadania e melhoria da qualidade de vida de suas populações, permitindo a troca de conhecimentos e de mobilidade acadêmica/intercâmbios.
- Programa Institucional de Inclusão Social – PIISF – Tem como finalidade desenvolver ações de Extensão que venham a atender comunidades em situação de vulnerabilidade social no meio urbano e rural, utilizando-se das dimensões operativas da Extensão, como forma de ofertar cursos/projetos de geração de trabalho e renda, promoção de igualdade racial, de gênero e de pessoas com deficiência, inclusão digital e segurança alimentar/nutricional.

- Programa de Acompanhamento de Egressos – PAE – Conjunto de ações que visam a acompanhar o itinerário profissional do egresso, na perspectiva de identificar cenários junto ao mundo produtivo e retroalimentar o processo de ensino, pesquisa e extensão. Os programas acima descritos buscam estimular a participação de servidores docentes e técnico-administrativos em educação em ações de extensão, bem como dos discentes, proporcionando o aprimoramento da sua formação profissional. Ao mesmo tempo constituem-se em estratégias de interação com os diferentes segmentos da comunidade local e regional, visando à difusão de conhecimentos e o desenvolvimento tecnológico.

Além dos Programas, a extensão também está presente nos cursos de graduação por meio da estratégia de curricularização da extensão, em atendimento à Resolução CNE/CES n.º 07/2018, que define o mínimo de 10% da carga horária total do curso para o desenvolvimento de atividades de extensão. No IFFar, a curricularização da extensão segue regulamentação própria, alinhada à Resolução CNE/CES n.º 07/2018, a qual é atendida no âmbito deste PPC.

Os estudantes do Curso Superior de Licenciatura em Pedagogia são estimulados a participar dos projetos e atividades na área de ensino, pesquisa e extensão, os quais poderão ser aproveitados no âmbito do currículo como atividades complementares, conforme normativa prevista neste PPC.

3.4. Políticas de Atendimento ao Discente

No IFFar, são desenvolvidas políticas de atendimento ao estudante em diversas áreas com vistas a assegurar o direito à educação, destacando-se as de assistência estudantil, atendimento pedagógico, psicológico e social, atividades de nivelamento, oportunidades para mobilidade acadêmica, ações inclusivas e o Programa Permanência e Êxito (PPE).

3.4.1. Assistência Estudantil

A Assistência Estudantil do IFFar constitui-se em um conjunto de ações que têm como objetivo garantir o acesso, o êxito, a permanência e a participação de seus alunos nos espaços institucionais. A Instituição, atendendo o Decreto n.º 7.234, de 19 de julho de 2010, que dispõe sobre o Programa Nacional de Assistência Estudantil (PNAES), aprovou por meio da Resolução n.º 12/2012 a Política de Assistência Estudantil do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Farroupilha, a qual estabelece os princípios e eixos que norteiam os programas e projetos desenvolvidos nos seus *Campi*.

A Política de Assistência Estudantil abrange todas as unidades do IFFar e tem entre os seus objetivos: promover o acesso e permanência na perspectiva da inclusão social e da democratização do ensino; assegurar aos estudantes igualdade de oportunidades no exercício de suas atividades curriculares; promover e ampliar a formação integral dos estudantes, estimulando a criatividade, a reflexão crítica, as atividades e os intercâmbios de caráter cultural, artístico, científico e tecnológico; bem como estimular a participação dos educandos, por meio de suas representações, no processo de gestão democrática.

Para cumprir com seus objetivos, o setor de Assistência Estudantil possui alguns programas como: Programa de Segurança Alimentar e Nutricional; Programa de Promoção do Esporte, Cultura e Lazer; Programa de Atenção

à Saúde; entre outros. Dentro de cada um desses programas existem linhas de ações, como, por exemplo, auxílios financeiros aos estudantes, prioritariamente àqueles em situação de vulnerabilidade social (auxílio permanência, auxílio transporte, auxílio eventual, auxílio atleta e apoio financeiro à participação em eventos), em alguns *Campi*, moradia estudantil.

A Política de Assistência Estudantil, bem como seus programas, projetos e ações são concebidas como um direito do estudante, garantido e financiado pela Instituição por meio de recursos federais, assim como pela destinação de, no mínimo, 5% do orçamento anual de cada *Campus* para este fim. Para o desenvolvimento destas ações, cada *Campus* do IFFar possui em sua estrutura organizacional uma Coordenação de Assistência Estudantil (CAE), que, juntamente com uma equipe especializada de profissionais e de forma articulada com os demais setores da Instituição, trata dos assuntos relacionados ao acesso, permanência, sucesso e participação dos alunos no espaço escolar.

A CAE do *Campus* Santo Ângelo é composta por uma equipe mínima de dez servidores, incluindo Assistente Social, Técnica em Assuntos Educacionais, Nutricionista, Médica, Odontóloga, Enfermeira, Técnico em Enfermagem e três Assistentes de Aluno. Quanto à sua infraestrutura, o refeitório, a sala de convivência e o espaço para as organizações estudantis estão em processo de implantação.

3.4.2. Atividades de Nivelamento

Entende-se por nivelamento as ações de recuperação de aprendizagens e o desenvolvimento de atividades formativas que visem a revisar conhecimentos essenciais para que o estudante consiga avançar no itinerário formativo de seu curso com aproveitamento satisfatório. Apresentadas como atividades extracurriculares, visam sanar algumas dificuldades de acompanhamento pedagógico no processo escolar anterior à entrada no curso, considerando as diferentes oportunidades/trajetórias formativas. Tais atividades serão asseguradas aos estudantes, por meio de:

I – disciplinas de formação básica, na área do curso, previstas no próprio currículo do curso, visando retomar os conhecimentos básicos a fim de dar condições para que os estudantes consigam prosseguir no currículo;

II – projetos de ensino elaborados pelo corpo docente do curso, aprovados no âmbito do NPI, voltados para conteúdos ou temas específicos com vistas à melhoria da aprendizagem nos cursos superiores de graduação;

III - programas de educação tutorial, incluindo monitoria, que incentivem grupos de estudo entre os estudantes de um curso, com vistas à aprendizagem cooperativa;

e IV - demais atividades formativas promovidas pelo curso, para além das atividades curriculares que visem subsidiar ou sanar as dificuldades de aprendizagem dos estudantes.

3.4.3. Atendimento Pedagógico e Social

O IFFar *Campus* Santo Ângelo possui uma equipe de profissionais voltada ao atendimento pedagógico e social dos estudantes, incluindo pedagoga, assistente social, técnica em assuntos educacionais e assistente de alunos. A partir do organograma institucional estes profissionais atuam em setores como: Coordenação de

Assistência Estudantil (CAE), Coordenação de Ações Afirmativas (CAA) e Setor de Assessoria Pedagógica (SAP), os quais desenvolvem ações que têm como foco o atendimento ao discente.

O atendimento compreende atividades de orientação e apoio ao processo de ensino e aprendizagem, tendo como foco não apenas o estudante, mas todos os sujeitos envolvidos, resultando, quando necessário, na reorientação deste processo. As atividades de apoio psicológico, pedagógico e social atenderão as demandas de caráter pedagógico, psicológico, social, entre outros, através do atendimento individual e/ou em grupos, com vistas à promoção, qualificação e ressignificação dos processos de ensino e aprendizagem.

Os estudantes com necessidade especiais de aprendizagem terão atendimento educacional especializado pelo Núcleo de Apoio às Pessoas com Necessidades Educacionais Específicas (NAPNE), que visa oferecer suporte ao processo de ensino e aprendizagem de estudantes com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades/superdotação, envolvendo também orientações metodológicas aos docentes para a adaptação do processo de ensino às necessidades destes sujeitos.

O *campus* também estimula os servidores a realizarem projetos com foco na permanência e no êxito. Ações dessa natureza têm conseguido desempenhar atividades em diferentes áreas: saúde, esporte, orientação educacional e são um importante instrumento para o acompanhamento dos estudantes dos diferentes cursos.

3.4.4. Ações Inclusivas e Ações Afirmativas

Entende-se como inclusão o conjunto de estratégias voltadas à garantia de permanente debate e promoção de ações, programas e projetos para garantia do respeito, do acesso, da participação e da permanência com qualidade e êxito de todos e todas no âmbito do IFFar.

O IFFar priorizará ações inclusivas voltadas às especificidades dos seguintes grupos e relações, com vistas à garantia de igualdade de condições e de oportunidades educacionais, de acordo com a Política de Diversidade e Inclusão:

I - Pessoa com Necessidades Educacionais Específicas (NEE):

- a) pessoa com deficiência;
- b) pessoa com transtorno do espectro do autismo;
- c) pessoa com altas habilidades/superdotação; e,
- d) pessoa com transtornos de aprendizagem.

II – relações que envolvem gênero e diversidade sexual; e,

III – relações étnico-raciais.

Para a efetivação da educação inclusiva, o IFFar tem como referência a Política Institucional de Diversidade e Inclusão, aprovada por meio da Resolução Consup nº 79/2018, a qual compreende ações voltadas para:

I - preparação para o acesso;

II - condições para o ingresso; e,

III - permanência e conclusão com sucesso.

Além disso, a instituição prevê a certificação por terminalidade específica, a oferta de Atendimento Educacional Especializado, flexibilizações curriculares e o uso do nome social, os quais são normatizados por meio de documentos próprios no IFFar.

A Política de Ações Afirmativas do IFFar constitui-se em um instrumento de promoção dos valores democráticos, de respeito à diferença e à diversidade socioeconômica e étnico-racial e das condições das pessoas com deficiência (PcD), mediante a ampliação do acesso aos cursos e o acompanhamento do percurso formativo na Instituição, com a adoção de medidas que estimulem a permanência nos cursos, por meio da Resolução Consup nº 22/2022.

Para auxiliar na operacionalização da Política de Diversidade e Inclusão do IFFar, o *Campus Santo Ângelo* conta com a Coordenação de Ações Afirmativas (CAA), que abarca os seguintes Núcleos: Núcleo de Estudos Afro-Brasileiros e Indígenas (NEABI) e Núcleo de Gênero e Diversidade Sexual (NUGEDIS), e com a Coordenação de Apoio às Pessoas com Necessidades Educacionais Específicas (CAPNE), que conta com o apoio do Núcleo de Apoio às Pessoas com Necessidades Educacionais Específicas (NAPNE). Há também, na Reitoria, o Núcleo de Elaboração e Adaptação de Materiais Didático/Pedagógicos – NEAMA do IFFar, que tem como objetivo principal o desenvolvimento de materiais didático-pedagógicos acessíveis.

A CAA tem como objetivos estabelecer conceitos, princípios, diretrizes e ações institucionais de promoção da inclusão de estudantes e servidores, com foco nas relações étnico-raciais e de gênero e diversidade sexual, bem como, demarcar uma postura institucional de prevenção e combate à discriminação, ao racismo e à violência de gênero.

A CAPNE tem como objetivos estabelecer conceitos, princípios, diretrizes e ações institucionais de promoção da inclusão de pessoas com NEE, demarcando uma postura institucional de prevenção e combate à discriminação e ao capacitismo.

3.4.4.1. Núcleo de Estudos Afro-Brasileiros e Indígenas (NEABI)

O NEABI tem os objetivos de estabelecer conceitos, princípios, diretrizes e ações institucionais de promoção da inclusão de estudantes e servidores, pautadas na construção da cidadania por meio da valorização da identidade étnico-racial, principalmente de afrodescendentes e indígenas; e de demarcar uma postura institucional de prevenção e combate à discriminação e ao racismo.

Nessa perspectiva, o NEABI, como núcleo propositivo e consultivo, tem as competências de:

- subsidiar a CAA, apresentando demandas, sugestões e propostas que venham a contribuir com as questões relativas à inclusão, com foco nas relações étnico-raciais e nas políticas afirmativas;
- propor momentos de capacitação para os servidores e comunidade em geral, sobre a temática da inclusão, com foco nas relações étnico-raciais e nas políticas afirmativas;
- apoiar as atividades propostas pelos servidores para inclusão, com foco nas relações étnico-raciais;
- participar da elaboração de projetos que visem à inclusão, com foco nas relações étnico-raciais; e,
- trabalhar de forma colaborativa com os demais núcleos inclusivos dos campi.

No *Campus* Santo Ângelo, o NEABI é composto pelos seguintes membros: um servidor docente efetivo, um servidor técnico-administrativo em educação efetivo e um estudante regularmente matriculado na unidade.

3.4.4.2. Núcleo de Gênero e Diversidade Sexual (NUGEDIS)

As questões de gênero e diversidade sexual estão presentes nos currículos, espaços, normas, ritos, rotinas e práticas pedagógicas das instituições de ensino. Não raro, as pessoas identificadas como dissonantes em relação às normas de gênero e à matriz sexual são postas sob a mira preferencial de um sistema de controle e vigilância que, de modo sutil e profundo, produz efeitos sobre todos os sujeitos e os processos de ensino e aprendizagem. Histórica e culturalmente transformada em norma, produzida e reiterada, a heterossexualidade obrigatória e as normas de gênero tornam-se o baluarte da heteronormatividade e da dualidade homem e mulher. As instituições de ensino acabam por se empenhar na reafirmação e no êxito dos processos de incorporação das normas de gênero e da heterossexualização compulsória.

Com intuito de proporcionar mudanças de paradigmas sobre a diferença, mais especificamente sobre gênero e heteronormatividade, o Núcleo de Gênero e Diversidade Sexual (NUGEDIS), considerando os documentos institucionais, tem como objetivo proporcionar espaços de debates, vivências e reflexões acerca das questões de gênero e diversidade sexual, na comunidade interna e externa, viabilizando a construção de novos conceitos de gênero e diversidade sexual, rompendo barreiras educacionais e atitudinais na instituição, de forma a promover a inclusão de todos na educação.

No *Campus* Santo Ângelo, o NUGEDIS é composto pelos seguintes membros: dois docentes, dois membros da CAE e dois Técnicos Administrativos em Educação.

3.4.4.3. Núcleo de Apoio às Pessoas com Necessidades Educacionais Específicas (NAPNE)

O NAPNE tem como objetivo o apoio educacional aos discentes com necessidades específicas, os quais frequentam os diversos cursos de nível médio, técnico e superior, presencial e à distância do IFFar. Essa atividade requer o acompanhamento, visando garantir o acesso e sua permanência através de adequações e/ou adaptações curriculares, construção de tecnologias assistivas e demais materiais pedagógicos. Acompanhar a vida escolar desses estudantes e estimular as relações entre instituição escolar e família, auxiliar no processo de ensino e aprendizagem, como mediador entre docentes, estudantes, gestores, são atividades dos participantes do NAPNE como fundamentais para garantir a inclusão em nosso Instituto.

São atribuições do NAPNE:

- apreciar os assuntos concernentes: à quebra de barreiras arquitetônicas, educacionais e atitudinais;
- atendimento de pessoas com necessidades educacionais específicas no *Campus*;
- revisão de documentos visando à inserção de questões relativas à inclusão no ensino regular, em âmbito interno e externo;
- promover eventos que envolvam a sensibilização e capacitação de servidores em educação para as práticas inclusivas em âmbito institucional;

- articular os diversos setores da instituição nas atividades relativas à inclusão dessa clientela, definindo prioridades de ações, aquisição de equipamentos, *software* e material didático-pedagógico a ser utilizado nas práticas educativas; e,
- prestar assessoramento aos dirigentes do *Campus* do IFFar em questões relativas à inclusão de Pessoas com Necessidades Educacionais Específicas – PNEs.

No *Campus* Santo Ângelo, o NAPNE é composto pelos seguintes membros: um servidor docente efetivo, um docente de Educação Especial, um servidor técnico-administrativo em educação efetivo, um estudante regularmente matriculado na unidade.

3.4.5. Programa Permanência e Êxito (PPE)

Em 2014, o IFFar implantou o Programa Permanência e Êxito dos Estudantes da instituição, homologado pela Resolução Consup n.º 178, de 28 de novembro de 2014. O objetivo do Programa é consolidar a excelência da oferta da EBPTT de qualidade e promover ações para a permanência e o êxito dos estudantes no IF Farroupilha. Além disso, busca socializar as causas da evasão e retenção no âmbito da Rede Federal; propor e assessorar o desenvolvimento de ações específicas que minimizem a influência dos fatores responsáveis pelo processo de evasão e de retenção, categorizados como: individuais do estudante, internos e externos à instituição; instigar o sentimento de pertencimento ao IFFar e consolidar a identidade institucional; e atuar de forma preventiva nas causas de evasão e retenção.

Visando a implementação do Programa, o IFFar institui em seus *campi* ações como: sensibilização e formação de servidores; pesquisa diagnóstica contínua das causas de evasão e retenção dos alunos; programas de acolhimento e acompanhamento aos alunos; ampliação dos espaços de interação entre a comunidade externa, a instituição e a família; prevenção e orientação pelo serviço de saúde dos *campi*; programa institucional de formação continuada dos servidores; ações de divulgação da Instituição e dos cursos; entre outras.

Através de projetos como o Programa Permanência e Êxito dos Estudantes, o IFFar trabalha em prol do Programa Nacional de Assistência Estudantil (PNAES/2010). Assim, as ações do Programa com vistas à permanência e êxito dos estudantes, são pensadas e elaboradas conjuntamente buscando uma contínua redução nos índices de evasão escolar e desenvolvidas a partir das responsabilidades de cada setor/eixo/curso.

3.5. Acompanhamento de Egressos

O IFFar concebe o acompanhamento de egressos como uma ação que visa ao planejamento, definição e retroalimentação das políticas de ensino, pesquisa e extensão da instituição, a partir da avaliação da qualidade da formação ofertada e da interação com a comunidade. Além disso, o acompanhamento de egressos visa ao desenvolvimento de políticas de formação continuada, com base nas demandas do mundo do trabalho, reconhecendo como responsabilidade da instituição o atendimento aos seus egressos.

A instituição mantém programa institucional de acompanhamento de egresso, a partir de ações contínuas e articuladas, entre as Pró-Reitorias de Ensino, Extensão e Pesquisa, Pós-graduação e Inovação e Coordenação de curso superior.

O IFFAR Santo Ângelo busca contato permanente com os egressos por meio das coordenações de curso e de extensão com vistas ao acompanhamento da sua inserção no mundo do trabalho. Outras ações promovem o encontro de egressos com as turmas ativas dos diferentes cursos oferecidos pelo *Campus* com o objetivo de partilhar experiências e aplicabilidade das aprendizagens do curso no seu campo de atuação.

3.6. Mobilidade Acadêmica

O IFFar busca participar de programas de mobilidade acadêmica entre instituições de ensino do país e instituições de ensino estrangeiras, através de convênios interinstitucionais ou através da adesão a programas governamentais, visando incentivar e dar condições para que os estudantes enriqueçam seu processo formativo a partir do intercâmbio com outras instituições e culturas.

As normas para a Mobilidade Acadêmica estão definidas e regulamentadas em documentos institucionais próprios.

4. ORGANIZAÇÃO DIDÁTICO-PEDAGÓGICA

4.1. Perfil do Egresso

O Curso de Licenciatura em Pedagogia habilita o egresso para atuar na Educação Infantil, nos Anos Iniciais do Ensino Fundamental e nas demais áreas em que sejam previstos conhecimentos pedagógicos, inclusive nas modalidades de Educação Básica, segundo a Resolução CNE/CP nº 1 de 15 de maio de 2006 e a Resolução CNE/CP nº 2, de 1º de julho de 2015, as quais instituem as Diretrizes Curriculares Nacionais para Cursos de Graduação em Pedagogia, Licenciatura, e as Diretrizes Curriculares Nacionais para os cursos de Licenciatura, respectivamente.

O perfil do egresso está alinhado ao Projeto Pedagógico Institucional do IFFar, expresso no seguinte princípio: “No IFFar, os egressos terão além da formação profissional em determinada área, a formação para atuar na sociedade de maneira comprometida com o desenvolvimento regional sustentável, reconhecendo-se como sujeito em constante formação, por meio do compartilhamento de saberes no âmbito do trabalho e da vida social.” (PDI IFFar, 2019, p. 57).

Há, portanto, um comprometimento por parte da instituição em articular a formação acadêmica à formação cidadã, contribuindo com a constituição de pessoas cada vez mais preparadas para a inserção social e profissional, com vistas no desenvolvimento humano e social no país.

Esse profissional, que tem como base de formação a docência, precisará desenvolver saberes que incluam conhecimentos teóricos e práticos no campo da educação e dos conhecimentos que irão mediar sua atividade nas instituições escolares e não escolares.

Sendo assim, é importante reafirmar:

A docência como ação educativa e como processo pedagógico intencional e metódico, envolvendo conhecimentos específicos, interdisciplinares e pedagógicos, conceitos, princípios e objetivos da formação que se desenvolvem entre conhecimentos científicos e culturais, nos valores éticos, políticos e estéticos

inerentes ao ensinar e aprender, na socialização e construção de conhecimentos, no diálogo constante entre diferentes visões de mundo” (RESOLUÇÃO CNE/CP Nº 02/2015).

Para tanto, deverá ser capaz de criar propostas educativas para os diferentes contextos escolares, trabalhando coletivamente, planejando e desenvolvendo práticas pedagógicas apropriadas aos mesmos. Diante disso, faz-se necessário que esse profissional adote uma postura crítica, política, ética e estética, relacionadas a questões culturais, sociais e históricas e, igualmente, coloque-se na condição de aprendiz ao longo do processo de formação inicial.

O Curso Superior de Licenciatura em Pedagogia abrange conhecimentos e habilidades que constituem uma base consistente para a formação do profissional/educador. Nessa direção, considerando os aportes legais brasileiros que remetem a formação de professores, em especial a do Pedagogo, é oportuno referenciar, que o Egresso, ao final do curso, necessita atender os fundamentos definidos pela Resolução do CNE/CP nº 1, de 15 de maio de 2006, artigo 5º, o qual prevê a construção das seguintes competências profissionais:

- I - atuar com ética e compromisso com vistas à construção de uma sociedade justa, equânime, igualitária;
- II - compreender, cuidar e educar crianças de zero a cinco anos, de forma a contribuir, para o seu desenvolvimento nas dimensões, física, psicológica, intelectual, social, entre outras;
- III - fortalecer o desenvolvimento e as aprendizagens de crianças do Ensino Fundamental, assim como daqueles que não tiveram oportunidade de escolarização na idade própria;
- IV - trabalhar, em espaços escolares e não-escolares, na promoção da aprendizagem de sujeitos em diferentes fases do desenvolvimento humano, em diversos níveis e modalidades do processo educativo;
- V - reconhecer e respeitar as manifestações e necessidades físicas, cognitivas, emocionais, afetivas dos educandos nas suas relações individuais e coletivas;
- VI - ensinar Língua Portuguesa, Matemática, Ciências, História, Geografia, Artes, Educação Física, de forma interdisciplinar e adequada às diferentes fases do desenvolvimento humano;
- VII - relacionar as linguagens dos meios de comunicação à educação, nos processos didático-pedagógicos, demonstrando domínio das tecnologias de informação e comunicação adequadas ao desenvolvimento de aprendizagens significativas;
- VIII - promover e facilitar relações de cooperação entre a instituição educativa, a família e a comunidade;
- IX - identificar problemas socioculturais e educacionais com postura investigativa, integrativa e propositiva em face de realidades complexas, com vistas a contribuir para superação de exclusões sociais, étnico-raciais, econômicas, culturais, religiosas, políticas e outras;
- X - demonstrar consciência da diversidade, respeitando as diferenças de natureza ambiental-ecológica, étnico-racial, de gêneros, faixas geracionais, classes sociais, religiões, necessidades especiais, escolhas sexuais, entre outras;
- XI - desenvolver trabalho em equipe, estabelecendo diálogo entre a área educacional e as demais áreas do conhecimento;
- XII - participar da gestão das instituições contribuindo para elaboração, implementação, coordenação, acompanhamento e avaliação do projeto pedagógico;

XIII - participar da gestão das instituições planejando, executando, acompanhando e avaliando projetos e programas educacionais, em ambientes escolares e não-escolares;

XIV - realizar pesquisas que proporcionem conhecimentos: sobre alunos e alunas e a realidade sociocultural em que estes desenvolvem suas experiências não escolares; sobre processos de ensinar e de aprender, em diferentes meios ambiental-ecológicos; sobre propostas curriculares; e sobre organização do trabalho educativo e práticas pedagógicas;

XV - utilizar, com propriedade, instrumentos próprios para construção de conhecimentos pedagógicos e científicos;

XVI - estudar, aplicar criticamente as diretrizes curriculares e outras determinações legais que lhe caiba implantar, executar, avaliar e encaminhar o resultado de sua avaliação às instâncias competentes.

O perfil desejado pelo egresso do Curso de Pedagogia contempla:

- a) entender o fazer pedagógico na Educação Infantil, Anos Iniciais do Ensino Fundamental e nos contextos de gestão e organização escolar como exercício de pesquisa e prática educativa;
- b) desenvolver a capacidade de observar, registrar, refletir, planejar e intervir na prática educativa;
- c) apropriar-se dos conceitos essenciais/conteúdo a serem trabalhados com educandos, em todas as áreas do conhecimento, planejando e avaliando suas ações pedagógicas cotidianamente;
- d) realizar avaliação processual e diagnóstica. (BRASIL, RESOLUÇÃO, CNE/CP nº 1, 2006).

4.1.1. Áreas de atuação do Egresso

Quanto à área de atuação do Licenciado em Pedagogia, a Resolução CNE/CP nº 1, de 15 de maio de 2006, determina como central na formação desse profissional:

I - o conhecimento da escola como organização complexa que tem a função de promover a educação para e na cidadania;

II - a pesquisa, a análise e a aplicação dos resultados de investigações de interesse da área educacional;

III - a participação na gestão de processos educativos e na organização e funcionamento de sistemas e instituições de ensino.

Essas peculiaridades do licenciado em Pedagogia possibilitam que ele possa atuar nas funções de docência da Educação Infantil, dos Anos Iniciais do Ensino Fundamental, nas modalidades de educação básica, nos cursos de Ensino Médio, na modalidade Normal, de Educação Profissional na área de serviços e apoio escolar e em outras áreas nas quais sejam previstos conhecimentos pedagógicos, dentre eles a gestão educacional.

As atividades docentes também compreendem participação na organização e gestão de sistemas e instituições de ensino, englobando:

I - planejamento, execução, coordenação, acompanhamento e avaliação de tarefas próprias do setor da Educação;

II - planejamento, execução, coordenação, acompanhamento e avaliação de projetos e experiências educativas não-escolares;

III - produção e difusão do conhecimento científico-tecnológico do campo educacional, em contextos escolares e não-escolares (RESOLUÇÃO CNE/CP nº 1/2006).

É fundamental enfatizar que: “o estudante de pedagogia trabalhará com um repertório de informações e habilidades composto por pluralidade de conhecimentos teóricos e práticos, cuja consolidação será proporcionada no exercício da profissão” (RESOLUÇÃO CNE/CP nº 1/2006).

Essas características apontam para as necessidades emergentes do Brasil, que necessita de profissionais preparados para atuar em diferentes contextos, respeitando as especificidades dos sujeitos participantes dos espaços escolares e não-escolares, nos quais irá atuar.

Nessa direção, o IFFar *Campus* Santo Ângelo, assume o compromisso com a formação de Pedagogos altamente preparados para participar na gestão de processos educativos, promover a educação e cidadania em contextos escolares e não escolares, qualificando sobremaneira a formação integral dos estudantes da educação básica, e, conseqüentemente, atuando com ética visando fortalecer o sistema educacional brasileiro, e, assim, contribuindo de forma significativa com a consolidação de uma sociedade mais justa e igualitária.

4.2. Metodologia

Para educar, é preciso que se tenha um motivo, um projeto, uma ideologia. Isso não é ciência, isso é vontade, é querer fazer, querer transformar. E querer transformar implica ser modelado por um projeto ideológico, por um projeto de emancipação social, pessoal, etc. (GIMENO SACRISTÁN *apud* PIMENTA; GHEDIN, 2005b, p.86).

Historicamente, as instituições de ensino superior são notáveis organizações de produção e socialização do conhecimento, reconhecidas como lugar de formação cidadã, fundamental para o desenvolvimento social da sociedade. Renovados desafios revelam-se incessantemente para as organizações de ensino superior, ao pressupor que as mesmas assumem um compromisso educacional e de sociedade. Assim, as instituições de educação superior são provocadas a rever e pensar de forma permanente suas finalidades e analisar seus procedimentos acreditando nas possibilidades de formação, diante da responsabilidade em preparar os indivíduos para a vida e para o mundo do trabalho.

Compreende-se, assim, a legitimidade do trabalho do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Farroupilha, como instituição formadora de profissionais para os diferentes contextos da sociedade, entre eles, a formação de professores para atuar em espaços escolares e não escolares.

Quanto à formação do professor, alguns autores manifestam-se da seguinte forma:

E então, para que formar professores? [...] Contra-pondo-me a essa corrente de desvalorização profissional do professor e as concepções que o consideram como simples técnico reprodutor de conhecimento e/ou monitor de programas pré-elaborados, tenho investido na formação de professores, entendendo que na sociedade contemporânea cada vez mais se torna necessário o seu trabalho enquanto mediação nos processos constituídos da cidadania dos alunos, o que concorre para a superação do fracasso e das desigualdades escolares (PIMENTA, 2005a, p.15).

A formação docente, na perspectiva da pesquisadora é um trabalho imprescindível, tendo em vista que há necessidade de formar esse profissional, pois, na sociedade atual, é ele o mediador de todo um sistema que promove a cidadania nos estudantes. Nas considerações a respeito da formação de professores, evidencia-se a

preocupação com a formação inicial e, ao mesmo tempo, a urgência na definição de princípios básicos para referendar esse processo, que tem implicações científicas e tecnológicas.

Nesse sentido, pensar em metodologias e estratégias que irão ser desenvolvidas pelo IFFar, *Campus Santo Ângelo*, ao formar o licenciado em Pedagogia, pressupõe ter clareza na necessidade de alinhar concepções em torno de ciência, de homem que se pretende formar, de sociedade que desejamos construir e de conhecimentos que são fundamentais apoiar esse processo de formação docente. Rigorosamente, esse trabalho, necessita estar apoiado em referenciais contemporâneos da profissionalização, dos condicionantes da profissão docente, dos objetivos educacionais estabelecidos para a educação brasileira, e, assim orientar as ações acadêmicas, ressignificando a prática pedagógica e com a indicação de novos paradigmas para os cursos de licenciatura.

Diante destas circunstâncias, entende-se que a formação de professores demanda seleção e organização de um alinhamento teórico, por parte dos formadores, que integram os cursos de licenciatura, com o objetivo de comprometer-se com a formação de educadores pesquisadores, inovadores e progressistas¹ habilitados para atuar como gestores de mudanças educacionais, que são urgentes no contexto educacional do Brasil e do mundo.

Essa lógica, perpassa o Projeto Pedagógico do Curso Superior de Licenciatura em Pedagogia, na modalidade presencial, do IFFar, *Campus Santo Ângelo*. Desse modo, a proposta metodológica do curso, está apoiada em um conjunto de concepções teóricas e aportes legais. Algumas são apresentadas no quadro a seguir:

Concepção teórica	Fundamentos	Fonte de pesquisa
Inovações pedagógicas no ensino superior	Princípios da inovação pedagógica: - ruptura com a forma tradicional de ensinar e aprender e/ou com os procedimentos; - gestão participativa, por meio da qual os sujeitos do processo inovador sejam protagonistas da experiência, desde a concepção até a análise dos resultados; - - reconfiguração dos saberes, com a anulação ou diminuição das clássicas dualidades entre saber científico/saber popular, ciência/cultura, educação/trabalho etc; -reorganização da relação teoria/prática, na perspectiva globalizadora; -perspectiva orgânica no processo de concepção, desenvolvimento e avaliação da experiência desenvolvida.	CUNHA, Maria Isabel da. O professor universitário na transição dos paradigmas. Araraquara/SP, JM Editora, 1998. LEITE, Denise (org.). Pedagogia universitária. Conhecimento, ética, poder e política no ensino superior. Porto Alegre. Editora da Universidade. UFRGS, 1999 PIMENTA, Selma, ANASTASIOU, Lea. Docência no Ensino Superior. Vol 1. São Paulo, Cortez Editora, 2002.
A articulação do ensino, da pesquisa e da extensão na formação dos profissionais da educação	Articulação dos princípios do ensino, associados ao da pesquisa e extensão. Desafia o estudante a assumir a condição de investigador, construindo assim, autonomia intelectual, assumindo responsabilidades e desenvolvendo disciplina, na busca de respostas ao seu problema de pesquisa.	ANASTASIOU, Léa Das Graças Camargos; ALVES, Leonir Pessate. Processos de Ensino na Universidade: pressupostos para as estratégias de trabalho em aula. 10ª ed. Joinville, SC: UNIVILLE, 2012.

¹ “Meu papel de professor progressista não é apenas o de ensinar Matemática ou Ciências Biológicas, mas sim, tratando a temática que é, de um lado objeto de meu ensino, de outro, da aprendizagem do aluno, ajudá-lo a reconhecer-se como arquiteto de sua própria prática cognoscitiva” (FREIRE, 1996, p.124).

<p>Paradigma da interlocução/reconstrução dos saberes. -Aprendizagem - Currículo - Ensino</p>	<p>Paradigma das relações do sujeito com o mundo e entre os sujeitos tendo a linguagem argumentativa como meio. O uso da linguagem proporciona aos sujeitos situarem-se numa comunidade cujos membros trocam entre si justificações de asserções ou outras ações na pressuposição fundante da razão dialógica e da trama social em que os interlocutores se colocam em posição de reciprocidade e simetria, em igualdade de condições e direitos quanto à inteligibilidade do que dizem e com respeito à verdade, à veracidade e à retidão moral.</p>	<p>MARQUES, Mário Osório. O docente em tempos mudados. Revista Contexto e Educação. Editora UNIJUÍ, Ano 15, nº 60, Out./Dez. 2000. P. 71-79.</p>
<p>Interacionista/Construtivismo/Pós-construtivismo</p>	<p>Conhecer e articular cognitivismo - interacionismo – construtivismo, é um processo fundamental na formação docente. É necessário reconhecer que o campo da Pedagogia, integre as concepções de Piaget e Vigostki com o objetivo de compreender os fundamentos das respectivas teorias que tratam em como o sujeito constrói seu conhecimento. É essencial compreender que a inteligência humana se desenvolve pelas ações mútuas entre o indivíduo e o meio.</p>	<p>BECKER, F. Vygotsky versus Piaget - ou sociointeracionismo e educação. In: R. L. L. BARBOSA (org.), Formação de Educadores. Desafios e Perspectivas. São Paulo, Editora UNESP, 2003. REGO, T. C. 1999. Vygotsky: uma perspectiva Histórico-Cultural da Educação. Rio de Janeiro, Vozes, 138 p. VYGOTSKY, L. S. 1984. A Formação Social da Mente. São Paulo, Martins Fontes, 132 p. VYGOTSKY, L. S. 1987. Pensamento e Linguagem. São Paulo: Martins Fontes, 157 p. BECKER, F. 1993. Modelos Pedagógicos e Modelos Epistemológicos. Porto Alegre. Paixão de Aprender, n.5:18-23. TAILLE, Yves de La; OLIVEIRA, Marta Kohl. DANTAS, Heloysa. Piaget, Vigotski, Wallon: Teorias psicogenéticas em discussão. São Paulo: Summus, 2019.</p>
<p>Pedagogia Relacional</p>	<p>No modelo relacional de Pedagogia Relacional a sala de aula está baseada na interação. Os acadêmicos são desafiados a construir seu conhecimento. O professor formador propicia um ambiente de estudos e debates, apoiado em material relacionado às concepções a serem trabalhadas, como vídeo, livros, gráficos, artigos científicos. O professor problematiza os estudantes a respeito dos materiais consultados, explorando ideias e concepções construídas. O educador assume essa estratégica, pois acredita que o estudante só aprenderá algo novo se ele agir e problematizar a sua ação (BECKER, 2001).</p>	<p>BECKER, Fernando. Modelos pedagógicos e modelos epistemológicos. In: _____. Educação e construção do conhecimento. Porto Alegre: Artmed. 2001. BECKER, Fernando. A Espistemologia do Professor: o cotidiano da escola. (13th ed.) Petrópolis, RJ: vozes, 2008.</p>
<p>Teorias críticas do currículo (bases da formação integral). Formação do pedagogo para atuar apoiado nos princípios teórico-</p>	<p>Formação do ser humano na sua integridade física, mental, cultural, política, científico tecnológica. Nessa direção, compreensão plena do papel das instituições e dos educadores.</p>	<p>ESTEBAN, Maria Teresa (Org.). Escola, currículo e avaliação. São Paulo: Cortez, 2003. SACRISTÁN, José Gimeno. O Currículo: uma reflexão sobre a prática. Tradução Ernani F. da</p>

<p>metodológicos do Currículo integrado.</p> <ul style="list-style-type: none"> - Trabalho como princípio educativo - Pesquisa como princípio pedagógico 		<p>Fonseca Rosa. Porto Alegre: Artmed, 1998.</p> <p>FRIGOTTO, Gaudêncio; CIAVATTA, Maria; RAMOS, Marise. Ensino médio integrado: concepção e contradições. 3ª ed. São Paulo: Cortez, 2012.</p> <p>HAMES, Clarinês; ZANON, Lenir Basso; PANSERA-DE-ARAÚJO, Maria Cristina (Orgs.). <i>Currículo Integrado, Educação e Trabalho: saberes e fazeres em interlocução</i>. Ijuí: Editora Unijuí, 2016.</p>
Pressupostos nos aportes legais	Metodologia	Fontes de pesquisa
<p>Objetivos do ensino superior no Brasil.</p> <p>[...] estimular a criação cultural e o desenvolvimento do espírito científico[...]; formar diplomados nas diferentes áreas de conhecimento, aptos para a inserção em setores profissionais e para a participação no desenvolvimento da sociedade brasileira [...]; incentivar o trabalho de pesquisa e investigação científica [...]; promover a divulgação de conhecimentos culturais, científicos e técnicos que constituem patrimônio da humanidade [...]; estimular o conhecimento dos problemas do mundo presente, em particular os nacionais e regionais, prestar serviços especializados à comunidade e estabelecer com esta uma relação de reciprocidade; promover a extensão, aberta à participação da população, visando à difusão das conquistas e benefícios resultantes da criação cultural e da pesquisa científica e tecnológica geradas na instituição; atuar em favor da universalização e do aprimoramento da educação básica, mediante a formação e a capacitação de profissionais, a realização de pesquisas pedagógicas e o desenvolvimento de atividades de extensão que aproximem os dois níveis escolares (BRASIL, 2006, s.p.).</p>	<p>Apoiar as estratégias de formação, nos princípios de ensino com pesquisa.</p> <p>Articular projetos com foco no ensino, pesquisa e extensão.</p> <p>Estudo do meio, direto do contexto natural e social.</p> <p>Oficinas, fóruns, simpósios.</p>	<p>BRASIL. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, 9394 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional.</p>
<p>Finalidades do IFFar:</p> <p>III - promover a integração e a verticalização da educação básica à educação profissional e educação superior, otimizando a infraestrutura física, os quadros de pessoal e os recursos de gestão;</p> <p>V - orientar sua oferta formativa em benefício da consolidação e fortalecimento dos arranjos produtivos, sociais e culturais locais, identificados com base no mapeamento das potencialidades de desenvolvimento socioeconômico e cultural no âmbito de atuação do Instituto Federal;</p>	<p>Alinhar a formação do Licenciado em Pedagogia às propostas da Lei de criação do IFFar.</p>	<p>Lei 11892, de 29 de dezembro de 2008. Institui a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, cria os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia.</p>
<p>Objetivos do IFFar:</p> <p>II - ministrar cursos de formação inicial e continuada de trabalhadores, objetivando a capacitação, o aperfeiçoamento, a especialização e a atualização de profissionais, em todos os níveis de escolaridade,</p>	<p>Alinhar a formação do Licenciado em Pedagogia às propostas da Lei de criação do IFFar.</p>	<p>Lei 11892, de 29 de dezembro de 2008. Institui a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, cria os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia.</p>

<p>III - realizar pesquisas aplicadas, estimulando o desenvolvimento de soluções técnicas e tecnológicas, estendendo seus benefícios à comunidade;</p> <p>IV - desenvolver atividades de extensão de acordo com os princípios e finalidades da educação profissional e tecnológica, em articulação com o mundo do trabalho e os segmentos sociais, e com ênfase na produção, desenvolvimento e difusão de conhecimentos científicos e tecnológicos.</p> <p>V - estimular e apoiar processos educativos que levem à geração de trabalho e renda e à emancipação do cidadão na perspectiva do desenvolvimento socioeconômico local e regional; e</p>		
<p>IFFar: História, Filosofia, Missão e compromissos com a formação integral.</p>	<p>Compromisso do IFFar com a formação cidadã.</p>	<p>PACHECO, Eliezer Moreira. Os institutos federais: uma revolução na educação profissional e tecnológica. – Natal: IFRN, 2010.</p> <p>FELDEN, Eliane de L. [et al.]. Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Farroupilha Campus Santo Ângelo: compromisso com a educação pública, gratuita e de qualidade. Cruz Alta: Ilustração, 2020.</p> <p>GARCEZ, Cadiani Lanes [et al.]. IFFar 10 anos: ensaios dessa trajetória / organização Santa Maria/RS: IFFar – Instituto Federal Farroupilha, 2018.</p>

O quadro apresenta resumidamente o conjunto de alguns fundamentos legais e aportes teóricos, imprescindíveis no processo de formação de profissionais da educação, em nível superior no Brasil, entre eles: a formação apoiada nos princípios de indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão.

Trata-se de um conjunto de determinações que indicam o compromisso das instituições de ensino superior ao formar profissionais para os diferentes setores da sociedade brasileira. No Curso Superior de Licenciatura em Pedagogia, esses princípios farão parte da metodologia a ser desenvolvida, considerando a relevância de cada uma das finalidades elencadas como o incentivo ao trabalho de pesquisa e investigação científica, o fomento ao conhecimento dos problemas do mundo presente; a promoção da extensão e a colaboração em prol da universalização e qualificação da educação básica.

A organização do Curso Superior de Licenciatura em Pedagogia, no IFFar, igualmente estará apoiada em fundamentos definidos pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, 9394/96(LDB), para que a formação do licenciado em Pedagogia, realmente atenda aos objetivos das diferentes etapas e modalidades da educação básica. Nessa direção, importantes eixos serão norteadores, como:

[...] a presença de sólida formação básica, que propicie o conhecimento dos fundamentos científicos e sociais de suas competências de trabalho ;(Incluído pela Lei nº 12.014, de 2009); a

associação entre teorias e práticas, mediante estágios supervisionados e capacitação em serviço; (Incluído pela Lei nº 12.014, de 2009); o aproveitamento da formação e experiências anteriores, em instituições de ensino e em outras atividades. (Incluído pela Lei nº 12.014, de 2009). (BRASIL, 2006, s.p.).

Existem, portanto, diretrizes que são essenciais para embasar um programa de formação de professores, assegurando uma formação produtiva, que propicie a construção e produção de conhecimentos capazes de promover o desenvolvimento profissional docente.

Nesse sentido, a proposta curricular do curso, assegura essa relevante articulação da teoria-prática, desde o primeiro semestre do curso, pela oferta dos componentes curriculares de Prática Educativa Integrada, que oportuniza uma efetiva inserção do acadêmico no cotidiano das instituições escolares da rede pública e privada.

Na verdade, as parcerias fortes com o meio escolar, tem sido reconhecida por Tardif (2008) que defende a ideia de que a formação profissional é amplamente adquirida nos meios de prática, considerando que o contexto escolar, é uma base sólida para a formação do professor. Esse princípio explicita a importância da parceria com as escolas para o fortalecimento de uma formação docente de qualidade. Esclarece, ainda, que essas parcerias consideram repetidamente a forma de “estabelecimentos formadores” (TARDIF, 2008, p.24).

Assegura o pesquisador que certamente essa parceria tem um efeito positivo em relação à qualidade da formação, mas, além disso, também sobre as aprendizagens dos alunos em formação. Daí ser relevante o valor a ser dado à formação como uma co-formação que faz a articulação do trabalho dos formadores do Ensino Superior com o dos docentes dos estabelecimentos de ensino que oportunizam espaço para os acadêmicos, acolhendo-os para o desenvolvimento das práticas e dos estagiários. Compreende-se que a formação profissional é assegurada em meio aos momentos vivenciados na prática, na qual se constroem e se validam os saberes próprios da experiência da profissão.

Na sequência, Tardif acrescenta, ainda, que o “objetivo da formação prática em estabelecimento é justamente colocar os estudantes em contato com esse saber de experiência e sua fonte: a prática profissional” (2008, p.25).

A compreensão de Tardif, perpassa por um pressuposto defendido por Nóvoa (2007) ao explicitar:

[...] a formação de professores e a qualidade de ensino depende cada vez mais do comprometimento com a profissão docente. A base para um programa de Formação de professores vem da partilha de conhecimentos, no estudo de casos de práticas pedagógicas. Neste sentido, teorias e práticas se unem para uma melhor reflexão e compreensão entre escola e o profissional de educação” (NÓVOA, 2007, p.26).

O patrono da educação brasileira, também defende que:

A formação de professores e professoras devia insistir na constituição deste saber necessário [...] a importância inegável que tem sobre nós o contorno ecológico, social e econômico em que vivemos. E ao saber teórico desta influência teríamos que juntar o saber teórico-prático da realidade concreta que os professores trabalham (FREIRE, 1996, p.137).

A relação teoria e prática a que Freire se refere, confirma a essência da articulação de pressupostos filosóficos, epistemológicos, políticos e pedagógicos, demandando diálogo entre os campos do conhecimento no

processo de formação docente, além da articulação ao contexto vivido pelo aluno. Trata-se de um pressuposto fundamental para embasar a proposta metodológica do Curso de Licenciatura em Pedagogia.

Portanto, a articulação da teoria com a prática, será uma metodologia a ser desenvolvida no Curso Superior de Licenciatura em Pedagogia, considerando ser reconhecida como fundamental, por inúmeros teóricos que produzem conhecimento para o campo da educação, além de estar legitimada em aportes legais que tecem diretrizes para a educação superior, em especial a formação de profissionais para o campo da educação.

Na verdade, é relevante nomear os aportes legais que sustentam esse Projeto Pedagógico do Curso Superior de Licenciatura em Pedagogia, como: a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, 9394 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional; a Resolução CNE/CP nº 1 de 15 de maio de 2006, que institui Diretrizes Curriculares Nacionais para o Curso de Graduação em Pedagogia, licenciatura; a Resolução Nº 2, de 1º de julho de 2015, que define as Diretrizes Curriculares Nacionais pra a formação inicial em nível superior (cursos de licenciatura, cursos de formação pedagógica para graduados e cursos de segunda licenciatura) e para a formação continuada; e, ainda, a Resolução CONSUP/IFFAR Nº 49 de outubro de 2021, que define as Diretrizes Administrativas e Curriculares para a Organização Didático-Pedagógica dos Cursos Superiores de Graduação do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Farroupilha e dá outras providências.

São documentos que balizam a proposição de matriz curricular do curso, que está organizada a partir de três dimensões: Núcleo de Estudos Básicos, Núcleo de Aprofundamento e Diversificação de Estudos, Núcleo de Estudos Integradores e Estágio Curricular Supervisionado, permitindo atender a prerrogativa do artigo 6º da Resolução CNE/CP nº 1 de 15 de maio de 2006. Essa normativa estabelece que o Pedagogo, tendo como base a docência, deverá ser capaz de atuar, além das atividades de apoio pedagógico, em espaços escolares e não escolares, prioritariamente na Educação Infantil e nos Anos Iniciais do Ensino Fundamental.

A presença de componentes curriculares da base comum, de aprofundamento e diversificação de estudos e dos estágios curriculares obrigatórios asseguram que a formação do Licenciado em Pedagogia do Instituto Federal Farroupilha se desenvolva de forma a associar o conjunto de saberes necessários à formação com apoio às disciplinas de Práticas Educativas Integradas - PEI. As ementas destas disciplinas, assim como a sequência conceitual abordada, permitem a articulação, a interlocução e a interdisciplinaridade assegurada pelo desenvolvimento dos componentes de Práticas, de forma colaborativa entre os educadores formadores a partir de um projeto interdisciplinar a ser elaborado no início de cada período letivo.

O desenvolvimento do projeto interdisciplinar ocorrerá por meio da escolha de uma temática interdisciplinar a ser trabalhada e de diferentes estratégias didáticas que viabilizem o desenvolvimento do mesmo, as quais serão definidas pelo corpo docente que irá atuar no semestre do curso, sendo que estas temáticas serão apresentadas no início do semestre ao colegiado do curso. As estratégias a serem desenvolvidas envolvem a participação em pesquisas educacionais, atividades de extensão, elaboração de material didático, desenvolvimento de projetos de eventos científicos, entre outros. A definição dessas atividades é efetuada por estudantes e professores dos diversos componentes curriculares, a partir de sugestões das partes envolvidas. Todas as atividades teórico-práticas que envolvem as práticas integradas totalizam 50 horas semestrais, computando 400 horas ao longo do curso.

As atividades de curricularização da extensão são contempladas em 320h nas práticas educativas integradas no decorrer do curso, e complementadas em 11h nas atividades complementares de curso, conforme a Resolução *Ad Referendum* CONSUP nº 15/2022, homologada pela Resolução Consup n.º 47/2022.

Os estágios curriculares supervisionados obrigatórios iniciam a partir do sexto semestre do curso, sendo desenvolvidas 400 horas em três etapas estabelecidas na matriz curricular.

O Curso de Licenciatura em Pedagogia, modalidade presencial, irá utilizar inúmeros recursos do campo das tecnologias digitais de informação e comunicação (TDIC), visando garantir a interlocução permanente de professores formadores e acadêmicos, beneficiando-se mutuamente desses recursos tecnológicos para potencializar o processo de ensino e aprendizagem dos licenciados em formação. Os principais recursos tecnológicos a serem utilizados no curso são:

- **Site oficial do IFFar** – Nesse espaço o acadêmico encontrará um conjunto de informações, notícias e esclarecimentos, a respeito da instituição, com acesso a toda a estrutura do portal, como por exemplo: Proposta Pedagógica de seu curso; acesso a ementas; Minha Biblioteca; portal da Capes, acompanhamento de editais, entre outros. Site oficial: <https://www.iffarroupilha.edu.br/>

- **Sistema Integrado de Gestão de Atividades Acadêmicas (SIGAA)** – um ambiente virtual que tem por objetivo facilitar o gerenciamento das informações e padronizar processos e estatísticas, colaborando para a integração dos diversos *campi* do Instituto Federal Farroupilha. Um recurso que disponibiliza um conjunto de funcionalidades relacionadas às necessidades/demandas de uma área/unidade específica. Abarca espaços privilegiados para os formadores otimizar sua interação com os acadêmicos e, ainda, realizar seus registros das atividades de ensino, como: diário de classe, inserção de material de apoio, orientações, notícias, atividades, acompanhamento do aproveitamento, entre outras. Na perspectiva dos acadêmicos, um espaço de permanente acompanhamento e consulta para acompanhar todas as atividades acadêmicas propostas e materiais de apoio.

- **E-mail institucional** – o E-mail institucional se constitui em uma ferramenta tecnológica relevante, pois facilita a comunicação e a interação dos professores formadores com gestores, coordenação do curso e acadêmicos, bem como dos acadêmicos com seus docentes e colegas de curso. Um instrumento notável para aproximar a comunidade institucional entre si e otimizar a comunicação. O processo de criação do e-mail institucional é realizado pela Coordenação de Tecnologias de Comunicação (CTI).

- **Sistema Integrado de Gestão de Atividades Acadêmicas (SIGAA)** – um ambiente virtual que tem por objetivo facilitar o gerenciamento das informações e padronizar processos e estatísticas, colaborando para a integração dos diversos *campi* do Instituto Federal Farroupilha. Um recurso que disponibiliza um conjunto de funcionalidades relacionadas às necessidades/demandas de uma área/unidade específica. Abarca espaços privilegiados para os formadores otimizar sua interação com os acadêmicos e, ainda, realizar seus registros das atividades de ensino, como: diário de classe, inserção de material de apoio, orientações, notícias, atividades, acompanhamento do aproveitamento, entre outras. Na perspectiva dos acadêmicos, um espaço de permanente acompanhamento e consulta para acompanhar todas as atividades acadêmicas propostas e materiais de apoio. Acesso ao SIGAA: <https://sig.iffarroupilha.edu.br/sigaa/verTelaLogin.do>

- **Estúdios de TV** - utilizado por professores formadores e acadêmicos para fortalecer a interação e qualificar as aprendizagens. Possibilidades de produção e difusão de material audiovisual, por parte de docentes e alunos, a ser utilizada nas aulas, e/ou programações afins. Igualmente, para realizar gravação de entrevistas, palestras, participação em programas de emissoras de rádio e outros.

- **Google Drive** – um serviço de armazenamento em nuvem que permite aos professores formadores gerenciar materiais, organizar, criar pastas, compartilhar materiais inseridos, para que os acadêmicos façam *upload* e *download* desses arquivos em dispositivos, que tenha acesso à *internet*. Um dos seus principais benefícios são: apresentação de um *layout* simples e intuitivo; a praticidade, pois integra todos os arquivos em um só lugar; a segurança do armazenamento.

Certamente, cada professor formador, lançará mão de outras Tecnologias Digitais de Informação e Comunicação, disponíveis na atualidade. Entre elas: Google Documentos; Google Planilhas; Google Acadêmico; Google Earth; Google Maps; Google apresentações; Google site; Google Meet; Formulários do Google; O Banco internacional de objetos educacionais; DRAW.IO; Coggle; Education Labs; The Digital Teacher; Weekly; Prezi;; GOOGLE ART PROJECT (MUSEUM VIEW).Youtube; Podcast; Scratch; Portal de Periódicos da Capes; Canva; Kahoot; Zoom; Jamboard; Socrative; Story jumper, entre outras.

A organização de material didático de ensino potencialmente significativo é recomendado por teóricos sensibilizados pelo campo da educação, em especial Ausubel, que orienta quanto à necessária preparação e a organização do material a ser utilizado pelo professor, no importante processo de ensinar e aprender, pois são recursos que interferem diretamente na construção de conhecimentos pelos estudantes.

Ausubel (1978) explicita ainda que, além do material em si, vale salientar a maneira como é apresentado esse material, a velocidade com que apresenta as ideias e informações novas, o emprego de auxiliares didáticos, como livros, esquemas, audiovisuais, aprendizagem programadas em laboratórios. Todos esses instrumentos são fatores que concorrem para o desenvolvimento da capacidade do aluno em diferenciar, integrar, organizar em sequência. Também menciona que é preciso atentar para os problemas práticos de elaboração e organização de currículo, instigando assim, a responsabilidade do professor no seu envolvimento nesse processo.

Nessa direção Bernstein (1988), argumenta que a maneira como se comunica o conhecimento pode produzir mais sentido que o próprio conhecimento em si. É na forma de transmitir, produzir o conhecimento, que se cria a consciência dos sujeitos, na associação entre o coletivo e o individual, fazendo relação entre o macro e micronível. Portanto, não são os conteúdos ou as informações que conduzem as relações sociais que provocam a reprodução social ou cultural, mas o modo de propagá-las, percebendo a trama de relações de poder e de subjetividades que nelas se atravessam.

Constata-se assim, o compromisso dos professores formadores com a escolha das metodologias que irão selecionar para apoiar o processo de ensinar e aprender. É preciso fazer rupturas com a forma tradicional de ensinar e fundamentar a sua prática em metodologias ativas em que o acadêmico tenha oportunidade para:

[...] fazer, compreender, criar, inventar, sentir, abstrair, experienciar, transformar, desafiar etc. E, inspirada no pensamento de Paulo Freire, conjugar verbos como buscar, indagar, intervir, escutar, dizer, falar, pensar, perguntar, dialogar, mudar, transformar, pesquisar, conscientizar-

se, refletir a prática, ousar o novo etc. Só isso já provocaria uma mudança de perspectiva. (BECKER, 2008, s.p.).

A própria Diretriz Curricular Nacional para Formação de Professores, e as Diretrizes de Cursos de Graduação em Pedagogia, Licenciatura, recomendam a utilização, com propriedade, de instrumentos próprios para construção de conhecimentos pedagógicos e científicos, de modo a facilitar a construção do conhecimento e mediar a interlocução entre estudante e professor. O material didático deve potencializar e desenvolver habilidades e competências específicas, recorrendo também a um conjunto de mídias compatíveis com a proposta e com o contexto socioeconômico do público-alvo.

Além dos livros físicos, disponíveis nas bibliotecas do IFFAR, a bibliografia básica das disciplinas propostas no ementário é formada em grande parte de *e-books*, principalmente os que estão cadastrados e disponíveis na plataforma Minha Biblioteca da qual o IFFAR tem em seu sistema Pergamum, ainda, livros de domínio público disponíveis para *download* na rede.

Serão utilizados também como materiais didáticos objetos de aprendizagem audiovisuais como animações, vídeos, hipermídias, elaboração de materiais teóricos pelos professores, entre outros.

As ações metodológicas no curso também consideram a educação inclusiva e estão pautadas na adaptação e flexibilização curricular, com o intuito de garantir o processo de aprendizagem para os estudantes com necessidades educacionais específicas.

4.3. Organização curricular

A organização curricular do Curso Superior de Licenciatura em Pedagogia, observa as determinações legais presentes na Lei n.º 9.394/96, nas Diretrizes Curriculares Nacionais dos Cursos de Licenciatura, normatizadas pela Resolução CNE/CP n.º 02, de 1º de julho de 2015, nas Diretrizes Curriculares Nacionais para o Curso de Graduação em Pedagogia, Resolução CNE/CP n.º 1, de 15 de maio de 2006, nas Diretrizes Institucionais para os cursos de Graduação do IFFar, Resolução n.º 049/2021, e demais normativas institucionais e nacionais pertinentes ao ensino superior.

A concepção do currículo do curso tem como premissa a articulação entre a formação acadêmica e o mundo do trabalho, possibilitando a articulação entre os conhecimentos construídos nas diferentes disciplinas do curso com a prática real de trabalho, propiciando a flexibilização curricular e a ampliação do diálogo entre as diferentes áreas de formação.

O currículo do Curso de Licenciatura em Pedagogia está organizando a partir de 03 (três) núcleos de formação, a saber: Núcleo de Estudos Básicos, Núcleo de Aprofundamento e Diversificação de Estudos e Núcleo de Estudos Integradores.

Núcleo de Estudos Básicos

No curso de Licenciatura em Pedagogia, o Núcleo de Estudos Básicos, abrange conhecimentos básicos para a formação de professores e os componentes curriculares de conteúdos básicos da área, conforme as Diretrizes Curriculares Nacionais para Curso de Graduação em Pedagogia, Licenciatura (BRASIL, 2006), visando atender às necessidades de nivelamento dos conhecimentos necessários para o avanço do estudante no curso. Conforme as

referidas Diretrizes este Núcleo tem como perspectiva “a diversidade e a multiculturalidade da sociedade brasileira, por meio do estudo acurado da literatura pertinente e de realidades educacionais, assim como por meio de reflexão e ações críticas”.

O respectivo núcleo engloba os conhecimentos relativos ao campo da educação, com vistas à compreensão dos fundamentos teóricos, políticos e históricos da educação, bem como os conhecimentos específicos que perpassam a formação e a prática docente.

Da mesma forma, este núcleo contempla conhecimentos específicos da habilitação do curso, incluindo a transposição didática dos conteúdos na perspectiva da atuação docente neste campo.

Núcleo de aprofundamento e diversificação de estudos

Neste núcleo estão contempladas as disciplinas eletivas de formação complementar, que visam à atualização constante da formação do professor. Inclui-se também no referido núcleo as Atividades Acadêmico-Científico-Culturais (ACCs).

Núcleo de estudos Integradores

Este núcleo compreende as Práticas enquanto componentes curriculares – PECCs neste curso denominadas de PEIs (Práticas Educativas Integradas), a Curricularização da Extensão e os Estágios Curriculares Supervisionados. Destaca-se que os componentes desse núcleo perpassam todo o currículo.

Somado a estes elementos, o currículo também é perpassado por atividades práticas de extensão desenvolvidas no âmbito de componentes curriculares de forma indissociada do ensino e da pesquisa, com vistas na formação do perfil profissional do estudante e na transformação social.

Os conteúdos especiais obrigatórios, previstos em Lei, estão contemplados nas disciplinas e/ou demais componentes curriculares e espaços formativos do curso, conforme as especificidades previstas legalmente:

I – Educação ambiental – esta temática é trabalhada de forma transversal no currículo do curso, em especial na disciplina de Conhecimento, Metodologias do Ensino de Ciências da Natureza na Educação Infantil e Anos Iniciais do Ensino Fundamental. Igualmente a Educação Ambiental se constitui como uma disciplina eletiva, além de atividades propostas nas ações de curricularização da extensão e nas atividades complementares do curso, tais como *workshop/palestras*, oficinas, semanas acadêmicas, entre outras, constituindo-se em um princípio fundamental da formação.

II – Educação das Relações Étnico-Raciais e Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira, Africana e Indígena – está presente como conteúdo nos componentes curriculares: Conhecimentos, Metodologias do Ensino de História para Educação Infantil e Anos Iniciais do Ensino Fundamental, Políticas e Organização da Educação Brasileira. Essa temática também estará presente nas atividades complementares do curso, realizadas no âmbito da instituição, tais como palestras, oficinas, semanas acadêmicas, entre outras. Além das atividades curriculares, o IFFar conta com as ações do Núcleo de Estudos Afro-Brasileiros e Indígenas (NEABI) que desenvolve atividades formativas voltadas para os estudantes e servidores *do Campus*.

III – Educação em Direitos Humanos está presente como conteúdo em componentes curriculares que guardam maior afinidade com a temática, como Educação em Direitos Humanos (eletiva), Processos de Inclusão,

Diversidade, Diferença e a Construção do Sujeito. Essa temática também se fará presente nas atividades complementares do curso, realizadas no âmbito da instituição, tais como palestras, oficinas, semanas acadêmicas, entre outras. Além das atividades curriculares, o IFFar conta com os Núcleos Inclusivos (NAPNE, NEABI e NUGEDIS) que desenvolvem atividades formativas sobre essa temática voltadas para os estudantes e servidores dos *Campi*, que serão estendidas aos polos.

Além dos conteúdos obrigatórios listados acima, o curso de Licenciatura em Pedagogia desenvolve, atividades relativas à temática de educação para a diversidade, na disciplina de Diversidade, Diferença e a Construção do Sujeito, Teorias do Currículo, Educação em Direitos Humanos (eletiva), Gênero, Sexualidade e Educação (eletiva), visando à formação voltada para as práticas inclusivas, tanto em âmbito institucional, quanto na futura atuação dos egressos no mundo do trabalho.

Libras (Língua Brasileira de Sinais) é disciplina obrigatória no curso de Licenciatura em Pedagogia.

Para o desenvolvimento dos conteúdos obrigatórios no currículo dos cursos superiores de graduação, além das disciplinas e/ou componentes curriculares que abrangem essas temáticas previstas na Matriz Curricular, o Curso de Licenciatura em Pedagogia, poderá desenvolver em conjunto com os núcleos ligados à CAA do *Campus*, como o Núcleo de Atendimento e Apoio às Pessoas com Necessidades Específicas - NAPNE, Núcleo de Gênero e Diversidade Sexual - NUGEDIS e Núcleo de Estudos Afro-Brasileiro e Indígena - NEABI, e demais setores pedagógicos da instituição, a realização de atividades formativas envolvendo essas temáticas, tais como palestras, oficinas, semanas acadêmicas, entre outras.

4.4. Matriz Curricular

1º semestre	Componentes Curriculares	C. H. Total	PeCC	Estágio	C. H. Extensão	Pré-Requisito(s)
	História da Educação	36				Não
	Filosofia da Educação	72				Não

	Tecnologias da Informação e da Comunicação	36				Não
	Leitura e Produção Textual	36				Não
	Metodologia Científica	36				Não
	Processos Criativos e Lúdicos	72				Não
	Introdução à Pedagogia	36				Não
	Prática Educativa Integrada I	50	50		40	Não
	Carga horária Total do semestre	374	50			

2º semestre	Componentes Curriculares	C. H. Total	PeCC	Estágio	C. H. Extensão	Pré-Requisito(s)
	Escola e Currículo	72				Não
	História da Educação Brasileira	36				Não
	Sociologia da Educação	72				Não
	Políticas e Organização da Educação Brasileira	72				Não
	Psicologia da Educação e Processos de Desenvolvimento	72				Não
	Prática Educativa Integrada II	50	50		40	Não
	Carga horária Total do semestre	374	50		40	

3º semestre	Componentes Curriculares	C. H. Total	PeCC	Estágio	C. H. Extensão	Pré-Requisito(s)
	Alfabetização e Letramento	72				Não
	Educação: concepções e Teorias de Ensino e Aprendizagem	72				Não
	Sociologia da Infância	36				Não
	Linguagem, Escrita e Criança	72				Não
	Educação Infantil e Infância	72				Não
	Prática Educativa Integrada III	50	50		40	Não
	Carga horária Total do semestre	374			40	

4º semestre	Componentes Curriculares	C. H. Total	PeCC	Estágio	C. H. Extensão	Pré-Requisito(s)
	Psicologia da Educação e Processos de Aprendizagem	72				Não
	Conhecimento, Metodologias do Ensino de Matemática na Educação Infantil e Anos Iniciais do Ensino Fundamental	72				Não

	Currículo e Educação Básica: Teoria e Prática (Educação Infantil e Anos Iniciais)	72				Não
	Conhecimento, Metodologias do Ensino da Arte na Educação Infantil e Anos Iniciais do Ensino Fundamental	72				Não
	Eletiva I	36				Não
	Prática Educativa Integrada IV	50	50		40	Não
	Carga horária Total do semestre	374	50		40	

5º semestre	Componentes Curriculares	C. H. Total	PeCC	Estágio	C. H. Extensão	Pré-Requisito(s)
	Libras	36				Não
	Didática, Planejamento e Avaliação na Educação Infantil	72				Não
	Conhecimento, Metodologias do Ensino de Língua Portuguesa e Literatura na Educação Infantil e Anos Iniciais do Ensino Fundamental	72				Não
	Conhecimento, Metodologias do Ensino de História na Educação Infantil e Anos Iniciais do Ensino Fundamental	72				Não
	Conhecimento, Metodologias do Ensino de Geografia na Educação Infantil e Anos Iniciais do Ensino Fundamental	72				Não
	Prática Educativa Integrada V	50	50		40	Não
	Carga horária Total do semestre	374	50		40	

6º semestre	Componentes Curriculares	C. H. Total	PeCC	Estágio	C. H. Extensão	Pré-Requisito(s)
	Didática, Planejamento e Avaliação nos Anos Iniciais do Ensino Fundamental	72				Sim
	Educação e Cultura Corporal na Infância: fundamentos e práticas	72				Não
	Diversidade, Diferença e a Construção do Sujeito	36				Não
	Eletiva II	36				Não
	Prática Educativa Integrada VI	50	50		40	Não
	Estágio Curricular Supervisionado em Educação Infantil Creche e Pré-Escola	160		160		Sim
	Carga horária Total do semestre	426	50	160	40	

7º semestre	Componentes Curriculares	C. H. Total	PeCC	Estágio	C. H. Extensão	Pré-Requisito(s)
	Educação Profissional e Tecnológica e Educação de Jovens e Adultos (EJA)	36				Não

	Conhecimento, Metodologias do Ensino de Ciências da Natureza na Educação Infantil e Anos Iniciais do Ensino Fundamental	72				Não
	Gestão dos Processos Pedagógicos	72				Não
	Eletiva III	36				Não
	Prática Educativa Integrada VII	50	50		40	Não
	Estágio Curricular Supervisionado em Anos Iniciais do Ensino Fundamental	160		160		Sim
	Carga horária Total do semestre	426	50	160	40	

8º semestre	Componentes Curriculares	C. H. Total	PeCC	Estágio	C. H. Extensão	Pré-Requisito(s)
	Fundamentos de Ética Geral e Profissional	36				Não
	Processos de Inclusão	72				Não
	Saberes Docentes e Formação Permanente	72				Não
	Eletiva IV	36				Não
	Eletiva V	36				Não
	Prática Educativa Integrada VIII	50	50		40	Não
	Estágio Curricular Supervisionado em Gestão Escolar	80		80		Sim
	Carga horária Total do semestre	382	50	80	40	

Legenda	
Disciplinas do Núcleo de Estudos Básicos	
Disciplinas do Núcleo de Aprofundamento e Diversificação de Estudos	
Disciplinas do Núcleo de Estudos Integradores	

Componentes do Currículo	Carga horária
Disciplinas (obrigatórias e eletivas)	2304h
Estágio Curricular Supervisionado Obrigatório	400h
Prática enquanto Componente Curricular (PeCC)	400h
Atividades Complementares de Curso	200h (sendo 11 horas para atividades de Extensão)
Carga Horária Total do Curso	3.304h
Curricularização da Extensão	331h

4.4.1. Pré-Requisitos

Componentes curriculares pré-requisitos são aqueles que devem ser cursados com aprovação para que o estudante possa se matricular em outros componentes de períodos seguintes, mantendo uma sequência de componentes curriculares que se interligam.

A matriz curricular do Curso Superior de Licenciatura em Pedagogia foi planejada a partir de uma sequência de componentes curriculares que se interligam como pré-requisitos, sendo que o estudante deve seguir, preferencialmente, esse itinerário formativo. Situações que fujam à sequência do currículo, comprometendo o aproveitamento do estudante, poderão ser analisadas pelo Colegiado do Curso.

O Curso Superior de Licenciatura em Pedagogia do *Campus* Santo Ângelo terá os seguintes pré-requisitos:

Componentes Curriculares	Pré-requisito(s)
Didática, Planejamento e Avaliação nos Anos Iniciais do Ensino Fundamental	Didática, Planejamento e Avaliação na Educação Infantil
Estágio Curricular Supervisionado em Educação Infantil: Creche e Pré-Escola	Didática, Planejamento e Avaliação na Educação Infantil Educação Infantil e Infância Currículo e Educação Básica: Teoria e Prática (Educação Infantil e Anos Iniciais)
Estágio Curricular Supervisionado em Anos Iniciais do Ensino Fundamental	Didática, Planejamento e Avaliação nos Anos Iniciais do Ensino Fundamental Currículo e Educação Básica: Teoria e Prática (Educação Infantil e Anos Iniciais) Alfabetização e Letramento
Estágio Curricular Supervisionado em Gestão Escolar	Escola e Currículo Currículo e Educação Básica: Teoria e Prática (Educação Infantil e Anos Iniciais) Políticas, Gestão e Organização da Educação Gestão dos Processos Pedagógicos

4.4.2. Representação gráfica do processo formativo

1º Semestre	2º Semestre	3º Semestre	4º Semestre	5º Semestre	6º Semestre	7º Semestre	8º Semestre
História da Educação 36 h	Psicologia da Educação e Processos de Desenvolvimento 72 h	Linguagem, Escrita e Criança 72 h	Psicologia da Educação e Processos de Aprendizagem 72 h	Conhecimento, Metodologias do Ensino de Língua Portuguesa e Literatura na Educação Infantil e Anos Iniciais do Ensino Fundamental 72 h	Diversidade, Diferença e a Construção do Sujeito 36 h	Educação Profissional e Tecnológica e Educação de Jovens e Adultos (EJA) 36 h	Fundamentos de Ética Geral e Profissional 36 h
Filosofia da Educação 72 h	História da Educação Brasileira 36 h	Educação: Concepções e Teorias de Ensino e Aprendizagem 72 h	Conhecimento, Metodologias do Ensino de Matemática na Educação Infantil e Anos Iniciais do Ensino Fundamental 72 h	Conhecimento e Metodologias do Ensino de Geografia na Educação Infantil e Anos Iniciais do Ensino Fundamental 72 h	Educação e Cultura Corporal na Infância: fundamentos e práticas 72 h	Conhecimento, Metodologias do Ensino de Ciências da Natureza na Educação Infantil e Anos Iniciais do Ensino Fundamental 72 h	Saberes Docentes e Formação Permanente 72 h
Tecnologias da Informação e Comunicação 36 h	Sociologia da Educação 72 h	Sociologia da Infância 36 h	Conhecimento, Metodologias do Ensino da Arte na Educação Infantil e Anos Iniciais do Ensino Fundamental 72 h	Didática, Planejamento e Avaliação na Educação Infantil 72 h	Didática, Planejamento e Avaliação nos Anos Iniciais do Ensino Fundamental 72 h	Gestão dos Processos Pedagógicos 72 h	Processos de Inclusão 72 h
Leitura e Produção Textual 36 h	Políticas e Organização da Educação Brasileira 72 h	Alfabetização e Letramento 72 h	Currículo e Educação Básica: Teoria e Prática (Educação Infantil e Anos Iniciais) 72 h	Conhecimento, Metodologias do Ensino de História na Educação Infantil e Anos Iniciais do Ensino Fundamental 72 h	Eletiva II 36 h	Eletiva III 36 h	Eletiva IV 36 h
Metodologia Científica 36 h	Escola e Currículo 72 h	Educação Infantil e Infância 72 h	Eletiva I 36 h	Libras 36 h	Prática Educativa Integrada - PEI VI 50h	Prática Educativa Integrada-PEI VII	Eletiva V 36 h
Processos Criativos e Lúdicos 72 h	Prática Educativa Integrada – PEI II 50 h	Prática Educativa Integrada - PEI III 50h	Prática Educativa Integrada- PEI IV 50h	Prática Educativa Integrada - PEI V 50h	Estágio Curricular Supervisionado em Educação Infantil: Creche e Pré-Escola 160 h	Estágio Curricular Supervisionado em Anos Iniciais do Ensino Fundamental 160 h	Prática Educativa Integrada - PEI VIII 50h
Introdução à Pedagogia 36 h							Estágio Curricular Supervisionado em Gestão Escolar 80 h
Prática Educativa Integrada – PEI I 50 h							
Atividades Complementares							

4.5. Prática Profissional

4.5.1. Prática enquanto Componente Curricular

A Prática enquanto Componente Curricular (PeCC) no curso de Licenciatura em Pedagogia tem o objetivo de proporcionar experiências de articulação de conhecimentos construídos ao longo do curso em situações de prática docente; oportunizar o reconhecimento e reflexão sobre o campo de atuação docente; possibilitar o desenvolvimento de atividades de ensino, metodologias e materiais didáticos próprios do exercício da docência, entre outros, integrando novos espaços educacionais como *locus* da formação dos licenciandos; e promover a indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão, atendendo às prerrogativas da curricularização da extensão.

A PeCC se difere das demais atividades práticas desenvolvidas no processo de ensino de determinado conteúdo, uma vez que esta não se restringe à aplicação dos conhecimentos científicos, mas constitui-se num espaço de criação e reflexão acerca do trabalho docente e do contexto social em que se insere, com vistas à integração entre a formação e o exercício do trabalho docente.

As atividades de PeCC destinam-se ao contexto da prática de ensino da área do curso de Licenciatura em Pedagogia e também ao contexto da atuação docente na gestão escolar e educacional.

A PeCC está presente desde o início do curso e articula os conhecimentos básicos, específicos e pedagógicos do currículo, voltados à formação e atuação docente, correspondendo ao mínimo de 400 horas do currículo, conforme Resolução CNE/CP nº 02/2015. Poderão ser previstas atividades de prática no contraturno do curso, com vistas a ampliar o contato do licenciando com a realidade educacional, a partir do desenvolvimento de atividades de pesquisa, visitação a instituições de ensino, observação em salas de aula, estudos de caso, estudos dirigidos, entre outros.

No curso de Licenciatura em Pedagogia, na modalidade presencial, a PeCC será desenvolvida a partir de disciplinas articuladoras intituladas Prática Educativa Integrada em cada um dos semestres letivos. Desse modo, as disciplinas irão articular o conhecimento de no mínimo duas disciplinas do semestre, pertencentes, preferencialmente, a núcleos distintos do currículo, a partir de temática prevista para cada componente curricular articulador e da carga horária de extensão a ser desenvolvida.

No início de cada período letivo (semestre) será discutido e aprovado pelo Colegiado de Curso o Projeto Integrador a ser desenvolvido na Disciplina Articuladora Prática Educativa Integrada a partir da temática prevista na ementa desta e na carga horária de extensão. O desenvolvimento deste projeto no âmbito das Práticas Educativas Integradas (PEIs) será de responsabilidade de um docente das disciplinas que integram a PEI, sendo indispensável a participação dos demais professores envolvidos.

As disciplinas articuladoras de Práticas Educativas Integradas do currículo do curso de Licenciatura em Pedagogia na modalidade presencial, foram planejadas de forma a integrar o currículo em sentido horizontal e vertical, desenvolvendo atividades com nível de complexidade crescente ao longo do curso.

Destaca-se que serão oito componentes curriculares de Prática Educativa Integrada, tendo cada um deles uma carga horária total de 50 horas, das quais, 40 horas são destinadas para atividades de extensão.

Sem dúvida, a Prática Educativa Integrada oportuniza aos acadêmicos uma inserção no contexto profissional, oportunidade para conhecer instituições escolares e não escolares, com suas experiências exitosas e seus desafios, ao mesmo tempo em que oportuniza uma interação com gestores e demais profissionais do contexto educacional.

4.5.2. Estágio Curricular Supervisionado

O estágio curricular é ato educativo supervisionado, desenvolvido no ambiente de trabalho, que visa a preparação para o trabalho de estudantes que estejam cursando o ensino regular em instituições de educação superior, de educação profissional, de ensino médio, da educação especial e dos anos finais do ensino fundamental, na modalidade profissional da educação de jovens e adultos, conforme estabelece o art. 1º da Lei n.º 11.788/08.

O estágio curricular supervisionado obrigatório no Curso de Licenciatura em Pedagogia, com duração de 400 horas, tem como objetivo articular os conhecimentos construídos durante o curso à prática docente, constituindo-se em espaço de formação docente.

O Estágio Curricular Supervisionado Obrigatório será realizado no 6º (sexto), 7º (sétimo) e 8º (oitavo) semestre do Curso, iniciando com o Estágio Curricular Supervisionado em Educação Infantil: creche e pré-escola, com cento e sessenta (160) horas, seguido do Estágio Curricular Supervisionado Anos Iniciais do Ensino Fundamental (1º ao 3º ano e do 4º e 5º ano) com cento e sessenta (160) horas e finalizando com o Estágio Curricular Supervisionado em Gestão Escolar com oitenta (80) horas. Os três estágios previstos na matriz curricular, serão desenvolvidos de modo presencial em escolas da rede pública e/ou privada de Educação Básica, do município de Santo Ângelo ou da região, com as quais o IFFar possua convênio, ou que irá estabelecer ao longo do período de estágio.

As atividades programadas para o Estágio Curricular Supervisionado devem manter uma correspondência com os conhecimentos teórico-práticos adquiridos pelo aluno no decorrer do Curso. O Estágio Curricular Supervisionado deverá ser acompanhado por um professor supervisor (regente de turma na escola onde será desenvolvido o estágio), um professor orientador preferencialmente da área da Pedagogia do (IFFar). O docente do estágio será responsável, juntamente com o servidor que atua na Direção de Pesquisa e Produção (DPEP), no setor de estágio, pela orientação dos acadêmicos, quanto ao preenchimento e organização da documentação de convênios de estágios e demais documentações obrigatórias para execução deste componente curricular.

São mecanismos de acompanhamento e avaliação de estágio:

- Plano de Estágio Curricular Supervisionado aprovado pelo professor orientador e pelo professor do campo de estágio;
- Reuniões periódicas do aluno com o professor orientador;
- Relatório da prática desenvolvida em cada um dos Estágios Curriculares Supervisionados.

Quando do início do Estágio Curricular Supervisionado, o acadêmico em formação, deverá passar por um período de observação, que consiste na integração do estagiário ao cotidiano da escola, para que possa familiarizar-se com o processo pedagógico real, desde instalações, projeto político-pedagógico e atividades didáticas dos professores e estudantes.

Após a observação, será realizado o planejamento para o desenvolvimento das atividades na escola, o período de regência do estágio supervisionado irá compreender atividades específicas de sala de aula em que o estagiário poderá desenvolver habilidades inerentes à profissão docente, com supervisão do professor orientador do estágio e do professor do campo de estágio. Após a realização de cada etapa do Estágio Curricular Supervisionado, o aluno terá que apresentar, ao final de cada semestre, o relatório final da prática docente desenvolvida para ser avaliado. Esse relatório servirá como requisito a ser considerado para aprovação final de conclusão do curso, sendo apresentado na forma de seminário (a ser definida pelos professores regente, orientador e docente do componente de estágio).

Demais requisitos e procedimentos estão previstos nos regulamentos de estágios do IFFar, onde são contempladas questões específicas a respeito dos estágios, e no regulamento de Estágio do Curso de Licenciatura em Pedagogia, em que são encontradas informações sobre oferta, pré-requisitos e disponibilidades específicas a respeito do estágio. O estudante poderá, ao longo do curso, realizar estágio não obrigatório em instituições que o IFFar possua convênio. A realização do estágio não obrigatório não dispensa o estudante da realização do estágio curricular obrigatório para o curso.

Com relação aos portadores de diplomas, conforme Art. 185, da Resolução Consup n.º 49/2021, "Os portadores de diploma de licenciatura, com exercício comprovado no magistério, de acordo com o inciso III, do parágrafo único do art. 61, Lei nº 9.394, de 1996, podem ter a dispensa do cumprimento de até 50% da carga horária do estágio curricular supervisionado obrigatório" (RESOLUÇÃO CONSUP, 049/2021).

O estágio curricular supervisionado obrigatório segue regulamento específico, conforme anexo, respeitando o exposto nas Resoluções Consup n.º 049/2021 e n.º 010/2016, que tratam das Diretrizes Administrativas e Curriculares para a organização didático-pedagógica para os cursos superiores de graduação do IFFar e do Regulamento de estágio curricular supervisionado para os cursos do IFFar, respectivamente.

O estudante poderá, ao longo do curso, realizar estágio curricular supervisionado não-obrigatório, podendo ser aproveitado no currículo na forma de ACC.

4.6. Curricularização da Extensão

A Curricularização da Extensão consiste na inclusão de atividades de extensão no currículo dos Cursos de Graduação, indissociáveis do ensino e da pesquisa, com a intenção de promover impactos na formação do discente e na transformação social. Entende-se por Extensão o processo educativo, cultural, político, social, científico e tecnológico que promove a interação dialógica e transformadora entre as instituições e a sociedade, levando em consideração a territorialidade.

O objetivo da Curricularização da Extensão, conforme sua regulamentação própria, no IFFar, é promover a interação transformadora entre as instituições de ensino superior e os outros setores da sociedade, por meio da produção e aplicação de conhecimentos. Nesse sentido, a extensão tem como princípios:

I - a contribuição na formação integral do estudante, estimulando seu desenvolvimento como cidadão crítico e responsável;

II - o estabelecimento de diálogo construtivo e transformador com os demais setores da sociedade brasileira e internacional, respeitando e promovendo a interculturalidade;

III - a promoção de iniciativas que expressem o compromisso social das instituições de ensino superior com todas as áreas, em especial, as de comunicação, cultura, direitos humanos e justiça, educação, meio ambiente, saúde, tecnologia, produção e trabalho, em consonância com as políticas ligadas às diretrizes para a educação ambiental, educação étnico-racial, direitos humanos e educação indígena;

IV - a promoção da reflexão ética quanto à dimensão social do ensino e da pesquisa;

V - o incentivo à atuação da comunidade acadêmica e técnica e sua contribuição ao enfrentamento das questões da sociedade brasileira, inclusive por meio do desenvolvimento econômico, social e cultural;

VI - o apoio em princípios éticos que expressem o compromisso social de cada estabelecimento superior de educação;

VII - a atuação na produção e construção de conhecimentos, atualizados e coerentes com a realidade brasileira, voltados para o desenvolvimento social, equitativo e sustentável.

As atividades de extensão, no âmbito do currículo, serão desenvolvidas por meio de programas e projetos orientados por docentes e com possível colaboração de técnicos administrativos em educação, junto à comunidade externa, de forma presencial pelos estudantes. As atividades de extensão são planejadas e desenvolvidas com base em conteúdos disciplinares, interdisciplinares e/ou transdisciplinares, de forma que ao expressar a compreensão da experiência extensionista, como elemento formativo, coloca o discente como agente de sua formação, ou seja, ele deixa de ser mero expectador de um conhecimento validado pelo professor para se tornar protagonista do processo.

A curricularização da extensão, presente nas Práticas Educativas Integradas, configura-se em mais uma oportunidade oferecida aos acadêmicos, para ampliar seu conhecimento a respeito da realidade do contexto educacional, além de atender aos preceitos da Lei da Criação dos Institutos Federais, Lei nº 11.892, de 29 de dezembro de 2008. Esse aporte legal apresenta os objetivos e finalidades dos institutos entre eles: o desenvolvimento de atividades de extensão alinhadas aos “princípios e finalidades da educação profissional e tecnológica, em articulação com o mundo do trabalho e os segmentos sociais, e com ênfase na produção, desenvolvimento e difusão de conhecimentos científicos e tecnológicos” [...] (BRASIL, 2008, s.p).

4.7. Trabalho de Conclusão de Curso

O Curso de Licenciatura em Pedagogia não prevê a realização de Trabalho de Conclusão de Curso em sua estrutura curricular.

4.8. Atividades Complementares de Curso

As atividades complementares de Curso (ACCs) visam contribuir para uma formação ampla e diversificada do estudante, a partir de vivências e experiências realizadas para além do âmbito do curso ou da instituição, valorizando a pluralidade de espaços educacionais e incentivando a busca pelo conhecimento.

No curso de Licenciatura em Pedagogia, as ACCs equivalem a 200 horas, voltadas ao ensino, pesquisa, extensão, inovação e gestão, realizadas em âmbito institucional ou em outras instituições, empresas e espaços profissionais.

As ACCs devem ser realizadas para além da carga horária das atividades realizadas no âmbito dos demais componentes curriculares previstos no curso, sendo obrigatórias para a conclusão do curso e colação de grau.

A comprovação das ACCs se dará a partir da apresentação de certificado ou atestado emitido pela instituição responsável pela realização ou oferta, realizadas durante o período em que o estudante estiver matriculado no curso, e devem ser validadas pela unidade de ensino do IFFar.

Parte das ACCs será dedicada ao cumprimento da Curricularização da Extensão. As (11) onze horas de ACCs que serão contabilizadas para as atividades de curricularização da extensão seguem as orientações previstas na Resolução *Ad Referendum* CONSUP n.º15/2022, homologada pela Resolução Consup n.º 47/2022.

A coordenação do curso realizará o acompanhamento constante do cumprimento da carga horária de ACCs pelos estudantes, podendo definir prazos para o cumprimento parcial da carga horária ao longo do curso.

Descrição das Atividades Complementares de Curso (ACCs):

Atividades Complementares de Curso	Carga Horária Máxima de todo o curso (Horas)
Participação em cursos extracurriculares na área	100 horas
Participação em eventos acadêmicos como ouvinte	100 horas
Participação em eventos acadêmicos com apresentação de trabalho (como autor do trabalho)	80 horas
Participação em eventos acadêmicos com apresentação de trabalho (como colaborador do trabalho)	80 horas
Participação em entidades estudantis ou representação discente perante órgãos colegiados da Instituição	60 horas
Participação de Núcleos de Estudos	40 horas
Participação em Comissões de Organizações de eventos	40 horas
Participação em cursos extracurriculares em áreas afins	40 horas
Cursos a distâncias em áreas afins	50 horas
Cursos de línguas (inglês, espanhol, italiano, alemão, entre outras)	40 horas
Cursos de informática	40 horas
Programas de incentivo da própria instituição: monitorias e outros programas do IFFar	100 horas
Participação em Projetos de Ensino	100 horas
Participação em Projetos de Extensão	100 horas
Participação em Projetos de Pesquisa	100 horas
Publicações: artigos em revista da instituição e/ou congresso da área	10 horas por artigo, até 100 horas
Publicações: artigos publicados em revista com corpo editorial	10 horas por artigo, até 100 horas
Publicações: capítulos e livros	20 horas por capítulo ou livro, até 100 horas
Participações em Comissões Editoriais	80 horas
Tutoria de ensino a distância na área	100 horas
Tutoria em polos presenciais na área	100 horas
Organizadores de eventos acadêmicos	100 horas
Estágios curriculares não obrigatórios (extracurriculares)	100 horas
Disciplinas cursadas em outros cursos nas áreas afins	90 horas
Atividades Complementares de Curso específicas de extensão (curricularização da extensão) – carga horária mínima: 11 horas**	Carga horária máxima *
Participação em projetos de extensão (bolsista, colaborador, voluntário, organizador ou similares)	Até 11h
Participação em cursos e oficinas com caráter extensionista (palestrante, organizador ou similares)	Até 11h

Participação em programas de extensão (bolsista, colaborador, voluntário, organizador ou similares)	Até 11h
Organizador de Evento (Congresso, Seminário ou outros eventos)	Até 11h
Visitas técnicas (escolas de Educação Infantil, Anos Iniciais do Ensino Fundamental e Ensino Médio)	Até 11h
Participação em cursos de formação inicial (bolsista, colaborador, voluntário, organizador ou similares)	Até 11h
Participação em cursos de formação continuada (bolsista, colaborador, voluntário, organizador ou similares)	Até 11h
Outra atividade, conforme Regulamento da Curricularização da Extensão	Até 11h

* A carga horária máxima refere-se ao quantitativo máximo de horas de cada atividade que pode ser validada no âmbito das ACCs (carga horária total de ACCs), com vistas a diversificar as atividades formativas desenvolvidas pelos estudantes. A carga horária máxima, portanto, deverá ser inferior à carga horária total de ACCs.

** A carga horária mínima de ACCs destinada à curricularização da extensão deverá ser cumprida por pelo menos uma das atividades listadas.

4.9. Disciplinas Eletivas

O Curso Superior de Licenciatura em Pedagogia contempla a oferta de disciplinas eletivas, num total de 180 horas, distribuídas em disciplinas de 36h a partir do 3º semestre. O curso deverá disponibilizar, no mínimo, 03 disciplinas eletivas para a escolha da turma, através de Edital, no semestre anterior à oferta de disciplina eletiva, cabendo ao Colegiado do Curso definir se a turma terá à disposição uma ou mais disciplinas para realização da matrícula.

Poderá ser validada como disciplina eletiva aquela realizada pelo estudante em outro curso de graduação, interno ou externo ao IFFar, desde que possua relação com a área de formação do curso de origem e atenda à carga horária mínima exigida, de acordo com os procedimentos para aproveitamento de estudos previstos em Regulamento institucional.

Em caso de reprovação em disciplina eletiva, o estudante pode realizar outra disciplina eletiva ofertada pelo curso, não necessariamente repetir aquela em que obteve reprovação.

As disciplinas eletivas propiciarão discussões e reflexões que envolvem temáticas atuais e/ou aprofundamento em temáticas específicas, constituindo-se em um espaço de flexibilização e atualização constante do currículo, pois possibilita abranger temáticas emergentes para a formação na área.

São possibilidades de disciplinas eletivas:

Disciplina	Carga Horária
Tecnologias Digitais, Ensino e Aprendizagem	36h
Educação Ambiental	36h
Educação: Sujeito e Cultura	36h
Educação e Direitos Humanos	36h
Introdução à EAD Ambiente Virtual de Ensino e Aprendizagem	36h
Literatura Infantil e Infanto-Juvenil	36h
Infância e Movimento	36h
Processos de Desenvolvimento da Infância: Saúde e Nutrição	36h
Processos de Desenvolvimento e Aprendizagem de Jovens e Adultos	36h
Cultura Digital	36h
Noções Básicas de Primeiros Socorros para Crianças e Adolescentes	36h

Educação e Cultura Afro-brasileira e Indígena	36h
Arte, infância e Educação	36h
Fundamentos de Epistemologia Genética	36h
Metodologia da Pesquisa	36h
Gênero, Sexualidade e Educação	36h
Fundamentos da Educação Especial	36h
Educação Popular	36h
Perspectivas em Avaliação da Aprendizagem	36h
Educação em Espaços Escolares e Não Escolares	36h
Educação Profissional e Educação de Jovens e Adultos	36h
Tempos e Espaços na Educação Infantil	36h
História da Infância	36h
Educação Inclusiva e Educação Especial	36h
Teorias do Currículo	36h
Gestão dos Espaços Pedagógicos	36h
Educação Popular	36h

Poderão ser acrescentadas novas disciplinas eletivas ao PPC do curso a partir de solicitação realizada pelo docente e aprovada pelo Núcleo Docente Estruturante (NDE) e Colegiado do Curso, devendo ser publicizadas à comunidade acadêmica, seguindo as demais etapas do fluxo previsto em Instrução Normativa do IFFar, quanto à atualização do PPC.

4.10. Avaliação

4.10.1. Avaliação da Aprendizagem

A Avaliação da Aprendizagem nos cursos do IFFar segue o disposto no Título III, Capítulo VII, Seção II da Resolução Consup n.º 049/2021. De acordo com esta normativa e com base na Lei n.º 9.394/1996, a avaliação deve ser contínua e cumulativa, assumindo, de forma integrada, no processo de ensino e aprendizagem, as funções diagnóstica, formativa e somativa, com preponderância dos aspectos qualitativos sobre os quantitativos. A avaliação dos aspectos qualitativos compreende, além da avaliação de conhecimentos (avaliação quantitativa), o diagnóstico, a orientação e reorientação do processo de ensino e aprendizagem. Enquanto elemento formativo e sendo condição integradora no processo de ensino e aprendizagem, a avaliação deve ser ampla, contínua, gradual, dinâmica e cooperativa, tendo seus resultados sistematizados, analisados e divulgados ao final de cada período letivo.

A recuperação da aprendizagem deverá ser realizada de forma contínua no decorrer do período letivo, visando que o (a) aluno (a) atinja as competências e habilidades previstas no currículo, conforme normatiza a Lei n.º 9.394/1996.

O professor deve utilizar no mínimo 02 (dois) instrumentos de avaliação de natureza diversificada por componente curricular. A avaliação deve ser contínua e os instrumentos de avaliação não devem ser aplicados de forma concentrada no final do semestre. O estudante deve ser informado quanto aos resultados da avaliação de sua

aprendizagem pelo menos 02 (duas) vezes por semestre, a fim de que estudante e professor possam, juntos, criar condições para retomar conteúdos nos quais os objetivos de aprendizagem não tenham sido atingidos.

Os resultados da avaliação da aprendizagem são expressos em notas que devem considerar uma casa após a vírgula. Para aprovação, o estudante deve atingir como resultado final, no mínimo:

- I - nota 7,0 (sete), antes do Exame Final;
- e II - média 5,0 (cinco), após o Exame Final.

A composição da média final, após exame, deve seguir os seguintes critérios de peso:

- I - média do componente curricular com peso 6,0 (seis);
- e II - nota do Exame Final com peso 4,0 (quatro).

Para aprovação, o estudante, além de obter aproveitamento satisfatório, deve possuir frequência de no mínimo 75% (setenta e cinco por cento) da carga horária presencial do componente curricular.

Considera-se reprovado, ao final do período letivo, o estudante que obtiver: frequência inferior a 75% (setenta e cinco por cento) do cômputo da carga horária presencial prevista no PPC em cada componente curricular; média do componente curricular inferior a 1,7 (um vírgula sete); III - média final inferior a 5,0 (cinco), após o Exame Final.

Os componentes curriculares de estágio curricular supervisionado obrigatório devem seguir as normas de avaliação previstas em seus respectivos regulamentos que compõem o PPC, aos quais não se aplica o exame final. Os componentes curriculares de caráter essencialmente prático, como as disciplinas de PeCC também não têm previsão de exame final.

Conforme Resolução Consup n.º 049/2021, o estudante concluinte do curso que tiver pendência em até 02 (duas) disciplinas pode desenvolvê-las por meio do Regime Especial de Avaliação (REA), desde que atenda aos seguintes critérios, cumulativamente: I - obteve 75% (setenta e cinco por cento) de frequência da carga horária da disciplina desenvolvida na forma presencial; II - realizou o exame final; e III - reprovou por nota. Entende-se por estudante concluinte do curso de Licenciatura em Pedagogia aquele que cursou com êxito 80% (oitenta por cento) do currículo do curso.

O REA não se aplica aos componentes curriculares de estágio curricular supervisionado obrigatório e demais componentes curriculares essencialmente práticos, como as disciplinas de PeCC.

4.10.2. Autoavaliação Institucional

A autoavaliação institucional deve orientar o planejamento das ações vinculadas ao ensino, à pesquisa e à extensão, bem como a todas as atividades que lhe servem de suporte. O IFFar conta com a Comissão Própria de Autoavaliação Institucional, que é responsável por conduzir a prática de autoavaliação institucional. O regulamento em vigência da Comissão Própria de Avaliação (CPA) do IFFar foi aprovado através da Resolução Consup n.º 087/2017, sendo a CPA composta por uma Comissão Central, apoiada pela ação dos núcleos de autoavaliação em cada Campus da instituição.

Considerando a autoavaliação institucional um instrumento norteador para a percepção da instituição como um todo é imprescindível entendê-la na perspectiva de acompanhamento e trabalho contínuo, no qual o engajamento e a soma de ações favorecem o cumprimento de objetivos e intencionalidades.

Os resultados da autoavaliação relacionados ao Curso de Licenciatura em Pedagogia serão tomados como ponto de partida para ações de melhoria em suas condições físicas e de gestão.

4.10.3. Avaliação do Curso

Para o constante aprimoramento do curso, são considerados, no curso Superior de Licenciatura em Pedagogia, resultados de avaliações internas e externas. Como indicadores externos são considerados os resultados de avaliações *in loco* do curso e do Exame Nacional de Desempenho dos Estudantes (ENADE), caso o curso seja contemplado. Para avaliação interna, o curso considera o resultado da autoavaliação institucional, a qual engloba as áreas do ensino, da pesquisa e da extensão, com o intuito de considerar o todo da instituição. Ainda, os alunos têm a oportunidade de avaliar os componentes curriculares cursados em cada semestre, bem como as ações da coordenação do curso.

Os resultados dessas avaliações externas e internas são debatidos pela coordenação, juntamente com o NDE, colegiado, corpo docente e alunos do curso, além da assessoria pedagógica do *campus*. Com esse acompanhamento constante, busca-se aperfeiçoar as atividades de ensino e promover melhorias das fragilidades observadas, com vistas ao incremento na qualidade do curso.

4.11. Critérios e procedimentos para aproveitamento de estudos anteriores

O aproveitamento de estudos anteriores compreende o processo de aproveitamento de componentes curriculares cursados com êxito em outro curso de graduação.

Cabe ao professor titular da disciplina e/ou ao Colegiado de Curso a análise da ementa e da carga horária do componente curricular do qual foi solicitado aproveitamento, para verificar a equivalência entre os componentes.

No processo de aproveitamento de estudos deve ser observado o princípio da "equivalência do valor formativo" (Parecer/CNE/CES n.º 247/1999) dos estudos realizados anteriormente, para assegurar o mesmo padrão de qualidade compatível com o perfil profissional do egresso, definido no PPC. Na análise da "equivalência do valor formativo", a análise da ementa e da carga horária deve considerar a prevalência do aspecto pedagógico relacionado ao perfil do egresso. No IFFar, adota-se como parâmetro o mínimo de 75% de compatibilidade entre carga horária dos componentes curriculares em aproveitamento.

O aproveitamento de estudos pode envolver, ainda, avaliação teórica e/ou prática acerca do conhecimento a ser aproveitado. Da mesma forma, o aproveitamento ou equivalência de disciplinas pode incluir a soma de dois ou mais componentes curriculares para dispensa de uma, ou o contrário, ou seja, um componente curricular pode resultar no aproveitamento ou equivalência a dois componentes ou mais.

Os procedimentos e fluxos do aproveitamento de estudos estão presentes no Regulamento de Registros e Procedimentos Acadêmicos do IFFar.

4.12. Critérios e procedimentos de certificação de conhecimento e experiências anteriores

De acordo com a LDB n.º 9.394/96, o conhecimento adquirido na educação profissional e tecnológica, inclusive no trabalho, poderá ser objeto de avaliação, reconhecimento e certificação para prosseguimento ou conclusão de estudos.

A Certificação de Conhecimentos e Experiências é o reconhecimento, mediante processo avaliativo, de saberes, conhecimentos, experiências, habilidades e competências adquiridas por meio de estudos ou práticas formais e não formais, que dispensa o estudante de cursar o componente curricular no qual comprovou domínio de conhecimento. O processo avaliativo deve ocorrer mediante avaliação teórica e/ou prática.

Não se aplica Certificação de Conhecimentos e Experiências para componente curricular no qual o estudante tenha sido reprovado, bem como para o componente curricular de TCC, atividades complementares e estágio curricular supervisionado obrigatório.

A solicitação de Certificação de Conhecimentos e Experiências pode ocorrer a pedido fundamentado do estudante ou por iniciativa de professores do curso.

A avaliação deve ser realizada por comissão designada pela Coordenação do Curso, composta por professores da área específica ou afim. O resultado para aprovação dos Conhecimentos e Experiências deve ser igual ou superior a 7,0 (sete), em consonância com o resultado da avaliação da aprendizagem para aprovação sem exame nos demais componentes do currículo.

Os procedimentos e prazos para a solicitação de certificação de conhecimentos e experiências anteriores seguem o disposto nas Diretrizes Administrativas e Curriculares para a organização didático pedagógica dos cursos superiores de Graduação e no Regulamento de Registros e Procedimentos Acadêmicos do IFFar.

4.13. Expedição de Diploma e Certificados

O estudante que frequentar todos os componentes curriculares previstos no curso, tendo obtido aproveitamento satisfatório e frequência mínima de 75% (setenta e cinco por cento) das horas-aula presenciais em cada um deles, antes do prazo máximo para integralização, receberá o diploma de concluinte do curso, após realizar a colação de grau na data agendada pela instituição.

As normas para expedição de Diplomas, Certificados e Históricos Escolares finais estão normatizadas por meio de regulamento próprio.

4.14. Ementário

4.14.1. Componentes curriculares obrigatórios

Componente Curricular: História da Educação		
Carga Horária total: 36h	C.H. Extensão: -	Período Letivo: 1º semestre
Ementa		
Introdução a diferentes perspectivas de estudo da História da Educação. Educação nas civilizações clássicas (Grécia e Roma). Educação medieval (controle religioso). Renascimento cultural e mudanças na forma de pensar. Educação na Modernidade, práticas escolares e não escolares e a formação das populações no Novo Mundo. Iluminismo e o pensamento sobre educação. A educação no século XX. Estudo dos processos de educação de povos originários da América, na perspectiva da interculturalidade. Estudo histórico de conceitos tais como infância, família e escola e a importância do conhecimento histórico na formação da identidade docente.		
Bibliografia Básica		
ARIÈS, P. História social da criança e da família . Rio de Janeiro: ABDR, 1981. CAMBI, F. História da Pedagogia . São Paulo: Ed. UNESP, 1999. MORAES, C. C.; PORTES É. A.; ARRUDA, M. A. (Orgs) História da Educação: ensino e pesquisa . Belo Horizonte: Autêntica, 2018.		
Bibliografia Complementar		
FARIA FILHO, L. M. de. Pensadores sociais e história da educação . São Paulo: Autêntica, 2012. [recurso online] GHIRALDELLI JUNIOR, P. Filosofia e história da educação brasileira da Colônia ao governo Lula . 2. ed. Barueri: Manole, 2009. [recurso online] JENKINS, Keith. A História Repensada . São Paulo: Contexto, 2001. MANACORDA, M. A. História da Educação: da antiguidade aos nossos dias . 13. ed. São Paulo: Cortez: Autores Associados, 2010. PILETTI, N. História da Educação no Brasil . São Paulo: Ática, 1990.		

Componente Curricular: Filosofia da Educação		
Carga Horária total: 72h	C.H. Extensão: -	Período Letivo: 1º semestre
Ementa		
O nascimento da Filosofia e a institucionalização da Educação. Conhecimento Filosófico e o Papel filosófico da Pedagogia. O Sentido Pedagógico da Retórica. Concepções Filosóficas de Educação da Paideia ao De Magistro. Tipos de conhecimento e a Educação Moderna e Contemporânea. Epistemologia e Teorias Educacionais Contemporâneas. A incidência das Teorias Filosóficas nas Ideias Pedagógicas. Epistemologia da Ciência. O sentido Ético e Político da Educação. A Educação como Direito humano Fundamental da Pessoa Humana. A Filosofia como base da Autodeterminação no Trabalho Docente. Filosofia da Arte. Arte e educação. Arte como forma de pensamento.		
Bibliografia Básica		
EVRIES, R. A ética na educação infantil: o ambiente sócio-moral na escola . Porto Alegre: ArtMed 2018 1 [recurso online] OLIVEIRA, P. R. de. Filosofia para formação da criança . São Paulo: Cengage Learning 2018 [recurso online] SAVIANI, D. História das Ideias Pedagógicas no Brasil . Campinas: Autores Associados, 2010.		
Bibliografia Complementar		
ARENDRT, H. A Condição Humana . Tradução Roberto Raposo. 10ª Edição. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2005. BURGUETE, M. C. História e Filosofia das Ciências . 1ª Edição. Lisboa: Instituto Piaget, 2004. CHAUÍ, M. Convite à Filosofia . São Paulo: Ática, 2010. HABERMAS, J. O Discurso Filosófico da Modernidade . São Paulo: Martins Fontes, 2000. NUSSBAUM. M. Sem fins lucrativos. Por que a democracia precisa das humanidades . Martins Fontes, São Paulo, 2015.		

Componente Curricular: Tecnologias da Informação e da Comunicação
--

Carga Horária total: 36h	C.H. Extensão: -	Período Letivo: 1º semestre
Ementa		
As tecnologias da informação e comunicação na escola como mudança de paradigmas. Dispositivos computacionais como recursos de ensino/aprendizagem, seu uso e formas de aplicação na educação. Introdução ao Pensamento Computacional. Criação de atividades que proporcionem o desenvolvimento do pensamento computacional. Contribuição das tecnologias da informação e comunicação para a acessibilidade.		
Bibliografia Básica		
ALMEIDA, N.; MANFREDINI, B. Y. B.; ALCICI, S. Tecnologia na escola: abordagem pedagógica e abordagem técnica. 1º ed. São Paulo Cengage Learning. 2014.		
TAJRA, Sanmya Feitosa. Informática na educação: novas ferramentas pedagógicas para o professor na atualidade 9. ed. rev. e ampl. São Paulo: Érica, [2012].		
NOGUEIRA, N. R. Práticas pedagógicas e uso da tecnologia na escola. 1ª ed. Érica. 2014.		
Bibliografia Complementar		
BACICH, L.; NETO, A. T.; TREVISANI, F. de M. Ensino Híbrido: Personalização e Tecnologia na Educação. 1ª Ed. Penso, 2015.		
BRACKMANN, C. P. Pensamento Computacional na Educação Básica: Desenvolvimento do Pensamento Computacional através de atividades desplugadas na Educação Básica. 1º Ed. Novas Edições Acadêmicas. 2019.		
CAMARGO, F.; DAROS, T. A sala de aula inovadora: estratégias pedagógicas para fomentar o aprendizado ativo. 1. ed. Penso. 2018.		
OLIVEIRA, A. de. Educação a distância e tecnologia digital: interação, atitude e aprendizagem (Educação e Pedagogia - EaD & Tecnologias de Ensino). 1. ed. Appris. 2017.		
PISCHETOLA, M.; BANNELL, R. I.; DUARTE, R.; CARVALHO, C.; MARAFON, G.; CAMPOS, G. H. B. de. Educação no século XXI: cognição, tecnologias e aprendizagens. 1. ed. 2016.		

Componente Curricular: Leitura e Produção Textual		
Carga Horária total: 36h	C.H. Extensão: -	Período Letivo: 1º semestre
Ementa		
Estratégias de leitura e compreensão dos gêneros textuais das esferas profissional e/ou acadêmica tais como resumo, resenha, artigo científico, entre outros pertinentes à área de conhecimento. Recursos linguísticos e discursivos relevantes para a prática de produção textual.		
Bibliografia Básica		
KLEIMAN, A. Oficina de leitura: teoria e prática. São Paulo: Pontes, 1993.		
KOCH, I. G. V. O texto e a construção de sentidos. São Paulo: Contexto, 2007.		
MARCUSCHI, L. A. Produção Textual, Análise de Gêneros e Compreensão. São Carlos: Parábola, 2008.		
Bibliografia Complementar		
BAGNO, M. Preconceito linguístico: o que é, como se faz. 10ª edição. São Paulo: Edições Loyola, 2002.		
KOCH, I. G. V.; TRAVAGLIA, L. C. A coerência textual. São Paulo: Contexto, 1991.		
MARCUSCHI, L. A. Da fala para a escrita: atividades de retextualização. São Paulo: Cortez, 2001.		
ORLANDI, E.; OTONI, P. (Orgs.). O texto: leitura e escrita. São Paulo: Pontes, 1988.		
SOLÉ, I.; SCHILLING, C. Estratégias de leitura. 6ª ed. Porte Alegre: Artes Médicas, 1998.		
Componente Curricular: Metodologia Científica		
Carga Horária total: 36h	C.H. Extensão: -	Período Letivo: 1º semestre
Ementa		
Tipos de conhecimento, caracterização e produção do conhecimento científico. Tipos, abordagens e métodos de pesquisa. Ética na pesquisa (regulamentações, plágio e autoplágio). Planejamento de pesquisa. Normas técnicas de trabalhos acadêmico-científicos. Processos de registro e comunicação do conhecimento científico.		
Bibliografia Básica		
SEVERINO, Antônio Joaquim. Metodologia do Trabalho Científico. 23 ed. São Paulo 2007.		
KÖCHE, José Carlos. Fundamentos de metodologia científica: teoria da ciência e iniciação à pesquisa. 34. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2015.		
FACHIN, Odília. Fundamentos de metodologia. 5. ed. São Paulo: Saraiva, 2006.		
Bibliografia Complementar		

BARROS, Aidil Jesus da Silveira; LEHFELD, Neide Aparecida de Sousa. **Fundamentos de Metodologia Científica**. 3. Ed. São Paulo: Pearson, 2007.

BIAGI, Marta Cristina. **Pesquisa científica**: roteiro pratico para desenvolver projetos e teses. Curitiba: Juruá, 2010

DE SORDI, José Osvaldo. **Elaboração de pesquisa científica**: seleção, leitura e redação. São Paulo: Saraiva, 2013.

GIL, Antônio Carlos. **Como Elaborar Projetos de Pesquisa**. 5 ed. São Paulo 2010.

MARQUES, Tania B. I.; BECKER, Fernando (Org.). **Ser professor é ser pesquisador**. Porto Alegre: Mediação, 2007.

Componente Curricular: Processos Criativos e Lúdicos		
Carga Horária total: 72h	C.H. Extensão: -	Período Letivo: 1º semestre
Ementa		
A criatividade do professor no ensino-aprendizagem e suas formas de estimular o comportamento criativo dos alunos a partir de ações inovadoras e lúdicas. A ludicidade na formação humana e na educação escolar, sua dimensão histórico-cultural e a importância do jogo, do brinquedo e da brincadeira no processo de conhecimento, expressividade e socialização da criança. Os métodos e recursos pedagógicos, em diferentes linguagens, na elaboração de aulas criativas para potencializar as múltiplas inteligências dos alunos.		
Bibliografia Básica		
BENJAMIN, W. Reflexões : a criança, o brinquedo e a educação. São Paulo, SUMMUS, 1984.		
BROUGÈRE, G. Brinquedo e cultura . 5. ed. São Paulo: Cortez, 2004.		
KISHIMOTO, T. M. O jogo e a Educação Infantil . São Paulo Cengage Learning Editores, [recurso online]		
Bibliografia Complementar		
FRIEDMANN, Adriana, <i>et al.</i> QUEM está na escuta? diálogos, reflexões e trocas de especialistas que dão vez e voz às crianças. São Paulo: Blucher 2018 1 recurso online.		
BASSEDAS, Eulália. Aprender e ensinar na educação infantil . Porto Alegre: ArtMed 2015 1 recurso online		
KISHIMOTO, Tizuko Morchida. O jogo e a educação infantil . São Paulo: Cengage Learning 2016 1 recurso online		
VIGOTSKI, L. S. Imaginação e Criatividade na Infância . São Paulo: Martins Fontes, 2014.		
WAJSKOP, G. Brincar na pré-escola . 8 ed. São Paulo: Cortez, 2009.		

Componente Curricular: Introdução à Pedagogia		
Carga Horária total: 36h	C.H. Extensão: -	Período Letivo: 1º semestre
Ementa		
Contextualização histórica da Pedagogia; Pedagogia: ciência da educação ou formação de professores; Pedagogo e Professor. Curso de pedagogia e formação profissional. Os conceitos de formação, educação e ensino.		
Bibliografia Básica		
CAMBI, F. História da Pedagogia . São Paulo: UNESP, 1999.		
LIMA, Caroline Costa Nunes. Introdução à pedagogia . Porto Alegre SER - SAGAH 2018, [recurso online]		
RIZZINI, I. Reflexões sobre pesquisa histórica com base e práticas sobre a assistência à infância no Brasil na passagem do século XIX para o século XX . [recurso online]		
Bibliografia Complementar		
ARIÈS, P. História social da infância e da família . Tradução: D. Flaksman. Rio de Janeiro: LCT, 2014.		
KISHIMOTO, Tizuko Morchida. Em busca da pedagogia da infância pertencer e participar. 1. Porto Alegre Penso 2013 1 recurso online		
LIBÂNEO, J. C. Pedagogia e pedagogos, para quê? São Paulo: Cortez, 1998.		
LIMA, Caroline Costa Nunes. Introdução à pedagogia . Porto Alegre SER - SAGAH 2018 1 recurso online		
PIMENTA, S. G. (Org.). Pedagogia e pedagogos : caminhos e perspectivas. 3. ed. São Paulo, SP: Cortez, 2011.		

Componente Curricular: Prática Educativa Integrada I		
Carga Horária total: 50h	C.H. Extensão: 40h	Período Letivo: 1º semestre
Ementa		

A pesquisa como princípio educativo. Introdução à extensão. Princípios da extensão como Práticas e estratégias de leitura e produção de textos. Narrativas autobiográficas/história oral e a constituição do sujeito docente. Fatores de intervenção na constituição da sua identidade. Modalidade de texto científico na área educacional. Dimensões metodológicas, técnicas e éticas da escrita.

Bibliografia Básica

FURLANETTO, E. C. **Como nasce um professor?** Uma reflexão sobre o processo de individualização e formação. São Paulo: Paulus, 2003.
FREIRE, Paulo: **Extensão ou comunicação?** 22ª ed. Rio de Janeiro/São Paulo: Paz e Terra, 2020.
GONÇALVES, Nádya Gaiofatto. QUIMELLI, Gisele Alves de Sá. **Princípios da extensão universitária:** contribuições para uma discussão necessária. Curitiba, PR: CRV, 2020.

Bibliografia Complementar

ARROYO, M. G. **Ofício de mestre:** imagens e autoimagens. 6 ed. Petrópolis: Vozes, 2000.
DEMO, Pedro. **Metodologia do conhecimento científico.** São Paulo: Atlas, 2017.
FREIRE, P. **Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa.** São Paulo: Paz e Terra, 1996.
MOTTA-ROTH, Désirée. HENDGES, Graciela Rabuske. **Produção textual na universidade.** São Paulo: Parábolas Editorial, 2010.
ZABALA, A. **A prática educativa – como ensinar.** Porto Alegre: ArtMed, 1998

Componente Curricular: Escola e Currículo

Carga Horária total: 72h **C.H. Extensão:** **Período Letivo:** 2º semestre

Ementa

Conceito de currículo e organização curricular; Teorias curriculares; Dimensões de currículo; Currículo como construção social e espaço formativo; Níveis e tipos de Planejamento curricular; Disciplinaridade, interdisciplinaridade e transdisciplinaridade, os temas transversais do currículo; Base Nacional Comum Curricular; Escola, currículo e diferença, Políticas curriculares.

Bibliografia Básica

PEREIRA, Elisabete Monteiro de Aguiar (Org.). **Universidade e currículo: perspectivas de educação geral.** Campinas: Mercado de Letras, 2010.
MOREIRA, Antônio Flávio, SILVA, Tomaz Tadeu. **Currículo Cultura e Sociedade.** SP: Cortez, 2008.
SACRISTÁN, J. Gimeno. **O currículo uma reflexão sobre a prática.** 3. Porto Alegre Penso 2019 (E-book).

Bibliografia Complementar

HAMES, Clarinês; ZANON, Lenir Basso; ARAÚJO, Maria Cistina Pansera (Org.). **Currículo Integrado, Educação e Trabalho:** saberes e fazeres em interlocução. Ijuí: Edu. Unijuí, 2016.
LOPES, Alice Casimiro, MACEDO, Elizabeth. **Teorias de Currículo.** São Paulo: Cortez, 2011.
MOREIRA, Antônio Flávio, SILVA, Tomaz Tadeu. **Currículo Cultura e Sociedade.** SP: Cortez, 2008.
SILVA, Tomaz Tadeu. Documentos de Identidade: **Uma introdução às teorias do currículo.** Ed: Autêntica, BH-MG, 2005.
SANTOS, Edméa. **Currículos teoria e práticas do currículo.** Rio de Janeiro LTC 2012 1 recurso online (Educação).

Componente Curricular: História da Educação Brasileira

Carga Horária total: 36h **C.H. Extensão:** - **Período Letivo:** 2º semestre

Ementa

História da Educação Brasileira na Colônia: A formação Jesuítica e franciscana. Reformas Pombalinas e desdobramentos na educação brasileira. Formação superior no Brasil com a chegada da Família Real. Educação no Brasil Imperial. República Brasileira e propostas para a educação. As reformas educacionais durante a Ditadura Militar no Brasil. Redemocratização política e reformas educacionais (LDB 9394/96). Estudo da educação e da educação escolar associada às relações de classe, gênero, etnia e a produção e reprodução das desigualdades sociais.

Bibliografia Básica

GHIRALDELLI JÚNIOR, Paulo. **História da educação brasileira.** 5. ed. São Paulo: Cortez, 2015. 366 p. ISBN 9788524923456.
SAVIANI, DERMEVAL. **História das Ideias Pedagógicas no Brasil.** Campinas: Autores Associados, 2013.
STEPHANOU, M.; BASTOS, M. H. C. (Orgs.) **Histórias e Memórias da educação no Brasil.** Petrópolis: Vozes, 2001.

Bibliografia Complementar

ARANHA, Maria Lúcia de Arruda. **História da educação e da pedagogia: geral e Brasil**. 4. ed. São Paulo: Moderna, c2020. 430 p. ISBN 9788516114619

FRANCISCO FILHO, Geraldo. **A educação brasileira no contexto histórico**. 3. ed. rev. Campinas: Alínea, [2013]. 175 p. ISBN 9788575166628

GHIRALDELLI JÚNIOR, Paulo. **Filosofia e história da educação brasileira: da colônia ao governo Lula**. 2. ed. Barueri: Manole, c2009. 290 p. ISBN 9788520428405.

ROMANELLI, O. de O. **História da Educação no Brasil: 1930/1973**. 2. ed. Petrópolis: Vozes, 1980.

SHIGUNOV NETO, A. **História da educação brasileira do período colonial ao predomínio das políticas educacionais neoliberais**. São Paulo: Atlas, 2015. [recurso online].

Componente Curricular: Sociologia da Educação		
Carga Horária total: 72h	C.H. Extensão: -	Período Letivo: 2º semestre
Ementa		
A interface entre sociologia e educação. Emergência da educação no contexto moderno e no contemporâneo. Concepções de sociedade e pensamento social na educação. A construção do olhar sociológico na formação docente. Processos de socialização: espaços educativos formais e não formais. A sociologia da educação nos desdobramentos de questões sociais, de gênero, raça, etnia e credo e as implicações para a cultura escolar. Pensadores clássicos da Sociologia e a incidência de suas concepções na Educação Emancipatória: Émile Durkheim, Karl Marx e Max Weber e Jean-Jaques Rousseau. Noções dos pensadores sociais contemporâneos e o impacto de suas concepções no Ensino e na Educação: Edgar Morin, Pierre Félix Bourdieu, Ulrich Beck, Zygmunt Bauman, Antonio Gramsci, entre outros. Recepção do pensamento clássico e a contribuição dos pensadores sociais brasileiros com o tema educação: Darcy Ribeiro, Gilberto Freyre, Sérgio Buarque de Holanda, Florestan Fernandes e Gilberto Velho.		
Bibliografia Básica		
APPLE, M. W. Sociologia da educação análise internacional . Porto Alegre: Penso, 2013. [recurso online]		
GIDDENS, A.; SUTTON, P.W. Conceitos essenciais da Sociologia . 2. ed. São Paulo: Unesp, 2017.		
SOUZA, J. V. A. de. Introdução à sociologia da educação . 3. ed. São Paulo: Autêntica, 2015. [recurso online]		
Bibliografia Complementar		
ANTUNES, R.; PINTO, G. A. A Fábrica da Educação: da especialização taylorista à flexibilização toyotista . São Paulo: Cortez, 2017.		
CHARON, Joel M. Sociologia . 2. São Paulo Saraiva 2013 1 [recurso online]		
GIL, Antonio Carlos. Sociologia Geral . São Paulo Atlas 2011 1 [recurso online].		
LAKATOS, E. M. Sociologia geral . 8. ed. São Paulo: Atlas, 2019. [recurso online].		
SOUZA, R. A. de. Sociologia da educação . São Paulo: Cengage Learning, 2015. [recurso online].		

Componente Curricular: Políticas e Organização da Educação Brasileira		
Carga Horária total: 72h	C.H. Extensão: -	Período Letivo: 2º semestre
Ementa		
A educação escolar como direito da cidadania e como dever do Estado na sociedade brasileira. Organização da Educação Brasileira, bases conceituais e normativas. Políticas governamentais na atualidade para a área da educação. Gestão da(s) política(s) da educação básica nos diferentes níveis e modalidades de sua organização. Financiamento da Educação Básica. Gestão Democrática da Educação.		
Bibliografia Básica		
LIMA, Caroline Costa Nunes. Política educacional . Porto Alegre SAGAH 2018 1 [recurso online].		
LIMA, C. C. N. Política educacional . Porto Alegre SAGAH 2018 [recurso online]		
OLIVEIRA, R. P. DE; ADRIÃO, T. (org.). Organização do ensino no Brasil . 2 ed. São Paulo: Xamã, 2007.		
Bibliografia Complementar		
ANDREOTTI, A. L.; LOMBARDI, J. C.; MINTO, L. W. (org.). História da administração escolar no Brasil: do diretor ao gestor . Campinas, SP: Alínea, 2012.		
GESTÃO educacional da educação básica. Porto Alegre SAGAH 2019 1 recurso online		
LIBÂNEO, J. C. Organização e gestão da escola: teoria e prática . 6 ed. São Paulo: Heccus, 2013.		
PARO, Vitor Henrique. Administração escolar: introdução crítica . 17. ed. rev. e ampl. São Paulo: Cortez, 2012.		
SANTOS, Pablo Silva Machado Bispo dos. Guia prático da política educacional no Brasil ações, planos, programas, impactos. 2. São Paulo Cengage Learning 2015 1 recurso online.		

Componente Curricular: Psicologia da Educação e Processos de Desenvolvimento		
Carga Horária total: 72h	C.H. Extensão: -	Período Letivo: 2º semestre
Ementa		
Histórico da Psicologia e Psicologia da Educação. A psicologia da Educação como ciência. As teorias do desenvolvimento e suas implicações educacionais. O desenvolvimento físico, motor, cognitivo e afetivo da criança e do adolescente. Processos de Desenvolvimento Humano: Cultura e Educação. Comportamentalismo e Educação. Humanismo e Educação. Psicanálise e Educação. Psicologia Genética e Educação. Teoria sócio-histórica e educação. Teoria simbólico-cultural e Educação. Inteligência emocional. Inteligências múltiplas. Pós construtivismo e educação.		
Bibliografia Básica		
BERALDO, R.; CHAGAS-FERREIRA, J. F.; MIETO, G. S. de M.; OLIVEIRA, M. C. S. L. de (Orgs.). Psicologia dos Processos de Desenvolvimento Humano: Cultura e Educação. Campinas: Alínea, 2016.		
BOCK, A. M. B.; FURTADO, O.; TEXEIRA, M. DE L. T. Psicologias: uma introdução ao estudo de Psicologia. 14 ed. São Paulo: Editora Saraiva, 2013.		
DAVIDOFF, L. Introdução à Psicologia. 3 ed. São Paulo: McGraw – Hill, 2004.		
Bibliografia Complementar		
GARDNER, H. Inteligências múltiplas: a teoria na prática. Porto Alegre: Artmed, 2000. [E-book].		
GOULART, I. B. Psicologia da educação: fundamentos teóricos e aplicações à prática pedagógica. 21 ed. Petrópolis: Vozes, 2015.		
SANTROCK, John W. Psicologia educacional. Porto Alegre ArtMed 2010 1 recurso online		
ARMO, João dos Santos. Fundamentos psicológicos da educação. Curitiba: InterSaberes, 2020. 250 p. (Psicologia em sala de aula). ISBN 9788582120392.		
REGO, T. C. Vygotsky: uma perspectiva histórico-cultural. 11 ed. Petrópolis: Vozes, 2011.		

Componente Curricular: Prática Educativa Integrada II		
Carga Horária total: 50h	C.H. Extensão: 40h	Período Letivo: 2º semestre
Ementa		
Articulações entre os componentes curriculares do semestre. Professor Pesquisador. A pesquisa como princípio educativo. Fundamentos da extensão. A extensão como princípio de aprendizagem. Noções preliminares de pesquisa qualitativa: Pesquisa Participante e etnografia. Cotidiano escolar: dimensões sociais, culturais e políticas. Relações de pertencimento da comunidade com a escola e da escola com a comunidade.		
Bibliografia Básica		
ANGROSINO, Michael. Etnografia e observação participante. Porto Alegre ArtMed 2011 1 recurso online (Pesquisa qualitativa).		
CASTRO, J. M.; REGATTIERI, M. (Orgs.). Interação Escola - Família: Subsídios para práticas escolares. Brasília: UNESCO, MEC, 2010. [recurso online]		
LUDKE, M.; ANDRE, M. Pesquisa em educação: abordagens qualitativas. Rio de Janeiro: EPU, 2013.		
Bibliografia Complementar		
MORAN, José Manoel; MASETTO, Marcos T.; BEHRENS, Marilda Aparecida. Novas tecnologias e mediação pedagógica. 21. ed. rev. e atual. Campinas: Papirus, 2013. 173 p. (Coleção Papirus educação).		
BANNEL, Ralph Ings et al. Educação no século XXI: cognição, tecnologias e aprendizagens. Rio de Janeiro: Vozes, 2016.		
LIBÂNEO, José Carlos. Adeus professor, adeus professora? novas exigências educacionais e profissão docente. 13. São Paulo: Cortez, 2015. 1 [recurso online] (Questões da nossa época 2).		
PAPALIA, D. E.; OLDS, S. W.; FELDMAN, R. D. O mundo da criança: da infância à adolescência. 11 ed. São Paulo: McGraw-Hill, 2009.		
PERRENOUD, Philippe. Dez novas competências para ensinar. Porto Alegre ArtMed 2015.		

Componente Curricular: Alfabetização e Letramento		
Carga Horária total: 72h	C.H. Extensão: -	Período Letivo: 3º semestre
Ementa		
Estudo das teorias de aprendizagem da Língua Escrita e suas práticas pedagógicas. Reflexão sobre a cultura escrita em diferentes contextos históricos. Discussão crítica das diferenças conceituais entre os processos de alfabetização e letramento. Problematisação e reflexão sobre a realidade escolar.		
Bibliografia Básica		

FERREIRO, E.; TEBEROSKY, A. **Psicogênese da língua escrita**. Porto Alegre: Artes Médicas, 1989.
SOARES, M. **Alfabetização e Letramento**. Editora Contexto, 2012.
TEBEROSKY, A. **Aprendendo a escrever: perspectivas psicológicas e implicações educacionais**. São Paulo: Ática, 1995.

Bibliografia Complementar

CAGLIARI, G. M.; CAGLIARI, L. C. **Diante das letras: a escrita na alfabetização**. Campinas: Mercado de Letras, 1999.
CARVALHO, M. **Primeiras letras: alfabetização de jovens e adultos em espaços populares**. São Paulo: Ática, 2010.
FERREIRO, Emilia. **Alfabetização em processo**. 21. São Paulo Cortez 2017 1 recurso online
FERREIRO, E. e PALÁCIO, M. (Org). **O processo de leitura e escrita: novas perspectivas**. Porto Alegre: Artes Médicas, 1997.
PEREIRA, Marina Lúcia. **A construção do letramento na educação de jovens e adultos**. 2. São Paulo Autêntica 2007 1 recurso online
LOTSCH, Vanessa de Oliveira. **Alfabetização e letramento uma visão geral**. São Paulo Cengage Learning 2015.

Componente Curricular: Educação: Concepções e Teorias de Ensino e Aprendizagem

Carga Horária total: 72h **C.H. Extensão:** **Período Letivo:** 3º semestre

Ementa

Concepções de educação (educação libertadora, bancária, problematizadora, emancipatória, educação popular). Contextualização da realidade educacional no Brasil e no mundo. O papel do pedagogo no processo educativo. Fundamentos das teorias de aprendizagem: Correntes filosóficas: empirismo, apriorismo. Teorias de aprendizagem - Teorias behavioristas: John Watson, Edward Thorndike, Burrhus Skinner; Teorias cognitivistas: Robert Gagné, Teoria da Gestalt, David Ausubel; Teoria humanista: Carl Rogers; Teorias sócio-culturais: Vygotsky, Paulo Freire; As teorias de aprendizagem e sua relação com os processos pedagógicos. Teorias de aprendizagem e sua relação com as práticas pedagógicas desenvolvidas na educação infantil, anos iniciais e educação de jovem e adultos.

Bibliografia Básica

BRANDÃO, Carlos Rodrigues. **O que é educação**. São Paulo: Brasiliense, 2013.
MOREIRA, Marco Antonio. **Teorias de Aprendizagem**. 2 ed. São Paulo: E.P.U., 2017.
GADOTTI, Moacir. **Concepção dialética da educação: um estudo introdutório**. 16. Ed. São PAULO: Cortez, 2012

Bibliografia Complementar

AUSUBEL, D. P. **Aquisição e retenção de conhecimentos: uma perspectiva cognitiva**. Lisboa: Editora Plátano, 2003.
BECKER, Fernando. **Educação e construção do conhecimento**. 2. ed. rev. e ampl. Porto Alegre: Penso, 2012.
BARRETO, Flavio Chame. **Educação escolar evolução histórica, teorias, práticas docentes e reflexões**. São Paulo Erica 2014 1 [recurso online]
GAUTHIER, C.; TARDIF, M. (Orgs.). **A Pedagogia: teorias e práticas da Antiguidade aos nossos dias**. 2. ed. revista e ampliada. Petrópolis, RJ: Vozes, 2013.
MARQUES, Tania B. I.; BECKER, Fernando (Org.). **Ser professor é ser pesquisador**. Porto Alegre: Mediação, 2007.

Componente Curricular: Sociologia da Infância

Carga Horária total: 36h **C.H. Extensão:** - **Período Letivo:** 3º semestre

Ementa

História da Infância. Teorias sociais da infância. Protagonismo infantil: a criança como sujeito de direitos e deveres. Cultura(s) da Infância. Crianças e infância no contexto histórico e cultural. A criança produtora de cultura. Relações adulto-criança e criança-criança (abordagem de gênero, de classe social e idade) nos mais diferentes ambientes. O papel da infância na construção da realidade social, nas modificações da gestão do tempo cotidiano. Os contextos da infância.

Bibliografia Básica

BELLONI, M. L. O que é sociologia da infância . Campinas: Autores Associados, 2009.
ARIÈS, Philippe. História social da criança e da família . 3. Rio de Janeiro LTC 2021 1 [recurso online].
CORSARO, W.A. Sociologia da infância . 2ª. edição. Porto Alegre: Artmed, 2011.
Bibliografia Complementar
DEL PRIORE, M. (Org.). História das crianças no Brasil . São Paulo: Contexto, 1999.
DURKHEIM, Émile. Educação e sociologia . 2. São Paulo Grupo Almedina 2018 1 recurso online (Biblioteca 70).
GOMES, Cândido Alberto. A educação em novas perspectivas sociológicas . 4. ed. rev. e ampl. São Paulo: E. P. U, 2005.
RESNICK, Mitchel. Jardim de infância para a vida toda : por uma aprendizagem criativa, mão na massa e relevante para todos. Porto Alegre: Penso, 2020.
TOSCANO, Moema. Introdução à sociologia educacional . 14. ed., rev. e ampl. Petrópolis, RJ: Vozes, 2010.

Componente Curricular: Linguagem, Escrita e Criança		
Carga Horária total: 72h	C.H. Extensão: -	Período Letivo: 3º semestre
Ementa		
<p>Concepções e práticas de leitura; O papel do professor na formação de leitores; Decodificar versus construir/negociar sentidos; Leitura crítica. Gêneros textuais e discursivos; O processo de produção textual. Produção oral e escrita. Aquisição da linguagem. Variação linguística. Ensino da gramática: Funcionamentos da Fonologia, Ortografia, Léxico; Movimentação de técnicas didático-pedagógicas adequadas ao desenvolvimento de habilidades e competências comunicativas. Língua Portuguesa como componente curricular da Educação Básica. Planejamento, desenvolvimento e avaliação de atividades da Língua Portuguesa voltadas à Educação Infantil e aos Anos Iniciais do Ensino Fundamental.</p>		
Bibliografia Básica		
BRANDÃO, A. C. P.; ROSA, E. C.de S. (Orgs). Ler e escrever na educação infantil : discutindo práticas pedagógicas. São Paulo Autêntica 2010 [recurso online]		
FREIRE, P. A importância do ato de ler : em três artigos que se completam. 45. ed. São Paulo: Cortez, 2003.		
KOCH, Ingedore G. Villaça. O texto e a construção de sentidos . 10ª ed. São Paulo: Contexto, 2014.		
Bibliografia Complementar		
ALMEIDA, N.; ZAVAM, Á. (Orgs.) A língua na sala de aula : questões práticas para um ensino produtivo. Fortaleza: Perfil Cidadão, 2004.		
FIORIN, José Luis. Para entender o texto: leitura e redação .: Platão e Fiorin. 17ª ed. São Paulo: Ática, 2017.		
GERALDI, J. W. Linguagem e ensino : exercícios de militância e divulgação. Campinas: Mercado das Letras, 1996.		
LEAL, Telma Ferraz. Ensino de língua portuguesa na educação básica . São Paulo Autêntica 2014 1 [recurso online]		
KOCHE, Vanilda Salton. BOFF, Odete Maria Benetti. PAVANI, Cinara Ferreira. Prática Textual : Atividades de Leitura E Escrita. 11 es. Petrópolis, RJ: Vozes, 2015.		

Componente Curricular: Educação Infantil e Infância		
Carga Horária total: 72h	C.H. Extensão: -	Período Letivo: 3º semestre
Ementa		
<p>Fundamentos históricos, políticos e pedagógicos da Educação Infantil. Processos de construção da infância: história, institucionalização, escolarização e as políticas públicas; As proposições dos campos de experiência e de Lóris Malaguzzi; Infância, culturas infantis na contemporaneidade. Observação, registro, avaliação e planejamento na creche e pré-escola, análise dos contextos e das relações educativas na educação infantil. Elaboração crítica de relatório de atividades.</p>		
Bibliografia Básica		
CRAIDY, C. M.; KAERCHER, G. E. Educação infantil pra que te quero? Porto Alegre Artmed 2003 [recurso online]		
FINCO, D; BARBOSA, M. C.; GOULART, A. L.. (Orgs.) Campos de experiência na escola da infância : contribuições italianas para inventar um currículo de educação infantil brasileiro. Campinas/SP: Edições Leitura Crítica, 2015. [recurso online]		
ZABALZA, M. Qualidade em Educação Infantil . Porto Alegre Artmed, 2011. [recurso online]		
Bibliografia Complementar		

BASSEDAS, Eulália. **Aprender e ensinar na educação infantil**. Porto Alegre ArtMed 2015 1 [recurso online].
 BUCHWITZ, Tania Maria de Almeida. **Pedagogia da infância** cotidiano e práticas educativas. São Paulo Cengage Learning 2015 1 [recurso online].
 CARVALHO, R. S. de.; FORCHI, P. S. (Orgs). **Pedagogia do cotidiano na (e da) educação infantil**. Em aberto, Brasília, v.30, n. 100, p. 1-192, set./dez. 2017. [recurso online].
 EDWARDS, C.; GANDINI, L.; MALAGUZZI, L. **As cem linguagens da criança**. 2 ed. Porto Alegre: Artmed, 2006. [recurso online].
 OLIVEIRA-FORMOSINHO, J.; KISHIMOTO, T. M.; PINAZZA, M. A. **Pedagogia(s) da Infância**: dialogando com o passado, construindo o futuro. Porto Alegre: Artmed, 2007. [recurso online].

Componente Curricular: Prática Educativa Integrada III		
Carga Horária total: 50h	C.H. Extensão: 40h	Período Letivo: 3º semestre
Ementa		
Aproximações com o cotidiano escolar. Gestão e organização da escola: estrutura, financiamento, programas. O currículo escolar. O Projeto Político Pedagógico. Trabalho Interdisciplinar: as especificidades da instituição escolar.		
Bibliografia Básica		
LIBÂNEO, J. C. Organização e gestão da escola: teoria e prática . Goiânia: Alternativa, 2004. SÍVERES, L. A extensão universitária como princípio de aprendizagem . Brasília: Liber Livro, 2013. VEIGA, Ilma P. A. FONSECA, Marília (Orgs.). As dimensões do projeto político-pedagógico . 2.ed. - Campinas, SP: Papyrus, 2001.		
Bibliografia Complementar		
CASTRO, Jane M.; REGATTIERI, Marilza (orgs.). Interação Escola - Família : Subsídios para práticas escolares. Brasília: UNESCO, MEC, 2010. [recurso online] FRANCO, M. A.do R. S. Pedagogia e prática docente . São Paulo: Cortez, 2012. LIBÂNEO, José Carlos. Organização e gestão da escola : teoria e prática. 6. ed. rev. e ampl. Goiânia: Heccus, 2015. OLIVEIRA, Inês Barbosa de. Estudos do cotidiano & educação . São Paulo Autêntica 2008 1 recurso online (Pensadores & educação). PIMENTA. S.G. Questões sobre a organização do trabalho na escola . Revista Série Ideias no. 16. São Paulo: FDE, 1993. pp. 78-83. SANTOS, Akiko; LIBÂNEO, José Carlos (Org.); SOMMERMAN, Américo (Colab.). Educação : na era do conhecimento em rede e transdisciplinaridade. 3. ed. rev. Campinas: Alínea, 2010.		

Componente Curricular: Psicologia da Educação e Processos de Aprendizagem		
Carga Horária total: 72h	C.H. Extensão: -	Período Letivo: 4º semestre
Ementa		
Psicologia da Educação e Pedagogia: interlocuções possíveis. Concepções epistemológicas da aprendizagem. O sujeito da aprendizagem. Construção do conhecimento na perspectiva da produção do sujeito e do objeto nas situações de aprendizagem. Princípios e contribuições das teorias psicológicas da aprendizagem para as intervenções e práticas pedagógicas. Processos de ensino e aprendizagem na contemporaneidade. Dificuldades de aprendizagem e a relação com o "fracasso" escolar. O imperativo da norma: o duplo normal/anormal. Situações de aprendizagem e não-aprendizagem.		
Bibliografia Básica		
BECKER, F. [et al.] (Orgs.). Aprendizagem e conhecimento escolar . Pelotas, Educat, 2002. MOYSÉS, M. A. A. A institucionalização invisível : crianças que não-aprendem-na-escola. Campinas: Mercado de Letras, 2001. MOREIRA, M. A. Teorias de Aprendizagem . 3.ed. São Paulo: LTC, 2021.		
Bibliografia Complementar		

BIESTA, G. **Para além da aprendizagem**: educação democrática para um futuro humano. São Paulo: Autêntica, 2013. [recurso online]
 BORUCHOVITCH, E.; BZUNECK, J. A. **Aprendizagem**: processos psicológicos e o contexto social na escola. 2. ed. Petrópolis: Vozes, 2010.
 NOGUEIRA, M. O. G.; LEAL, D. **Teorias da aprendizagem**: um encontro entre os pensamentos filosófico, pedagógico e psicológico. Porto Alegre: Penso, 2012.
 PATTO, M. H. S. **A produção do fracasso escolar**: histórias de submissão e rebeldia. 4. ed. São Paulo: Intermeios, 2015.
 PILETTI, N.; ROSSATO, S.M. **Psicologia da aprendizagem**: da teoria do condicionamento ao construtivismo. São Paulo: Contexto, 2012.

Componente Curricular: Conhecimento, Metodologias do Ensino de Matemática na Educação Infantil e nos Anos Iniciais do Ensino Fundamental

Carga Horária total : 72h	C.H. Extensão : -	Período Letivo : 4º semestre
----------------------------------	--------------------------	-------------------------------------

Ementa

Princípios teóricos e metodológicos da alfabetização matemática na educação infantil e nos anos iniciais. A construção do conhecimento lógico-matemático. A natureza e a representação do número. Construção do Sistema de Numeração Decimal. Operações fundamentais. Resolução de Problemas. Métodos e técnicas de ensino e aprendizagem da matemática e seus fundamentos filosóficos, metodológicos e científicos.

Bibliografia Básica

GOLBERT, Clarissa Seligman. **Matemática nas séries iniciais: o sistema de numeração decimal**. 3. ed. Porto Alegre: Mediação, 2011.
 LOSS, A. S. **Anos Iniciais: Metodologia para o Ensino da Matemática**. 2. ed. rev. e atual. Curitiba: Appris, 2016.
 NACARATO, A. M.; *et al.* **A Matemática nos Anos Iniciais do Ensino Fundamental: tecendo fios do ensinar e do aprender**. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2014.

Bibliografia Complementar

ARANÃO, Ivana Valéria D. **A matemática através de brincadeiras e jogos**. 7. ed. Campinas: Papirus, 2011. 91 p.
 HUETE, J. C. Sánchez. **O ensino da matemática** fundamentos teóricos e bases psicopedagógicas. Porto Alegre ArtMed 2017 (E-Books)
 NACARATO, Adair Mendes. **Escritas e leituras na educação matemática**. São Paulo Autêntica 2007 1 recurso online (E-Books).
 PASSOS, Célia; SILVA, Zeneide. **Integrado**: educação infantil: linguagem: matemática: natureza e sociedade. 2. ed. São Paulo: IBEP, 2011. 93 p. (Coleção Eu gosto mais ; 1).
 SMOLE, Kátia Stocco. **Materiais manipulativos para o ensino do sistema de numeração decimal**. Porto Alegre Penso 2016 1 recurso online (Mathemateca v.1). (E-Books)
 UNESCO. **Os desafios do ensino de Matemática na Educação Básica**. Brasília, São Carlos: EdUFSCar, 2016

Componente Curricular: Currículo e Educação Básica: Teorias e Prática (Educação Infantil e Anos Iniciais)

Carga Horária total : 72h	C.H. Extensão : -	Período Letivo : 4º
----------------------------------	--------------------------	----------------------------

Ementa

Organização curricular na Educação Básica. Propostas curriculares em Educação Infantil e Anos Iniciais: bases teóricas e metodológicas. Legislação e orientações governamentais para a Educação Infantil e Anos Iniciais: Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino Fundamental de 9 anos. Diretrizes Curriculares Nacionais para Educação Infantil e a BNCC. Políticas Curriculares Estaduais. Experiências de ensino e aprendizagem em Educação Infantil e Anos Iniciais.

Bibliografia Básica

BUCHWITZ, T. M. de A. **Propostas curriculares na educação infantil**. São Paulo Cengage Learning 2015 [recurso online]
 BRASIL. **Base Nacional Comum Curricular**. Ministério da Educação: Brasília, 2018.
 CASTELLAR, S. M. V.; SEMEGHINE-SIQUEIRA, I. **Da educação infantil ao ensino fundamental**: formação docente, inovação, aprendizagem significativa. São Paulo Cengage Learning 2016 [recurso online]

Bibliografia Complementar

BRASIL. **Diretrizes Curriculares Nacionais para Educação Infantil**. Ministério da Educação: Brasília, 2013.
BRASIL. **Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino Fundamental de 9 anos**. Ministério da Educação: Brasília, 2013.
JUNQUEIRA FILHO, G. de A. **Linguagens geradoras: seleção e articulação de conteúdos em educação infantil**. Porto Alegre: Mediação, 2005.
RIO GRANDE DO SUL. **Referencial Curricular Gaúcho**, 2018. Disponível em <http://curriculo.educacao.rs.gov.br/Sobre/Index>. Acessado em 27 de abril de 2020.
SACRISTÁN, J. G. **O currículo: uma reflexão sobre a prática**. 3. ed. Porto Alegre: Artmed, 2000. [recurso online]

Componente Curricular: Conhecimento, Metodologias do Ensino da Arte na Educação Infantil e Anos Iniciais do Ensino Fundamental

Carga Horária total: 72h **C.H. Extensão:** - **Período Letivo:** 4º semestre

Ementa

Arte e conhecimento. Concepções e abordagens teóricas para o Ensino da Arte. Arte e Cultura. Contextualização dos principais períodos históricos da Arte. As linguagens artísticas como criações e manifestações socioculturais. Arte e seus conceitos fundamentais nas várias linguagens: Música, Teatro, Dança e Artes Visuais. Estética. Diversidade de manifestações artísticas, suas múltiplas funções nos diferentes grupos sociais e étnicos. Metodologia para o Ensino da Arte. Construção poética e processos criativos nas diferentes linguagens da Arte (arte audiovisual, música, dança, artes visuais, teatro) na Educação Infantil e Anos Iniciais do Ensino Fundamental. Leitura e análise de obras de arte nas diferentes linguagens artísticas.

Bibliografia Básica

BARBOSA, Ana Mae/ (Organizador) Coutinho, Rejane Galvão. **Arte/Educação como mediação cultural e social**. Fundação Editora da Unesp, 2009.
_____. **Arte - Educação - Leitura no Subsolo**. 9ª ed. São Paulo: Editora: Cortez, 2013
MARTINS, Mirian Celeste, PICOSQUE, Gisa; GUERRA, Maria Terezinha T. **Didática do ensino de arte: A língua do mundo – poetizar, fruir e conhecer arte**. São Paulo, FTD: 1998.

Bibliografia Complementar

BARBIERI, Stela. **Interações: Onde está a Arte na Infância**. São Paulo: Blucher, 2012.
CUNHA, Susana Rangel Vieira da (Org.); LINO, Dulcimarta Lemos ...[et al.] – **As artes do universo infantil**. Porto Alegre: Mediação, 2012.
DUARTE-JÚNIOR, João Francisco. **O sentido dos sentidos: a educação (do) sensível**. 2 ed. Curitiba: Criar Edições, 2003.
FERRAZ, Heloisa; FUSARI, Maria F. de Resende. **Arte na educação escolar**. São Paulo: Cortez, 1993.
PILLAR, Analice Dutra (Org.). **A educação do olhar no ensino das artes**. Porto Alegre: Mediação, 1999

Componente Curricular: Prática Educativa Integrada IV

Carga Horária total: 50h **C.H. Extensão:** 40h **Período Letivo:** 4º semestre

Ementa

O cotidiano da Educação Infantil. Observação dos saberes e fazeres docentes no âmbito da Educação Infantil. Trabalho Interdisciplinar – Proposta de intervenção na Educação Infantil.

Bibliografia Básica

BARBOSA, M. C. S.; HORN, M. G. S. **Projetos pedagógicos na educação infantil**. Porto Alegre ArtMed 2011 1 [recurso online]
ESCANDIEL. G. L. **Cotidiano e trabalho pedagógico na Educação Infantil**. São Paulo: Pimenta Cultural, 2020. 349p. [recurso online]
FABRIS. M. A. C. **Portfólio na Educação Infantil: diversidades de práticas**. São Paulo: Pimenta Cultural, 2020. 117p. [recurso online]

Bibliografia Complementar

BARBOSA, M. C. S. **Por amor e por força: rotinas na educação infantil**. Porto Alegre ArtMed 2011 [recurso online]
KRAMER, S. **Com a pré-escola nas mãos: uma alternativa curricular para a educação infantil**. 10. ed. São Paulo: Editora Ática, 1997.
OSTETTO, L. E. (Org.). **Encantos e Encantamentos na Educação Infantil**. Campinas: Papyrus, 2012.
OSTETTO, L. E. **Educação Infantil: saberes e fazeres da formação de professores**. 5. ed. Campinas: Papyrus, 2012.
TONUCCI, F. **Com Olhos de Criança**. Tradução de Patrícia Chittoni Ramos. Porto Alegre: Artes Médicas, 1997.

Componente Curricular: Libras		
Carga Horária total: 36h	C.H. Extensão: -	Período Letivo: 5º semestre
Ementa		
Representações históricas, cultura, identidade e comunidade surda. Políticas Públicas e Linguísticas na educação de Surdos. Libras: aspectos gramaticais. Práticas de compreensão e produção de diálogos em Libras.		
Bibliografia Básica		
CAPOVILLA, F. C.; RAPHAEL, W. D.; MAURÍCIO, A. C. Dicionário Ilustrado Trilíngue da Língua Brasileira de Sinais (Libras) . 3ª ed. Volumes 1 e 2. São Paulo: Edusp, 2013.		
HONORA, M.; FRIZANCO, M. L. E. Livro ilustrado de Língua Brasileira de Sinais: desvendando a comunicação usada pelas pessoas com surdez . Volumes I e II. São Paulo: Editora Ciranda Cultural, 2009.		
LACERDA, C. B. F.; SANTOS, L. F. (Orgs.). Tenho um aluno surdo, e agora? Introdução à Libras e educação de surdos. São Carlos: EdUFSCar, 2013.		
Bibliografia Complementar		
CEFET, SC. Aprendendo LIBRAS como segunda língua: Nível Básico. Palhoça: IFSC/Campus Palhoça, 2007.		
FELIPE, T. A. Libras em Contexto: Curso Básico: Livro do Estudante. 8ª ed. Rio de Janeiro: WalPrint Gráfica e Editora, 2007.		
GESSER, A. Libras? Que língua é essa? Crenças e preconceitos em torno da língua de sinais e da realidade surda. São Paulo: Parábola Editorial, 2009.		
QUADROS, R.; KARNOPP, L. Língua de Sinais Brasileira: estudos linguísticos. Porto Alegre: Artmed, 2004.		
STROBEL, K. L.; FERNANDES, S. Aspectos linguísticos da Libras . Secretaria de Estado da Educação - Depto. Educação Especial. Curitiba: SEED/SUED/DEE, 1998.		

Componente Curricular: Didática, Planejamento e Avaliação na Educação Infantil		
Carga Horária total: 72h	C.H. Extensão: -	Período Letivo: 5º semestre
Ementa		
A didática no âmbito da Pedagogia e das práticas educativas. As relações fundamentais do processo de trabalho docente: sujeito/objeto/construção de conhecimento; teoria/prática; conteúdo/forma; ensino/aprendizagem; professor/aluno; aluno/aluno. Fundamentos teórico-metodológicos: Planejamento na educação infantil (creche e pré-escola); avaliação na escola da infância (pareceres descritivos e portfólios); observação (planejamento e avaliação) na escola de Educação Infantil.		
Bibliografia Básica		
BARBOSA, M. C. S.; HORN, M. G. S. Projetos pedagógicos na Educação Infantil . Porto Alegre: Artmed, 2008. [recurso online]		
FABRIS, M. A. C. Portfólio na Educação Infantil: diversidades de práticas. São Paulo: Pimenta Cultural, 2020. 117p. [recurso online]		
RINALDI, Carla. Diálogos com Reggio Emilia: Escutar, investigar e aprender. São Paulo: Paz e terra, 2012.		
Bibliografia Complementar		
BONDIOLO, A.; MANTOVANI S. Manual de Educação Infantil: de 0 a 3 anos. 9. ed. Porto Alegre: Artmed, 1998		
CARVALHO, R. S. de.; FORCHI, P. S. (Orgs.). Pedagogia do cotidiano na (e da) educação infantil . Em aberto, Brasília, v.30, n. 100, p. 1-192, set./dez. 2017. [recurso online]		
ESCANDIEL, G. L. Cotidiano e trabalho pedagógico na Educação Infantil . São Paulo: Pimenta Cultural, 2020. 349p. [recurso online]		
FINCO, D; BARBOSA, M. C.; GOULART, A. L. (Orgs.). Campos de experiência na escola da infância: contribuições italianas para inventar um currículo de educação infantil brasileiro. Campinas/SP: Edições Leitura Crítica, 2015. [recurso online]		
OSTETTO, L. E. Educação Infantil: saberes e fazeres da formação de professores. 5. ed. Campinas: Papyrus, 2012.		
REGGIO, C. As Cem Linguagens em Mini-histórias: Contadas por Professores e Crianças de Reggio Emilia. Editora Penso, 2020. [recurso online].		

Componente Curricular: Conhecimento, Metodologias do Ensino de Língua Portuguesa e Literatura na Educação Infantil e Anos iniciais do Ensino Fundamental		
Carga Horária total: 72h	C.H. Extensão: -	Período Letivo: 5º semestre
Ementa		

Teorias de linguagem que fundamentam o ensino de Língua portuguesa. Linguagem, sociedade, cultura, discurso e ensino de língua materna. Alfabetização e letramento. Concepções teóricas de aquisição e desenvolvimento da linguagem escrita. Constituição do sujeito, inclusão e exclusão pelas práticas discursivas. A história e a situação atual da literatura infantil. Estudo dos diversos gêneros literários: os contos populares e folclóricos, o conto fantástico, sua caracterização histórica, antropológica e psicanalítica. O poema, as relações da poesia com o folclore (acalantos, parlendas, trava-línguas) e os recursos imagéticos e sonoros da poesia infantil. O papel das ilustrações na literatura, as histórias sem texto e suas possibilidades. As histórias em quadrinhos e suas possibilidades de uso didático. A literatura como fonte de informações; a leitura e a apreciação crítica. O papel da escola na formação literária. As relações da literatura infantil com a alfabetização e com as aprendizagens. Currículo e Metodologias para o ensino de Literatura Infantil.

Bibliografia Básica

BAKHTIN, M. **Marxismo e Filosofia da linguagem**. São Paulo: Hucitec, 1992.
 CHARTIER, Roger (org.). **Práticas de leitura. Tradução Cristiane Nascimento**. 2. ed. São Paulo: Estação Liberdade, 2001.
 COELHO, Nelly Novaes. **Literatura Infantil: teoria – análise – didática** São Paulo: Moderna, 2000.,

Bibliografia Complementar

ABRAMOVICH, Fanny. **Literatura infantil - gostosuras e bobices**. São Paulo: Scipione, 1993.
 ANTUNES, Irlandé. **Língua, texto e ensino: outra escola possível**. São Paulo: Parábola Editorial, 2009.
 CALVINO, I. **Por que ler os clássicos**. Trad: Nilson Moulin. São Paulo: Companhia das Letras. 2007.
 MARCUSCHI, Luiz Antônio. **Produção de texto, análise de gênero e compreensão**. São Paulo: Editora Parábola, 2008.
 SOUZA, Luzinete Vasconcelos. **As proezas das crianças em texto de opinião**. São Paulo, Mercado de Letras, 2003.

Componente Curricular: Conhecimento, Metodologias do Ensino de História na Educação Infantil e Anos Iniciais do Ensino Fundamental

Carga Horária total: 72h	C.H. Extensão:	Período Letivo: 5º semestre
---------------------------------	-----------------------	------------------------------------

Ementa

Tempo e História, Conceitos: fontes históricas, processo histórico, sujeito histórico. História do RS (Missões Jesuítas, história Indígena). A invenção das Tradições e as Identidades Nacionais. Educação das relações étnicorraciais e Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira, Africana e Indígena. Ensino de história: propostas pedagógicas (Uso das Tecnologias da Informação para o ensino), uso de mídias audiovisuais para o ensino de História (Filmes, séries, história em quadrinhos). Patrimônio histórico e cultural para o ensino de história. História como componente curricular da Educação Básica. Planejamento, desenvolvimento e avaliação de atividades. História voltada à Educação Infantil e aos Anos Iniciais do Ensino Fundamental.

Bibliografia Básica

BITTENCOURT, C. M. F. **Ensino de História: fundamentos e métodos**. Cortez: São Paulo, 2004.
 BONDOLI, A. (Org.). **O tempo no cotidiano infantil: perspectivas de pesquisa e estudo de casos**. São Paulo: Cortez, 2002.
 FONSECA, T. N. de L. **História & Ensino de História**. 2. ed. Belo Horizonte: 2006.

Bibliografia Complementar

CAMARGO, H. L. **Patrimônio histórico e cultural**. São Paulo: Aleph, 2002.
 GIL, C. Z. de V.; ALMEIDA, D. B. **A docência em História: reflexões em propostas para ações**. Erechim: Edelbra, 2012.
 HILARY, C. **Aprendendo e ensinando sobre o passado: a crianças de 3 a 8 anos**. Curitiba: Educar em Revista, 2006.
 LE GOFF, J. **História e memória**. Campinas: Unicamp, 1996.
 PETER, S. **History/Memory Matrix for History Education**. Basileia: Public History Weekly, 2015.

Componente Curricular: Conhecimento, Metodologias do Ensino de Geografia na Educação Infantil e Anos Iniciais do Ensino Fundamental

Carga Horária total: 72h	C.H. Extensão: -	Período Letivo: 5º semestre
---------------------------------	-------------------------	------------------------------------

Ementa

O ensino da geografia: o que ensinar e como ensinar; Base Nacional Comum Curricular (BNCC) e os Direitos de aprendizagem e desenvolvimento: os campos de experiência. As infâncias, o tempo e as categorias de análise do espaço na Geografia para a Educação Infantil. As diferentes linguagens e a construção das noções/relações espaciais; Linguagem/Alfabetização cartográfica; Geografia como componente curricular da Educação Básica. Planejamento, desenvolvimento e avaliação de atividades de Geografia voltadas à Educação Infantil e aos Anos Iniciais do Ensino Fundamental.

Bibliografia Básica

CASTELLAR, S. **Educação geográfica: teorias e práticas docentes**. São Paulo: Contexto, 2010. [recurso online]
 CASTROGIOVANNI, A. C. **Movimentos para pensar geografia: oscilações**. Porto Alegre: Letras 1, 2016. [recurso online]
 FANTIN, M. E. **Metodologia do ensino de Geografia**. São Paulo: Ibpeex, 2005.

Bibliografia Complementar

BARROSO, V. L. M. (Org). **Ensino de História: desafios contemporâneos**. Porto Alegre: Exclamação: ANPUH/RS, 2010. 9788562141140. [recurso online]
 BONDOLI, A. (Org.). **O tempo no cotidiano infantil: perspectivas de pesquisa e estudo de casos**. São Paulo: Cortez, 2002.
 CAVALCANTI, L. S. **Geografia, escola e construção do conhecimento**. Campinas: Papirus, 1998.
 REGO, N; KOZEL, S. (Orgs.). **Narrativas, Geografias e Cartografias: para viver, é preciso espaço e tempo**. Vol 1 e vol 2. Porto Alegre: Editora Compasso LugarCultura; Editora IGEO, 2020. 9788594121073. [recurso online]
 SILVA, D. L. M. da. [et al.]. **Práticas pedagógicas em geografia: espaço, tempo e corporeidade**. Erechim: Edelbra, 2013.

Componente Curricular: Prática Educativa Integrada V

Carga Horária total: 50h **C.H. Extensão:** 40h **Período Letivo:** 5º semestre

Ementa

Análise da realidade escolar. A articulação da Educação Especial com o ensino comum. Trabalho Interdisciplinar – Proposta de intervenção inclusiva na Educação Infantil e Anos Iniciais do Ensino Fundamental.

Bibliografia Básica

BUENO, J. G. S.; LUNARDI-MENDES, G. M.; SANTOS, R. A. (Org.). **Deficiência e escolarização: novas perspectivas de análise**. Araraquara: Junqueira &Marin; Brasília: CAPES, 2008.
 LOUREIRO, C. B.; KLEIN, R. R. **Inclusão e aprendizagem: contribuições para pensar as práticas pedagógicas**. Curitiba: Appris, 2017.
 TRAVERSINI, C. S.; LOCKMANN, K.; SPERRHAKKE, R. **Pesquisar com a escola: currículo e inclusão em foco**. São Paulo: Pimenta Cultural, 2021. [recurso online]

Bibliografia Complementar

BRANCHER, V. R.; MEDEIROS, B. de A.; MACHADO, F. de C. **Caminhos possíveis à inclusão: educação especial: novos prismas**. Curitiba: Appris, 2018.
 DUBET, F. **O que é uma escola justa? A escola das oportunidades**. São Paulo: Cortez, 2008.
 HATTGE, M. D.; SANTOS, F. K. dos; COSTA, D. M. (Org.). **Inclusão escolar: um itinerário de formação**. Lajeado: Editora Univates, 2020. [recurso online]
 MENDES, E. G.; CIA, F.; TANNÚS-VALADÃO, G. (Orgs). **Inclusão escolar em foco: organização e funcionamento do atendimento educacional especializado**. Marília: ABPEE. 2015. v. 4.
 PRAIS, J. L. de S. **Das intenções à formação docente para a inclusão: contribuições do desenho universal para a aprendizagem**. Curitiba: Appris, 2017.

Componente Curricular: Didática, Planejamento e Avaliação nos Anos iniciais do Ensino Fundamental

Carga Horária total: 72h **C.H. Extensão:** - **Período Letivo:** 6º semestre

Ementa

Fundamentos teórico-metodológicos para os Anos Iniciais: especificidades das práticas para o ensino/aprendizagem e o conhecimento escolar. Sujeitos, espaços e organização das práticas educativas. Planejamento, organização, desenvolvimento e avaliação do ensino para os Anos Iniciais. A dinâmica da sala de aula: metodologias, procedimentos e técnicas de ensino. A relação professor-aluno. Articulação planejamento-avaliação para os Anos Iniciais do Ensino Fundamental e suas implicações na intencionalidade das ações inerentes ao ato de planejar/avaliar o ensino e a aprendizagem. Registros avaliativos.

Bibliografia Básica

CANDAU, V. M. Rumo a uma nova didática . Petrópolis: Vozes, 2001.
LÔRDELO, J. A. C.; DAZZANI, M. V. (Orgs). Avaliação educacional : desatando e reatando nós. Salvador: EDUFBA, 2009. [recurso eletrônico]
VASCONCELLOS, Celso dos Santos. Planejamento : projeto de ensino-aprendizagem e projeto político pedagógico - elementos para elaboração e realização. São Paulo: Libertad, 2006.
Bibliografia Complementar
ANASTASIOU, L. G.; ALVES, L. P. (Org.). Processos de ensinagem na Universidade : pressupostos para estratégias de trabalho em aula. 3. ed. Joinville: Univalle, 2004.
MELCHIOR, M. C. Da avaliação dos saberes à construção de competências . Porto Alegre: Premier, 2003.
CASTRO, Amélia Domingues de. CARVALHO, Anna Maria Pessoa de. Ensinar a ensinar : didática para a escola fundamental e média. 2ª Ed. São Paulo, SP: CENGAGE, 2018.
TEIXEIRA, A. B. M. (Org.). Temas atuais em Didática . Belo Horizonte: UFMG, 2010.
ZABALA, A. A prática educativa : como ensinar. Porto Alegre: Artmed, 1998.

Componente Curricular: Educação e Cultura Corporal na Infância: fundamentos e práticas		
Carga Horária total: 72h	C.H. Extensão: -	Período Letivo: 6º semestre
Ementa		
Cultura Corporal do Movimento e a criança. O Jogo, a Cultura Corporal e Desenvolvimento Humano. A Intencionalidade Pedagógica da Cultura Corporal e do Jogo. Psicomotricidade e áreas psicomotoras. Desenvolvimento motor na infância. A Educação Física como componente curricular da Educação Básica. Planejamento, desenvolvimento e avaliação do movimento no âmbito da Educação Infantil e aos Anos Iniciais do Ensino Fundamental.		
Bibliografia Básica		
BENJAMIN, W. Reflexões : a criança, o brinquedo e a educação. São Paulo: Summus, 1984.		
GALLAHUE, D.; OZMUN, J.C. Compreendendo o desenvolvimento motor : bebês, crianças, adolescentes e adultos. São Paulo: Phorte, 2001.		
NEGRINE, A. Simbolismo e jogo . Petrópolis: Vozes, 2014.		
Bibliografia Complementar		
BRASIL. MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E DO DESPORTO. Secretaria da Educação Fundamental. Parâmetros Curriculares Nacionais . Brasília: MEC/SEF, 1998.		
BROUGÈRE, G.; WAJSKOP, G. Brinquedo e cultura . São Paulo: Cortez, 2005.		
CAMPBELL, L. [et al.]. Educação de Corpo Inteiro : teoria e prática da educação física. ed. São Paulo, Scipione, 1994.		
GALVÃO, I. A questão do movimento no cotidiano de uma pré-escola . Cadernos de Pesquisa, n. 98. São Paulo, 1996.		
SILVEIRA, G. C. F. da; PINTO, J. F. Educação Física na Perspectiva da Cultura Corporal : uma proposta pedagógica. Revista Brasileira de Ciências do Esporte. Campinas, Autores Associados, v. 22, n. 3, p. 137-150, maio, 2001.		

Componente Curricular: Diversidade, Diferença e a Construção do Sujeito		
Carga Horária total: 36h	C.H. Extensão: -	Período Letivo: 6º semestre
Ementa		
A centralidade da cultura na contemporaneidade. Cultura, diferença e os processos de escolarização. A produção da diversidade na educação brasileira. O imperativo da norma nos contextos educacionais contemporâneos. Norma e diferença como produto de práticas sociais. Processos de discriminação e seus efeitos na educação escolar. A construção de si e do outro: teorizações e a produção de sujeitos nos discursos políticos, sociais, educacionais e estéticos.		
Bibliografia Básica		
AQUINO, J. R. G. Diferenças e preconceito na escola : alternativas teóricas e práticas. São Paulo: Summus, 1998.		
GALLO, S.; SOUZA, R. M. de (Orgs.). Educação do Preconceito : ensaios sobre poder e resistência. 2. ed. Campinas: Alínea, 2016.		
HATTGE, M. D.; KLEIN, R. R. (Orgs.). Diferença e inclusão na escola . Curitiba: CRV, 2015.		
Bibliografia Complementar		

CARVALHO, R. S. de; CAMOZZATO, V. C. (Org.). **Educação, escola e cultura contemporânea**: perspectivas investigativas. Curitiba: InterSaber, 2017.

HOOKS, B. **Ensinando a transgredir**: A educação como prática da liberdade. 2. ed. São Paulo: WMF Martins Fontes, 2017.

LUNARDI-LAZZARIN, M. L.; MENEZES, E. P.; LAZZARIN, L. F. **Diferença, Educação e Cultura**: ressonâncias na escola contemporânea. Curitiba: Appris, 2018.

SILVA, R. M. D. da. **Educação, cultura e reconhecimento**: desafios às políticas contemporâneas. São Paulo: Atlas, 2015. [recurso online]

SKLIAR, C. **A escuta das diferenças**. Porto Alegre: Editora Mediação, 2019.

Componente Curricular: Prática Educativa Integrada VI		
Carga Horária total: 50h	C.H. Extensão: 40h	Período Letivo: 6º semestre
Ementa		
O processo de constituição da docência: as trajetórias percorridas. Trabalho Interdisciplinar – Proposta de intervenção na Educação Infantil e experiências de estágio de docência na creche e pré-escola. Seminário de apresentação do relatório de Estágio Curricular Supervisionado. Seminário na escola.		
Bibliografia Básica		
FORCHI, Paulo. Afinal, o que os bebês fazem no berçário? Porto Alegre Penso 2015 [recurso online]		
GOLDSCHMIED, Elinor. Educação de 0 a 3 anos : o atendimento em creche. 2. Porto Alegre Penso 2015 1 [recurso online]		
HORN, Maria G. Brincar e interagir nos espaços da escola infantil . Porto Alegre Penso 2017 [recurso online]		
Bibliografia Complementar		
BROUGÈRE, G.; WAJSKOP, G. Brinquedo e cultura . São Paulo: Cortez, 2005.		
FABRIS, M. A. C. Portfólio na Educação Infantil : diversidades de práticas. São Paulo: Pimenta Cultural, 2020. 117p. E-book.		
JUNQUEIRA FILHO, G. de A. Linguagens geradoras : seleção e articulação de conteúdos em educação infantil. Porto Alegre: Mediação, 2005.		
REDIN, M. M. [et. al.]. Planejamento, práticas e projetos pedagógicos na Educação Infantil . Porto Alegre: Mediação, 2013.		
ROCHA, E. A. C.; KRAMER, S. Educação Infantil : enfoques em diálogo. Campinas: Papyrus, 2013.		

Componente Curricular: Estágio Curricular Supervisionado em Educação Infantil Creche e Pré-Escola		
Carga Horária total: 160h	C.H. Extensão: -	Período Letivo: 6º semestre
Ementa		
Inserção na realidade educacional da educação política. Investigação da política educacional das instituições que ofertam Educação Infantil, sob as perspectivas profissionais, sociais, culturais e políticas. Ação Pedagógica e observação da prática política em escolas que ofertam Educação Infantil. Observação e análise do projeto político-pedagógico da instituição e do trabalho pedagógico do professor. Regência e construção dos planejamentos de aula para creche e pré-escola, registros diários das aulas e produção do relatório final do estágio.		
Bibliografia Básica		
FORCHI, Paulo. Afinal, o que os bebês fazem no berçário? Porto Alegre Penso 2015 [recurso online]		
HORN, M. da G. Sabores, Cores, Sons, Aromas : A organização dos espaços na educação infantil. 2. Porto Alegre ArtMed 2004 [recurso online]		
OLIVEIRA-FORMOSINHO, Júlia. Documentação pedagógica e avaliação na educação infantil : um caminho para a transformação. Porto Alegre Penso 2018 [recurso online]		
Bibliografia Complementar		
CORSINO, P. (Org.) Educação Infantil : cotidiano e políticas. Campinas: Autores Associados, 2012.		
GOLDSCHMIED, Elinor. Educação de 0 a 3 anos : o atendimento em creche. 2. Porto Alegre Penso 2015 [recurso online]		
JUNQUEIRA FILHO, G. de A. Linguagens geradoras : seleção e articulação de conteúdos em educação infantil. Porto Alegre: Mediação, 2005.		
OSTETTO, L. E. (Org.) Encantos e Encantamentos na Educação Infantil . Campinas: Papyrus, 2012.		
ROSA, E. C. S.; RAMOS, T. K. G. Os saberes e as falas de bebês e suas professoras . São Paulo Autêntica, 2012 [recurso online]		

Componente Curricular: Educação Profissional e Tecnológica e Educação de Jovens e Adultos (EJA)		
Carga Horária total: 72h	C.H. Extensão: -	Período Letivo: 7º semestre
Ementa		
Trabalho, educação, ciência e tecnologia. As metamorfoses do mundo do trabalho. As transformações científicas e tecnológicas e suas implicações no mundo do trabalho e no processo educativo. A formação do trabalhador no contexto atual. Políticas de educação profissional e de educação de jovens e adultos. Princípios e fundamentos da educação de jovens e adultos. Os sujeitos e a historicidade da educação de jovens e adultos. Métodos e processos de ensino e aprendizagem de jovens e adultos.		
Bibliografia Básica		
GUSTSACK, F.; VIEGAS, M. F.; BARCELOS, V. H. L. Educação de jovens e adultos: saberes e fazeres. Santa Cruz do Sul: Ed. EDUNISC, 2007. 248p.		
NASCIMENTO, C.T.B. Jovens cada vez mais jovens na educação de jovens e adultos. 2 ed. Porto Alegre: Mediação, 2008.		
SANTOS, S.V. Reflexões sobre a prática e a teoria em PROEJA. Porto Alegre: Evangraf, 2007.		
Bibliografia Complementar		
GADOTTI, M.; ROMÃO, J. E. (Org.). Educação de jovens e adultos: teoria, prática e proposta. 12. ed. São Paulo: Cortez, 2011. 160p.		
MASAGÃO, V. M. R. Educação de Jovens e Adultos: novos leitores, novas leituras. Campinas: Ação Educativa, 2001.		
RIBEIRO, V. M. (org.). Educação de Jovens e Adultos: novos Leitores, Novas Leituras. Campinas: Mercado de Letras, 2001.		
SCHWARTZ, S. Alfabetização de Jovens e Adultos: Teoria e Prática. Rio de Janeiro: Vozes, 2010.		
ZORZI, F.; PEREIRA, V. A. Diálogos Proeja: pluralidade, diferenças e vivências no sul do país – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia – Campus Bento Gonçalves. 1 ed. Porto Alegre: Evangraf, 2009.		

Componente Curricular: Conhecimento, Metodologias do Ensino de Ciências da Natureza na Educação Infantil e Anos Iniciais do Ensino Fundamental		
Carga Horária total: 72h	C.H. Extensão: -	Período Letivo: 7º semestre
Ementa		
Alfabetização Científica na Infância. Pressupostos teóricos e metodológicos do Ensino de Ciências Naturais: Terra e Universo: fenômenos relacionados ao Sol, a Terra, a Lua e outros Corpos Celestes. Matéria e Energia: materiais e suas transformações, fontes, tipos de energia e fluxo de energia nos ecossistemas. Vida e Evolução: Corpo humano e saúde. Biodiversidade e suas relações no ambiente. Educação Ambiental e sustentabilidade para a docência na Educação Infantil e Anos Finais do Ensino Fundamental. Ciências da Natureza como componente curricular da Educação Básica. Planejamento, desenvolvimento e avaliação de atividades nas Ciências da Natureza voltadas à Educação Infantil e aos Anos Iniciais do Ensino Fundamental.		
Bibliografia Básica		
FERRARO, N. G.; TORRES, C. M.; PENTEADO, C. M. Física. 2. ed. Volume único. São Paulo: Saraiva, 2017.		
SADAVA, D.; HILLIS, D. M.; HELLER, C. H.; HACKER, S. D. Vida: A Ciência da Biologia. 11. ed. Vol. 2. Porto Alegre: Artmed, 2019, [recurso online]		
USBERCO, J.; SALVADOR, E. Química Essencial. 4. ed. Volume único. São Paulo: Saraiva, 2012.		
Bibliografia Complementar		
ASTOLFI, J.-P.; DEVELAY, M. A Didática das ciências. Campinas: Papyrus, 2014, [recurso online]		
BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Básica. Ciências: ensino fundamental. (Coleção Explorando o Ensino; v. 18) Antônio Carlos Pavão [Coord.]. Brasília, DF: MEC/SEB, 2010. [recurso online]		
BIZZO, N. Mais Ciência no Ensino Fundamental: metodologia do ensino em foco. São Paulo: Editora do Brasil, 2014.		
CARVALHO, A. M. P. de. Ensino de ciências: unindo a pesquisa e a prática. São Paulo: Cengage Learning, 2004, [recurso online]		
PAVÃO, A. C.; FREITAS, D.(org). Quantas Ciências há no ensino de Ciências. São Carlos: EduFSCar. 2011.		

Componente Curricular: Gestão dos Processos Pedagógicos		
Carga Horária total: 72h	C.H. Extensão: -	Período Letivo: 7º semestre
Ementa		

Matrizes teóricas da gestão educacional; Princípios e mecanismos da gestão democrática da educação; O projeto político-pedagógico como elemento da gestão escolar; Gestão e avaliação do trabalho escolar.

Bibliografia Básica

OLIVEIRA, Maria Auxiliadora Monteiro (Org.). **Gestão educacional: novos olhares, novas abordagens**. 10. ed. Rio de Janeiro: Vozes, 2014.

SANTOS, C. R. dos. **A gestão educacional e escolar para a modernidade**. São Paulo Cengage Learning 2012 [recurso online].

VIEIRA, S. L. **Educação básica: política e gestão da escola**. Brasília: Liber Livro, 2009.

Bibliografia Complementar

KLAUS, V. **Gestão & educação**. São Paulo: Autêntica, 2016. [recurso online]

LUCK, H. [et al.]. **A escola participativa: o trabalho do gestor escolar**. Petrópolis: Vozes, 2005.

LÜCK, Heloísa. **Gestão educacional: uma questão paradigmática**. 12. ed. Rio de Janeiro: Vozes, 2015.

LIBÂNEO, José Carlos. **Organização e gestão da escola: teoria e prática**. 6. ed. rev. e ampl. Goiânia: Heccus, 2015.

OLIVEIRA, D. A.; ROSAR, M. de F. **Política e Gestão da Educação**. Belo Horizonte: Autêntica, 2007.

Componente Curricular: Prática Educativa Integrada VII

Carga Horária total: 50h

C.H. Extensão: 40h

Período Letivo: 7º semestre

Ementa

A docência e as trajetórias percorridas. O pedagogo e o espaço de gestão. Trabalho Interdisciplinar – Proposta de intervenção nos Anos Iniciais do Ensino Fundamental e experiências de estágio de docência. Seminário de apresentação do relatório de Estágio Curricular Supervisionado. Seminário na escola.

Bibliografia Básica

DALLA ZEN, M. I. H. (Org.) **Projetos Pedagógicos: cenas de sala de aula**. Porto Alegre: Mediação, 2002.

MEIRIEU, P. **O Cotidiano da Escola e da Sala de Aula: o fazer e o compreender**. Porto Alegre: ARTMED, 2005.

VIEIRA, S. L. **Educação básica: política e gestão da escola**. Brasília: Liber Livro, 2009.

Bibliografia Complementar

OLIVEIRA, D. A.; ROSAR, M. de F. **Política e Gestão da Educação**. Belo Horizonte: Autêntica, 2007.

RIOS, T. **Compreender e ensinar: por uma docência da melhor qualidade**. São Paulo. Cortez. 2001.

SANTOS FILHO, J. C. dos (Org.). **Projeto educativo escolar**. Petrópolis: Vozes, 2012.

WEISZ, T. **O diálogo entre o ensino e a aprendizagem**. São Paulo: Ática, 2001.

ZABALZA, M. A. **Diários de aula: contributo para o estudo dos dilemas práticos dos professores**. Porto: Porto Editora, 1994.

Componente Curricular: Estágio Curricular Supervisionado em Anos Iniciais do Ensino Fundamental

Carga Horária total: 160h

C.H. Extensão: -

Período Letivo: 7º semestre

Ementa

Elaboração e execução de um projeto de ação pedagógica com crianças, jovens e adultos, em espaços de sala de aula dos Anos Iniciais do Ensino Fundamental. Articulação teoria e prática, a partir de princípios teórico-metodológicos construídos no decorrer do curso, objetivando a socialização da reflexão e problematização da experiência de estágio. Investigação dos fazeres (práticas educativas e pedagógicas) no cotidiano das escolas dos Anos Iniciais do Ensino Fundamental.

Bibliografia Básica

DALLA ZEN, M. I. H. (Org.) **Projetos Pedagógicos: cenas de sala de aula**. Porto Alegre: Mediação, 2002.

MEIRIEU, P. **O Cotidiano da Escola e da Sala de Aula: o fazer e o compreender**. Porto Alegre: ArtMed, 2005.

ZABALA, A. **Prática educativa: como ensinar**. Porto Alegre: ArtMed, 1998. E-book.

Bibliografia Complementar

LERNER, D. **Ler e escrever na escola: o real, o possível e o necessário**. Porto Alegre: Artmed, 2002.

PIMENTA, S. G.; LIMA, M. S. L. **Estágio e Docência**. São Paulo. Cortez Editora. 2004.

RIOS, T. **Compreender e ensinar: por uma docência da melhor qualidade**. São Paulo. Cortez. 2001.

WEISZ, T. **O diálogo entre o ensino e a aprendizagem**. São Paulo: Ática, 2001.

ZABALZA, M. A. **Diários de aula: contributo para o estudo dos dilemas práticos dos professores**. Porto: Porto Editora, 1994.

Componente Curricular: Fundamentos de Ética Geral e Profissional

Carga Horária total: 36h

C.H. Extensão: -

Período Letivo: 8º semestre

Ementa
Ética como área da filosofia. A filosofia moral. Relações entre moral e ética. Fundamentos antropológicos e morais do comportamento humano. Tópicos de ética na História da Filosofia Ocidental: problemas e conceitos fundamentais da moralidade. Ética e direitos humanos. Ética aplicada: Ética empresarial e Ética profissional. Código de ética profissional. A ética no contexto educacional.
Bibliografia Básica
CAMARGO, Marculino. Fundamentos de ética geral e profissional . 13. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, [2014]. NALINI, José Renato. Ética geral e profissional : José Renato Nalini. 11. ed. rev., atual. e ampl. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2014. RIOS, Terezinha Azerêdo. Ética e competência . 20. ed. São Paulo: Cortez, 2011.
Bibliografia Complementar
BOFF, Leonardo. Ética e moral : a busca dos fundamentos. 5. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, [2009]. 134 p. CORTINA, A.; MARTÍNEZ, E. Ética . São Paulo: Ed. Loyola, 2005. PASSOS, Elizete. Ética nas organizações . São Paulo: Atlas, 2004. 184 p. SÁ, A. Lopes de. Ética profissional . 9. ed. São Paulo: Atlas, c1996. 312 p. SÁNCHEZ VÁZQUEZ, Adolfo. Ética . 33. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2012. 302p VALLS, Álvaro L. M. O que é ética . 9ª ed. São Paulo: Brasiliense, 1994.

Componente Curricular: Processos de Inclusão		
Carga Horária total: 72h	C.H. Extensão: -	Período Letivo: 8º semestre
Ementa		
Determinantes históricos, sociais, políticos, culturais e econômicos da emergência da educação inclusiva no Brasil; Inclusão nas políticas públicas. Processos de inclusão/exclusão no contexto de escolarização. Inclusão escolar: ressignificação do espaço escolar e sua organização (projeto pedagógico, planejamento, avaliação, flexibilizações curriculares, atuação docente). Inclusão e acessibilidade nos espaços educacionais. Os processos de discriminação e hierarquização da diferença e seus efeitos na educação escolar.		
Bibliografia Básica		
BIANCHETTI, L.; CORREIA, J. A. In/Exclusão no trabalho e na educação : aspectos mitológicos, históricos e conceituais. Campinas: Papyrus, 2011. LOPES, M. C.; FABRIS, E. H. (Org.). Inclusão & Educação . Belo Horizonte: Autêntica, 2013. [recurso online] LOUREIRO, C. B.; LOPES, M. Ci. (Org.). Inclusão, aprendizagem e tecnologias em educação : pensar a educação no século XXI. São Paulo: Pimenta Cultural, 2021.		
Bibliografia Complementar		
CARVALHO, R. E. Educação Inclusiva : a reorganização do trabalho pedagógico. 3. ed. Porto Alegre: Mediação, 2010. FABRIS, E. T. H.; KLEIN, R. R. (Orgs.). Inclusão e biopolítica . Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2013. [recurso online] HATTGE, M. D.; KLEIN, R. R. (Orgs.). Diferença e inclusão na escola . Curitiba: CRV, 2015. LOPES, M. C.; MORGENSTERN, J. M. Inclusão e Subjetivação : teorias teórico-metodológicas. Curitiba: Editora Appris, 2019. MACHADO, F. de C. Inclusão escolar e sensibilização : o risco de conviver e o risco de não conviver. Santa Maria: Editora e Gráfica Caxias, 2016.		

Componente Curricular: Saberes Docentes e Formação Permanente		
Carga Horária total: 72h	C.H. Extensão: -	Período Letivo: 8º semestre
Ementa		
A formação do professor e a construção dos saberes docentes. Formação Inicial, continuada e permanente do professorado. Tendências pedagógicas. Os professores e sua identidade profissional. Análise das necessidades de formação de professores.		
Bibliografia Básica		
FREIRE, Paulo. Pedagogia da Autonomia : saberes necessários a Prática Educativa. 55ª ed. Rio de Janeiro/São Paulo: Paz e Terra, 2017. IMBERNÓN, F. Formação continuada de professores : novas tendências. Tradução Juliana Padilha. Porto Alegre: ArtMed, 2010. PIMENTA, Selma Garrido (Org). Saberes pedagógicos e atividade docente . 8ª ed. São Paulo: Cortez, 2012.		

Bibliografia Complementar

ARROYO, M. **Imagens Quebradas**: trajetórias e tempos de alunos e mestres. Petrópolis: Vozes, 2004.
 ANASTASIOU, L. das G. C.; ALVES, L. P. (Org.). **Processos de ensinagem na Universidade**: pressupostos para as estratégias de trabalho em aula. 9. ed. Joinville: UNIVILLE, 2010.
 BRANCHER, V. R. **Formação de professores em tempos de incerteza**: imaginários, narrativas e processos autoformativos. Jundiaí: Paco Editorial, 2017.
 TARDIF, M. **Saberes docentes e formação profissional**. Petrópolis: Vozes, 2002.
 FRANCO, M. A. do R. S.; PIMENTA, S. G. (Coord.). **Pedagogia e prática docente**. São Paulo: Cortez, 2012.

Componente Curricular: Prática Educativa Integrada VIII

Carga Horária total: 50h **C.H. Extensão:** 40h **Período Letivo:** 8º semestre

Ementa

Formação Permanente de Professores na Escola Contemporânea. Necessidades de formação permanente do Professorado e o Papel do Gestor Escolar. Elaboração e sistematização e implementação de Propostas de Formação Continuada e Permanente do professorado. Elaboração e implementação de Projeto de Formação Permanente e/ou continuada em parceria com as comunidades de atuação.

Bibliografia Básica

IMBERNÓN, F. **Formação permanente do professorado**: novas tendências. Tradução de Sandra Trabucco Valenzuela. São Paulo: Cortez, 2009.
 NÓVOA, A. (Coord.). **As Organizações escolares em Análise**. Lisboa: Publicações Dom Quixote, 1992.
 RODRIGUES, M. A. P. **Análise de práticas e de necessidades de formação**. Lisboa, Portugal: Direcção-Geral de Inovação e Desenvolvimento Curricular, 2006.

Bibliografia Complementar

ACÚRCIO, M. e ANDRADE, R. **A Gestão da escola**. Porto Alegre/Belo Horizonte: Artmed/Rede Pitágoras, 2004,
 ALARCÃO, I. **Professores reflexivos em uma escola reflexiva**. São Paulo: Cortez, 2003.
 IMBERNÓN, F. **Formação continuada de professores**. Porto Alegre: Artmed, 2010.
 LIBÂNEO, J. C. et al. **Educação escolar**: Políticas, Estrutura e Organização. São Paulo: Cortez, 2003
 TARDIF, M. **Saberes docentes e formação profissional**. Petrópolis: Vozes, 2002.

Componente Curricular: Estágio Curricular Supervisionado em Gestão Escolar

Carga Horária total: 80h **C.H. Extensão:** - **Período Letivo:** 8º semestre

Ementa

Inserção na realidade educacional institucional (coordenação pedagógica e direção). Ação Pedagógica (observação da prática do coordenador(a) pedagógico(a) e Diretor(a). Análise do projeto político-pedagógico da instituição e papel do pedagogo na gestão dos processos educativos. Elaboração de Relatório Final de Estágio.

Bibliografia Básica

LIBÂNEO, J. C.; OLIVEIRA, J. F. de; TOSCHI, M. S. **Educação escolar**: políticas, estrutura e organização. 10. ed., rev. e ampl. São Paulo: Cortez, 2012.
 LÜCK, H. **Concepções e processos democráticos de gestão educacional**. 9. ed. Petrópolis: Vozes, 2018.
 PARO, V. H. **Gestão democrática da escola pública**. 4 ed. São Paulo: Cortez, 2016.

Bibliografia Complementar

FERREIRA, N. S. C. (Org.). **Gestão democrática da educação**: atuais tendências, novos desafios. São Paulo: Cortez, 2017.
 LÜCK, H. **Liderança em gestão escolar**. 9 ed. Petrópolis: Vozes, 2018
 OLIVEIRA, D. A. (Org.) **Gestão democrática da educação**. 10 ed. São Paulo: Vozes, 2009.
 PINTO, U. de A. **Pedagogia escolar**: coordenação pedagógica e gestão educacional. São Paulo: Cortez, 2017.
 VASCONCELLOS, C. dos S. **Coordenação do trabalho pedagógico**: do projeto político-pedagógico ao cotidiano da sala de aula. 15 ed. São Paulo: Libertad, 2013.

4.14.2. Componentes curriculares eletivos

Componente Curricular: Tecnologias Digitais, Ensino e Aprendizagem
Carga Horária total: 36h
Ementa
Tecnologias digitais e desenvolvimento humano e social; Tecnologias educacionais nos processos de ensino e de aprendizagem; Os processos de ensino e de aprendizagem no contexto da cultura digital; Os novos sujeitos da aprendizagem (“Nativo Digital”, “Geração Homo Zappiens”, “Geração M”, “Geração Digital”); Tecnologias da Inteligência e Cultura Digital; Tecnologias digitais e desenvolvimento dos processos educacionais formais e não formais no contexto da Educação Digital. Conceitos de desenvolvimento e tecnologia; Internet e divisão digital global; Educação e novas tecnologias – emancipação digital; Tendências teórico-metodológicas associadas à análise das relações entre educação, desenvolvimento e tecnologias.
Bibliografia Básica
LEITE, Lígia Silva. Tecnologia Educacional: descubra suas possibilidades na sala de aula. 3.ed. Petrópolis: Vozes, 2014. TAJRA, S. F. Informática na Educação: novas ferramentas pedagógicas para o professor na atualidade. 8.ed. São Paulo: Érica. 2012. RAABE, André. ZORZO, Avelino F. BLIKSTEIN, Paulo. (Org.) Computação na Educação Básica. Porto Alegre: Penso, 2020.
Bibliografia Complementar
ALMEIDA, Ivanete Bellucci. BATISTA, Sueli Soares dos Santos. Educação tecnológica: reflexões, teorias e práticas. Jundiaí: paco Editora, 2012. KENSKI, Vani Moreira. Educação e Tecnologias: o novo ritmo da Informação. 8ª ed. Campinas, SP: Papirus, 2012. ORTH, Afonso I. Interface Homem-Máquina. Editora AIO, 2005. PAIS, Luiz Carlos. Educação Escolar e as Tecnologias da Informática. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2010. SANCHO, Juana M.; HERNANDEZ, F. Tecnologias para Transformar a Educação. Porto Alegre: Artmed, 2006.

Componente Curricular: Educação Ambiental
Carga Horária total: 36h
Ementa
Conceitos e histórico de desenvolvimento sustentável e gestão ambiental. Importância estratégica da Gestão ambiental. Implementação de sistemas de gestão ambiental. História da legislação ambiental. Política Nacional do Meio Ambiente – PNMA. Constituição Federal e o meio ambiente. Sanções penais e administrativas por danos ao meio ambiente. Resíduos sólidos: conceitos, fontes, características e impactos. Gestão de resíduos eletrônicos. Legislação sobre resíduos eletrônicos. Legislação trabalhista relacionada à segurança e saúde no trabalho. Acidentes do trabalho e doenças profissionais. Riscos ambientais (físicos, químicos e biológicos) reconhecimento, avaliação e prevenção.
Bibliografia Básica
CAMPOS, Lucila Maria de Souza; LERÍPIO, Alexandre de Ávila. Auditoria ambiental: uma ferramenta de gestão. São Paulo: Atlas, 2009. 134 p. ISBN 9788522454785. MULATO, Iuri Pacheco. Educação ambiental e o enfoque ciência, tecnologia, sociedade e ambiente (CTSA). São Paulo. Platos Soluções Educacionais 2021 (E-book). SEIFFERT, Mari Elizabete Bernardini. Gestão ambiental: instrumentos, esferas de ação e educação ambiental. 3. ed. São Paulo: Atlas, 2014. xiv, 312 p. ISBN 9788522487158.
Bibliografia Complementar
BARBOSA, Rildo Pereira; IBRAHIM, Francini Imene Dias. Resíduos sólidos: impactos, manejo e Gestão ambiental. São Paulo: Érica, 2010. 176 p. (Ambiente e saúde Série eixos). ISBN 9788536508665. EMBRAPA, 2012. 490 p. (Educação ambiental para o desenvolvimento sustentável. ISBN 9788570350251 PHILIPPI JÚNIOR, Arlindo; ROMÉRO, Marcelo de Andrade; BRUNA, Gilda Collet (Ed.). Curso de Gestão ambiental. 2. ed. atual e ampl. Barueri: Manole, 2014. XX, 1245 p. (Coleção ambiental; 13). HAMMES, Valéria Sucena; RACHWAL, Marcos Fernando Gluck (Ed.). Meio ambiente e a escola. Brasília: JABBOUR, Ana Beatriz Lopes de Sousa. Gestão ambiental nas organizações fundamentos e tendências. São Paulo Atlas 2013 (E-book). SILVA FILHO, Carlos Roberto Silva. Gestão de resíduos sólidos o que diz a lei. 4. São Paulo Trevisan 2019 (E-book)

Componente Curricular: Educação: Sujeito e Cultura
Carga Horária total: 36h
Ementa
Educação e cultura: diferentes concepções no tempo e no espaço. Educação monocultural e desafios de práticas educativas pautadas na humanização, dialogicidade e emancipação dos sujeitos. Arte na Educação: Interterritorialidade e interdisciplinaridade. Educação planetária, estruturada sob um Paradigma da Complexidade.
Bibliografia Básica
BRANDÃO, Carlos Rodrigues. A educação como cultura . São Paulo: Brasiliense, 1986. GADOTTI, Moacir. Concepção dialética da Educação : um estudo introdutório. 16ª ed. São Paulo: Cortez, 2012. MORIN, Edgar. Os sete saberes necessários à educação do futuro . Catarina Eleonora F. da Silva e Jeanne Sawaya, revisão técnica de Edgard de Assis Carvalho. São Paulo: Cortez; Brasília: Unesco, 2000.
Bibliografia Complementar
ASSIS, Renata Machado de. Educação e Cultura . Curitiba: CRV, 2013. BAUMAN, Zygmunt. Ensaio sobre o conceito de cultura . Tradução de Carlos Alberto Medeiros. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2012. FREIRE, Paulo. Educação como prática da liberdade . 28 ed. Paz e Terra, 2015. SAVIANI, Demerval. Educação em diálogo . Campinas, 2011. SEN, Amartya. Desenvolvimento como liberdade . Tradução de Laura Teixeira Mota. São Paulo: Companhia das Letras, 2000. SEVERINO, Antonio Joaquim. Educação, sujeito e história . São Paulo: Olho d'água, 2001.

Componente Curricular: Gênero, Sexualidade e Educação
Carga Horária total: 36h
Ementa
Sexualidade e gênero: aspectos bio-psico-históricos e sociais. Sexo biológico, papéis sexuais, identidade de gênero, orientação sexual, diversidade sexual. A sexualidade no âmbito dos Direitos Humanos e na educação. Relações de gênero e poder. Interseccionalidades: Gênero, raça e classe social. Mobilizações sociais e políticas públicas voltadas para a igualdade de gênero e de diversidade sexual. Educar na e para a diversidade: preconceitos e discriminações na escola. Corpo, gênero e sexualidade como temas transversais. Recursos didáticos para a educação na diversidade.
Bibliografia Básica
FOUCAULT, Michel. História da Sexualidade I: A vontade de saber . Trad. Maria Thereza da Costa Albuquerque e J. A. Guilhon Albuquerque. Rio de Janeiro, Edições Graal, 1990. LOURO, G. L. O corpo educado: pedagogias da sexualidade . Trad. Tomaz Tadeu da Silva. 2.ed. Belo Horizonte: Autentica, 2000. LOURO, Guacira Lopes. Currículo, gênero e sexualidade . Porto, PT: Porto Editora, 2000.
Bibliografia Complementar
CARVALHO, Maria Eulina Pessoa de; ANDRADE, Fernando César Bezerra de; JUNQUEIRA, Rogério Diniz (Coord.). Gênero e diversidade sexual : um glossário: escolas plurais. João Pessoa, PB: Ed. da UFPB, 2009. COSTA, R. P. Os onze sexos : as múltiplas faces da sexualidade humana. São Paulo: Gente, 1994. LIONÇO, Tatiana e DINIZ, Débora. Homofobia & Educação : um desafio ao silêncio. 1 ed. Brasília: Letras Livres, 2009. LOURO, G. L.; FELIPE J.; GOEKKNER, S. V. (Orgs.). Corpo, gênero e sexualidade : um debate contemporâneo na educação. 5.ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2010. VIANNA, A. Direitos e políticas sexuais no Brasil : mapeamento e diagnóstico. Rio de Janeiro: Cepesc. 2004.

Componente Curricular: Fundamentos da Educação Especial
Carga Horária total: 36h
Ementa
Princípios e conceitos da educação inclusiva. Concepção de integração e inclusão. A terminologia na educação especial: mudanças conceituais. Conceituação e classificação das principais necessidades especiais. Família no processo de inclusão. Políticas Públicas de Educação Inclusiva no Brasil. Legislação educacional: Declaração de Salamanca. Diretrizes Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica e Legislação. Formação docente e a prática pedagógica inclusiva. Aspectos epistemológicos, procedimentos metodológicos e estratégias pedagógicas do Ensino na Educação de pessoas com necessidades especiais. Planejamento de estratégias metodológicas e flexibilizações curriculares para estudantes com necessidades educacionais específicas. Atendimento educacional aos alunos com deficiência. Modalidades de atendimento. O atendimento educacional especializado (AEE) de alunos com deficiência. Noções básicas sobre políticas e práticas de inclusão, assim como sobre o desenvolvimento e educação na existência das mais diversas formas de deficiência: intelectual, sensorial (surdez, cegueira e surdocegueira), física e múltipla; de Transtornos do Espectro Autista - TEA e de Altas Habilidades, enfatizando a dimensão social de suas formas de expressão em cada sujeito, cultura e momento histórico.
Bibliografia Básica
FLOR, Vera. Fundamentos da Educação Especial . São Paulo: <u>Unirio</u> , 2020. SILUK, Ana Cláudia Pavão. PAVÃO, Silvia Maria de Oliveira. Atendimento Educacional Especializado no Brasil: relatos de experiência profissional de professores e sua formação . 1ª ed. Santa Maria, RS: UFSM, CE, Laboratório de pesquisa e documentação, 2014. MARTINS, Lúcia de Araújo Ramos Martins. PIRES, José. Pires, Gláucia Nascimento da Luz. MELO, Francisco Ricardo Lins Vieira, Inclusão: compartilhando saberes . 5ª ed, Petrópolis, RJ: Vozes, 2011.
Bibliografia Complementar
ALAMINOS, Cláudia. Fundamentos da educação especial: aspectos históricos, legais e filosóficos . Indaial: UNIASSELVI, 2018. DECLARAÇÃO DE SALAMANCA: sobre princípios, política e prática em educação especial . Disponível: www.mec.org.br . Acesso em: 12/06/2006. MANTOAN, Maria Teresa. Egler. Compreendendo a deficiência mental: novos caminhos educacionais . São Paulo: Scipione, 1989. MAZOTTA, Marcos José Silveira. Educação Especial no Brasil: História e políticas públicas . São Paulo: Cortez, 1996. COLL, César. MARCHESI, Álvaro, PALÁCIOS, Jesus. Transtornos de desenvolvimento e necessidades educativas especiais , 2. ed, Porto Alegre: Artmed, 2004. v. 3.

Componente Curricular: Educação e Direitos Humanos
Carga Horária total: 36h
Ementa
História dos direitos humanos. Sistema nacional e internacional e a proteção aos direitos humanos. Direitos Humanos, diversidades e minorias: Crianças e adolescentes, mulheres, grupos étnicos-raciais, LGBTQIA+, pessoas com deficiência, refugiados, migrantes e idosos. Direitos Humanos e suas implicações para o campo educacional. Educação em e para os direitos humanos e formação para a democracia e cidadania. Documentos nacionais e internacionais sobre educação e direitos humanos. Sociedade, violência, preconceito, discriminação, xenofobia e prática educativa. Políticas curriculares, temas transversais e educação em direitos humanos. Recursos didáticos para a educação em Direitos Humanos.
Bibliografia Básica
CANDAU, Vera Maria; SACAVINO, Susana (org.). Educação em Direitos Humanos: temas, questões e propostas ; Rio de Janeiro: DP&Alli, 2008. CANDAU, Vera Maria (coord.); SACAVINO, Susana et alli. Somos todos/as iguais? Escola, discriminação e educação em direitos humanos . 2. ed. : Lamparina, 2012. CANDAU, Vera Maria; ANDRADE, Marcelo; SACAVINO, Susana et alli. Educação em direitos humanos e formação de professores/as ; São Paulo: Cortez, 2013.
Bibliografia Complementar

BRASIL. Comitê Nacional de Educação em Direitos Humanos-CNEDH. Ministério da Educação. Plano Nacional de Educação em Direitos Humanos. **Brasília**: Secretaria Especial dos Direitos Humanos da Presidência da República; MEC, MJ; UNESCO, 2006.

FERREIRA, Lúcia Guerra; ZENAIDE, Maria Nazaré; DIAS, Adelaide Alves (org.). **Direitos humanos na educação superior**: subsídios para a educação em direitos humanos na pedagogia. João Pessoa: Editora Universitária, UFPB, 2010.

PAIVA, Angela Randolpho. (Org.). **Direitos Humanos em seus desafios contemporâneos**; Rio de Janeiro: Pallas, 2012.

PIOVESAN, F. **Temas de direitos humanos**. São Paulo, Editora Saraiva, 6ª Edição, 2013.

SACAVINO, Susana Beatriz. **Democracia e Educação em Direitos Humanos na América Latina**. Petrópolis, RJ: DP et Alii: De Petrus; Rio de Janeiro: Novamerica, 2009.

Componente Curricular: Introdução à EAD Ambiente Virtual de Ensino e Aprendizagem
Carga Horária total: 36h
Ementa
Mediação didático-pedagógica. Ambientes Virtuais de aprendizagem (AVEA). Concepções e legislação em EaD. Produção Escolar Colaborativa. Acessibilidade virtual.
Bibliografia Básica
CORREIA, R. A. R. Introdução à Educação a Distância . São Paulo Cengage Learning Editores, 2015. [recurso online]
DALVACI, B. A produção do material didático para EaD . 1ª ed. Cengage Learning, 2017.
PEREIRA, A. T. C. (Org.). Ambientes virtuais de aprendizagem : em diferentes contextos. Rio de Janeiro: Ciência Moderna, 2007.
Bibliografia Complementar
ALVES, L.; BARROS, D.; OKADA, A. MOODLE : estratégias pedagógicas e estudos de caso. Salvador, 2009. [recurso online]
PIVA JÚNIOR, D.; PUPO, R.; GAMEZ, L.; OLIVEIRA, S. EaD na prática : planejamento, métodos e ambientes de educação online. Rio de Janeiro: Elsevier, 2011.
SANTINELLO, J. Ensino Superior Em Ambientes Virtuais De Aprendizagem (AVAs) - Formação Docente Universitária Em Construção. 1ª Ed. Intersaberes. 2015
SILVA, M. Educação On-line : teorias, práticas, legislação e formação corporativa. Edições Loyola, 2003.
SILVA, R. S. da. Objetos de Aprendizagem Para Educação a Distância - Recursos Educacionais Abertos Para Ambientes Virtuais de Aprendizagem. 1ª ed. NOVATEC. 2011.

Componente Curricular: Educação Popular
Carga Horária total: 36h
Ementa
Educação popular: fundamentos e concepções. Educação popular e docência. Educação popular e movimentos sociais. Educação Popular e transformação social. A educação como prática social de manutenção e/ou transformação do "status quo". Educação emancipatória e processos de libertação. Educação Popular no Brasil. Estado, sociedade, e políticas públicas. Teoria pedagógica freireana. Desafios da educação popular no contexto da globalização.
Bibliografia Básica
BRANDÃO, Carlos Rodrigues. O que é Educação Popular . 1ª ed. São Paulo: Editora Brasiliense, 2006. 122 p.
FREIRE, Paulo. Pedagogia do Oprimido . Rio de Janeiro, Paz e Terra. 20ª Ed. 1992.
PAIVA, Vanilda. História da educação popular no Brasil: Educação Popular e Educação de Adultos . 7ª ed. São Paulo. Editora Loyola, 2000.
Bibliografia Complementar

FERREIRA, Arthur Vianna, SIRINO Marcio Bernardino. **Educação Popular: Histórias, contextos e especificidades**. Paco e Littera; 1ª edição, 2021.

MEJÍA J., Marco Raúl; GOHN, Maria da Gloria; FREITAS, Ana Lúcia Souza de; PALUDO, Conceição; FÁVERO, Osmar; PESSOA, Jadir de Moraes; FALKEMBACH, Elza Maria Fonseca; VASCONCELOS, Eymard Mourão; CARRILLO, Alfonso Torres; MANFREDI, Silvia Maria; FLEURI, Rein. **Educação popular: Lugar de construção social coletiva**. Vozes, 2013.

MORETTI Cheron Zanini, STRECK Danilo R., PAULO Fernanda dos santos, SANTOS Karine, LEMES Marilene, PITANO Sandro. **Educação Popular e Docência**. 1 ed. 2015.

MOTTA , Amanda. MACHADO, Rita. **Educação Popular em debate**. 1 ed. Paco editorial, 2007.

VASCONCELOS, Pedro José Santos Carneiro Cruz. **Educação popular na formação universitária: reflexões**. São Paulo: Hucitec; João Pessoa: Editora Universitária da UFPB; 2011.

Componente Curricular: Perspectivas em Avaliação da Aprendizagem

Carga Horária total: 36h

Ementa

Concepções de avaliação da aprendizagem. Avaliação e exame: caracterização e distinções. Avaliação da aprendizagem numa perspectiva construtivista. O papel do erro na avaliação. Avaliação diagnóstica, formativa, processual e somativa. Observação, inquirição e testagem. Análise de instrumentos de avaliação. Avaliação na escola e avaliação da escola. Ciclos de aprendizagens: concepção e implementação. Políticas públicas de avaliação da escola básica.

Bibliografia Básica

HOFFMANN, Jussara. **Avaliação: mito & desafio**, numa perspectiva construtivista. 45ª ed. Porto Alegre.: Mediação, 2017.

LUCKESI, Cipriano Carlos. **Avaliação da Aprendizagem: componente do ato pedagógico**; São Paulo: Cortez, 2011.

VILLAS BOAS, Benigna Maria de Freitas (org.). **Avaliação formativa: práticas inovadoras.**; Campinas: Papyrus, 2011.

Bibliografia Complementar

AQUINO, Julio Groppa. **Erro e fracasso na escola: alternativas teóricas e práticas**; São Paulo: Summus, 1997.

PERRENOUD, Philippe. **Avaliação: da excelência à regulação das aprendizagens entre duas lógicas**; Porto Alegre: Artmed, 1999.

SANTANNA, Ilza Martins. **Por que avaliar? Como avaliar? Critérios e instrumentos.**; Petrópolis/RJ: Vozes, 2009.

SILVA, Janssen; HOFFMANN, Jussara; ESTEBAN, Maria Teresa (org.). **Práticas avaliativas e aprendizagens significativas em diferentes áreas do currículo**; Porto Alegre: Mediação, 2003.

ZABALA, Antoni. **A prática educativa: como ensinar**. Porto Alegre: Editora Artes Médicas Sul Ltda., 1998.

Componente Curricular: Educação em Espaços Escolares e Não Escolares

Carga Horária total: 36h

Ementa

A Educação no contexto escolar: Características e concepções. Fundamentos, princípios, as políticas e as práticas educativas dos espaços não escolares que atendem crianças, jovens, adultos e idosos. A educação formal e não-formal como espaço de diálogo, processos de ensino e de aprendizagem nas escolas de diferentes níveis, em diferentes contextos. Os novos cenários e os processos da educação e suas práticas que produzem e disseminam conhecimento. A educação não-formal como uma modalidade presente e crescente na vivência dos indivíduos. As possibilidades e limites da Educação não-formal. Educação não-formal, cultura e inclusão.

Bibliografia Básica

ARANTE, Valéria Amorim. TRILLA, Jaume. Ganhem, Elie. **Educação Formal e Não-formal**. São Paulo: Summus, 2008.

BRANDÃO, Carlos Rodrigues. **O que é educação**. São Paulo: Brasiliense, 2013.

GOHN, Maria da Glória. **Educação não formal e o educador social: atuação no desenvolvimento de projetos sociais**. São Paulo: Cortez, 2010. – Coleção questões da nossa época; v.1.

Bibliografia Complementar

BRANDÃO, Carlos Rodrigues. **A educação como cultura**. São Paulo: Brasiliense, 1986.
 GADOTTI, Moacir. **Concepção dialética da Educação**: um estudo introdutório. 16ª ed. São Paulo: Cortez, 2012.
 GOHN, Maria da Glória. **Educação Não Formal e Cultura Política**. São Paulo: Cortez, 1992.
 LIBÂNEO, José Carlos. **Organização e Gestão da escola**: teoria e prática. 6. ed. São Paulo: Heccus, 2018.
 RIBEIRO, Amélia Escotto do Amaral. **Pedagogia empresarial: atuação do pedagogo na empresa**. Rio de Janeiro: Walk, 2003.

Componente Curricular: Educação Profissional e Educação de Jovens e Adultos

Carga Horária total: 36h

Ementa

Aspectos históricos da educação profissional no Brasil e da formação da classe trabalhadora. Relação entre trabalho e educação. Concepções e projetos de educação profissional em disputa. Constituição e Diretrizes de atuação dos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia. Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Profissional e Tecnológica. O trabalho como princípio educativo. Políticas atuais de educação profissional e de educação de jovens e adultos. Educação de jovens e adultos: sujeitos, historicidade, princípios e fundamentos. Os movimentos de educação e cultura popular como paradigma teórico e metodológico para o ensino e aprendizagem com jovens e adultos. Heranças educativas e mobilidade educacional e social das classes populares.

Bibliografia Básica

GADOTTI, Moacir; ROMÃO, José Eustáquio (Org.). **Educação de jovens e adultos: teoria, prática e proposta**. 12. ed. São Paulo: Cortez, [2011]. 160 p. ISBN 9788524917127.
 PAULA, Cláudia Regina de; OLIVEIRA, Marcia Cristina de. **Educação de jovens e adultos: a educação ao longo da vida**. Curitiba: InterSaber, 2019. 94 p. ISBN 9788582122853.
 SIQUEIRA, Antonio Rodolfo de. **Educação de jovens e adultos**. Porto Alegre SER - SAGAH 2017 (E-book)

Bibliografia Complementar

ALBUQUERQUE, Eliana Borges Correia de. **Desafios da educação de jovens e adultos construindo práticas de alfabetização**. 2. São Paulo Autêntica 2007 (E-book)
 COSTA, Cláudia Borges; MACHADO, Maria Margarida. **Políticas públicas e educação de jovens e adultos no Brasil**. São Paulo: Cortez, 2017. 207 p. (Coleção docência em formação. Educação de jovens e adultos). ISBN 9788524925795.
 NASCIMENTO, Carmen Teresinha Brunel do. **Jovens cada vez mais jovens na educação de jovens e adultos**. 3. ed. Porto Alegre: Mediação, 2014. 143 p. ISBN 9788587063960.
 PEREIRA, Marina Lúcia. **A construção do letramento na educação de jovens e adultos**. 2. São Paulo Autêntica 2007 (E-book)
 SILVA, Natalino Neves da. **Juventude negra na Eja: o direito à diferença**. Belo Horizonte: Mazza, 2010. 182 p. ISBN 9788571605121.

Componente Curricular: Literatura Infantil e Infanto-Juvenil

Carga Horária total: 36h

Ementa

Analisar o caráter formador e emancipatório da literatura. Estratégias de leitura. Estratégias interpretativas e de habilidades diversas: capacidade de inferir, de relacionar informações do texto com os próprios conhecimentos culturais, capacidades que pressupõem uma competência linguística e cognitiva do leitor com relação ao texto. A força pragmática do texto escrito como recurso para conhecer aspectos históricos, sociais, políticos e culturais de um país. Critérios para análise e seleção de textos de literatura infantil. Análise crítica dos livros. Propostas teórico-metodológicas voltadas para os diversos gêneros literários. Criação de projetos e oficinas literárias.

Bibliografia Básica

COLOMER, Teresa. **A formação do leitor literário**: narrativa infantil e juvenil atual. Tradução de Laura Sandroni. São Paulo: Global, 2003.
 LAJOLO, Marisa & ZILBERMAN, Regina. **Literatura Infantil Brasileira: uma nova outra história**. São Paulo: PUCPRESS, 2017.
 SARAIVA, Juracy Asmann(org.) **Literatura e alfabetização**: do plano do choro ao plano da ação. São Paulo: Artmed, 2001.

Bibliografia Complementar

CUNHA, Maria Antonieta Antunes. **Literatura infantil: Teoria e prática**. 12. ed. São Paulo: Ática, 1991
 DELCASTAGNE, Regina. **Ver e imaginar o outro: alteridade, desigualdade, violência na literatura brasileira contemporânea**. São Paulo: Horizonte, 2008.
 MIGUEZ, Fátima. **Nas arte-manhas do imaginário infantil: o lugar da literatura na sala de aula**. Rio de Janeiro: Zeus, 2000.
 SOLÉ, Isabel. **Estratégias de leitura**. Porto Alegre: ArtMed, 1998.
 ZILBERMANN, Regina. **Literatura Infantil na Escola**. São Paulo: Martins Fontes, 2000. .

Componente Curricular: Infância e Movimento

Carga Horária total: 36h

Ementa

A relação entre corpo e movimento para a criança. Experiências estabelecidas com o próprio corpo. O desenvolvimento e aprendizagens na educação infantil. Contextualização das diferentes formas de comunicação, interação e expressão das linguagens infantis: experiências sensoriais, expressivas e corporais. Documentos oficiais da Educação Infantil. A expressividade e emoções na perspectiva de Henri Wallon. Piaget e o desenvolvimento da criança. O movimento como integrante da construção da autonomia e identidade da criança. Construção do conhecimento e a especificidade das linguagens teatral, musical e estética. A expressão dramática e musical na educação infantil e nos anos iniciais do ensino fundamental. Experiência lúdica, relacionando-as à prática pedagógica significativa na Educação Infantil.

Bibliografia Básica

GARANHANI, Marynelma Camargo. **O corpo em movimento na Educação Infantil: uma linguagem da criança**. Anais V EDUCERE e III Congresso Nacional da Área da Educação. PUCPR.Curitiba,2005. p. 2017 a 2025. Disponível em: <https://docplayer.com.br/4276599-O-corpo-em-movimento-na-educacao-infantil-uma-linguagem-da-crianca.html>
 OLIVEIRA, Zilma Moraes Ramos de Oliveira. **Educação Infantil: fundamentos e métodos**. 7 ed. São Paulo: Cortez, 2011.
 SOARES, Suzana Macedo . **Vínculo, Movimento e Autonomia**. São Paulo: Omnisciência, 2017.

Bibliografia Complementar

BRASIL. Ministério da Educação: texto final Zilma de Moraes Ramos de Oliveira. Campos de **Experiências: efetivando direitos e aprendizagens na Educação Infantil**. São Paulo: Fundação Santillana, 2018. p.29 a 48. Disponível em <https://www.passeidireto.com/arquivo/70985172/campos-de-experiencias-efetivando-direitos-e-aprendizagens-na-educacao-infantil>
 BRASIL. Ministério da Educação: texto final Zilma de Moraes Ramos de Oliveira. Campos de **Experiências: efetivando direitos e aprendizagens na Educação Infantil**. São Paulo: Fundação Santillana, 2018. p.29 a 48. Disponível em <https://www.passeidireto.com/arquivo/70985172/campos-de-experiencias-efetivando-direitos-e-aprendizagens-na-educacao-intanfil>
 BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Básica. Base Nacional Curricular – **Educação é a Base**. Brasília. Versão Final. 2018. Disponível em: http://basenacionalcomum.mec.gov.br/images/BNCC_EI_EF_110518_versaofinal_site.pdf
 OLIVEIRA, Zilma de Moraes Ramos de (Org.). **O Trabalho do Professor na Educação Infantil**. 2.ed. São Paulo: Biruta, 2014.
 EDWARDS, Carolyn; GANDINI, Lella; FORMAN, George (Org.). **As cem linguagens da criança – a experiência de Reggio Emilia em transformação**. Vol. 1 e 2. Porto Alegre: Penso, 2016.
 KISHIMOTO. Tizuko Morchida. **Brinquedos e brincadeiras na Educação Infantil**. Anais do I Seminário Nacional: Currículo em Movimento – Perspectivas Atuais. Belo Horizonte, Nov.2010. p.1 a 20. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/docman/dezembro2010-pdf/7155-2-3-brinquedos-brincadeiras-tizuko-morchida/file>

Componente Curricular: Processos de Desenvolvimento da Infância: Saúde e Nutrição

Carga Horária total: 36h

Ementa

Atenção Integral à Saúde da Criança. Alimentação e Nutrição do lactente, pré-escolar e escolar. Educação Alimentar e Nutricional e Políticas Públicas: guias alimentares, políticas e programas institucionais. Comportamento alimentar.

Bibliografia Básica

COZZOLINO, Sílvia M. Franciscato. **Biodisponibilidade de nutrientes**. 5 ed. Barueri (SP): Manole, 2016.
SANTOS, Eliane Cristina dos; GOMES, Clarissa Emilia Trigueiro. **Nutrição e Dietética**. 2. ed. São Paulo: Érica, 2014.
TIRAPEGUI, Julio. **Nutrição, fundamentos e aspectos atuais**. 3. ed. São Paulo: Atheneu, 2013.

Bibliografia Complementar

BASSO, Cristiana. **Alimentação coletiva técnica dietética e segurança alimentar**. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan 2021.

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. **Departamento de Atenção Básica. Saúde da criança: crescimento e desenvolvimento**. Brasília: Ministério da Saúde, 2012.

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Ações Programáticas Estratégicas. **Política Nacional de Atenção Integral à Saúde da Criança: orientações para implementação**. Brasília: Ministério da Saúde, 2018.

SOCIEDADE BENEFICENTE ISRAELITA BRASILEIRA ALBERT EINSTEIN. **Nota Técnica para Organização da Rede de Atenção à Saúde com Foco na Atenção Primária à Saúde e na Atenção Ambulatorial Especializada - Saúde da Criança**. São Paulo: Hospital Israelita Albert Einstein: Ministério da Saúde, 2021.

SOUZA, Luciana de. **Nutrição e atenção à saúde**. Porto Alegre: SER - SAGAH 2017.

Componente Curricular: Tempos e Espaços na Educação Infantil

Carga Horária total: 36h

Ementa

A ação pedagógica no tempo e espaço da educação infantil. Organização do tempo e do espaço na educação infantil; Educação Infantil: instituições, funções e propostas. O professor: mediador do planejamento dos tempos e espaços na educação infantil. O educar como fundamento da intervenção pedagógica na educação infantil. A brincadeira como experiência de cultura. Arte na Educação Infantil: o fazer, o apreciar e o contextualizar. A brincadeira como encontro de todas as artes: a música, a dança, o jogo dramático, as artes visuais. A formação do leitor: a literatura nos tempos e espaços da educação infantil. A legislação educacional que trata da Educação Infantil.

Bibliografia Básica

ALBUQUERQUE, Simone Santos de; FELIPE, Jane; CORSO, Luciana Vellinho. (Orgs.). **Para pensar a docência na educação infantil**. Porto Alegre: Editora Evangraf, 2019.

OLIVEIRA, Zilma de Moraes Ramos de. **Educação Infantil: fundamentos e métodos**. – 7. Ed. – São Paulo: Cortez, 2011. – (Coleção docência em Formação).

VASCONCELLOS, Vera Maria Ramos de (Org.). **Educação da infância: história e política**. Rio de Janeiro: DP&A, 2005.

Bibliografia Complementar

BAUMAN, Zigmunt. **44 Cartas do mundo líquido moderno**. Ed. Zahar. 2011.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Básica. **Base Nacional Comum Curricular para a educação infantil. Secretaria de Educação Básica**. – Brasília: MEC, SEB, 2018.

MORIN, Edgar. **Os sete saberes necessários à educação do futuro**. São Paulo: Cortez; Brasília, DF: UNESCO, 2000. UNICEF. Situação da Infância Brasileira-2001. In: <http://www.unicef.org/brazil/sib2001/index.htm-24/082006>.

VIGOTSKI, Lev Semenovich. **Imaginação e criação na infância: ensaio psicológico: livro para professores**. Tradução de Zóia Prestes. São Paulo: Ática, 2009.

VYGOTSKY, Lev. **Pensamento e linguagem**. 5a reimpressão. São Paulo: Martins Fontes, 1993.

Componente Curricular: História da Infância

Carga Horária total: 36h

Ementa

História da Infância na Idade Média e Renascimento. A construção social do conceito de infância na Modernidade. História da Infância no Brasil do século XIX e XX e a política de Abrigamento e Caridade: como vivem nossas crianças? Estudo da condição social e cultural da criança no período da Colônia, Império à República. A História da Infância no Estado do RS: como vivem nossas crianças?

Bibliografia Básica

ARIÈS, Philippe. **História social da criança e da família**. Rio de Janeiro: Zahar, 1981.
 POSTMAN, Neil P89d **O desaparecimento da infância** / Neil Postman; tradução de Suzana Menescal de Alencar Carvalho e José Laurenio de Melo. - Rio de Janeiro: Graphia, 1999.
 RENAUT, Alain. **A libertação das crianças**. A era da criança cidadão. Contribuição filosófica para uma história da infância. Lisboa: Instituto Piaget, 2002.
 RIZZINI, Irene & PILOTTI, Francisco (Orgs.). **A arte de governar crianças**: a história das políticas sociais, da legislação e da assistência à infância no Brasil. São Paulo: Editora Cortez, 2009.

Bibliografia Complementar

HEYWOOD, Colin. **Uma história da infância**. Da Idade Média à época Contemporânea no Ocidente. Porto Alegre: Artmed, 2004.
 FARIA Fo, Luciano M. (org.). **A infância e sua educação**: materiais, práticas e representações. Belo Horizonte: Autêntica, 2004.
 FERREIRA, Antônio Gomes. **Gerar Criar Educar**: a criança no Portugal do Antigo Regime. Coimbra: Quarteto, 2000.
 FREITAS, Marcos Cezar de. (Org.). **História social da infância no Brasil**. São Paulo: Cortez/USF, 1997. FREITAS, Marcos Cezar e KUHLMANN JR., Moysés (Orgs.). Os intelectuais na história da infância. São Paulo: Cortez, 2002.

Componente Curricular: Processos de Desenvolvimento e Aprendizagem de Jovens e Adultos

Carga Horária total: 36h

Ementa

Os desafios de aprender ao longo da vida. Retrospectiva histórica da Educação de Jovens e Adultos. Os princípios e os fundamentos da educação de jovens e adultos. Educação de jovens e adultos e o mundo do trabalho. Tendências atuais no currículo da EJA e PROEJA. Temas emergentes da EJA e suas implicações teórico-práticas e políticas para a modalidades. EJA e envelhecimento; Educação em contextos de privação e restrição de liberdade; Educação permanente; processos de inclusão.

Bibliografia Básica

ARROYO, Miguel. **Passageiros da noite: do trabalho para a EJA**: itinerários pelo direito a uma vida justa. Petrópolis/RJ: VOZES, 2017.
 BECKER, Fernando. **Educação e Construção do conhecimento**. 2ª ed. Porto Alegre: Penso, 2012.
 CLAXTON, Guy. **O Desafio de Aprender ao Longo da Vida**. Porto Alegre: Artmed, 2005.

Bibliografia Complementar

ASSMANN, Hugo. **Reencantar a educação**: rumo à sociedade aprendente. Petrópolis, RJ: Vozes, 1998.
 BENVENUTI, Juçara. **Dueto Leitura e Literatura na Educação de Jovens e Adultos**. Porto Alegre: Mediação, 2012.
 DI PIERRO, M. C.; HADDAD, S. **Transformações nas políticas de Educação de Jovens e Adultos no Brasil no início do terceiro milênio**: uma análise das agendas nacional e internacional. CAMPINAS: CEDES, 2015.
 GADOTTI, M. e ROMÃO, J. E. **Educação de Jovens e Adultos**: teoria, prática e proposta. São Paulo: Cortez, 2011.
 FREIRE, Paulo. **Educação como prática da liberdade** 16. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2007.
 SOEK, Ana Maria. **Fundamentos e Metodologia da Educação de Jovens e Adultos**. Curitiba: Editora Fael, 2010.

Componente Curricular: Cultura Digital

Carga Horária total: 36h

Ementa

Cultura Digital: Tecnologia e sociedade. Mundo digital. Cidadania Digital. Letramento Digital. Estudos sobre cultura digital. Mídias móveis na educação, sua implicação e intervenção em contexto pedagógico com foco na educação-formação e produção de saberes. A formação docente e a cultura digital. A cultura digital no contexto da educação.

Bibliografia Básica

FANTIN, Mônica. RIVOLTELLA, Pier Cesare (Orgs.). **Cultura Digital e Escola**. Campinas/SP: Ed. Papyrus, 2012
 LEMOS, André. JOSGRILBERG, Fabio (Org.). **Comunicação e mobilidade: aspectos socioculturais das tecnologias móveis de comunicação no Brasil**.. Salvador: EDUFBA, 2009. ISBN ISBN 978-85-232-0658-1.. Disponível em: http://poscomufbabr/arquivos/livro_Comunicacao_Mobilidade_AndreLemospdf
 SANTANA, B; ROSSINI,C; PRETTO, N de L... **Recursos Educacionais Abertos**: práticas colaborativas e políticas públicas. Salvador e São Paulo: Edufba e Casa da Cultura Digital, 2012. ISBN ISBN 978 85 232 09599.

Bibliografia Complementar

BRASIL. Sociedade Brasileira da Computação. **Diretrizes Para o Ensino da Computação na Educação Básica.** Sociedade Brasileira da Computação, 2018. Disponível em: <https://www.sbc.org.br/educacao/diretrizes-para-ensino-de-computacao-na-educacao-basica>.

BOLL, CINTIA INES. **A Enunciação Estética Juvenil em Vídeos Escolares no Youtube.** PORTO ALEGRE: UFRGS, 2013. Disponível em: <http://www.lume.ufrgs.br/bitstream/handle/10183/70596/000876934.pdf?sequence=1>

BOLL, CINTIA INES; KREUTZ, RICARDO.. **Cultura Digital.** Brasília: MEC, 2009. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman UNESCO.. O Futuro da aprendizagem móvel: implicações para planejadores e gestores de políticas. BRASÍLIA: UNESCO, 2014. Disponível em: <http://unesdoc.unesco.org/images/0022/002280/228074POR.pdf>

LÉVY, P (1999). **Cibercultura.** São Paulo: Editora 34, 2014.

VEEN, WIM.; VRAKING, BEN.. **Homo Zappiens: educando na era digital.** PORTO ALEGRE: ARTMED, 2009. ISBN 9788536316864.

Componente Curricular: Noções Básicas de Primeiros Socorros para Crianças e Adolescentes

Carga Horária total: 36h

Ementa

Incidência de casos e agravos de emergência em estudantes no ambiente escolar. Noções básicas de primeiros socorros de professores e funcionários de estabelecimentos de ensino, públicos e privados de educação básica e de estabelecimentos de recreação infantil para crianças. Educação em saúde. Prática de primeiros socorros em crianças em ambiente escolar.

Bibliografia Básica

KARREN, Keith J. et al. **Primeiros socorros para estudantes.** 10. ed. Barueri: Manole, 2013. 568 p. ISBN 9788520434789.

OLIVEIRA, Antonio Claudio de (Org.). **Manual do socorrista.** São Paulo: Martinari, 2013. 303 p. ISBN 9788581160122.

SANTOS, Nívea Cristina Moreira. **Enfermagem em pronto atendimento: urgência e emergência.** São Paulo: Érica, 2014. 136 p. (Ambiente e saúde Série eixos). ISBN 9788536506425.

Bibliografia Complementar

BRASIL. Lei nº 13.722, de 04 de outubro de 2018. Torna obrigatória a capacitação em noções básicas de primeiros socorros de professores e funcionários de estabelecimentos de ensino públicos e privados de educação básica e de estabelecimentos de recreação infantil. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2018/lei/L13722.htm. Acesso em: 20 de setembro de 2022.

FREITAS, G. B.; MESQUITA, M. M. L.; et al. **Primeiros Socorros nas Escolas.** Revista Extendere. Vol.2 nº1, Jul.a Dez./2013. Disponível em: <http://periodicos.uern.br/index.php/extendere/article/view/778/429>. Acesso em 28 de julho de 2022.

MARCUZ, Júlia Coelho. **Assistência de enfermagem à criança e adolescente em situações de urgência e emergência e sua família.** São Paulo Platos Soluções Educacionais 2021 1 r

SILVA, Leonardo da. **Atualização em emergências médicas,** v.2. Barueri Manole 2013 1 recurso online

SANTOS, Nívea Cristina Moreira. **Urgência e emergência para a enfermagem do atendimento pré-hospitalar (APH) à sala de emergência.** São Paulo Erica 2018 1 recurso online

Componente Curricular: Educação e Cultura Afro-brasileira e Indígena

Carga Horária total: 36h

Ementa

Legislação Educacional referente à Cultura Afro-brasileira e Indígena no Brasil. A História e Cultura Afro-Brasileira e Africana nos currículos da Educação Básica no Brasil. Teoria da democracia racial. Políticas de ações afirmativas. A Educação e a Cultura Afro-brasileira e Indígena no contexto escolar. O ensino da educação étnico-racial.

Bibliografia Básica
BRASIL. Ministério da Educação. Práticas pedagógicas de trabalho com relações étnico-raciais na escola na perspectiva da Lei 10.639/03. Nilma Lino Gomes (org). Brasília, MEC, UNESCO, 2012. FREIRE, P. Ação cultural para a liberdade: e outros escritos. 9.ª Edição. São Paulo: Paz e Terra, 2001. MARÇAL, José Antonio; LIMA, Sílvia Maria Amorim. Educação escolar das relações étnico-raciais: história e cultura afro-brasileira e indígena no Brasil. Curitiba: InterSaberes, 2015.
Bibliografia Complementar
BRASIL, Lei nº 10.639, de 9 de janeiro de 2003. Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da Rede de Ensino a obrigatoriedade da temática “História e Cultura Afro-Brasileira”, e dá outras providências. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil . BRASIL. Lei Nº 11.645, de 10 março de 2008. Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, modificada pela Lei nº 10.639, de 9 de janeiro de 2003, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da rede de ensino a obrigatoriedade da temática “História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena. Diário Oficial da União: seção 1, Brasília, DF, n. 48, p. 1, 11 mar. 2008. BERGAMASCHI, Maria Aparecida; ZEN, Maria Isabel H. Dalla; XAVIER, Maria Luisa M. (Org.). Povos indígenas & educação. 2. ed. Porto Alegre: Mediação, 2012. FUNARI, Pedro Paulo; PIÑÓN, Ana. A temática indígena na escola: subsídios para os professores. São Paulo: Contexto, 2011. RIBEIRO, Darcy. O povo brasileiro: a formação e o sentido do Brasil. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

Componente Curricular: Educação Inclusiva e Educação Especial
Carga Horária total: 36h
Ementa
Análise histórica, legislação e políticas educacionais da educação especial no cenário internacional e nacional. Cultura e representação de/sobre os sujeitos da educação especial. Inclusão e acessibilidade nos espaços educacionais. Acesso, permanência, participação e aprendizagem dos alunos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades/superdotação na educação. Atividades teórico- práticas voltadas à formação de professores.
Bibliografia Básica
BRANCHER, Vantori Roberto, MEDEIROS, Bruna de Assunção, MACHADO, Fernanda Camargo. Educação Especial: novos prismas. Caminhos possíveis à Inclusão II. 1ª ED. Curitiba: Appris, 2018. LANNA JÚNIOR, Mário Cléber Martins (Comp.). História do Movimento Político das Pessoas com Deficiência no Brasil. Brasília: Secretaria de Direitos Humanos, 2010. Disponível em: http://www.pessoacomdeficiencia.gov.br/app/sites/default/files/publicacoes/historiando-movimento-politico-pcd.pdf . MANTOAN, Maria Teresa Eglér (Org.). O desafio das diferenças nas escolas. (Org). 4ª ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2011.
Bibliografia Complementar
BRASIL, MEC. Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva. Brasil: MEC, 2008. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/arquivos/pdf/politicaeducspecial.pdf BRANCHER, Vantoir Roberto. BIAZUS, Paula Hosana Silveira, PORTO, Eliane Quincozes. Caminhos possíveis da inclusão III: A Educação Especial e as Políticas Afirmativas. Curitiba: CRV, 2018. HUMMEL. Tecnologias Assistiva: A inclusão na Prática. 1ª ed. Curitiba: Appris, 2015. LARROSA BONDÍA, Jorge; SKLIAR, Carlos Bernardo (Orgs). Habitantes de Babel: políticas e poéticas da diferença. Belo Horizonte: Autêntica, 2001. LOPES, Maura Corcini; FABRIS, Eli Henn. Inclusão e Educação. Belo Horizonte: Autêntica, 2013. MACHADO, Fernanda de Camargo. Inclusão escolar e sensibilização: o risco de conviver e o risco de não conviver. Santa Maria, RS: Editora e gráfica Caxias, 2016. THOMA, Adriana da Silva; HILLESHEIM, B. (Org.). Políticas de Inclusão: gerenciando riscos e governando as diferenças. Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 2011.

Componente Curricular: Arte, infância e Educação
Carga Horária total: 36 h
Ementa

A docência na educação infantil. Pressupostos teóricos e metodológicos das artes na educação em espaços e tempos escolares. A educação infantil e a arte contemporânea. As crianças e os espaços culturais. A criança e a sociedade contemporânea. Propostas curriculares para o ensino das artes. Diversidade cultural e práticas infantis. A cultura da infância e a infância na cultura. Diferentes visões de infância: literatura, cinema, televisão, propaganda, museus, artes plásticas. Infância e mídias digitais. Educação Infantil e arte-educação: brincadeira, interações e linguagens. Ensino Fundamental e arte-educação: Leitura, escrita, oralidade e apropriação do sistema de escrita. Atividades lúdicas, artes e ensino.

Bibliografia Básica

BARBOSA, Ana Mae/ (Organizador) Coutinho, Rejane Galvão. **Arte/Educação como mediação cultural e social**. Fundação Editora da Unesp, 2009.

MENDES, Rodrigo Hubner. CAVALHERO, José. GITHAY, Ana Maria Caira. **Artes visuais na educação inclusiva: metodologias e Práticas do Instituto Rodrigo Mendes**. São Paulo: Petrópolis, 2010.

RESNICK, Mitchel. **Jardim de infância para a vida toda: por uma aprendizagem criativa, mão na massa e relevante para todos**. Porto Alegre: Penso, 2020.

Bibliografia Complementar

LARROSA, Jorge. **Pedagogia profana: danças, piruetas e mascaradas**. Tradução de Alfredo Veiga-Neto e Cristina Antunes. Porto Alegre: Contrabando, 1998.

MARTINS, Mirian Celeste, PICOSQUE, Gisa; GUERRA, Maria Terezinha T. **Didática do ensino de arte: A língua do mundo – poetizar, fruir e conhecer arte**. São Paulo, FTD: 1998.

MELO, José Carlos; CHAHINI, Telma H. (Orgs.). **Reflexões & práticas na Formação Continuada de Professores da Educação Infantil**. São Luís/MA, EDUFMA, 2015.

OSTETTO, Luciana E.; LEITE, Maria Isabel. **Arte, infância e formação de professores: autoria e transgressão**. Campinas: Papirus, 2004.

PRADO, Patrícia D.; SOUZA, Cibele W. (Orgs.). **Educação Infantil, diversidade e arte**. São Paulo: Laços, 2017.

Componente Curricular: Teorias do Currículo

Carga Horária total: 36h

Ementa

Políticas de currículo. Diferentes concepções, teorias e práticas de currículo. O currículo e seleção cultural: prescrito e oculto. Currículo e conhecimento escolar. Cultura Digital e Currículo. Currículo multicultural: questões étnico-raciais, gênero e diversidades - implicações para a escola e para o currículo.

Bibliografia Básica

MOREIRA, Antônio Flávio, SILVA, Tomaz Tadeu. **Currículo Cultura e Sociedade**. SP: Cortez, 2008.

PEREIRA, Elisabete Monteiro de Aguiar (Org.). **Universidade e currículo: perspectivas de educação geral**. Campinas: Mercado de Letras, 2010.

SACRISTÁN, J. Gimeno. **O currículo: uma reflexão sobre a prática**. 3. Porto Alegre Penso 2019 (E-book).

Bibliografia Complementar

HAMES, Clarinês; ZANON, Lenir Basso; ARAÚJO, Maria Cistina Pansera (Org.). **Currículo Integrado, Educação e Trabalho: saberes e fazeres em interlocução**. Ijuí: Edu. Unijuí, 2016.

Kelly, Albert Victor. **O currículo: teoria e prática**. Tradução Jamir Martins. São Paulo: Harper 7 Row do Brasil, 1981.

SACRISTÁN, Gimeno. A.I. GÓMES. **Compreender e transformar o Ensino**. 4ª ed. Porto Alegre: ArtMed Editora, 2000.

SACRISTÁN, Gimero José; GUERRA, Miguel Angelo Santos; SANTOMÉ, Jurjo Torres; JACKSON, Philip.W.; ACOSTA, Javier Marrero. **Ensayos sobre el currículum: Teoría e Práctica**. São Paulo: Cortez: Ediciones Morata, Madrig, Espana, 2017.

SILVA, Tomaz Tadeu. **Documentos de Identidade: Uma introdução as teorias do currículo**. Ed: Autêntica, BH-MG, 2005.

Componente Curricular: Fundamentos de Epistemologia Genética
Carga Horária total: 36h
Ementa
Teoria explicativa do desenvolvimento do conhecimento e da aprendizagem humanos pela abordagem de seus conceitos básicos, de seu modelo teórico e pela reprodução de experimentos pertinentes. A teoria de Jean Piaget na Epistemologia Genética: estrutura teórica, de seus termos ou conceitos básicos e pela reprodução de experimentos. Construtivismo (sentido da construção) e relação Sujeito-Objeto; Interação. Adaptação (Assimilação/Acomodação) e Organização. Homeostasia, autorregulação, equilíbrio. Ação e operação. Reversibilidade, parcial e completa. Conhecimento: conteúdo e estrutura, forma ou capacidade. Causalidade e implicação, exteriorização e interiorização, objetividade e subjetividade. Esquema, estrutura e totalidade. Pré-formação, estímulo/reforço ou construção. Estágios do desenvolvimento cognitivo e decalagens. Percepção e razão. Tomada de consciência. Do fazer com êxito ao compreender. Equilíbrio e Abstração Reflexionante: categorias (reflexionante, pseudo-empírica e refletida) e processo (reflexionamento e reflexão). Estado e transformação. Egocentrismo e descentração, heteronomia e autonomia, cooperação; relações entre afetividade e cognição. Memória e inteligência. A pesquisa piagetiana: a) o método clínico; b) domínios (experimentos). Relações entre desenvolvimento (do conhecimento) e aprendizagem. b) Os modelos pedagógicos e o ensino; a epistemologia do professor. Teoria explicativa do desenvolvimento cognitivo humano ou uma teoria da ação, da operação; fundamentos de uma pedagogia ativa.
Bibliografia Básica
DAVIDOFF, Linda L. Introdução à Psicologia . Terceira Edição. São Paulo: Pearson Makron Books, 2001. FIGUEIREDO, Luís Claudio. Revisitando psicologias: da epistemologia à ética das Práticas e discursos psicológicos . 8ª ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2015. HUFFMAN, Karen; VERNON, Mark, VERNON, Judith. Psicologia . São Paulo: Atlas, 2003.
Bibliografia Complementar
BECKER, Fernando. Educação e construção do conhecimento . 2ª ed. Porto Alegre: Penso, 2012. DELVAL, Juan. Introdução à Prática do Método Clínico – descobrindo o pensamento das crianças . Porto Alegre: Artmed, 2002. DOLLE, Jean-Marie. Essas crianças que não aprendem: diagnósticos e terapias cognitivas . Petrópolis: Vozes, 1999. PIAGET, Jean. [1936] O nascimento da inteligência na criança . Rio de Janeiro: Zahar, 1979. WADSWORTH, Barry. Inteligência e Afetividade da Criança na Teoria de Piaget . 5ª edição. São Paulo: Pioneira, 1997. WEITEN, Wayne. Introdução à Psicologia: temas e variações . 3ª ed. São Paulo, SP: Cengage Learning, 2019.

Componente Curricular: Gestão dos Espaços Pedagógicos
Carga Horária total: 72h
Ementa
Matrizes teóricas e aportes legais da gestão educacional; Princípios e mecanismos da gestão democrática da educação; O projeto político-pedagógico como elemento da gestão escolar; Gestão e avaliação do trabalho escolar. A Prática de Gestão dos espaços pedagógicos. Gestão dos contextos escolares e não escolares. Participação ativa da comunidade na Gestão dos espaços pedagógicos.
Bibliografia Básica
FERREIRA, E. B.; OLIVEIRA, D. A. Crise da escola e políticas educativas . Belo Horizonte: Autêntica, 2009. LÜCK, Heloísa. Gestão educacional: uma questão paradigmática . 12. ed. Rio de Janeiro: Vozes, 2015. LIBÂNEO, José Carlos. Organização e gestão da escola: teoria e prática . 6. ed. rev. e ampl. Goiânia: Heccus, 2015.
Bibliografia Complementar
KLAUS, V. Gestão & educação . São Paulo: Autêntica, 2016. [recurso online] LUCK, H. [et al.]. A escola participativa: o trabalho do gestor escolar . Petrópolis: Vozes, 2005. OLIVEIRA, D. A.; ROSAR, M. de F. Política e Gestão da Educação . Belo Horizonte: Autêntica, 2007. OLIVEIRA, Maria Auxiliadora Monteiro (Org.). Gestão educacional: novos olhares, novas abordagens . 10. ed. Rio de Janeiro: Vozes, 2014. VIEIRA, S. L. Educação básica política e gestão da escola . Brasília: Liber Livro, 2009.

Componente Curricular: Educação Popular
Carga Horária total: 36h
Ementa
Educação popular: fundamentos e concepções. Educação popular e docência. Educação popular e movimentos sociais. Educação Popular e transformação social. A educação como prática social de manutenção e/ou transformação do “status quo”. Educação emancipatória e processos de libertação. Educação Popular no Brasil. Estado, sociedade e políticas públicas. Teoria pedagógica freireana. Desafios da educação popular no contexto da globalização.
Bibliografia Básica
BRANDÃO, Carlos Rodrigues. O que é Educação Popular . 1 ed. São Paulo: Editora Brasiliense, 2006. ROSSATO, Luís Carlos; PERIN, Camilo (Org.). Linguagem, educação e cidadania . Ijuí: Ed. UNIJUÍ, 2014. PAIVA, Vanilda. História da educação popular no Brasil: Educação Popular e Educação de Adultos . 7 ed. São Paulo. Editora Loyola, 2000.
Bibliografia Complementar
MOTTA , Amanda. MACHADO, Rita. Educação Popular em debate . 1 ed. Paco editorial, 2007. MORETTI Cheron Zanini, STRECK Danilo R., PAULO Fernanda dos Santos, SANTOS Karine, LEMES Marilene, PITANO Sandro. Educação Popular e Docência . 1 ed. 2015. VASCONCELOS, Pedro José Santos Carneiro Cruz. Educação popular na formação universitária: reflexões . São Paulo: Hucitec; João Pessoa: Editora Universitária da UFPB; 2011. FERREIRA, Arthur Vianna, SIRINO Marcio Bernardino. Educação Popular: Histórias, contextos e especificidades . Paco e Littera; 1ª edição, 2021. MEJÍA J., Marco Raúl; GOHN, Maria da Gloria; FREITAS, Ana Lúcia Souza de; PALUDO, Conceição; FÁVERO, Osmar; PESSOA, Jadir de Moraes; FALKEMBACH, Elza Maria Fonseca; VASCONCELOS, Eymard Mourão; CARRILLO, Alfonso Torres; MANFREDI, Silvia Maria; FLEURI, Rein. Educação popular: Lugar de construção social coletiva . Vozes, 2013.

Componente Curricular: Metodologia da Pesquisa
Carga Horária total: 36h
Ementa
Fundamentos da metodologia da pesquisa. Educação, Pesquisa, ciência e tecnologia. A função social da Pesquisa. A ética na pesquisa. O papel da leitura e da escrita no processo de apropriação, produção e comunicação do conhecimento. A ciência e o conhecimento científico. Os tipos de pesquisa e seus fundamentos epistemológicos. Elaboração de Documentos de Pesquisa: trabalho científico, projeto, relatório, artigo científico, resumo.
Bibliografia Básica
BOOTH. Wayne C. COLOMB. Gregori C. WILLIAMS, Joseph M. MONTEIRO, Henrique Amat Régo. A arte da pesquisa . São Paulo: Martins fontes, 2019. CASTRO. Claudio de Moura. A Prática da Pesquisa: 2ª ed. São Paulo. Pearson, 2006. junho 2006 MARCONI, M. de A.; LAKATOS, E. M. Metodologia do trabalho científico: procedimentos básicos de pesquisa bibliográfica, projeto e relatório; publicações e trabalhos científicos . 7. Ed. São Paulo: Atlas, 2009.
Bibliografia Complementar
CERVO, Amado Luiz. BERVIAN, Pedro Alcino. SILVA, Roberto da. Metodologia científica . 6 Ed. São Paulo: Pearson, 2007. FACHIN, Odília. Fundamentos de metodologia . 5 Ed. São Paulo: Saraiva, 2006. GIL, A. C.. Como elaborar projetos de pesquisa , 6ª edição. São Paulo: Atlas, 2010. MARCONI, M. de A.; LAKATOS, E. M. Metodologia científica . 6. Ed. São Paulo: Atlas, 2011. MATIAS-PEREIRA, José. Manual de metodologia da pesquisa científica . 4 Ed. São Paulo: Atlas, 2016. SILVA, Jose Maria. Silveira, Emerson Sena da. Apresentação de Trabalhos Acadêmicos . 8 ed. Rio de janeiro. Vozes , 2014.

5. CORPO DOCENTE E TÉCNICO ADMINISTRATIVO EM EDUCAÇÃO

Os itens a seguir descrevem, respectivamente, o corpo docente e técnico administrativo em educação, necessários para o funcionamento do curso, tomando por base o desenvolvimento simultâneo de uma turma para cada período do curso. Nos itens abaixo, também estão dispostas as atribuições da Coordenação de Curso, do Colegiado de Curso, do Núcleo Docente Estruturante e as políticas de capacitação.

5.1. Corpo Docente atuante no curso

Nº	Nome	Formação	Titulação/IES
1	Adelino Jacó Seibt	Graduação em Letras e Filosofia	Mestrado em Educação em Ciências/UNIJUÍ
2	Adriana Toso Kemp	Graduação em Letras/Língua Portuguesa e respectivas Literaturas	Doutorado em Educação/UNIJUÍ
3	Andrea Pereira	Graduação em Informática	Mestrado em Computação/UFRGS
4	Ângela Pawlowski	Graduação em Ciências Biológicas	Doutora em Botânica/UFRGS
5	Carla Tatiana Zappe	Graduação em Educação Especial Deficientes da Audiocomunicação	Mestrado em Educação/UFSM
6	Cristiane da Silva Stamberg	Graduação em Matemática e Física	Doutorado em Educação nas Ciências/UNIJUÍ
7	Dionara Denize Cavinatto	Graduação em Direito	Mestrado em Direito/URI
8	Eliane de Lourdes Felden	Graduação em Pedagogia	Doutora em Educação/UNISINOS
9	Fábio Novaski	Graduação em Licenciatura em Computação e Pedagogia	Especialista em Educação Interdisciplinar: Informática Aplicada na Educação no Complexo Educacional/FAISA
10	Fábio Weber Albiero	Graduação em Ciência da Computação	Mestrado em Ciência da Computação/UFSM
11	Fátima Regina Zan	Graduação em Administração e Ciências Contábeis	Doutorado em Ciência da Propriedade Intelectual/UFS
12	Jéssica Maria Rosa Lucion	Graduação em Ciências Sociais	Doutorado em Sociologia/UFRGS
13	John Soldera	Graduação em Ciência da Computação	Doutorado em Ciências da Computação/UFRGS
14	Juliano Gomes Weber	Graduação em Informática	Mestrado em Ciência da Computação/UFSM
15	Karlise Soares Nascimento	Graduação em Sistemas de Informação e PEG Formação de Professores EBTT	Mestrado em Ciência da Computação/UFSM
16	Kelly de Fátima Castilho	Graduação em Filosofia	Mestrado em Filosofia/UFSC
17	Lara Taciana Biguelini Wagner	Graduação em Informática	Mestrado em Educação nas Ciências/URI
18	Leandro Jorge Daronco	Graduação em História	Doutorado em Estudos Latino-Americanos: História/UNISINOS
19	Letícia Domanski	Graduação em Letras Português/Espanhol	Mestrado em Educação nas Ciências/URI
20	Marcele Teixeira Homrich Ravásio	Graduação em Psicologia e Licenciada em Educação Profissional e Tecnológica	Doutorado em Educação/UFRGS
21	Maria Aparecida Lucca Paranhos	Graduação em Letras Português/Inglês	Mestrado em Letras e Linguística/UFSM
22	Marta Breunig Loose	Graduação em Informática	Mestrado em Ciência da Computação/UFSM
23	Rosélia da Rosa Lutchemeyer	Graduação em Matemática	Mestrado em Educação/URI

24	Sônia Regina Scheleski	Graduação em Matemática	Mestrado em Ensino Científico e Tecnológico/URI
25	Talitha Comaru	Graduação em Fisioterapia	Doutorado em Pediatria e Saúde da Criança/ PUC Pós Doutorado em Ciências da Saúde/PUCRS Pós Doutorado em Ciências da Saúde/Universitat de Barcelona
26	Thaiane da Silva Socoloski	Graduação em Letras Português/Inglês e Literaturas	Mestrado em Letras/UFSM

5.2. Atribuições da Coordenação de Curso

A Coordenação do Curso de Licenciatura em Pedagogia tem por fundamentos básicos, princípios e atribuições assessorar no planejamento, orientação, acompanhamento, implementação e avaliação da proposta pedagógica da instituição, bem como agir de forma que viabilize a operacionalização das atividades curriculares, dentro dos princípios da legalidade e da eticidade, e tendo como instrumento norteador o Regimento Geral e Estatutário do IFFar.

A Coordenação de Curso tem caráter deliberativo, dentro dos limites das suas atribuições, e caráter consultivo, em relação às demais instâncias. Sua finalidade imediata é colaborar para a inovação e aperfeiçoamento do processo educativo e zelar pela correta execução da política educacional do IFFar, por meio do diálogo com a Direção de Ensino, Coordenação Geral de Ensino, NPI, corpo docente e discente, TAEs ligados ao ensino e Direção de Graduação da PROEN. Seu trabalho deve ser orientado pelo Plano de Gestão, elaborado anualmente.

Além das atribuições descritas anteriormente, a coordenação de curso superior segue regulamento próprio aprovado pelas instâncias superiores do IFFar que deverão nortear o trabalho dessa coordenação.

5.3. Atribuições do Colegiado de Curso

O Colegiado de Curso é um órgão consultivo e deliberativo, permanente, para os assuntos de política de ensino, pesquisa e extensão, em conformidade com as diretrizes da instituição. É responsável pela execução didático-pedagógica, atuando no planejamento, acompanhamento e avaliação das atividades do curso.

Compete ao Colegiado de Curso:

I - analisar e encaminhar demandas de caráter pedagógico e administrativo, apresentadas por docentes ou estudantes, referentes ao desenvolvimento do curso, de acordo com as normativas vigentes;

II - realizar atividades que permitam a integração da ação pedagógica do corpo docente e técnico no âmbito do curso;

III - acompanhar e discutir as metodologias de ensino e avaliação desenvolvidas no âmbito do curso, com vistas à realização de encaminhamentos necessários à sua constante melhoria;

IV - propor e avaliar projetos de ensino, pesquisa e extensão desenvolvidos no âmbito do curso de acordo com o seu PPC;

V - analisar as causas determinantes do baixo rendimento escolar e evasão dos estudantes do curso, quando houver, e propor ações para equacionar os problemas identificados;

VI - fazer cumprir a Organização Didático-Pedagógica do Curso, propondo reformulações e/ou atualizações quando necessárias;

VII - aprovar e apoiar o desenvolvimento das disciplinas eletivas e optativas do curso; e

VIII - atender às demais atribuições previstas nos regulamentos institucionais.

O Colegiado do Curso de Licenciatura em Pedagogia é constituído pelo Coordenador(a) do Curso; 50% do corpo docente do curso, no mínimo; um representante discente, eleito por seus pares; e um representante dos TAEs, com atuação relacionada ao curso, eleito por seus pares.

As normas para o colegiado de curso se encontram aprovadas no âmbito da Resolução Consup n.º 049/2021.

5.4. Núcleo Docente Estruturante

O Núcleo Docente Estruturante (NDE) é um órgão consultivo e propositivo, responsável pela concepção, implantação e atualização dos PPCs superiores de graduação do IFFar.

São atribuições do NDE:

I - contribuir para a consolidação do perfil do egresso do curso;

II - zelar pela integração curricular interdisciplinar entre as diferentes atividades de ensino constantes no currículo;

III - indicar formas de incentivo ao desenvolvimento de linhas de pesquisa e extensão, oriundas de necessidades da graduação, de exigências do mercado de trabalho e afinadas com as políticas relativas à área de conhecimento do curso;

IV - zelar pelo cumprimento das Diretrizes Curriculares Nacionais para os cursos de graduação;

V - acompanhar e avaliar o desenvolvimento do PPC, zelando pela sua integral execução;

VI - propor alternativas teórico-metodológicas que promovam a inovação na sala de aula e a melhoria do processo de ensino e aprendizagem;

VII - utilizar os resultados da autoavaliação institucional, especificamente no que diz respeito ao curso, propondo meios de sanar as deficiências detectadas; e

VIII - acompanhar os resultados alcançados pelo curso nos diversos instrumentos de avaliação externa do Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior - Sinaes, estabelecendo metas para melhorias.

O NDE deve ser constituído por, no mínimo, cinco professores pertencentes ao corpo docente do curso, escolhido por seus pares, dentre estes o(a) coordenador(a) do curso, que deve ser membro nato, para um mandato de 2 anos.

A cada reconstituição do NDE, deve ser assegurada a permanência de, no mínimo, 50% dos integrantes da composição anterior, de modo a assegurar a continuidade no processo de acompanhamento do curso.

As normas para o Núcleo Docente Estruturante se encontram aprovadas no âmbito da Resolução Consup n.º 049/2021.

5.5. Corpo Técnico Administrativo em Educação

Os Técnicos Administrativos em Educação no IFFar têm o papel de auxiliar na articulação e no desenvolvimento das atividades administrativas e pedagógicas relacionadas ao curso, com o objetivo de garantir o funcionamento e a qualidade da oferta do ensino, pesquisa e extensão na Instituição. O IFFar *Campus* Santo Ângelo conta com:

Nº	Setores	Técnicos Administrativos em Educação
1	Biblioteca	1 Bibliotecária e 2 Auxiliares de Biblioteca
2	Coordenação de Assistência Estudantil (CAE)	1 Assistente Social, 1 Técnica em Assuntos Educacionais, 1 Nutricionista, 1 Médica, 1 Odontóloga, 1 Enfermeira, 1 Técnico em Enfermagem e 3 Assistentes de Aluno.
3	Coordenação de Ações Inclusivas (CAI)	2 Tradutoras e intérpretes de Libras
4	Coordenação de Registros Acadêmicos (CRA)	1 Técnico em Secretariado e 3 Assistentes em Administração
5	Coordenação de Tecnologia da Informação (CTI)	1 Analista de TI, 1 Assistente de laboratório de Informática, 2 Técnicos em Tecnologia da Informação
6	Setor de Estágio	1 Assistente em Administração
7	Laboratórios de Ensino	1 Técnico em Laboratório/área Biologia 1 Técnico em Laboratório/área Química
8	Setor de Assessoria Pedagógica (SAP)	1 Técnica em Assuntos Educacionais 1 Pedagoga

5.6. Políticas de capacitação de Docentes e Técnicos Administrativos em Educação

A qualificação dos servidores é princípio basilar de toda instituição que prima pela oferta educacional qualificada. O IFFar, para além das questões legais, está compromissado com a promoção da formação permanente, da capacitação e da qualificação, alinhadas à sua Missão, Visão e Valores. Entende-se a qualificação como o processo de aprendizagem baseado em ações de educação formal, por meio do qual o servidor constrói conhecimentos e habilidades, tendo em vista o planejamento institucional e o desenvolvimento na carreira.

Com a finalidade de atender às demandas institucionais de qualificação dos servidores, as seguintes ações são realizadas no IFFar:

- Programa Institucional de Incentivo à Qualificação Profissional (PIIQP) – disponibiliza auxílio em três modalidades: bolsa de estudo, auxílio-mensalidade e auxílio-deslocamento;
- Programa Institucional de Incentivo à Qualificação Profissional em Programas Especiais (PIIQPPE) – tem o objetivo de promover a qualificação, em nível de pós-graduação *stricto sensu*, em áreas prioritárias ao desenvolvimento da instituição, realizada em serviço, em instituições de ensino conveniadas para MINTER e DINTER.
- Afastamento Integral para pós-graduação *stricto sensu* – são destinadas vagas para afastamento integral correspondentes a 10% (dez por cento) do quadro de servidores do IFFar, por categoria.

6. INSTALAÇÕES FÍSICAS

O *Campus Santo Ângelo* oferece aos estudantes do Curso Superior de Licenciatura em Pedagogia, uma estrutura que proporciona o desenvolvimento cultural, social e de apoio à aprendizagem, necessárias ao desenvolvimento curricular para a formação geral e profissional, conforme descrito nos itens a seguir:

6.1. Biblioteca

O *Campus Santo Ângelo* do IFFar opera com o sistema especializado de gerenciamento da biblioteca, *Pergamum*, possibilitando fácil acesso ao acervo que está organizado por áreas de conhecimento, facilitando, assim, a procura por títulos específicos, com exemplares de livros e periódicos, contemplando todas as áreas de abrangência do curso.

A biblioteca oferece serviço de empréstimo, renovação e reserva de material, consultas informatizadas a base de dados e ao acervo virtual e físico, orientação bibliográfica e visitas orientadas. As normas de funcionamento da biblioteca estão dispostas em regulamento próprio.

O IFFar também conta com um acervo digital de livros, por meio da plataforma de *e-books Minha Biblioteca*, uma base de livros em língua portuguesa formada por um consórcio onde estão as principais editoras de livros técnicos e científicos. O acervo atende a bibliografias de vários cursos do IFFar e é destinado a toda comunidade acadêmica, podendo ser acessado de qualquer computador, *notebook, tablet ou smartphone* conectado à *Internet*, dentro ou fora da Instituição. É necessário que o usuário tenha sido previamente cadastrado no *Pergamum*, o sistema de gerenciamento de acervo das bibliotecas do IFFar. Além de leitura *online*, também é possível baixar os livros para leitura *offline*.

6.2. Áreas de ensino específicas

Descrição	Quantidade
Salas de aulas de 70m ² , com 35 conjuntos escolares, quadro branco, ar condicionado, disponibilidade para utilização de computador e projetor multimídia.	08
Salas de aulas de 63m ² , com 35 conjuntos escolares, quadro branco, ar-condicionado, disponibilidade para utilização de computador e projetor multimídia.	10
Sala de Direção Geral	01
Sala de Direção de Ensino e Coordenação Geral do Ensino	01
Sala do Setor de Assessoria Pedagógica (SAP)	01
Sala de Direção de Pesquisa, Extensão, Produção e Inovação e Estágios	01
Sala de Coordenação de Pesquisa, Extensão, Produção e NIT	01
Sala de Direção de Administração	01
Sala de Direção de Planejamento e Desenvolvimento Institucional	01
Sala de Coordenação de Gestão de Pessoas e Protocolo	01
Sala de Tecnologia da Informação (TI)	01
Setor Administrativo	01
Sala de Professores	09
Secretaria de Registros Acadêmicos (SRA)	01
Sala de Reuniões	02
Sala da Coordenação de Ações Inclusivas (CAI)	01
Sala da Comissão Própria de Avaliação (CPA)	01
Sala de Atendimento Individualizado (Assistência Estudantil)	01
Salas adaptadas para pessoas com deficiência	11
Copa	04

Almojarifado	01
Auditório	01
Estúdio de Áudio e Vídeo	01
Cantina	01
Quadra poliesportiva coberta de 450 m ²	01
Campo de futebol com dimensões oficiais, com pista de atletismo de seis raias	01
Quadra de areia para prática de voleibol	01
Espaço de Convivência	01
Sala da Assistência Estudantil -Localizada junto ao Centro de Saúde, contendo recepção, sala de atendimento aos estudantes e setores da saúde.	01
Centro de Saúde com: - Sala de acolhimento; - Sala de medicação; - Consultório médico; - Consultório Odontológico; - Consultório e Sala de atendimento de enfermagem.	01
OBS: Todas as instalações do <i>campus</i> contam com recursos de acessibilidade, como Piso Tátil, Plataforma Vertical de Elevação (nos prédios administrativo e pedagógico 1) e Placas Indicativas em Braille.	

6.3. Laboratórios

Descrição	Quantidade
Laboratório de Anatomia Humana e Biologia/Citologia e Histologia: sala de 70m ² com bancadas para 35 alunos.	01
Laboratório de Informática: sala de 70m ² com 40 computadores, ar condicionado, disponibilidade para utilização de computador e projetor multimídia.	05
Laboratório de Informática: sala de 34m ² para 17 alunos	01
Laboratório de Química: sala de 70m ² com bancadas para 35 alunos.	01
Laboratório de Matemática e Física: sala de 70m ² com bancadas para 35 alunos.	01

6.4. Áreas de esporte e convivência

Descrição	Quantidade
Quadra poliesportiva coberta de 450 m ²	01
Campo de futebol com dimensões oficiais, com pista de atletismo de seis raias	01
Quadra de areia para prática de voleibol	01
Espaço de Convivência	01

6.5. Áreas de atendimento ao discente

Descrição	Quantidade
Setor da Saúde	01
Assistência Estudantil	01
Espaço de Convivência	01
Setor de Assessoria Pedagógica - SAP	01
Sala da Coordenação	01
Sala de Atendimento individualizado	01
Sala do CAE	01
Sala do CAA/CAPNE	01

7. REFERÊNCIAS

ANASTASIOU, Léa Das Graças Camargos; ALVES, Leonir Pessate. **Processos de Ensino na Universidade: pressupostos para as estratégias de trabalho em aula**. 10ª ed. Joinville, SC: UNIVILLE, 2012.

BECKER, F. **Vygotsky versus Piaget** - ou sociointeracionismo e educação. In: R. L. L. BARBOSA (org.), Formação de Educadores. Desafios e Perspectivas. São Paulo, Editora UNESP, 2003.

BECKER, Fernando. **Modelos pedagógicos e modelos epistemológicos**. In: _____. Educação e construção do conhecimento. Porto Alegre: Artmed. 2001.

BECKER, F. Modelos Pedagógicos e Modelos Epistemológicos. Porto Alegre. **Revista Paixão de Aprender**, da Secretaria Municipal de Educação de Porto Alegre, n.5, 1993.

BECKER, Fernando. **A Epistemologia do Professor: o cotidiano da escola**. (13 ed.) Petrópolis, RJ: vozes, 2008.

BECKER, Fernando. Escola como laboratório e não auditório. **Revista do Instituto Humanitas da Unisinos** (on-line). São Leopoldo, RS. Edição 281, 10 nov/2008. Entrevista concedida a Márcia Junges e Patricia Fachin.

BRASIL. Presidência da República. Casa Civil. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm

BRASIL. Presidência da República. Casa Civil. **Lei nº 13.005, de 25 de Junho de 2014**. Aprova o Plano Nacional de Educação - PNE e dá outras providências. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2014/lei/l13005.htm

BRASIL. **Decreto nº 3.298, de 20 de dezembro de 1999**. Regulamenta a Lei no 7.853, de 24 de outubro de 1989, dispõe sobre a Política Nacional para a Integração da Pessoa Portadora de Deficiência, consolida as normas de proteção, e dá outras providências. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/D3298.htm

BRASIL. **Decreto nº 5.296, de 2 de dezembro de 2004**. Regulamenta as Leis nos 10.048, de 8 de novembro de 2000, que dá prioridade de atendimento às pessoas que especifica, e 10.098, de 19 de dezembro de 2000, que estabelece normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade das pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida, e dá outras providências. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2004/decreto/d5296.htm

BRASIL. **Decreto nº 7.037, de 21 de dezembro de 2009**. Aprova o Programa Nacional de Direitos Humanos – PNDH-3 e dá outras providências. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2009/Decreto/D7037.htm

BRASIL. **Decreto nº 7.824, de 11 de outubro de 2012**. Regulamenta a Lei no 12.711, de 29 de agosto de 2012, que dispõe sobre o ingresso nas universidades federais e nas instituições federais de ensino técnico de nível médio. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2012/Decreto/D7824.htm

BRASIL. **Lei nº 10.861, de 14 de abril de 2004**. Institui o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior – SINAES e dá outras providências. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2004/lei/l10.861.htm

BRASIL. **Lei nº 11.645, de 10 de março de 2008**. Inclui no currículo oficial da rede de ensino a obrigatoriedade da temática “História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena”. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2008/lei/l11645.htm

BRASIL. Ministério da Educação. **Resolução CNE/CP nº 1, de 17 de junho de 2004**. Institui Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino da História e Cultura Afro-Brasileira e africana. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/res012004.pdf>

BRASIL. Ministério da Educação. INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA FARROUPILHA. **Resolução Conselho Superior nº12, de 30 de março de 2012.** Aprova a Política Estudantil do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Farroupilha. Disponível em: http://www.iffarroupilha.edu.br/site/midias/arquivos/201252285014605politica_de_assistencis_estudantil_do_if_farroupilha.pdf

BRASIL. Ministério da Educação. INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA FARROUPILHA. **Resolução Conselho Superior nº 046, de 20 de junho de 2013.** Aprovar a Convalidação dos cursos criados pelo Centro Federal de Educação Tecnológica de São Vicente do Sul, pelo Centro Federal de Educação Tecnológica de Bento Gonçalves e pela Escola Agrotécnica Federal do Alegrete, que continuaram sendo ofertados pelo Instituto Federal Farroupilha, em face da Lei 11892/2008. Disponível em: http://www.iffarroupilha.edu.br/site/midias/arquivos/2013525151818672resolucao_n%C2%BA_046_2013.pdf

BRASIL. Ministério da Educação. INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA FARROUPILHA. **Resolução Conselho Superior nº 073, de 12 de setembro de 2013.** Aprovar o Regulamento da Comissão Própria de Avaliação – CPA do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Farroupilha/RS. Disponível em: http://www.iffarroupilha.edu.br/site/midias/arquivos/201381315221192resolucao_n%C2%BA_073_2013.pdf

____ BRASIL. Ministério da Educação. INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA FARROUPILHA. **Resolução Conselho Superior nº 12, de 28 de maio de 2014.** Dispões sobre as normas e procedimentos para a Mobilidade Acadêmica, nacional e internacional, no âmbito do Instituto Federal Farroupilha. Disponível em: http://www.iffarroupilha.edu.br/site/midias/arquivos/201452411145134resolucao_n%C2%BA_012_2014_-_mobilidade_academica_do_instituto_federal_farroupilha.pdf

BRASIL. Ministério da Educação. **Portaria Normativa MEC nº 40, de 12 de dezembro de 2007.** Republicada em fevereiro de 2012. Institui o e-MEC, sistema eletrônico de fluxo de trabalho e gerenciamento de informações relativas aos processos de regulação, avaliação e supervisão da educação superior no sistema federal de educação, e o Cadastro e-MEC de Instituições e Cursos Superiores e consolida disposições sobre indicadores de qualidade, banco de avaliadores (Basis) e o Exame Nacional de Desempenho de Estudantes (ENADE) e outras disposições. Disponível em: <http://meclegis.mec.gov.br/documento/view/id/17>

BRASIL. Ministério da Educação. **Portaria Normativa MEC nº 18, de 11 de outubro de 2012.** Dispõe sobre a implementação das reservas de vagas em instituições federais de ensino de que tratam a Lei no 12.711, de 29 de agosto de 2012, e o Decreto no 7.824, de 11 de outubro de 2012. Disponível em: <http://200.17.98.44/naps/wp-content/uploads/2013/06/5753091305116-Portaria-Normativa-N%C2%BA-18-de-11-de-outubro-de-2012.pdf>

BRASIL. Presidência da República. **Lei n.º 9.394, 20 de dezembro de 1996.** Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9394.htm

BRASIL. Presidência da República. **Lei n.º 11.788, de 25 de setembro de 2008.** Dispõe sobre o estágio de estudantes e dá outras providências. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2008/lei/l11788.htm

BRASIL. Presidência da República. **Lei n.º 11.892, de 29 de dezembro de 2008.** Institui a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, cria os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia, e dá outras providências. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2008/lei/l11892.htm

BRASIL. Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica. **Catálogo Nacional de Cursos Superiores de Tecnologia.** Disponível em: http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=44501-cncst-2016-3edc-pdf&category_slug=junho-2016-pdf&Itemid=30192

BRASIL. Conselho Superior. **Resolução Consup n.º 010, de 30 de março de 2016.** Regulamenta a realização de Estágio Curricular Supervisionado para os Cursos Técnicos de Nível Médio, Superiores de Graduação e de Pós-Graduação. Disponível em: <https://www.iffarroupilha.edu.br/component/k2/attachments/download/3791/a95c61eb00b637200a33ea75b562329e>

BRASIL. Conselho Superior. **Resolução Consup n.º 087, de 13 de dezembro de 2017.** Aprova as alterações do Regulamento da Comissão Própria de Avaliação (CPA) do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Farroupilha. Disponível em: <https://www.iffarroupilha.edu.br/component/k2/attachments/download/8548/ea5524d1e349010ab2e43f6cfa043ba6>

BRASIL. Conselho Superior. **Resolução Consup n.º 79/2018, de 13 de dezembro de 2018.** Aprova a Política de Diversidade e Inclusão do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Farroupilha. Disponível em: <https://www.iffarroupilha.edu.br/component/k2/attachments/download/17374/52350ac24128d7696fe6f4c4d6e3a100>

BRASIL. Conselho Superior. **Resolução Consup n.º 049, de 18 de outubro de 2021.** Define as Diretrizes Administrativas e Curriculares para a Organização Didático-Pedagógica dos Cursos Superiores de Graduação do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Farroupilha e dá outras providências. Disponível em: <https://www.iffarroupilha.edu.br/component/k2/attachments/download/28189/1a0701ae43f3a8c60e38729aa10d9713>

BRASIL. **Resolução Ad Referendum CONSUP n.º15/2022, de 19 de agosto de 2022.** Regulamenta a curricularização da Extensão nos cursos de graduação do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Farroupilha. Disponível em: <https://www.iffarroupilha.edu.br/regulamentos-e-legisla>

BRASIL. Ministério da Educação. INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA FARROUPILHA. **Instrução Normativa nº 01/2022/PROEN.** Dispõe sobre os procedimentos para atualização, alteração de condições de oferta e ajuste curricular de Projeto Pedagógico de Curso, Transição e Migração Curricular no âmbito dos Cursos Técnicos e de Graduação do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Farroupilha.

BRASIL. Ministério da Educação. INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA FARROUPILHA. **Plano de desenvolvimento Institucional (PDI) 2019 - 2026.** Disponível em: <https://www.iffarroupilha.edu.br/documentos-do-pdi/item/13876-pdi-2019-2026>

BRASIL. Presidência da República. Casa Civil. Lei nº 2.796 de 2.013. Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996 que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para dispor sobre a formação dos profissionais da educação e dar outras providências. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2013/lei/l12796.htm

BRASIL. Presidência da República. Casa Civil. Decreto n.º 7.234, de 19 de julho de 2010. Dispõe sobre o Programa Nacional de Assistência Estudantil (PNAES). Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2010/decreto/d7234.htm

BRASIL. Presidência da República. **Lei Nº 10.639, de 9 de Janeiro de 2003.** Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da Rede de Ensino a obrigatoriedade da temática "História e Cultura Afro-Brasileira", e dá outras providências. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2003/l10.639.htm

BRASIL. Ministério da Educação. **Resolução CNE/CES nº 7, de 18 de dezembro de 2018.** Estabelece as Diretrizes para a Extensão na Educação Superior Brasileira e regimenta o disposto na Meta 12.7 da Lei nº 13.005/2014, que aprova o Plano Nacional de Educação - PNE 2014-2024 e dá outras providências. Disponível em: https://normativasconselhos.mec.gov.br/normativa/pdf/CNE_RES_CNECESN72018.pdf

BRASIL. Presidência da República. **Lei nº 13.005 de 25 de junho de 2014.** Aprova o Plano Nacional de Educação - PNE e dá outras providências. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2014/lei/l13005.htm

BRASIL. Ministério da Educação. **Resolução nº 2, de 1º de julho de 2015.** Define as Diretrizes Curriculares Nacionais para a formação inicial em nível superior (cursos de licenciatura, cursos de formação pedagógica para graduados e

cursos de segunda licenciatura) e para a formação continuada. Ministério da Educação. Brasília, 2015. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/docman/agosto-2017-pdf/70431-res-cne-cp-002-03072015-pdf/file>

BRASIL. Presidência de República. **Lei nº 11.892 de dezembro de 2008**. Institui a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, cria os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia, e dá outras providências. Presidência da República. Brasília, 2008. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2008/lei/l11892.htm

BRASIL. Resolução **CNE/CP Nº 1, de 15 de maio de 2006**. Institui Diretrizes Curriculares Nacionais para o Curso de Graduação em Pedagogia, licenciatura. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/rcp01_06.pdf

BRASIL. Presidência da República. **Lei Nº 11.645, de 10 março de 2008**. Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, modificada pela Lei nº 10.639, de 9 de janeiro de 2003, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da rede de ensino a obrigatoriedade da temática “História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena”. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2008/lei/l11645.htm

CUNHA, Maria Isabel da. **O professor universitário na transição dos paradigmas**. Araraquara/SP, JM Editora, 1998.

ESTEBAN, Maria Teresa (Org.). **Escola, currículo e avaliação**. São Paulo: Cortez, 2003.

FELDEN, Eliane de L. [et al.]. Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Farroupilha Campus Santo Ângelo: compromisso com a educação pública, gratuita e de qualidade. Cruz Alta: Ilustração, 2020.

FREIRE, P.. **Pedagogia da autonomia: saberes necessários a prática educativa**. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

FRIGOTTO, Gaudêncio; CIAVATTA, Maria; RAMOS, Marise. **Ensino médio integrado: concepção e contradições**. 3ª ed. São Paulo: Cortez, 2012.

GARCEZ, Cadiani Lanes [et al.]. **IFFar 10 anos: ensaios dessa trajetória / organização Santa Maria/RS : IFFar – Instituto Federal Farroupilha**, 2018.

GIMENO SACRISTÁN, José. **O Currículo: uma reflexão sobre a prática**. Tradução Ernani F. da Fonseca Rosa. Porto Alegre: Artmed, 1998.

GIMENO SACRISTÁN, J. Tendências investigativas na formação de professores. In: PIMENTA, S. G.; GHEDIN, E. (Orgs.). **Professor reflexivo no Brasil: gênese e crítica de um conceito** (pp.81-87). 3.ed. São Paulo: Cortez, 2005b.

HAMMES, Clarinês; ZANON, Lenir Basso; PANSERA-DE-ARAÚJO, Maria Cristina (Orgs.). **Currículo Integrado, Educação e Trabalho: saberes e fazeres em interlocução**. Ijuí: Editora Unijuí, 2016.

INSTITUTO FEDERAL FARROUPILHA. Conselho Superior. **Resolução nº 062/2020** - Aprova o Regulamento para a implantação e desenvolvimento da Curricularização da Extensão nos Cursos de Graduação. Disponível em: <https://www.iffarroupilha.edu.br/atos-normativos-vigentes-no-iffar/atos-normativos-vigentes-extens%C3%A3o>

INSTITUTO FEDERAL FARROUPILHA. Conselho Superior. **Resolução Consup n.º 178, de 28 de novembro de 2014**. Aprova o projeto do Programa Permanência e Êxito dos estudantes do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Farroupilha. Disponível em: <https://www.iffarroupilha.edu.br/regulamentos-e-legisla%C3%A7%C3%B5es/resolu%C3%A7%C3%B5es/item/17889-resolu%C3%A7%C3%A3o-consup-n%C2%BA-178-2014-aprova-o-projeto-do-programa-perman%C3%Aancia-e-%C3%Aaxito-dos-estudantes-do-iffar>

INSTITUTO FEDERAL FARROUPILHA. Conselho Superior. **Instrução normativa nº 6 de 09 de maio de 2022**. Estabelece critérios e procedimentos para inclusão e validação de carga horária destinada a atividades de extensão no componente curricular "Atividades Complementares de Curso" dos cursos de graduação do Instituto Federal Farroupilha. Disponível em:

<https://www.iffarroupilha.edu.br/regulamentos-e-legisla%C3%A7%C3%B5es/instru%C3%A7%C3%B5es-normativas/item/26388-instru%C3%A7%C3%A3o-normativa-n%C2%BA-06-2022-inclus%C3%A3o-e-valida%C3%A7%C3%A3o-de-carga-hor%C3%A1ria-destinada-a-atividades-de-extens%C3%A3o-nas-atividades-complementares-de-curso-dos-cursos-de-gradua%C3%A7%C3%A3o-do-iffar>

LEITE, Denise (org.). **Pedagogia universitária: Conhecimento, ética, poder e política no ensino superior**. Porto Alegre. Editora da Universidade. UFRGS, 1999.

MARQUES, Mário Osório. O docente em tempos mudados. **Revista Contexto e Educação**. Editora UNIJUÍ, Ano 15, nº 60, Out./Dez. 2000. (P. 71-79).

NÓVOA, A.. Formação de Professores e Qualidade do Ensino. **Revista Aprendizagem: a revista da prática pedagógica**. v.1, n.2, set/out, 2007.

LIBÂNEO, José Carlos. **Organização e gestão da escola: teoria e prática**. 5.ed. Goiânia: MF livros, 2008.

PACHECO, Eliezer Moreira. **Os Institutos Federais: uma revolução na educação profissional e tecnológica**. – Natal : IFRN, 2010.

PIMENTA, Selma, ANASTASIOU, Lea. **Docência no Ensino Superior**. Vol 1. São Paulo, Cortez Editora, 2002.

PIMENTA, S. G.. (Org). **Saberes pedagógicos e atividade docente**. 4 ed. São Paulo: Cortez, 2005a.

PIMENTA, Selma, ANASTASIOU, Lea. **Docência no Ensino Superior**. Vol 1. São Paulo, Cortez Editora, 2002.

REGO, T. C. 1999. **Vygotsky: uma perspectiva Histórico-Cultural da Educação**. Rio de Janeiro, Vozes, 138 p.
VYGOTSKY, L. S. 1984. A Formação Social da Mente. São Paulo, Martins Fontes, 132 p. VYGOTSKY, L. S. 1987. Pensamento e Linguagem. São Paulo: Martins Fontes, 157 p.

SACRISTÁN, José Gimeno. **O Currículo: uma reflexão sobre a prática**. Tradução Ernani F. da Fonseca Rosa. Porto Alegre: Artmed, 1998.

STRECK, Danilo (Org.). **Educação em nossa América: José Martí**. Ijuí: Ed. UNIJUI, 2007.

TAILLE, Yves de La; OLIVEIRA, Marta Kohl. DANTAS, Heloysa. **Piaget, Vigotski, Wallon: Teorias psicogenéticas em discussão**. São Paulo: Summus, 2019.

TARDIF, M.. Princípios para guiar a aplicação dos programas de formação inicial para o ensino. **Anais do XIV ENDIPE: trajetórias e processos de ensinar e aprender: Didática e formação de professores**. XIV ENDIPE, 27 a 30 de abril de 2008. PUC/Porto Alegre, RS. (p.17-46), 2008.

8. ANEXOS

8.1. Resoluções

06/01/2023 08:10

https://sig.iffarroupilha.edu.br/sipac/protocolo/documento/documento_visualizacao.jsf?idDoc=439662



RESOLUÇÃO CONSUP/IFFAR Nº 120 / 2022 - CONSUP (11.01.01.44.16.02)

Nº do Protocolo: NÃO PROTOCOLADO

Santa Maria-RS, 27 de dezembro de 2022.

Aprova a Criação do Curso de Licenciatura em Pedagogia, do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Farroupilha (IFFar), *Campus Santo Ângelo*.

A PRESIDENTE DO CONSELHO SUPERIOR DO INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA FARROUPILHA, tendo em vista o disposto no Decreto Presidencial de 29 de janeiro de 2021, publicado no Diário Oficial da União de 1º de fevereiro de 2021, em conformidade com o art. 9º do Estatuto do IFFar, no uso da atribuição que lhe confere o art. 14, X, da Resolução Consup Nº 4, de 26 de abril de 2019 (Regulamento do Conselho Superior) e, de acordo com os autos do Processo Eletrônico Nº 23719.001182/2022-69, com aprovação Câmara Especializada de Administração, Desenvolvimento Institucional e Normas - Cadin, por meio do Parecer Cadin Nº 011/2022, na 4ª Reunião Ordinária do Conselho Superior - Consup, realizada em 15 de dezembro de 2022, resolve:

Art. 1º **APROVAR** a Criação do Curso de Licenciatura em Pedagogia, do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Farroupilha (IFFar), *Campus Santo Ângelo*.

Art. 2º Esta resolução entra em vigor em 30 de dezembro de 2022.

(Assinado digitalmente em 28/12/2022 08:22)
NIDIA HERINGER
REITOR

Processo Associado: 23719.001182/2022-69

Para verificar a autenticidade deste documento entre em <https://sig.iffarroupilha.edu.br/public/documentos/index.jsp> informando seu número: **120**, ano: **2022**, tipo: **RESOLUÇÃO CONSUP/IFFAR**, data de emissão: **27/12/2022** e o código de verificação: **2e94faff08**

Resolução de aprovação do PPC e autorização de funcionamento do curso



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
INSTITUTO FEDERAL FARROUPILHA
CONSELHO SUPERIOR

RESOLUÇÃO CONSUP/IFFAR Nº 9 / 2024 – CONSUP (11.01.01.44.16.02)

Nº do Protocolo: NÃO PROTOCOLADO

Santa Maria-RS, 27 de março de 2024.

Aprova o Projeto Pedagógico e autoriza o funcionamento do Curso de Licenciatura em Pedagogia do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Farroupilha, **Campus** Santo Ângelo.

A PRESIDENTE DO CONSELHO SUPERIOR DO INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA FARROUPILHA, tendo em vista o disposto no Decreto Presidencial de 29 de janeiro de 2021, publicado no Diário Oficial da União de 1º de fevereiro de 2021, em conformidade com o art. 9º o do Estatuto do IFFar, no uso da atribuição que lhe confere o art. 15, X, da Resolução Consup Nº 4, de 3 de abril de 2023 (Regulamento do Conselho Superior) e, de acordo com os autos do Processo Eletrônico Nº 23719.001966/2022-97, com aprovação da Câmara Especializada Ensino, por meio do Parecer CEE Nº 002/2024, na 1ª Reunião Ordinária do Conselho Superior - Consup, realizada em 26 de março de 2024, **RESOLVE**:

Art. 1º **APROVAR**, Curso de Licenciatura em Pedagogia do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Farroupilha, **Campus** Santo Ângelo.

Art. 2º **AUTORIZAR** o funcionamento do Curso de Licenciatura em Pedagogia do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Farroupilha, **Campus** Santo Ângelo.

Art. 3º O Projeto Pedagógico do Curso de Licenciatura em Pedagogia do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Farroupilha, **Campus** Santo Ângelo será oficialmente publicado pela Pró-Reitoria de Ensino no site institucional.

Art. 4º Esta resolução entra em vigor em 2 de abril de 2024.

(Assinado digitalmente em 31/03/2024 21:26)

NIDIA HERINGER
REITOR(A)

Processo Associado: 23719.001966/2022-97

Para verificar a autenticidade deste documento entre em <https://sig.iffarroupilha.edu.br/public/documentos/index.jsp> informando seu número: **9**, ano: **2024**, tipo: **RESOLUÇÃO CONSUP/IFFAR**, data de emissão: **27/03/2024** e o código de verificação: **39d11b3f9e**

8.2. Regulamento do Estágio Curricular Supervisionado Obrigatório



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL FARROUPILHA
Campus Santo Ângelo
RS 218 - KM 5 - Indúbras - CEP 98806-700 – Santo Ângelo – RS
Fone/FAX: (55) 3931-3900
E-mail: gabinete.san@iffarroupilha.edu.br



REGULAMENTO DE ESTÁGIO CURRICULAR SUPERVISIONADO OBRIGATÓRIO DO CURSO SUPERIOR DE LICENCIATURA EM PEDAGOGIA

**Santo Ângelo – RS
2024**



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL FARROUPILHA
Campus Santo Ângelo

RS 218 - KM 5 - Indúbras - CEP 98806-700 – Santo Ângelo – RS

Fone/FAX: (55) 3931-3900

E-mail: gabinete.san@iffarroupilha.edu.br



CAPÍTULO I DA NATUREZA, DAS FINALIDADES E DOS OBJETIVOS DO ESTÁGIO CURRICULAR SUPERVISIONADO

Art. 1º O Estágio Curricular é ato educativo escolar supervisionado, desenvolvido no ambiente de trabalho, que visa a preparação para o trabalho produtivo de educandos que estejam cursando o ensino regular em instituições de educação superior, de educação profissional, de Ensino Médio, da Educação Especial e dos anos finais do Ensino Fundamental, na modalidade profissional da Educação de Jovens e Adultos, conforme estabelece o art. 1º da Lei nº 11.788/08.

Parágrafo Único. Todas as práticas relacionadas com o exercício da docência atendem às orientações estabelecidas na Lei de Diretrizes e Bases da Educação (Lei 9.394/96, art. 43, inciso II), Lei de Estágio (Lei 11.788/08), CNE/CP 02/2015 e Regulamento dos Estágios Curriculares Supervisionados para os cursos do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Farroupilha (Resolução Conselho Superior nº 010/2016).

Art. 2º Compreendem por estágio supervisionado todas as atividades teóricas e práticas de ensino conduzidas a partir do período inicial de estágio do curso de Licenciatura em Pedagogia na modalidade presencial.

§ 1º A proposta curricular de estágio supervisionado do curso de Licenciatura em Pedagogia na modalidade presencial deverá possibilitar a articulação entre a teoria e a prática e a atuação no ensino, pesquisa e extensão, rompendo assim o paradigma de estágio como mera observação estática e reprodução de práticas sem criticidade ou significado para a futura docência.

§ 2º O estágio supervisionado deve ser concebido em sua dimensão formadora, em que o ensino, a pesquisa e a extensão se articulam para fundamentar as vivências pedagógicas na totalidade do curso, na perspectiva da abordagem interdisciplinar, em que os conteúdos estudados nas disciplinas Prática Educativa Integrada (PEI), possam ser revisitados e desenvolvidos nas atividades práticas pedagógicas das diferentes áreas dos estágios.

Art. 3º Este regulamento visa normatizar a organização, realização, supervisão e avaliação do Estágio Curricular Supervisionado previsto para o Curso de Licenciatura em Pedagogia modalidade presencial – Campus Santo Ângelo.

Art. 4º A realização do Estágio Curricular Supervisionado tem como objetivos:

- I – promover a aproximação do acadêmico com a realidade profissional;
- II – desenvolver a capacidade de observação e de interpretação contextualizada da realidade do ambiente escolar;
- III – promover a criação de projetos educacionais voltados para o ensino na Educação Infantil e dos Anos Iniciais do Ensino Fundamental e nas diferentes modalidades de ensino e/ou nas demais áreas nas quais sejam previstos conhecimentos pedagógicos, dentre elas na gestão educacional;
- IV – desenvolver habilidades e responsabilidades profissionais no exercício da docência considerando as peculiaridades da Pedagogia;
- V – desenvolver as habilidades de comunicação, criatividade, integração e interação com profissionais de diversas áreas;
- VI – fomentar a pesquisa como base do planejamento das atividades de intervenção e da análise dos resultados;



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL FARROUPILHA
Campus Santo Ângelo

RS 218 - KM 5 - Indúbras - CEP 98806-700 – Santo Ângelo – RS

Fone/FAX: (55) 3931-3900

E-mail: gabinete.san@iffarroupilha.edu.br



VII – promover a integração das atividades de Ensino, Pesquisa e Extensão como estratégia de eficácia e eficiência no processo de Ensino e Aprendizagem.

Art. 5º O estágio supervisionado deverá propiciar ao discente experiência e vivência de exercício profissional, em ambientes escolares e não escolares que ampliem e fortaleçam atitudes éticas e morais, conhecimentos e competências da seguinte forma:

I. Na observação e regência:

- a) Em Educação Infantil Creche;
- b) Em Educação Infantil Pré-escola;
- c) Nos anos iniciais do Ensino Fundamental 1º ao 3º anos;
- d) Nos anos iniciais Ensino Fundamental 4º e 5º anos;

II. Na Gestão Educacional:

- a) Na Educação Profissional, na área de serviços e de apoio escolar;
- b) Na participação em atividades da Gestão de processos educativos, no planejamento, implementação, coordenação, acompanhamento e avaliação de atividades e projetos educativos;
- c) Em reuniões de formação pedagógica e eventos sociais promovidos pela escola campo de estágio.

Parágrafo Único. O estágio deve compreender as vivências educativas, realizadas em consonância com a estrutura do curso de Licenciatura em Pedagogia na modalidade presencial, respeitadas a diversidade nacional e a autonomia pedagógica das instituições, de modo a propiciar práticas educativas nas mais diferentes áreas do campo educacional, assegurando aprofundamentos e diversificação de estudos, experiências e utilização de recursos pedagógicos.

CAPÍTULO II DAS INSTITUIÇÕES CAMPO DE ESTÁGIO

Art. 6º Os campos de estágio envolvem as áreas em que o processo educativo se faz presente, em entidades e ambientes educacionais escolares desde que apresentem condições para planejamento e execução conjunta das atividades de estágio, conforme previstas neste regulamento, respeitando-se os seguintes princípios:

- I. Avaliação e aprofundamento dos conhecimentos teórico-práticos de campo específico para o futuro trabalho educacional nas diferentes áreas: Educação Infantil, Ensino Fundamental e Gestão Escolar;
- II. Vivência efetiva de situações concretas de relações pedagógicas, políticas e interpessoais dentro do ambiente profissional escolar.

Art. 7º Constituem-se em campo de Estágio Curricular Supervisionado do curso de Licenciatura em Pedagogia na modalidade presencial, as instituições de Educação Básica públicas e privadas devidamente conveniadas ao Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Farroupilha – *Campus Santo Ângelo*.

§ 1º A viabilização do estágio será de responsabilidade do Setor de Estágios e da Coordenação do curso de Licenciatura em Pedagogia na modalidade presencial, do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Farroupilha.

§ 2º Os convênios com o campo de Estágio Curricular Supervisionado serão formalizados pelo Setor de Estágio do Instituto Federal Farroupilha – *Campus Santo Ângelo*.

§ 3º O contato com o campo de Estágio Curricular Supervisionado deverá ser realizado pelo estagiário, mediado pelo professor do componente curricular do Estágio Curricular Supervisionado e pelo Setor de Estágio do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Farroupilha – *Campus Santo Ângelo*.



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL FARROUPILHA
Campus Santo Ângelo

RS 218 - KM 5 - Indúbras - CEP 98806-700 – Santo Ângelo – RS

Fone/FAX: (55) 3931-3900

E-mail: gabinete.san@iffarroupilha.edu.br



§ 4º Os estagiários devem realizar contato com as instituições de ensino, mediante apresentação de formulário/ mediante carta de apresentação.

Art. 8º São documentos indispensáveis para a realização do estágio:

I. Carta de Apresentação do aluno, emitida pela Extensão/ Setor de Estágios e da Coordenação do Curso de Pedagogia – modalidade presencial, do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Farroupilha – *Campus* Santo Ângelo.

II. Ficha de Frequência, para todas as atividades, emitida pela Extensão/Setor de Estágios e da Coordenação do Curso de Pedagogia – modalidade presencial que deverá ser preenchida pela instituição onde o estágio será desenvolvido;

III. Ficha de Avaliação, emitida pela Extensão/ Setor de Estágios e da Coordenação do Curso de Pedagogia – modalidade presencial, que deverá ser preenchida pela instituição onde o estágio foi realizado;

IV. Seguro Obrigatório, nos termos da legislação vigente;

V. Termo de Convênio entre Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Farroupilha – *Campus* Santo Ângelo e a Secretaria de Educação do estado do Rio Grande do Sul (SEDUC) e/ou Secretaria Municipal de Educação de Santo Ângelo (SMEd).

Art. 9º Aos documentos definidos no artigo 8º deverão ser acrescentados no processo de realização do estágio junto à Coordenação de Extensão/Setor de estágio do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Farroupilha – *Campus* Santo Ângelo.

- a. Relatório Periódico de Atividades de Estágio Curricular Supervisionado;
- b. Termo de Realização de Estágio Curricular Supervisionado;
- c. Termo de Rescisão de Estágio Curricular Supervisionado, quando for o caso;
- d. Demais documentos comprobatórios previstos no PPC e/ou solicitados pela Coordenação de Extensão/Setor de Estágios.

CAPÍTULO III DA ORGANIZAÇÃO E DO FUNCIONAMENTO

Art. 10. O Estágio Curricular Supervisionado acontecerá a partir do sexto semestre do curso de Licenciatura em Pedagogia – modalidade presencial, sendo este organizado em três etapas, a saber: Estágio Curricular Supervisionado em Educação Infantil: Creche e Pré-Escola; Estágio Curricular Supervisionado em Anos Iniciais do Ensino Fundamental: 1º ao 3º ano e 4º e 5º anos; Estágio Curricular Supervisionado em Gestão Escolar.

Art. 11. São pré-requisitos para realização de Estágio Curricular Supervisionado em Educação Infantil: Creche e Pré-Escola: aprovação nas disciplinas de Didática, Planejamento e Avaliação na Educação Infantil; Educação Infantil e Infância e Currículo e Educação Básica: Teoria e Prática (Educação Infantil e Anos iniciais).

Art. 12. Estágio Curricular Supervisionado em Anos Iniciais do Ensino Fundamental, oferecido no sétimo semestre do Curso de Licenciatura em Pedagogia – modalidade presencial, tem como finalidade a inserção, observação, planejamento, regência de classe, reflexão e análise sobre o processo realizado, a elaboração e defesa de relatório como condição para a aprovação.



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL FARROUPILHA
Campus Santo Ângelo

RS 218 - KM 5 - Indúbras - CEP 98806-700 – Santo Ângelo – RS

Fone/FAX: (55) 3931-3900

E-mail: gabinete.san@iffarroupilha.edu.br



Art. 13. É pré-requisito para realização de Estágio Curricular Supervisionado em Anos Iniciais do Ensino Fundamental a aprovação nas disciplinas de Didática, Planejamento e Avaliação nos Anos Iniciais do Ensino Fundamental; Currículo e Educação Básica: Teoria e Prática (Educação Infantil e Anos Iniciais) e Alfabetização e Letramento.

Art. 14. Estágio Curricular Supervisionado em Gestão Escolar, oferecido no oitavo semestre do Curso de Licenciatura em Pedagogia – modalidade presencial, tem como finalidade observar, acompanhar e participar das atividades de planejamento, conselhos de classe e reunião de colegiados, reuniões pedagógicas com docentes e pais, de maneira a subsidiar o estudo e a análise crítica da gestão escolar.

Art. 15. São pré-requisitos para realização de Estágio Curricular Supervisionado em Gestão a aprovação nas disciplinas de Escola e Currículo; Políticas, Gestão e Organização da Educação; Currículo e Educação Básica: Teoria e Prática (Educação Infantil e Anos Iniciais); Gestão dos Processos Pedagógicos.

Art. 16. É vedada a realização do Estágio Curricular Supervisionado antes do período previsto por este regulamento, devendo ser obedecida a ordem de oferecimento das etapas citadas conforme o decorrer do curso.

Art. 17. A possibilidade de quebra de pré-requisito é vedada para qualquer etapa do Estágio Curricular Supervisionado.

Art. 18. A distribuição do estágio curricular do curso de Pedagogia na modalidade presencial, obedecerá ao disposto neste capítulo, com especificações próprias, nas respectivas seções:

Organização da distribuição de horas de estágio supervisionado, conforme o quadro a seguir:

Níveis de Ensino	Estágio de Observação	Estágio de Regência
Educação Infantil - Creche	32	48
Educação Infantil - Pré-escola	32	48
Ensino Fundamental - Anos Iniciais I 1º ao 3º ano	32	48
Ensino Fundamental - Anos Iniciais II 4º e 5º anos	32	48
Gestão Escolar	80	
TOTAL	208 (52%)	192 (48%)

Sessão I

Da distribuição da carga horária, desenvolvimento e socialização

Art. 19. A carga horária total do Estágio Curricular Supervisionado é de 400 horas, distribuídas nas quatro etapas descritas no Art. 6º, da seguinte forma:

I – 160 (cento e sessenta) horas para o Estágio Curricular Supervisionado em Educação Infantil: Creche e Pré-Escola sendo 64 (sessenta e quatro) horas de observações junto às escolas campo do estágio designadas para o reconhecimento do ambiente escolar e da prática pedagógica; e 96 (noventa e seis) horas para o desenvolvimento de atividades de estudo, orientação, planejamento e elaboração do



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL FARROUPILHA
Campus Santo Ângelo

RS 218 - KM 5 - Indúbras - CEP 98806-700 – Santo Ângelo – RS

Fone/FAX: (55) 3931-3900

E-mail: gabinete.san@iffarroupilha.edu.br



relatório de estágio e socialização do relato de experiência vivenciada, por meio de seminário final da disciplina, acompanhadas pelo professor do componente curricular. As horas para o estágio mencionado serão divididas entre as etapas Creche (0 a 3 anos) e Pré-Escola (4 e 5 anos).

§ 1º As 64 (sessenta e quatro) horas designadas ao reconhecimento do ambiente escolar serão divididas em 32 (trinta e duas) horas para a Creche (0 a 3 anos) e 32 (trinta e duas) horas para a Pré-Escola (4 e 5 anos) de observações junto às escolas campo do estágio, em sala de aula das atividades pedagógicas do docente e do processo de aprendizagem da criança, coleta de dados e análise: da escola, criança, do plano de aula e metodologia de ensino e outros pontos relevantes.

§ 2º Das 96 (noventa e seis) horas de regência escolar, 56 (cinquenta e seis) horas compreendem atuação docente, sendo divididas em 28 (vinte e oito) horas para a Creche (0 a 3 anos) e 28 (vinte e oito) horas para a Pré-Escola (4 e 5 anos), 20 (vinte) horas para elaboração de plano de aula e 20 (vinte) horas elaboração relatório final do estágio: (incluindo a regência e os dados do estágio de observação), sendo 10 (dez) horas para a Creche (0 a 3 anos) e 10 (dez) horas para a Pré-Escola (4 e 5 anos), respectivamente.

II – 160 (cento e sessenta) horas do Estágio Curricular Supervisionado em Anos Iniciais do Ensino Fundamental, sendo: 64 (sessenta e quatro) horas de observações junto às escolas campo do estágio designadas para o reconhecimento do ambiente escolar e da prática pedagógica; e 96 (noventa e seis) horas para o desenvolvimento de atividades de estudo, orientação, planejamento e elaboração do relatório de estágio e socialização do relato de experiência vivenciada, por meio de seminário final da disciplina, acompanhadas pelo professor do componente curricular nas dependências do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Farroupilha – *Campus Santo Ângelo*. As horas para o estágio mencionado serão divididas entre Anos Iniciais I, compreendendo do 1º ao 3º ano; e Anos Iniciais II, sendo 4º e 5º anos.

a) As 64 (sessenta e quatro) horas destinadas ao reconhecimento do ambiente escolar serão divididas em 32 (trinta e duas) horas para Anos Iniciais I (1º ao 3º anos) e 32 (trinta e duas) horas para a Anos Iniciais II (4º e 5º anos) de observações junto às escolas campo do estágio, em sala de aula das atividades pedagógicas do docente e do processo de aprendizagem da criança, coleta de dados e análise: da escola, criança, do plano de aula e metodologia de ensino e outros pontos relevantes.

b) Das 96 (noventa e seis) horas de regência escolar, 56 (cinquenta e seis) horas compreendem atuação docente, sendo divididas em 28 (vinte e oito) horas para Anos Iniciais I (1º ao 3º anos) e 28 (vinte e oito) horas para a Anos Iniciais II (4º e 5º anos), 20 (vinte) horas para elaboração de plano de aula e 20 (vinte) horas elaboração do relatório final do estágio: (incluindo a regência e os dados do estágio de observação), sendo 10 (dez) horas para a Anos Iniciais I (1º ao 3º anos) e 10 (dez) horas para a Anos Iniciais II (4º e 5º anos), respectivamente.

III – 80 (oitenta) horas para o Estágio Curricular Supervisionado em Gestão Escolar, para o desenvolvimento de atividades de estudo, orientação, participação em atividades da Gestão de processos educativos, envolvendo: o planejamento, implementação, coordenação, acompanhamento e avaliação de atividades e projetos educativos, e elaboração do relatório de estágio e socialização do relato de experiência vivenciada, por meio de seminário final da disciplina, acompanhadas pelo professor do componente curricular nas dependências do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Farroupilha – *Campus Santo Ângelo*.

a) Das 80 (oitenta) horas para o Estágio Curricular Supervisionado em Gestão Escolar, 40 (quarenta) horas de observação, participação e prática diversificadas com a gestão escolar, 20 (vinte) horas de elaboração da proposta do projeto educativo e 20 (vinte) horas destinadas para a execução e desenvolvimento do projeto educativo junto à escola de Educação Básica ou de Educação Infantil designadas para o reconhecimento do ambiente escolar e da prática pedagógica.

b) O estágio deve compreender as vivências educativas, realizadas em consonância com a estrutura do curso de Pedagogia modalidade presencial, respeitadas a diversidade nacional e a autonomia



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL FARROUPILHA
Campus Santo Ângelo

RS 218 - KM 5 - Indúbras - CEP 98806-700 – Santo Ângelo – RS

Fone/FAX: (55) 3931-3900

E-mail: gabinete.san@iffarroupilha.edu.br



pedagógica das instituições, de modo a propiciar práticas educativas nas mais diferentes áreas do campo educacional, assegurando aprofundamentos e diversificação de estudos, experiências e utilização de recursos pedagógicos.

Parágrafo único: O seminário de socialização do relatório de estágio será avaliado por uma banca composta pelo professor orientador e no mínimo um professor convidado. É da responsabilidade do aluno estagiário a entrega do relatório de estágio aos componentes da banca, com no mínimo uma semana de antecedência da apresentação.

Sessão II Do aproveitamento

Art. 20. O estagiário que estiver exercendo função de docente efetivo ou contratado em alguma escola, das redes particular, municipal, estadual ou federal, poderá pedir aproveitamento de carga horária do estágio que deve ser avaliado pelo colegiado do curso.

Art. 21. O aproveitamento mencionado no artigo 20 será de no máximo 200 (duzentas) horas, o que totaliza 50% (cinquenta por cento) da carga horária total prevista para o desenvolvimento do Estágio Curricular Supervisionado, conforme previsto no Artigo 185 da Resolução Consup n.º 49/2021: Os portadores de diploma de licenciatura, com exercício comprovado no magistério, de acordo com o inciso III, do parágrafo único, do art. 61, Lei nº9.394, de 1996, podem ter a dispensa do cumprimento de até 50% da carga horária do estágio curricular supervisionado obrigatório.

Art. 22. Os pedidos de aproveitamento serão analisados e considerados deferidos/indeferidos pelo Colegiado do Curso de Licenciatura em Pedagogia.

CAPÍTULO IV DA MATRÍCULA E PRÉ-REQUISITOS

Art. 23. A matrícula em Estágio Curricular Supervisionado Obrigatório implica no reconhecimento e na aceitação por parte do estagiário das obrigações previstas neste regulamento.

Art. 24. É vedada a realização do Estágio Curricular Supervisionado Obrigatório antes do período previsto por este regulamento.

Art. 25. A possibilidade de quebra de pré-requisito é vetada para qualquer etapa do Estágio Curricular Supervisionado Obrigatório.

Art. 26. O estudante do curso poderá realizar também o Estágio Curricular Supervisionado não-obrigatório, de acordo com as normas do Regulamento Institucional de Estágios do Instituto Federal Farroupilha.

CAPÍTULO V DAS ATRIBUIÇÕES



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL FARROUPILHA
Campus Santo Ângelo

RS 218 - KM 5 - Indúbras - CEP 98806-700 – Santo Ângelo – RS

Fone/FAX: (55) 3931-3900

E-mail: gabinete.san@iffarroupilha.edu.br



Art. 27. A estrutura organizacional dos estágios supervisionados do Curso de Pedagogia na modalidade presencial, do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Farroupilha – *Campus* Santo Ângelo, será formada pela Coordenação do Curso de Pedagogia, Coordenação de Estágio e Professores Orientadores de Estágio, com um docente supervisor definido pela Instituição de Ensino no qual o acadêmico, realizará seu estágio.

Art. 28. São atribuições do estagiário:

I – entrar em contato com a instituição campo de estágio na qual serão desenvolvidas as atividades de estágio, munido de carta de apresentação e termo de compromisso;

II – comparecer ao estágio curricular assídua e pontualmente, de acordo com o cronograma estabelecido;

III - participar de reuniões e atividades de orientação para as quais for convocado;

IV – cumprir todas as atividades previstas para o processo de estágio, de acordo com o projeto pedagógico do curso e o que dispõe esta resolução;

V – respeitar os horários e normas estabelecidos na instituição campo de estágio, bem como seus profissionais e alunos;

VI – manter a interação com os docentes da área, observando os princípios da ética profissional;

VII – manter a ética no desenvolvimento do processo de estágio;

VIII – cumprir as exigências do campo de estágio e as normas do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Farroupilha – *Campus* Santo Ângelo, relativas ao Estágio Curricular Supervisionado;

IX – zelar pela manutenção dos materiais, equipamentos e instrumentos utilizados no estágio;

X – elaborar e apresentar relatórios parciais das atividades realizadas, conforme cronograma estabelecido pelo professor orientador e um relatório final ao término do estágio;

XI – planejar com antecedência as atividades de estágio que serão realizadas dentro da instituição concedente e submetê-las à aprovação do professor orientador, antes da aplicação delas nos locais de estágios;

XII – elaborar plano de estágio: planos de ensino e planos de aula, relatórios e fichas de registro;

XIII – usar vestimenta adequada e manter boa higiene pessoal;

XIV – avisar com antecedência o professor orientador de estágio, bem como o responsável pela instituição concedente, caso haja necessidade de faltar ao estágio, com justificativa;

XV – comprovar sua frequência no estágio através da ficha de frequência devidamente assinada pelo acadêmico, professor e diretor da escola campo de estágio;

XVI – encaminhar a documentação comprobatória dos estágios digitalizadas para o email institucional do setor de extensão do Instituto Federal Farroupilha, *Campus* Santo Ângelo, com cópia para: Coordenação do Curso de Licenciatura em Pedagogia na modalidade presencial e também para o respectivo orientador do estágio;

XVII – comprovar a finalização do estágio por meio da declaração do estágio, expedida pela escola campo de estágio, devidamente assinada e carimbada pelo diretor da instituição;

Parágrafo único A ética e o sigilo profissional requeridos pelas atividades deverão ser cumpridos rigorosamente em todas as etapas dos estágios supervisionados.

Art. 29. São atribuições do professor do componente curricular do Estágio Curricular Supervisionado:

I – zelar pela organicidade do Estágio Curricular Supervisionado no Curso de Licenciatura em Pedagogia modalidade presencial e pela sua articulação com os componentes curriculares, com as demandas dos acadêmicos, com a vida institucional e com os campos de estágio;



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL FARROUPILHA
Campus Santo Ângelo

RS 218 - KM 5 - Indúbras - CEP 98806-700 – Santo Ângelo – RS

Fone/FAX: (55) 3931-3900

E-mail: gabinete.san@iffarroupilha.edu.br



II - discutir, com os alunos, todo o Regulamento de Estágio Supervisionado, esclarecendo as possíveis dúvidas;

III – fomentar a discussão teórico-prática do estágio;

IV – assessorar os estudantes na elaboração dos projetos, nos planejamentos das aulas e relatórios de estágio;

V - planejar as ações relacionadas ao desenvolvimento do estágio junto com os professores orientadores de estágio;

VI – promover e coordenar reuniões com professores orientadores e/ou supervisores de estágio, sempre que necessário, contribuindo para a solução de problemas que, porventura, ocorram na relação aluno e escola campo de estágio;

VII – promover a articulação entre os campos de estágio e as demandas dos acadêmicos;

VIII – encaminhar oficialmente os acadêmicos aos respectivos campos de estágio;

XI – fornecer informações necessárias relacionadas ao estágio aos professores orientadores e aos supervisores de estágio;

X – apresentar informações quanto ao andamento dos estágios, aos diversos órgãos da administração acadêmica do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Farroupilha – *Campus Santo Ângelo*.

XI – acompanhar e supervisionar todas as etapas do Estágio Curricular Supervisionado, observando o que dispõe este Regulamento e demais normas aplicáveis;

XII – promover a socialização dos resultados das atividades de estágio no Curso de Licenciatura em Pedagogia modalidade em presencial – *Campus Santo Ângelo*;

XIII – avaliar, em conjunto com o professor orientador, as diversas etapas do Estágio Curricular Supervisionado do curso.

Parágrafo Único: O professor do componente curricular Estágio Curricular Supervisionado também poderá exercer as atribuições de professor orientador.

Art. 30. São atribuições do professor orientador do Estágio Curricular Supervisionado:

I – participar das atividades programadas pelo professor do componente curricular Estágio Curricular Supervisionado;

II – estabelecer a organização das tarefas de estágio junto aos alunos, apresentando e fornecendo esclarecimentos sobre o Regulamento de Estágio Supervisionado cada uma de suas etapas;

III - organizar estudos temáticos relacionados às demandas levantadas pelos acadêmicos na observação escolar;

IV - orientar o processo de construção do projeto de Estágio, a elaboração do relatório e a construção do material de apoio para a participação e socialização da experiência de estágio, no seminário;

V - fornecer informações ao professor do componente curricular de Estágio Curricular Supervisionado quanto ao andamento e desempenho das atividades dos estagiários;

VI – avaliar o processo do estágio dos estagiários sob sua orientação junto com o professor do componente curricular de Estágio;

VII - controlar a assiduidade e a pontualidade do acadêmico de acordo com o cronograma de trabalho;

VIII - averiguar e apresentar ao professor do componente curricular Estágio Curricular Supervisionado e coordenação de curso qualquer tipo de irregularidade referente às atividades de estágio, inclusive na confecção do relatório.



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL FARROUPILHA
Campus Santo Ângelo

RS 218 - KM 5 - Indúbras - CEP 98806-700 – Santo Ângelo – RS

Fone/FAX: (55) 3931-3900

E-mail: gabinete.san@iffarroupilha.edu.br



IX - acompanhar a organização e o encaminhamento da documentação comprobatória dos estágios no ao setor de estágios, bem como à Coordenação do Curso de Pedagogia, na modalidade presencial, dos alunos sob sua responsabilidade;

X – manter informado o professor do Componente de Estágio Curricular Supervisionado das ocorrências não previstas neste regulamento para tomadas de decisões.

Parágrafo Único. O professor orientador deverá ser, preferencialmente, licenciado em Pedagogia e/ou com formação em outros cursos de licenciatura. Casos específicos serão tratados no Colegiado de Curso.

Art. 31. São atribuições do Setor de Estágio do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Farroupilha – *Campus Santo Ângelo*.

I – assessorar o processo de realização dos estágios curriculares supervisionados no que tange ao suporte burocrático, legal e logístico;

II - obter e divulgar junto com os coordenadores de estágios dos cursos as oportunidades de estágios;

III - conveniar instituições campo de estágios.

IV - emitir e arquivar termos de convênio e de compromisso;

V - fazer o registro e controle das Apólices de seguro;

VI - arquivar relatórios e planos de atividades de estágio;

VII - propor formulários para o plano de ensino e o Relatório de atividades;

VIII - emitir documentação comprobatória de realização e conclusão de estágios (certificados);

IX - cumprir outras atribuições constantes no Regulamento de Estágio do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Farroupilha.

Art. 32. São atribuições do professor supervisor do Estágio Curricular Supervisionado:

I – apresentar o campo de estágio ao estagiário;

II – facilitar seu acesso à documentação da instituição;

III – orientar e acompanhar a execução das atividades de estágio;

IV – informar ao professor do componente curricular de Estágio Curricular Supervisionado ou ao coordenador do curso quanto ao andamento das atividades e o desempenho do estagiário;

V – avaliar o desempenho dos estagiários, mediante preenchimento de parecer próprio.

Art. 33. Caberá aos profissionais das Instituições Campo de Estágio manter contato contínuo com a coordenação de estágios e com os professores orientadores, colocando-os a par de qualquer situação constrangedora por parte do estagiário.

Art. 34. A escola campo de estágio poderá interromper as atividades de estágio do estagiário sempre que se fizer necessário.

Art. 35. São atribuições do Coordenador do Curso em relação ao Estágio Curricular Supervisionado:

I - Propor ao colegiado do Curso de Licenciatura em Pedagogia modalidade presencial, um plano de distribuição do número de orientados por professor orientador;

II - Emitir atestado de orientação e participação em banca de defesa;

III - Divulgar datas das bancas finais de defesa de estágio;

IV - Arquivar os relatórios finais do Estágio Curricular Supervisionado;

V - Aferir com o Professor do Componente de Estágio Curricular Supervisionado o cumprimento dos prazos, carga horária previstos neste Regulamento de Estágio Supervisionado;



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL FARROUPILHA
Campus Santo Ângelo

RS 218 - KM 5 - Indúbras - CEP 98806-700 – Santo Ângelo – RS

Fone/FAX: (55) 3931-3900

E-mail: gabinete.san@iffarroupilha.edu.br



VI - Cooperar com o Professor do Componente de Estágio Curricular Supervisionado na resolução de problemas que possam ocorrer no desenvolvimento dos estágios nas diferentes localidades onde acadêmicos do Curso de Licenciatura em Pedagogia estão realizando estágios do referido curso.

CAPÍTULO VI DO NÚMERO DE ESTAGIÁRIOS POR ORIENTADOR

Art. 36. A distribuição do número de estagiários por professor orientador será proposta pela Coordenação do Curso Superior de Licenciatura em Pedagogia e definida pelo Colegiado do Curso, conforme a quantidade de alunos matriculados nas disciplinas de Estágios. Para fins de contabilização de carga horária serão consideradas as orientações do Regulamento de Atividades Docentes (RAD).

CAPÍTULO VII DO RELATÓRIO DE ESTÁGIO

Art. 37. O Relatório do Estágio Curricular Supervisionado é o documento que sistematiza as atividades desenvolvidas durante cada estágio.

§ 1º O relatório que trata o caput deste artigo deve ser organizado observando o formulário em anexo a este regulamento e as orientações do professor do componente curricular.

§ 2º O estágio supervisionado será avaliado por meio de plano de estágio: planos de ensino e planos de aula, relatórios e fichas de registro contendo itens fundamentais da observação em sala de aula ou na instituição de ensino: local de realização do estágio, endereço, telefone, quantidade de horas realizadas e suas respectivas datas, atividades observadas e assinatura do professor supervisor e do diretor da escola. Quanto à regência, será avaliado relatório final contendo: plano de aula, narrativa elaborada a partir da execução da aula, sistematização das impressões do futuro docente quanto a suas observações e regência.

§ 3º Ao final de cada estágio do curso o estagiário deverá entregar seu relatório de estágio ao professor do componente curricular, no prazo estabelecido por este, que corresponde, no mínimo, a uma semana de antecedência da apresentação do seminário de socialização da experiência do estágio.

§ 4º Após aprovação das disciplinas de Estágio Curricular Supervisionado em Educação Infantil: Creche e Pré-Escola; Estágio Curricular Supervisionado em Anos Iniciais do Ensino Fundamental: 1º ao 3º ano e 4º e 5º anos e Estágio Curricular Supervisionado em Gestão Escolar, o discente deverá encaminhar o relatório de estágio por *e-mail* para o setor de extensão, com cópia para a Coordenação do Curso de Licenciatura em Pedagogia e o seu respectivo orientador. O relatório deve estar assinado e com as devidas correções, no formato previamente informado pelo professor do componente curricular de Estágio Curricular Supervisionado, no prazo de 7 (sete) dias, a contar da finalização do seminário de socialização do estágio.

CAPÍTULO VIII DO PROCESSO AVALIATIVO



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL FARROUPILHA
Campus Santo Ângelo

RS 218 - KM 5 - Indúbras - CEP 98806-700 – Santo Ângelo – RS

Fone/FAX: (55) 3931-3900

E-mail: gabinete.san@iffarroupilha.edu.br



Art. 38. A avaliação do Estágio Curricular Supervisionado no Curso de Licenciatura em Pedagogia modalidade presencial – *Campus Santo Ângelo*, contemplará o desempenho discente através do Plano de Estágio Curricular Supervisionado, aprovado pelo professor orientador e pelo professor do campo de estágio e o Relatório da prática desenvolvida em cada um dos Estágios Curriculares Supervisionados. De acordo com o PPC do curso, com este Regulamento e conforme os critérios estabelecidos pelo Art. 62 do Regulamento dos Estágios Curriculares Supervisionados para os cursos do Instituto Federal Farroupilha (Resolução Conselho Superior nº10/2016).

Parágrafo único: Entende-se por avaliação o processo de análise cotidiana dos alunos em suas atividades de estágios supervisionados, sendo contínuo e cumulativo, com momentos individuais e coletivos, envolvendo as dimensões teórico-práticas. O aluno será aprovado mediante a comprovação do cumprimento das 400 horas e apresentação da documentação comprobatória dos estágios digitalizados e enviados para o setor de estágio, para a Coordenação do Curso de Licenciatura em Pedagogia, e ainda, o envio das fichas de frequências devidamente assinadas e com carimbo da instituição de ensino campo de estágio.

Art. 39. A avaliação do Estágio Curricular Supervisionado Obrigatório seguirá parâmetros definidos na Ficha de Avaliação de Defesa de Estágio, conforme modelo aprovado pelo Colegiado de Curso, e constará de:

- a) instrumento de avaliação da Parte Concedente (Ficha de Avaliação). Este critério terá peso 2 (dois) e será composto de 10 (dez) itens que serão avaliados da seguinte forma: Ótimo (2.0), Muito bom (1.5), Bom (1.0), Satisfatório (0.5) e Insatisfatório (0), sendo que a nota final será concebida pela média dos 10 (dez) itens;
- b) o Relatório de Estágio será avaliado de 0 (zero) a 3 (três);
- c) a explanação oral, no seminário do estágio, terá nota de 0 (zero) a 5 (cinco);

Art. 40. A operacionalização do Seminário de Apresentação do Relatório de Estágio será definida pela Coordenação de Curso e Professores Orientadores.

Art. 41. Após a aprovação do estagiário no Seminário, o mesmo deverá realizar a correção do relatório com base nas orientações estabelecidas pela banca examinadora, caso necessário. Após as alterações realizadas, o relatório deve ser encaminhado, em formato digital, ao Coordenador do Curso, para publicação no repositório institucional.

Art. 42. A avaliação do estágio é registrada a cada semestre em que o mesmo foi realizado e expressa na integralização da carga horária e da nota mínima 7,0 (sete), numa escala de 0 (zero) a 10,0 (dez). Será considerado reprovado no estágio o aluno que:

- I- não cumprir a carga horária de estágio;
- II- obtiver média final inferior a 7,0 (sete);

Parágrafo único. Os estágios curriculares supervisionados obrigatórios podem ser reorientados, no semestre subsequente, sem necessidade de nova matrícula, nos casos de estudantes que não obtiveram rendimento satisfatório, conforme previsto no § 2º, artigo 115 da Resolução Consup nº 049/2021.

CAPÍTULO IX DAS DISPOSIÇÕES FINAIS



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL FARROUPILHA
Campus Santo Ângelo

RS 218 - KM 5 - Indúbras - CEP 98806-700 – Santo Ângelo – RS

Fone/FAX: (55) 3931-3900

E-mail: gabinete.san@iffarroupilha.edu.br



Art. 43. É de exclusiva responsabilidade do estagiário cumprir as atividades assinaladas no *caput* deste documento, em especial cumprir as prerrogativas estabelecidas no Artigo 24, deste regulamento, bem como ser aprovado nas disciplinas pré-requisito de cada etapa do Estágio Curricular Supervisionado.

Parágrafo único: O estagiário que não atender a qualquer das disposições deste regulamento, não apresentar domínio de conteúdo e/ou habilidade didático-pedagógica, deverá ser afastado das atividades de estágio até que o caso seja resolvido pelo Colegiado do Curso Superior de Licenciatura em Pedagogia.

Art. 44. A matrícula em Estágio Curricular Supervisionado implica no reconhecimento e na aceitação por parte do estagiário das obrigações previstas neste regulamento.

Art. 45. É compromisso do professor do componente curricular Estágio Curricular Supervisionado fazer cumprir as normas e datas estabelecidas para a organização do Estágio Curricular Supervisionado em todas as etapas.

Art. 46. Toda a documentação referente ao Estágio Curricular Supervisionado deverá ser mantida, durante as etapas do estágio, em posse do professor do componente curricular de Estágio Curricular Supervisionado. Ao final, essa documentação deverá ser entregue ao Setor de Estágios do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Farroupilha – *Campus Santo Ângelo*.

Parágrafo Único: Os formulários referentes ao encaminhamento do Estágio Curricular Supervisionado Obrigatório ficam à disposição dos estudantes no setor de estágio do *Campus Santo Ângelo* (quando for o caso) e na Coordenação do Curso. Segue, em anexo, roteiros e orientações para o desenvolvimento dos estágios e elaboração dos relatórios.

Art. 47. Os casos omissos serão analisados pelo Colegiado do Curso de Licenciatura em Pedagogia modalidade presencial – *Campus Santo Ângelo*.



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL FARROUPILHA
Campus Santo Ângelo

RS 218 - KM 5 - Indúbras - CEP 98806-700 – Santo Ângelo – RS

Fone/FAX: (55) 3931-3900

E-mail: gabinete.san@iffarroupilha.edu.br



1. ESTRUTURA DO ESTÁGIO NO CURRÍCULO DO CURSO

De acordo com o Projeto Pedagógico do Curso de Pedagogia, modalidade presencial do Instituto Federal de Educação Ciências e Tecnologia, em consonância com as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação Inicial e Continuada em Nível Superior de Profissionais do Magistério para a Educação Básica, a Resolução nº 2, de 1º de Julho de 2015, e com, a Resolução nº 2, de 1º de Julho de 2015, define uma base comum nacional quanto à estrutura e currículo dos cursos de licenciatura, destacando a obrigatoriedade para o cumprimento do estágio supervisionado de 400 (quatrocentas) horas dedicadas ao estágio supervisionado que tem como objetivo articular os conhecimentos construídos durante o curso à prática docente, constituindo-se em espaço de formação docente.

Nesse sentido, este documento visa esclarecer como as 400 (quatrocentas) horas dedicadas ao estágio supervisionado serão desenvolvidas.

Quadro 01: Atividades e carga horária máxima permitida em cada área de estágio

ÁREA DO ESTÁGIO EDUCAÇÃO INFANTIL - CRECHE 0 A 3 ANOS	ATIVIDADES	C/H MÁXIMA PERMITIDA	DOCUMENTAÇÃO COMPROBATÓRIA
OBSERVAÇÃO 32 HORAS	Observações em sala de aula das atividades pedagógicas do docente e do processo de aprendizagem da criança.	20h (62,5%)	Relatório e Ficha de Frequência
	Coleta de dados e análise: da escola, criança, do plano de aula e metodologia de ensino, outros pontos relevantes.	12h (37,5%)	
REGÊNCIA 48 HORAS	Atuação docente	28h (60%)	Plano de aula, Ficha de avaliação do professor e Ficha de Frequência Relatório final dos estágios
	Elaboração de plano de aula	10h (20%)	
	Elaboração relatório final do estágio: (incluindo a regência e os dados do estágio de observação)	10h (20%)	
CARGA HORÁRIA TOTAL 80 horas			
ÁREA DO ESTÁGIO EDUCAÇÃO INFANTIL – PRÉ- ESCOLA 4 E 5 ANOS	ATIVIDADES	C/H MÁXIMA PERMITIDA	DOCUMENTAÇÃO COMPROBATÓRIA
OBSERVAÇÃO 32 HORAS	Observações em sala de aula das atividades pedagógicas do docente e do processo de aprendizagem da criança.	20h (62,5%)	Relatório e Ficha de Frequência
	Coleta de dados e análise: da escola, criança, do plano de aula e metodologia de ensino, outros pontos relevantes.	12h (37,5%)	



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL FARROUPILHA
Campus Santo Ângelo

RS 218 - KM 5 - Indúbras - CEP 98806-700 – Santo Ângelo – RS

Fone/FAX: (55) 3931-3900

E-mail: gabinete.san@iffarroupilha.edu.br



REGÊNCIA 48 HORAS	Atuação docente	28h (60%)	Plano de aula, Ficha de avaliação do professor e Ficha de Frequência Relatório final dos estágios
	Elaboração de plano de aula	10h (20%)	
	Elaboração do relatório final do estágio: (incluindo a regência e os dados do estágio de observação)	10h (20%)	
CARGA HORÁRIA TOTAL 80 horas			
ÁREA DO ESTÁGIO E. FUND. ANOS INICIAIS I 1º AO 3º ANOS	ATIVIDADES	C/H MÁXIMA PERMITIDA	DOCUMENTAÇÃO COMPROBATÓRIA
OBSERVAÇÃO 32 HORAS	Observações em sala de aula das atividades pedagógicas do docente e do processo de aprendizagem da criança	20h (62,5%)	Relatório /Ficha de Frequência
	Coleta de dados e análise: da escola, criança, do plano de aula e metodologia de ensino, outros pontos relevantes.	12h (37,5%)	
REGÊNCIA 48 HORAS	Atuação docente	28h (60%)	Plano de aula, Ficha de avaliação do professor e Ficha de Frequência Relatório final dos estágios
	Elaboração de plano de aula	10h (20%)	
	Elaboração do relatório final do estágio: (incluindo a regência e os dados do estágio de observação)	10h (20%)	
CARGA HORÁRIA TOTAL 80 horas			
ÁREA DO ESTÁGIO E. FUND. ANOS INICIAIS II 4º e 5º ANOS	ATIVIDADES	C/H MÁXIMA PERMITIDA	DOCUMENTAÇÃO COMPROBATÓRIA
OBSERVAÇÃO 32 HORAS	Observações em sala de aula das atividades pedagógicas do docente e do processo de aprendizagem da criança.	20h (62,5%)	Relatório /Ficha de Frequência
	Coleta de dados e análise: da escola, criança, do plano de aula e metodologia de ensino, outros pontos relevantes.	12h (37,5%)	
REGÊNCIA 48 HORAS	Atuação docente.	28h (60%)	Plano de aula, Ficha de avaliação do
	Elaboração de plano de aula.	10h (20%)	



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL FARROUPILHA
Campus Santo Ângelo

RS 218 - KM 5 - Indúbras - CEP 98806-700 – Santo Ângelo – RS

Fone/FAX: (55) 3931-3900

E-mail: gabinete.san@iffarroupilha.edu.br



	Elaboração do relatório final do estágio: (incluindo a regência e os dados do estágio de observação).	10h (20%)	professor e Ficha de Frequência Relatório final dos estágios
CARGA HORÁRIA TOTAL 80 horas			
ÁREA DO ESTÁGIO	ATIVIDADES	C/H MÁXIMA PERMITIDA	DOCUMENTAÇÃO COMPROBATÓRIA
Gestão Escolar 80 Horas	Práticas diversificadas com a gestão escolar.	30h (37,5%)	Relatório/ Ficha de Frequência
	Proposta de projeto.	20h (25%)	Projeto
	Execução do projeto.	30h (37,5%)	Ficha de Avaliação
CARGA HORÁRIA TOTAL 80 horas			

2.2. ORIENTAÇÕES PARA O DESENVOLVIMENTO DO ESTÁGIO SUPERVISIONADO

1) **As atividades vinculadas ao estágio supervisionado devem compreender as ações de diagnóstico e observação da escola e em sala de aula:**

a) Observação do espaço físico: relatar as percepções do ambiente escolar e não escolar: localização e entorno, infraestrutura: entrada e acessibilidade, banheiros, pátio, cantina, sala de professores, sala da direção, sala da coordenação pedagógica, biblioteca, refeitório e cozinha, salas de aula, laboratórios, sala multifuncionais, classe de educação especial, espaço para eventos e outros espaços.

b) Observação dos profissionais: diagnosticar o clima organizacional das relações interpessoais: comunicação entre os pares: equipe pedagógica com os docentes, equipe pedagógica com os colaboradores administrativos, equipe pedagógica com a família e equipe pedagógica com a direção. Direção com equipe pedagógica e administrativa, direção com docentes e direção com as famílias. Docente com aluno, docente com equipe pedagógica e docente com os colaboradores administrativos.

c) Observação pedagógica: atuação da equipe pedagógica: orientação, supervisão e coordenação. Professor: didática em sala de aula, organização do trabalho pedagógico e do seu plano de ação, uso, desenvolvimento e interação entre os conteúdos do livro didático e as metodologias de ensino. Os posicionamentos práticos em controlar as inquietações (conversas paralelas, deslocamento pela sala, uso de eletrônicos, bullying e outras atitudes) dos alunos e direcioná-las para a atenção aos conteúdos da aula. Domínio de conteúdo e adequação à metodologia de ensino com os recursos didáticos. Preocupação com as especificidades de aprendizagem.

d) Observação do aluno: faixa etária, motivação, desenvolvimento e aprendizagem (tempo de aprender, postura, dificuldades de aprendizagem), escrita, leitura, raciocínio lógico matemático e conhecimento de mundo, interação social, comunicação, afetividade, cooperação, participação nos momentos de jogos e brincadeiras e outras atitudes.



**MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL FARROUPILHA
Campus Santo Ângelo**

RS 218 - KM 5 - Indúbras - CEP 98806-700 – Santo Ângelo – RS

Fone/FAX: (55) 3931-3900

E-mail: gabinete.san@iffarroupilha.edu.br



2) Práticas diversificadas com a equipe pedagógica:

a) Práticas diversificadas na escola: participação às reuniões pedagógicas e de pais, estudo, pesquisa, elaboração de material didático e aproximação do cotidiano das práticas pedagógicas da equipe da gestão escolar, participação dos eventos pedagógicos e sociais da escola e entre outras possibilidades de vivências que a escola propiciará durante o período de estágio.

b) Realização de pesquisa: a pesquisa-ação, pesquisa participante, identificação de uma escola, estudo de caso, pesquisa comparativa, entre outras. Os acadêmicos deverão discutir problemas relevantes sobre a prática pedagógica das escolas sem perder de vista a relação teórico-prática. Poderão ter como base de suas pesquisas as observações realizadas sobre o dia-a-dia das escolas nas quais buscarão se inserir e, também, temas sugeridos pelo docente ou equipe pedagógica da escola onde o estágio está sendo desenvolvido.

3) Regência: momento de atuação prática pedagógica do estagiário na sala de aula:

a) Quanto à regência, os futuros docentes deverão realizar um trabalho de pesquisa e planejamento, devidamente orientados pelos professores orientadores (da escola campo de estágio), a fim de desenvolver em sala de aula atividades que os permitam vivenciar práticas de ensino inovadoras e que estejam à luz dos fundamentos teórico e metodológicos trabalhados durante o curso de pedagogia (articulação com as disciplinas). Serão levadas em consideração as horas destinadas à pesquisa e planejamento das aulas que serão ministradas nas diferentes áreas do conhecimento.

Essas atividades visam possibilitar aos acadêmicos do Curso de Pedagogia o contato com a problemática do processo de ensino-aprendizagem, em espaços escolares, a saber: Educação Infantil, Anos Iniciais do Ensino Fundamental. Além disso, com os problemas inerentes à organização, planejamento e articulação da gestão escolar da Educação Básica.

2.3. METODOLOGIA A SER DESENVOLVIDA:

A metodologia implica no diagnóstico do problema, análise das variáveis sociais e psicológicas e intervenção direta, por meio de projetos desenvolvidos nas instituições de ensino formal da rede pública ou particular. A análise de planos de ensino, projetos políticos pedagógicos, currículos oficiais da educação infantil, ensinos fundamental e médio, resultados das avaliações em larga escala, viabilizarão o entendimento de questões relacionadas à gestão escolar.

2.4. AVALIAÇÃO:

O estágio supervisionado será avaliado por meio de fichas de registro contendo itens fundamentais da observação em sala de aula ou na instituição de ensino: local de realização do estágio, endereço, telefone, quantidade de horas realizadas e suas respectivas datas, atividades observadas e assinatura do professor supervisor, assinatura e carimbo do diretor da escola.

Quanto à regência, será avaliado relatório final contendo: plano de aula, narrativa elaborada a partir da execução da aula, sistematização das impressões do futuro docente quanto a suas observações e regência. Vale ressaltar que a observação e a regência serão realizadas na Educação Infantil e Ensino Fundamental (1º ao 5º ano), somadas às questões de análise da gestão escolar.

3. PARA ELABORAÇÃO DE PROJETO, RELATÓRIO E PLANO DE AULA PARA TODOS OS ESTÁGIOS:

3.1. CONSTRUÇÃO DO PROJETO DE ESTÁGIO

- **Esquematizando a lógica da concepção do projeto de pesquisa**

Passos da concepção de projeto de pesquisa (construção da matriz analítica):

1. Escolha do tema – critérios:



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL FARROUPILHA
Campus Santo Ângelo

RS 218 - KM 5 - Indúbras - CEP 98806-700 – Santo Ângelo – RS

Fone/FAX: (55) 3931-3900

E-mail: gabinete.san@iffarroupilha.edu.br



As sugestões dos temas indicados nas perguntas para a elaboração do questionário de entrevista.

2. Definição do problema – critérios para a formulação de problemas científicos:

- reflexão sobre o tema e pesquisa bibliográfica;
- escolha de problemas concretos e passíveis de solução;
- formulação dos objetivos;
- elaboração de questionamentos.

3. Pressupostos teóricos:

- fazer pesquisa bibliográfica preliminar;
- definir os autores e documentos oficiais que nortearam o projeto.

4. Definição do objetivo da pesquisa:

- critérios para o estabelecimento do objetivo.

5. Questões e/ou hipóteses – critérios para o estabelecimento de questões/hipóteses:

- Questões: objetivos menores específicos.
- Hipóteses: respostas provisórias que poderão ou não ser confirmadas.

6. Metodologia:

- Quais os tipos de pesquisa serão utilizadas para a realização do projeto.

- **Cronograma de execução da pesquisa e do projeto**

De quanto tempo necessito para desenvolver a pesquisa?

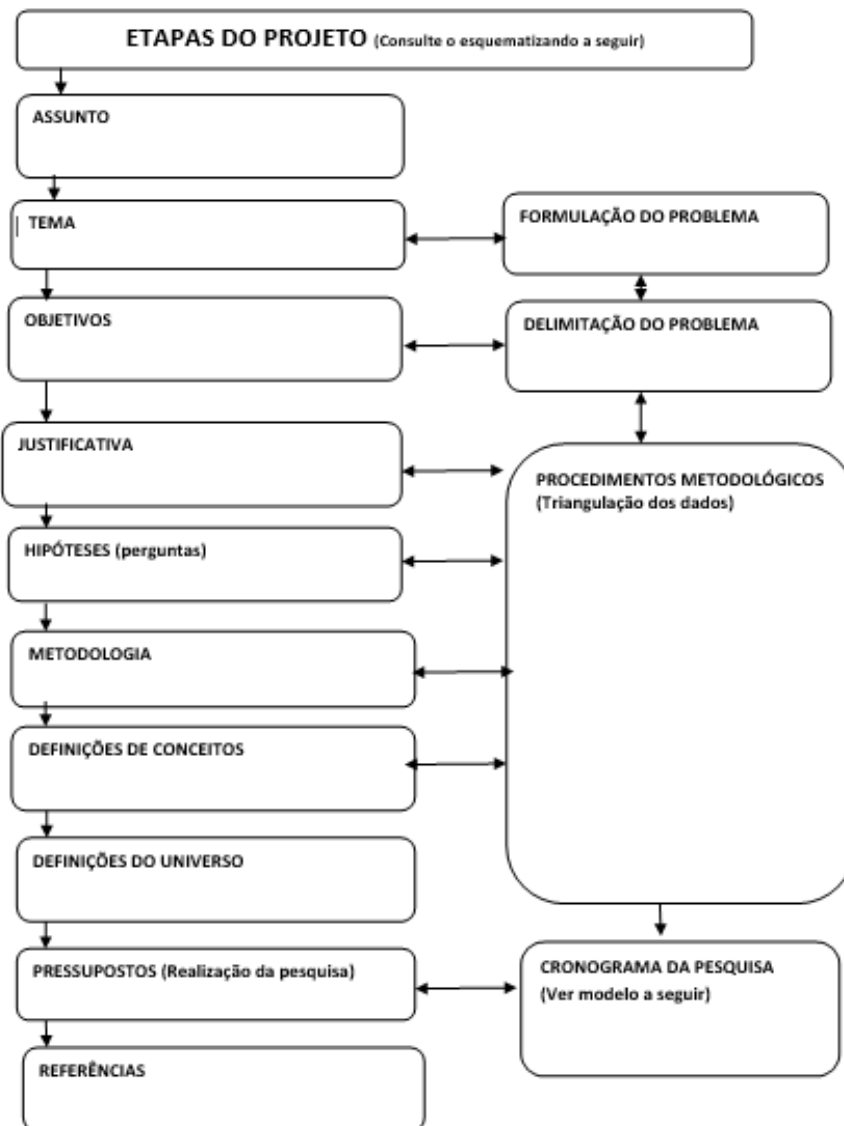
Como distribuir o tempo para a realização da pesquisa depois de elaborado o projeto?

Quanto tempo necessita para a realização do projeto?

Estas indagações são respondidas construindo-se um cronograma de execução, onde apareça o tempo destinado às diversas atividades. Como se pode observar, o cronograma é formado por linhas que indicam as atividades e por colunas que indicam o tempo previsto. É uma estimativa que pode sofrer alterações.



3.1.1 Sugestão para elaboração de um projeto





**MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL FARROUPILHA
Campus Santo Ângelo**

RS 218 - KM 5 - Indúbras - CEP 98806-700 – Santo Ângelo – RS

Fone/FAX: (55) 3931-3900

E-mail: gabinete.san@iffarroupilha.edu.br



3.2. ELABORAÇÃO DO RELATÓRIO DE ESTÁGIO

O Relatório de Estágio deverá ser elaborado de acordo com cada etapa desenvolvida no estágio, ou seja, no final das etapas: Educação Infantil, Ensino Fundamental – Anos Iniciais e Gestão Escolar.

Pontos essenciais para redação e apresentação dos relatórios de observação, regência e relatório final de cada estágio:

- Ter caráter descritivo e crítico dos aspectos analisados; questionário de pesquisa, resultados da pesquisa, descrição das observações, análise do projeto pedagógico, fotos e outros anexos considerados importantes para a comprovação de dados e enriquecimento da narrativa descritiva do documento;
- Ser elaborado na forma de texto e não de tópicos;
- A linguagem deve ser impessoal, clara, precisa, desde a introdução até o final do relatório;
- relatório é o documento que formaliza a execução do estágio para aprovação, devendo constar descrição e análise da prática desenvolvida, bem como as conclusões das atividades realizadas.
- A descrição de como aconteceram as práticas: a escolha do tema trabalhado, qual foi o envolvimento dos alunos e as intervenções necessárias e ocorridas. A forma de condução das estratégias didáticas. A motivação e envolvimento ou não dos alunos. As formas de mediação utilizadas durante o desenvolvimento das atividades diversificadas, das observações e das regências. As dificuldades ou facilidades do processo de ensino e aprendizagem. Análise das problemáticas surgidas durante o estágio apoiando-se em referenciais teóricos estudados ao longo do curso ou em referenciais que ajudem a pensar e repensar as questões de ensino e de aprendizagem, que se fizeram presentes durante a prática pedagógica. Desenvolver uma síntese conclusiva do referido estágio em que deverão constar os aspectos relevantes da prática, aspectos que poderiam ser melhorados e as aprendizagens significativas ocorridas a partir dessa prática.



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL FARROUPILHA
Campus Santo Ângelo

RS 218 - KM 5 - Indúbras - CEP 98806-700 – Santo Ângelo – RS

Fone/FAX: (55) 3931-3900

E-mail: gabinete.san@iffarroupilha.edu.br



3.3. ROTEIRO DE OBSERVAÇÃO DO COTIDIANO DOCENTE

Estagiário: _____

Escola: _____

Série: _____ Turma: _____ Turno: _____

Supervisor: _____

Orientador: _____

Duração da atividade: _____ horas Início: __/__/____ Término: __/__/____

Aspectos analisados considerando:

1. A organização dos alunos

Quem são os alunos? O que desejam da escola? Do que eles gostam? Como os alunos se organizam em sala de aula? Os alunos participam ativamente da aula? Os alunos demonstram responsabilidade e interesse em relação às tarefas solicitadas? Qual o comportamento dos alunos durante as aulas? Como ocorre a interação entre eles? Como estão as relações entre eles?

2. O conteúdo desenvolvido

Os objetivos dos conteúdos desenvolvidos são apresentados com clareza? Os conteúdos têm relação com a realidade social dos alunos?

3. A metodologia de ensino e avaliação da aprendizagem

Qual a metodologia de ensino adotada pelo professor? (aula expositiva, tradicional, dialogada, etc). Como está organizado o espaço da sala de aula? O professor investiga os conhecimentos prévios dos alunos? De que forma? São desenvolvidas atividades individuais? E em grupo? Quais instrumentos metodológicos são utilizados pelo professor? Que instrumentos de avaliação são adotados pelo professor? Qual a concepção do professor a respeito da avaliação escolar? E sobre o erro? Qual é a reação dos alunos frente aos instrumentos avaliativos?

4. A relação professor-aluno

O professor promove espaço para discussão e construção coletiva do conhecimento? Há espaço para os alunos realizarem intervenções? Como as dúvidas levantadas são sanadas? Como é a relação professor-aluno? Como o professor reage ao ser solicitado pelo aluno? Qual a reação dos alunos frente à reação do professor?

5. Quanto à aprendizagem

Como se dá o processo de ensino e aprendizagem? É baseado na memorização ou em outros recursos? O que os alunos expressam sobre o que estão aprendendo? Eles realizam pesquisas, desenvolvem experimentações práticas, viagens de estudo, participam e promovem eventos culturais? Como ocorre a integração das diversas áreas do conhecimento na escola? Quais as dificuldades mais comuns que os alunos enfrentam no processo de ensino aprendizagem? Os alunos apresentam dificuldades conceituais? De que forma buscam sanar suas dúvidas? Do seu ponto de vista, o que aprendem e como aprendem?



**MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL FARROUPILHA
Campus Santo Ângelo**

RS 218 - KM 5 - Indúbras - CEP 98806-700 – Santo Ângelo – RS

Fone/FAX: (55) 3931-3900

E-mail: gabinete.san@iffarroupilha.edu.br



3.4. ROTEIRO DE ENTREVISTA COM O DOCENTE DA INSTITUIÇÃO

Estagiário: _____

Professor entrevistado: _____

Tempo que exerce o magistério: _____

Dados sobre sua formação: _____

Data: __/__/____

1. Qual a importância do planejamento para o desenvolvimento das atividades docentes?
2. Como é elaborado o Plano de Aula? Quais as etapas e os aspectos considerados?
3. Qual a importância da metodologia para o processo de ensino aprendizagem?
4. Quais os aspectos considerados no processo avaliativo?
5. Quais as estratégias utilizadas junto aos alunos que apresentam dificuldades na construção de conhecimentos?
6. Quais os maiores desafios e/ou dificuldades na realização do seu trabalho?
7. Como você se atualiza para o exercício do magistério?
8. Que dica você daria a um professor iniciante?
9. Como você avalia o seu trabalho como professor? Comente.



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL FARROUPILHA
Campus Santo Ângelo

RS 218 - KM 5 - Indúbras - CEP 98806-700 – Santo Ângelo – RS

Fone/FAX: (55) 3931-3900

E-mail: gabinete.san@iffarroupilha.edu.br



4. ORIENTAÇÕES PARA O ESTÁGIO CURRICULAR EM EDUCAÇÃO INFANTIL

4.1 - ROTEIRO DE OBSERVAÇÃO ESTÁGIO EDUCAÇÃO INFANTIL

Estágio Educação Infantil. Etapa:
Escola estagiada:
Período de observação:
Professor(a) regente:

BEBÊ (CRECHE) – CRIANÇA

Observe o desenvolvimento social, motor, atenção, prontidão para executar as atividades e demais comportamentos que o grupo apresentar.

DOCENTE

Relações estabelecidas com a criança, postura profissional pedagógica.

A SALA DE AULA

Infraestrutura, mobiliário, brinquedos e demais aspectos que julgar importantes.

➤ AULA (entenda a rotina estabelecida e as atividades pedagógicas observadas).

1. A metodologia de ensino e a prática pedagógica do professor favoreceram o processo de ensino-aprendizagem e o desenvolvimento integral da criança?
2. Quais habilidades e atitudes do professor foram relevantes para manter a atenção, motivação dos aprendizes durante a aula?
3. Anote bibliografias que o professor utilizou.
4. Registre possíveis ocorrências, a exemplo, conflito entre as crianças.

Assunto:
Objetivo da aula:
Data e duração:

DESENVOLVIMENTO DA AULA

Recursos didáticos utilizados
Descrição do conteúdo desenvolvido durante o período de observação
Verificação da aprendizagem: (descrever o tipo de avaliação observada)



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL FARROUPILHA
Campus Santo Ângelo

RS 218 - KM 5 - Indúbras - CEP 98806-700 – Santo Ângelo – RS

Fone/FAX: (55) 3931-3900

E-mail: gabinete.san@iffarroupilha.edu.br



4.2 - RELATÓRIO 2 DO ESTÁGIO DE EDUCAÇÃO INFANTIL

Estágio Educação Infantil. Etapa:
Escola estagiada:
Período de observação:
Professor(a) regente:

INTRODUÇÃO

Apresentar a escola, a turma estagiada (número de alunos, faixa etária), professor e os principais pontos que foram observados e serão discutidos no desenvolvimento do relatório e das considerações finais.

DESENVOLVIMENTO

Narrar as percepções das observações da rotina das crianças, esclarecendo a abordagem teórica assumida pela professora, as atividades pedagógicas e os recursos didáticos utilizados, as relações interpessoais estabelecidas entre as crianças e o professor, e professor e as crianças, os espaço para brincar, os brinquedos disponibilizados e como as brincadeiras foram propostas e desenvolvidas. O processo de avaliação como foi realizado, para identificar as dificuldades de aprendizagem. As adequações e disposições do mobiliário e infraestrutura da sala de aula. Análise das observações e a relação estabelecida entre a teoria (estudada nas disciplinas do curso) e a prática observada e a verificação do desenvolvimento integral das crianças nos aspectos: cognitivo, afetivo, emocional e social.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Relatar as contribuições desta etapa do estágio para o processo de formação e a proposta da temática para ser abordada durante o estágio de regência.

REFERÊNCIAS

Indicar as obras consultadas e as utilizadas pelo docente.



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL FARROUPILHA
Campus Santo Ângelo

RS 218 - KM 5 - Indúbras - CEP 98806-700 – Santo Ângelo – RS

Fone/FAX: (55) 3931-3900

E-mail: gabinete.san@iffarroupilha.edu.br



5. ORIENTAÇÕES PARA O ESTÁGIO CURRICULAR EM ANOS INICIAIS

5.1 - ROTEIRO DE OBSERVAÇÃO ESTÁGIO ANOS INICIAIS

Estágio Anos Iniciais I (1º ao 3º ano) ou II (4º e 5º anos) ENSINO FUNDAMENTAL _____ ano
Escola estagiada:
Período de observação:
Professor(a) regente:

ALUNO

Observe a faixa etária dos alunos, o nível que se encontram no processo de alfabetização e letramento, o desenvolvimento do raciocínio lógico matemático, prontidão para executar as atividades, as relações interpessoais estabelecidas, o processo de inclusão, as dificuldades de aprendizagem e outros dados observados.

DOCENTE

Relações estabelecidas com a criança no processo de ensino e aprendizagem, postura profissional pedagógica, método de alfabetização desenvolvido, conhecimento teórico apresentado para ser alfabetizadora, utilização de material concreto para o ensino de matemática.

A SALA DE AULA

Infraestrutura, mobiliário, livros de literatura infantil disponíveis, material concreto para o ensino de matemática e demais aspectos que julgar importante.

➤ AULA (entenda a rotina estabelecida e as atividades pedagógicas observadas).

Assunto:
Objetivo da aula:
Data e duração:

DESENVOLVIMENTO DA AULA

Recursos didáticos utilizados
Descrição do conteúdo desenvolvido durante o período de observação
Verificação da aprendizagem: (descrever o tipo de avaliação observada)

1. A metodologia de ensino e a prática pedagógica do professor favoreceram a aprendizagem do processo de alfabetização e letramento das crianças?
2. Quais habilidades e atitudes do professor foram relevantes para manter a atenção, motivação dos aprendizes durante a aula?
3. Anote bibliografias que o professor utilizou.
4. Registre possíveis ocorrências, a exemplo, conflito entre as crianças, atitudes disciplinares, entre outras.



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL FARROUPILHA
Campus Santo Ângelo

RS 218 - KM 5 - Indúbras - CEP 98806-700 – Santo Ângelo – RS

Fone/FAX: (55) 3931-3900

E-mail: gabinete.san@iffarroupilha.edu.br



5.2 - RELATÓRIO 2 DO ESTÁGIO DE ANOS INICIAIS

Estágio Anos Iniciais I (1º ao 3º ano) ou II (4º e 5º anos) ENSINO FUNDAMENTAL _____ ano
Escola estagiada:
Período de observação:
Professor(a) regente:

INTRODUÇÃO

Apresentar a escola, a turma estagiada (número de alunos, faixa etária), professor e os principais pontos que foram observados e serão discutidos no desenvolvimento do relatório e das considerações finais.

DESENVOLVIMENTO

Narrar as percepções das observações da rotina das crianças, esclarecendo a abordagem teórica assumida pela professora, as atividades pedagógicas e os recursos didáticos utilizados, as relações interpessoais estabelecidas entre as crianças e o professor, e professor e as crianças, os espaços para brincar, os brinquedos disponibilizados e como as brincadeiras foram propostas e desenvolvidas. O processo de avaliação como foi realizado, para identificar as dificuldades de aprendizagem. As adequações e disposições do mobiliário e infraestrutura da sala de aula. Análise das observações e a relação estabelecida entre a teoria (estudada na disciplina do curso) e a prática observada e a verificação do desenvolvimento integral das crianças nos aspectos: cognitivo, afetivo, emocional e social.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Relatar as contribuições desta etapa do estágio para o processo de formação e a proposta da temática para ser abordada durante o estágio de regência.

REFERÊNCIAS

Indicar as obras consultadas e as utilizadas pelo docente.



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL FARROUPILHA
Campus Santo Ângelo

RS 218 - KM 5 - Indúbras - CEP 98806-700 – Santo Ângelo – RS

Fone/FAX: (55) 3931-3900

E-mail: gabinete.san@iffarroupilha.edu.br



6. ORIENTAÇÕES PARA O ESTÁGIO CURRICULAR EM GESTÃO ESCOLAR

6.1 ROTEIRO DE ENTREVISTA COM O DIRETOR, VICE-DIRETOR OU COORDENADOR DA INSTITUIÇÃO

Estagiário:
Gestor entrevistado:
Tempo que está na gestão:
Dados sobre sua formação:
Data:
Local:

1. Quais os principais desafios do (a) diretor (a) de uma escola?
2. Qual a relação entre o pedagógico e o administrativo no processo de gestão?
3. Qual o papel das instâncias colegiadas da escola, tais como: Conselho da Escola, conselho de Classe, Grêmios estudantil, Associação da escola, CPM, clube diversos e outros?
4. Que ações a escola faz para dar conta de uma gestão democrática?
5. De que recursos a escola dispõe para realizar suas atividades educativas e/ou projetos?
6. Quais os critérios gerais para a elaboração do calendário escolar, horários letivos e não letivos (incluindo os de capacitação)?
7. Como foi construído o PPP da escola? E como o mesmo tem sido vivenciado?

6.2 SUGESTÕES DE ATIVIDADES PRÁTICAS DIVERSIFICADAS:

- Participação de reuniões pedagógicas: (verifique com a equipe gestora o calendário de reuniões pedagógicas e conselho de classe). A participação em reuniões pedagógicas propicia conhecer os assuntos pedagógicos específicos da docência nas discussões sobre dificuldades de aprendizagem, rendimento escolar, evasão, a complexidade da inclusão escolar dos alunos com necessidades especiais, eventos indisciplinados em sala de aula, entre outros assuntos, revelam as lacunas e os avanços do processo de ensino e aprendizagem no cotidiano da sala de aula.
- Reunião Conselho de Classe é o momento em que direção, equipe pedagógica e professores se reúnem para discutir, avaliar o processo educacional e indicar alternativas que busquem garantir a efetivação da aprendizagem dos estudantes.
- Participação em eventos: festa junina e da família, feira de ciências, entre outros eventos promovidos pela escola. A participação deve ser de forma ativa da organização e atuação no dia do evento.
- Desenvolvimento de Pesquisa: o ato de pesquisa permite conhecer o que não é conhecido, a aquisição de informações que empiricamente não são passíveis de obtenção de dados concretos da realidade de um ambiente ou sujeitos. Assim, ao pesquisar a escola e seus profissionais, você terá a oportunidade de coletar dados que traduzidos com análises qualitativas ou quantitativas mostrarão a escola e seus profissionais com as especificidades traçadas nos objetivos de sua pesquisa.
- Sugestões de perguntas para serem organizadas no instrumento de pesquisa “questionário”, com alguns temas relevantes para efetivação de práticas e vivências pedagógicas na perspectiva da Gestão Democrática para ser aplicado em entrevistas com a direção ou coordenação pedagógica da escola estagiada:

ATENÇÃO: escolher somente uma temática para o desenvolvimento da entrevista.



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL FARROUPILHA
Campus Santo Ângelo

RS 218 - KM 5 - Indúbras - CEP 98806-700 – Santo Ângelo – RS

Fone/FAX: (55) 3931-3900

E-mail: gabinete.san@iffarroupilha.edu.br



– **Desafios e possibilidades na Gestão Escolar: para as mudanças da função social da escola**

1) Qual o papel da equipe Pedagógica e da comunidade escolar para o desenvolvimento da função social da escola?

2) A Constituição Federal de 1988 e a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, Lei Nº 9.394 de 1996, preveem que um dos princípios que devem reger o ensino nas instituições escolares públicas é a gestão democrática. A escola está em conformidade com essa prerrogativa constitucional e legislativa, com a efetiva participação dos professores na elaboração do Projeto Político Pedagógico – PPP e das famílias e membros da comunidade no Conselho Escolar nas decisões pedagógicas e administrativas da escola?

3) Nas definições dos marcos situacional e doutrinal do Projeto Político Pedagógico a identidade da escola é definida e se materializa nos projetos desenvolvidos nos princípios da gestão democrática. Como foi o processo de elaboração e organização desses marcos do PPP da instituição?

4) O Projeto Político Pedagógico da escola é disseminado entre os colaboradores da comunidade escolar: professores, alunos, pais e funcionários?

5) Quais os desafios que a Gestão escolar vem enfrentando no cotidiano escolar?

6) Como a Equipe Pedagógica atua na mediação de conflitos dentro do ambiente escolar?

7) A partir da Constituição Federal de 1988 é assegurado o direito à educação, esse preceito é reafirmado na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional- LDB 9394/96, como a escola tem se preparado para ser uma escola para todos?

8) Como o Projeto Político Pedagógico da escola indica a implementação da Educação Inclusiva no aspecto do atendimento pedagógico?

9) A Educação Inclusiva é um desafio no cotidiano escolar, quais os desafios que a gestão pedagógica tem superado com os alunos com deficiência?

10) A infraestrutura da escola é adequada para receber os alunos com alguma deficiência física?

– **A gestão escolar: participação da família na gestão democrática da escola**

1) Como a escola busca efetivar a participação das famílias nas reuniões pedagógicas, no conselho escolar e nos eventos da escola?

2) Como a escola dialoga com os pais ou responsáveis da criança que envolve a guarda compartilhada quando ocorrem conflitos de posições no processo de ensino e aprendizagem ou no cumprimento de regras do cotidiano escolar?

3) Qual a posição da gestão escolar para preservar e não prejudicar o desenvolvimento do processo de ensino e aprendizagem do aluno com vulnerabilidade familiar?

4) Como a escola está se preparando para a nova constituição familiar da sociedade contemporânea?

5) Qual a participação e atuação das famílias no processo de ensino e aprendizagem dos filhos?

6) Como a gestão pedagógica avalia o papel da família na educação dos filhos?

7) A escola tem dificuldades em dialogar com a família sobre as seguintes questões: quebra de regras, atos de violências e *bullying*?

8) Quando os pais procuram a escola, quais são as suas maiores ansiedades no que concerne à educação do filho ou filha?

9) Na opinião da escola quais as maiores dificuldades (na família e escola) para a existência de um trabalho conjunto?

– **Acessibilidade para pessoas com deficiência**

1) Como a escola tem se organizado para receber os alunos com necessidades especiais de aprendizagem e de acessibilidade?



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL FARROUPILHA
Campus Santo Ângelo

RS 218 - KM 5 - Indúbras - CEP 98806-700 – Santo Ângelo – RS

Fone/FAX: (55) 3931-3900

E-mail: gabinete.san@iffarroupilha.edu.br



2) Quais os equipamentos de apoio que a escola tem para auxiliar aos alunos com necessidades especiais de aprendizagem?

3) A escola está adaptada para permitir a acessibilidade do (a) aluno (a) com deficiência física em todos os ambientes?

4) Quais os desafios encontrados pela escola para adequar ou construir espaços acessíveis a todos (as) alunos (as) deficientes físicos?

5) Qual o percentual de matrículas de alunos com necessidades especiais de acessibilidade?

6) Como a comunidade escolar: professor, equipe pedagógica, aprendiz e família têm vivenciado os princípios do respeito, da igualdade, da acessibilidade, do tempo da aprendizagem e demais fundamentos da Educação Inclusiva?

7) Como gestora, o que você considera que seja importante a ser implementado nas políticas públicas educacionais do município para a Educação Inclusiva?

8) Quais os avanços que você pode apontar que a escola vem conquistando no processo da inclusão escolar?

9) Quais os avanços que você pode apontar que a escola vem conquistando na adequação ou construção de espaços acessíveis a todos os aprendizes?

– **O Projeto Político Pedagógico: desafios e possibilidades**

1) Quais os mecanismos que foram utilizados na elaboração e implementação do Projeto Político Pedagógico da escola em sua última versão?

2) Quais princípios foram considerados para elaboração dos marcos filosóficos e políticos do Projeto Político Pedagógico da escola em sua última versão?

3) Quais profissionais participaram das reuniões e discussões para a elaboração da redação do Projeto Político Pedagógico da escola em sua última versão?

4) O documento do Projeto Político Pedagógico da escola é sempre consultado para as tomadas de decisões no cotidiano escolar?

5) Você concorda que os desafios e possibilidades da atuação da equipe gestora no cotidiano escolar podem ser amenizados quando as decisões são pautadas nos princípios definidos no Projeto Político Pedagógico da escola?

6) Qual(is) o(s) fator(es) que contribue(m) para a evasão escolar em sua visão de gestor?

7) Quais as estratégias utilizadas pela gestão escolar para auxiliar o professor no trabalho pedagógico com os alunos com necessidades especiais de aprendizagem?

8) Como a gestão avalia a participação das famílias na gestão democrática da escola, nas reuniões pedagógicas e nos eventos sociais (festa junina entre outros)?

9) Quando a gestão escolar é informada pelo professor das faltas sucessivas de um aluno, qual atitude é assumida pela escola para verificar o motivo das faltas?

10) Como a gestão avalia os entraves e os avanços da educação nas etapas da educação infantil e ensino fundamental na realidade do cotidiano escolar?

– **Gestão pedagógica e a formação continuada**

1) Quais as ações que são desenvolvidas pela equipe gestora junto aos docentes dos anos iniciais, nas dificuldades de aprendizagem dos alunos?

2) Como a equipe pedagógica da Secretaria de Educação auxilia a equipe pedagógica da escola nos processos de dificuldades de aprendizagem dos alunos?

3) Além das avaliações desenvolvidas, em sala de aula pelo professor, a equipe pedagógica aplica outros instrumentos de avaliação para identificar o nível de aprendizagem dos alunos?

4) A equipe pedagógica desenvolve programa de formação continuada com os professores, com objetivo de discutir, refletir e orientar práticas pedagógicas que contribuam com o avanço do processo de ensino e aprendizagem dos alunos?



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL FARROUPILHA
Campus Santo Ângelo

RS 218 - KM 5 - Indúbras - CEP 98806-700 – Santo Ângelo – RS

Fone/FAX: (55) 3931-3900

E-mail: gabinete.san@iffarroupilha.edu.br



5) Quais os desafios e as possibilidades que o trabalho desenvolvido pela equipe pedagógica vivencia no cotidiano escolar? Relate sua experiência profissional para nos auxiliar na nossa formação como futuras pedagogas?

6) Qual a formação inicial do corpo docente da escola?

7) Os docentes são incentivados a buscar a formação continuada em cursos de pós-graduação ou participação em congressos?

8) Qual o maior desafio enfrentado pela escola no processo de formação continuada dos seus professores e gestores?

9) A escola tem convênio ou a participação de Instituições públicas ou privadas de ensino superior para auxiliar o processo de formação continuada por meio de palestras, projetos, cursos ou encontros pedagógicos?

10) Qual a visão que a equipe gestora tem dos cursos de licenciatura que formam professores para atuarem na Educação Básica?

– **Sugestão de Projeto: Possibilidades da Educação social de qualidade**

A educação é um processo de socialização da cultura, no qual se constroem, se mantêm e se transformam em conhecimento e valores. Socializar a cultura inclui garantir a presença dos sujeitos da aprendizagem na escola (BRASIL, 2013.p. 20).

O Projeto Político Pedagógico da Escola é construído nos princípios do desenvolvimento humano, o currículo que visa o conhecimento contemporâneo e as práticas pedagógicas sociais que contrapõem à violência e fortalecem uma educação de qualidade para TODOS.



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL FARROUPILHA
Campus Santo Ângelo

RS 218 - KM 5 - Indúbras - CEP 98806-700 – Santo Ângelo – RS

Fone/FAX: (55) 3931-3900

E-mail: gabinete.san@iffarroupilha.edu.br



6.4 RELATÓRIO DAS ATIVIDADES DIVERSIFICADAS NO ESTÁGIO DA GESTÃO ESCOLAR

Nome do(a) Estagiário(a):
Estágio:
Escola estagiada:
Período de observação:
Gestor(a):

INTRODUÇÃO

Apresentar a escola, as atividades diversificadas desenvolvidas e o projeto de pesquisa proposto que serão discutidos no desenvolvimento do relatório e as considerações finais.

DESENVOLVIMENTO

Descrever infraestrutura física e administrativa da escola. Narrar as percepções observadas durante o desenvolvimento das atividades diversificadas, esclarecendo o tipo de gestão assumida pelo gestor (diretor ou coordenador pedagógico), as relações interpessoais estabelecidas entre gestor e alunos, e gestor e professor. Os trabalhos administrativos e pedagógicos realizados, processo de avaliação institucional para identificar as dificuldades de aprendizagem dos alunos nas diferentes etapas de ensino. Apresentar o projeto de pesquisa esboçado.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Relatar as contribuições desta etapa do estágio para o processo de formação e os avanços e possibilidades da gestão democrática na escola estagiada.

REFERÊNCIAS

Indicar as obras consultadas e as utilizadas pelo docente.

ANEXOS:

Das atividades desenvolvidas.